

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO**

Elisandra Marisa Zambra

**GESTÃO DE PEQUENOS EMPREENDIMENTOS RURAIS E
POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO BAIXADA CUIABANA**

**São Caetano do Sul
2016**

ELISANDRA MARISA ZAMBRA

**GESTÃO DE PEQUENOS EMPREENDIMENTOS RURAIS E
POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO BAIXADA CUIABANA**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Administração da
Universidade Municipal de São Caetano do
Sul como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutor (a) em Administração.
Área de concentração: Gestão e
Regionalidade**

Apoio: CNPQ 409081/2013-2

Orientador (a): Prof^a Dra Raquel da Silva Pereira

**São Caetano do Sul
2016**

FICHA CATALOGRÁFICA

Z27g

Zambra, Elisandra Marisa

Gestão de pequenos empreendimentos rurais e políticas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no território Baixada Cuiabana / Elisandra Marisa Zambra -- São Caetano do Sul: USCS- Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2016.

233 p.

Orientadora: Profa. Dra Raquel da Silva Pereira

Tese (doutorado) - USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2016.

1. Desenvolvimento Regional Sustentável. 2. Gestão. 3. Agricultura Familiar. 4. Território. I. Pereira, Raquel da Silva. II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

**Reitor da Universidade Municipal de São Caetano Do Sul
Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi**

**Pró-Reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Prof^a. Dra Maria do Carmo Romeiro**

**Gestora do Programa de Pós-graduação em Administração
Prof. Dra Raquel da Silva Pereira**

Tese defendida e aprovada em 17/02/2016 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Profª Dra. Raquel da Silva Pereira (orientadora)
Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS

Prof. Dr. Luis Paulo Bresciani
Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS

Prof. Dr. Milton Carlos Farina
Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS

Prof. Dr. Arilson Favareto
Universidade Federal do ABC – UFABC

Prof. Dra. Noêmia Lazzareschi
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

Dedico a toda população rural Matogrossense, em especial,
aos agricultores (as) familiares da Baixada Cuiabana.

Agradecimentos

Agradeço a Ti, Glorioso Deus. Obrigada pela vida. Obrigada pela saúde e proteção. Obrigada por aumentar minha fé a cada dia, me fazendo crer que tudo valeria a pena. Obrigada por me segurar e me fortalecer quando pensei em desistir. Obrigada pelas tantas vezes que me socorreu da aflição. Obrigada pela paz que só encontrei em Ti. Obrigada. Setenta vezes sete vezes: Obrigada Senhor Deus. Com Deus, tudo é possível.

Agradeço às pessoas tão especiais da minha família, em especial: Eloí, Otávio, Elieser, Aloísio e Jean.

Agradeço à minha orientadora Prof^a Dra. Raquel da Silva Pereira, que contribuiu para meu crescimento profissional e pessoal, durante os três anos de Doutorado.

Aos que contribuíram na fase de pesquisa de campo: Joelma Paulo, Sandro e, especialmente Cesário e Jean.

Ao CNPQ, por ter viabilizado, através de apoio financeiro, o desenvolvimento da pesquisa de campo por meio do projeto de fomento, aprovado em dezembro de 2013 (CNPQ 409081/2013-2), coordenado pela Prof^a. Dra Raquel da Silva Pereira, o qual teve esta tese como um de seus principais resultados.

À Pró-Reitoria, Coordenação, Docentes e Corpo Técnico-Administrativo do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul -USCS;

À Reitora da UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso, em especial Dra. Maria Lúcia Cavali Neder e colegas Docentes e Técnicos da Faculdade de Administração da UFMT;

Aos Membros da Banca Examinadora de Defesa, pelas contribuições valiosas realizadas neste trabalho;

E a todos os agricultores (as), agentes e representantes do setor de Agricultura Familiar do Território Baixada Cuiabana, que colaboraram na pesquisa de campo, bem como todos (as) aqueles que contribuíram para que esta pesquisa pudesse ser desenvolvida.

“Obrigado ao homem do campo”¹

Obrigado ao homem do campo, pelo leite, o café e o pão. Deus abençoe os braços, que fazem o suado cultivo do chão. Obrigado ao homem do campo, pela carne, o arroz e feijão, os legumes, verduras e frutas e as ervas do nosso sertão. Obrigado ao homem do campo, pela madeira da construção, pelo couro e os fios das roupas, que agasalham a nossa nação. Obrigado ao homem do campo, o boiadeiro e o lavrador, o patrão que dirige a fazenda, o irmão que dirige o trator. Obrigado ao homem do campo, estudante e o professor, a quem fecunda o solo cansado, recuperando o antigo valor. Obrigado ao homem do campo, do Oeste, do Norte e do Sul, sertanejo da pele queimada, do sol que brilha no céu azul. E obrigado ao homem do campo, que deu a vida pelo Brasil, seus atletas, heróis e soldados, que a santa Terra já cobriu. Obrigado ao homem do campo, que ainda guarda com zelo a raiz, da cultura, da fé, dos costumes e valores do nosso país. Obrigado ao homem do campo, pela semeadura do chão e pela conservação do folclore, empunhando a viola na mão”.

¹ Música: Obrigado ao homem do campo. Artista: Don & Ravel. Álbum: “Brasil, Cidade e Campo”. Gravadora: RCA - VITOR, 1982. Letra extraída do *site* Letras. Disponível em: <<http://letras.mus.br/dom-ravel/487572/>>. Acesso em 12 ago. 2015).

RESUMO

Este estudo teve como objetivo principal, analisar os fatores críticos de interferência na gestão de empreendimentos rurais de Agricultura Familiar (AF) no território rural “Baixada Cuiabana” (MT), sob a perspectiva das dimensões do Desenvolvimento Regional Sustentável. Para alcançar este objetivo, elaborou-se o Referencial Conceitual a partir de uma vasta investigação bibliográfica e documental acerca do Desenvolvimento Regional, Territorial e Sustentável; Políticas para o setor de AF, Gestão de pequenos empreendimentos rurais e Teoria Sistêmica. Quanto aos procedimentos metodológicos, optou-se pela a abordagem de métodos mistos, com estratégia de projeto convergente paralelo, conforme sugerido em Creswell (2013), a fim de se coletar concomitantemente dados qualitativos e quantitativos, visando à obtenção de dados triangulados sobre um mesmo objeto de investigação. Os conceitos e discussões desenvolvidos no referencial serviram de suporte na fase de identificação dos constructos, que por sua vez, permitiram o desenvolvimento de dois instrumentos de coleta de dados primários (em campo): um roteiro com questões norteadoras para ser utilizado na fase qualitativa da pesquisa e um questionário estruturado, para a fase quantitativa. Neste estudo, o território rural investigado foi a Baixada Cuiabana, localizado no Estado de Mato Grosso, Brasil. Durante a coleta de dados em campo, foram realizadas 10 (dez) entrevistas com Agentes Governamentais dos municípios pertencentes a este território e mais 04 (quatro) entrevistas com Representantes de Instituições Apoiadoras do setor de Agricultura Familiar. Os questionários foram aplicados a 134 agricultores (as) familiares que possuíam empreendimentos de AF nos municípios do território. Além dos dados primários, foram utilizados dados Secundários, extraídos de pesquisas anteriores como Censos e Bases de Dados de Ministérios do Governo Federal. A pesquisa documental em dados secundários foi desenvolvida com o intuito de complementar as informações sobre o objeto investigado. Os resultados provenientes da coleta de dados primários, em sua etapa qualitativa, foram transcritos, organizados e categorizados com o apoio do *software NVivo 10 for Windows*, tendo sido utilizada a técnica de análise de conteúdo. Os dados coletados na etapa quantitativa, foram tabulados com apoio do *Software IBM SPSS Statistics versão 21 for Windows*, a partir da técnica estatística exploratória de dados, conforme sugerido em Collis e Russey (2005), o que permitiu associações e cruzamentos de dados. Ressalta-se ainda que, os resultados provenientes de dados secundários, contemplaram a visão geral sobre as características socioeconômicas e demográficas do território investigado, bem como serviram na elaboração do panorama de programas e políticas governamentais direcionadas à Agricultura Familiar e Territórios Rurais brasileiros. Quanto aos resultados da pesquisa de campo, foram identificados os fatores de maior criticidade na AF do território Baixada Cuiabana, os quais estão relacionados à: necessidades de alternativas para geração de renda; dificuldades no acesso ao crédito; entraves no processo de comercialização da produção rural; baixa efetividade em Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural; baixo nível de capacitação e conhecimento em Gestão por parte dos agricultores (as) familiares e a reduzida permanência do jovem no meio rural.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional Sustentável. Gestão. Agricultura Familiar. Território.

ABSTRACT

This study had as its main objective, analyze the critical factors of interference in the management of rural enterprises of small farming (AF) in the rural areas "Baixada Cuiabana" (MT), from the perspective of Regional Sustainable Development dimensions. To achieve this goal, elaborated the Conceptual Reference from a wide bibliographical and documentary research about Regional, Territorial Development and sustainable; Policies for AF, Gare of small rural enterprises and Systems theory. Regarding the methodological procedures, we opted for a mixed methods approach, with converging parallel design strategy, as suggested in Creswell (2013), in order to collect qualitative and quantitative data at the same time, aiming at obtaining triangulated data about a single research object. The concepts and arguments developed in the frame of reference in support of identification of constructs, which in turn allowed the development of two instruments of primary data collection (on the field): a screenplay with guiding questions to be used in the qualitative phase of the research and a structured questionnaire for the quantitative phase. In this study, the rural areas investigated was the marshland located in the State of Mato Grosso, , Brazil. During the data collection in the field, 10 (ten) interviews with government officials of the municipalities belonging to this territory and more 04 (four) interviews with representatives of Supporting Institutions in the sector of Agriculture. The questionnaires were applied to 134 farmers (the) family who owned ventures of AF in the municipalities of the territory. In addition to the primary data, secondary data were used, taken from previous censuses and research databases of Federal Government ministries. Documentary research on secondary data was developed with the aim of complementing the information about the object under investigation. Results of primary data collection, in its qualitative step, were transcribed, organized and categorized with the support of 10 NVivo software for Windows, having been used the technique of content analysis. The data collected in the quantitative stage, were tabulated with Software support for IBM SPSS Statistics 21 for Windows version, from the exploratory data statistical technique, as suggested in Collis and Russey (2005), which allowed associations and data junctions. It should be noted that the results from secondary data, contemplated the overview of the socio-economic and demographic characteristics of the territory investigated, as well as served in the panorama of governmental programmes and policies directed to family agriculture and rural areas. The results of field research, larger factors were identified in criticity AF territory Downloaded Cuiabana, which are related to: requirements of alternatives for income generation; difficulties in access to credit; obstacles in the process of commercialization of rural production; low effectiveness of policy technical assistance and Rural extension; low level of training and knowledge in management by farmers (as) families and reduced the young in rural areas.

Keywords: *Regional Sustainable Development. Management. Family Agriculture. Territory.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Objetivos do Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF)	23
Figura 2 - Mapa de localização dos municípios do Território Baixada Cuiabana	30
Figura 3 – Escopo da Tese	34
Figura 4 – Os cinco pilares do Desenvolvimento Sustentável.....	56
Figura 5- Componentes de um sistema	64
Figura 6 - A visão sistêmica da pequena unidade familiar de Citrus (em Bebedouro, São Paulo).....	67
Figura 7 – Problema, pressupostos e objetivos da pesquisa	73
Figura 8 - Quatro passos para implementação do projeto convergente paralelo	76
Figura 9 – Mapa dos territórios rurais apoiados no Estado de MT, com destaque para Baixada Cuiabana.	81
Figura 10- Distância entre capital e municípios do Território Baixada Cuiabana	83
Figura 11 – Mosaico de fotos da pesquisa de Campo em Acorizal.....	92
Figura 12 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Barão de Melgaço.	94
Figura 13 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Campo Verde	96
Figura 14 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Chapada do Guimarães ..	98
Figura 15 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Cuiabá.	100
Figura 16 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Jangada.....	102
Figura 17 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Jangada.....	104
Figura 18 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Nossa Senhora do Livramento.....	106
Figura 19 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Nova Brasilândia.	108
Figura 20 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Planalto da Serra.....	110
Figura 21 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Poconé.	112
Figura 22 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Rosário Oeste.	114
Figura 23 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Santo Antônio do Leverger.	116
Figura 24 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Várzea Grande.	118
Figura 25 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AE – Acorizal...	129
Figura 26 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AE – Barão de Melgaço.....	132
Figura 27 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AE- Campo Verde.	134
Figura 28 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AE – Nobres....	137
Figura 29 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AE – Nossa Senhora do Livramento.	140
Figura 30 – Termos em evidência no conteúdo da Entrevista com AE – Nova Brasilândia.....	142
Figura 31 – Termos em evidência no conteúdo da Entrevista com AE – Planalto da Serra.	145
Figura 32 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AE – Poconé. ..	147
Figura 33 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AE – Rosário Oeste.....	149
Figura 34 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AE – Santo Antônio do Leverger.	150

Figura 35 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AA – Banco do Brasil.	153
Figura 36 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AA – EMPAER.	154
Figura 37 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AA – MDA Cuiabá.	157
Figura 38 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AA – SEAF.	159
Figura 39 – Mosaico de Fotos da pesquisa de Campo em Campo Verde, Rosário Oeste e Santo Antônio do Leverger.	169
Figura 40 – Mosaico de Fotos da pesquisa de Campo em Nobres – Perdas na produção de tomates-cereja.	176
Figura 41 - Mosaico de Fotos da pesquisa de Campo – Feiras do Produtor em municípios do Território Baixada Cuiabana.	177
Figura 42 – Registro Fotográfico sobre a “queima de lixo” em uma localidade rural do território Baixada Cuiabana.	188
Figura 43 – Evidências de fatores críticos presentes na Gestão de empreendimentos rurais no Território Baixada Cuiabana, segundo os AE e AA.	200
Figura 44 – Sete fatores de maior criticidade na AF do Território Baixada Cuiabana.	206

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área (em hectares) correspondente a (01) e (04) módulos fiscais.....	80
Tabela 2 - Dados sociodemográficos dos municípios do Território Baixada Cuiabana	88
Tabela 3 – Índices de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes (1991, 2000, 2010) para MT e municípios do Território Baixada Cuiabana	89
Tabela 4 – Índice de Desenvolvimento Sustentável no Território Baixada Cuiabana	90
Tabela 5 – População Total por gênero, urbana/rural, em Acorizal.	92
Tabela 6 – Estrutura Etária da População de Acorizal.	93
Tabela 7 - Renda, Pobreza e Desigualdade em Acorizal.	93
Tabela 8 - População Total por gênero, urbana/rural, em Barão de Melgaço.	95
Tabela 9 – Estrutura etária da população em Barão de Melgaço.....	95
Tabela 10 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Barão de Melgaço.	95
Tabela 11 – População total por gênero, urbana/rural em Campo Verde.	97
Tabela 12 – Estrutura Etária da população em Campo Verde.	97
Tabela 13 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Campo Verde.....	97
Tabela 14 – População Total por gênero, urbana/rural em Chapada dos Guimarães.	99
Tabela 15 – Estrutura Etária da população em Chapada dos Guimarães.	99
Tabela 16 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Chapada dos Guimarães.	99
Tabela 17 – População total por gênero, urbana/rural em Cuiabá.	101
Tabela 18 – Estrutura Etária da população em Cuiabá.....	101
Tabela 19 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Cuiabá.	101
Tabela 20 – População Total por gênero, urbana/rural em Jangada.	103
Tabela 21 – Estrutura Etária da população em Jangada.	103
Tabela 22 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Jangada.	103
Tabela 23 – População total por gênero, urbana/rural em Nobres.....	105
Tabela 24 – Estrutura etária da população em Nobres.	105
Tabela 25 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Nobres.	105
Tabela 26 – População total por gênero, urbana/rural em Nossa Senhora do Livramento.....	107
Tabela 27 – Estrutura Etária da população em Nossa Senhora do Livramento.....	107
Tabela 28 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Nossa Senhora do Livramento..	107
Tabela 29 – População total por gênero, urbana/rural em Nova Brasilândia.	109
Tabela 30 – Estrutura etária da população em Nova Brasilândia.....	109
Tabela 31 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Nova Brasilândia.....	109
Tabela 32 – População Total por gênero, urbana/rural em Planalto da Serra.....	111
Tabela 33 – Estrutura Etária da população em Planalto da Serra.....	111
Tabela 34 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Planalto da Serra.	111
Tabela 35 – População total por gênero, urbana/rural em Poconé.	113
Tabela 36 – Estrutura Etária da População em Poconé.....	113
Tabela 37 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Poconé.....	113
Tabela 38 – População total por gênero, urbana/rural em Rosário Oeste.	115
Tabela 39 – Estrutura Etária da população em Rosário Oeste.	115
Tabela 40 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Rosário Oeste.	115

Tabela 41 – População total por gênero, urbana/rural em Santo Antônio do Leverger.	117
Tabela 42 – Estrutura Etária da população em Santo Antônio do Leverger.....	117
Tabela 43 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Santo Antônio do Leverger.	117
Tabela 44 – População Total por gênero, urbana/rural em Várzea Grande.....	119
Tabela 45 – Estrutura etária da população em Várzea Grande.	119
Tabela 46 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Várzea Grande.....	119
Tabela 47 – Resultados dos achados em Dimensões e Categorias de análise.	199

LISTA DE TABELAS-RESULTADO

Tabela-Resultado 1- Gênero dos respondentes.....	162
Tabela-Resultado 2 – Idade dos respondentes.....	162
Tabela-Resultado 3 – Estado Civil dos respondentes.....	163
Tabela-Resultado 4 – Cor da pele declarada pelos respondentes.....	163
Tabela-Resultado 5 – Cruzamento entre cor da pele declarada e grau de instrução.	164
Tabela-Resultado 6 – Tempo que os entrevistados trabalham no setor de AF e tempo residem em seus empreendimentos de AF.	165
Tabela-Resultado 7 – Condição do empreendimento dos agricultores (as).....	165
Tabela-Resultado 8 – Realização de outra atividade que não seja na AF.	166
Tabela-Resultado 9 – Quantidade de pessoas que residem nos domicílios.	167
Tabela-Resultado 10 – Quantidade de pessoas do domicílio que trabalham no cultivo/criação no empreendimento rural familiar.	167
Tabela-Resultado 11 – Sobre a contratação (ou não) de pessoas para auxílio no processo produtivo.	168
Tabela-Resultado 12 – Forma de Aquisição da área (terra) do empreendimento...	169
Tabela-Resultado 13 – Tamanho da área (em hectares) destinada à produção rural no empreendimento.	170
Tabela-Resultado 14 – Cultivo/Produção (por categoria) identificadas no Território Baixada Cuiabana.	171
Tabela-Resultado 15 - Cultivo/Produção (por categoria) identificadas, no Território Baixada Cuiabana, destinada à comercialização.	172
Tabela-Resultado 16 – Enfrenta (ou não) dificuldades em comercializar a produção.	172
Tabela-Resultado 17 – Principais dificuldades em comercializar a produção, conforme citações dos respondentes.....	173
Tabela-Resultado 18 – Direcionamento da produção comercializada pelo agricultor/produtor rural familiar.....	174
Tabela-Resultado 19 – Vende a produção para outros municípios, regiões, estados ou fora do Brasil.	178
Tabela-Resultado 20 – Se faz o transporte da produção até o comércio e como faz este transporte.	179
Tabela-Resultado 21 – Renda Familiar Declarada pelo Respondente.....	180
Tabela-Resultado 22 – Procedência da renda familiar.....	181
Tabela-Resultado 23 – Localidade em que os agricultores e familiares gastam a maior parte da renda.	182
Tabela-Resultado 24 - Forma de aquisição de insumos/recursos para cultivar.	183
Tabela-Resultado 25 – Sobre financiamento agrícola na AF.	183
Tabela-Resultado 26 - Interesse em realizar algum tipo de financiamento e os motivos do desinteresse em fazer empréstimo.	184
Tabela-Resultado 27 - Nível de conhecimento dos programas governamentais voltados para agricultura familiar.....	185
Tabela-Resultado 28 – Participação em organizações e/ou grupos de interesse.	185

Tabela-Resultado 29 – Avaliação, pelo agricultor (a), sobre quesitos que se referem à qualidade de vida no meio rural.	186
Tabela-Resultado 30 - Avaliação, pelo agricultor (a), sobre quesitos que se referem à qualidade do meio ambiente em que estão inseridos.	187
Tabela-Resultado 31 - Identificação do nível de capacitação dos agricultores (as).	189
Tabela-Resultado 32 – Informações sobre registros/controles.	190
Tabela-Resultado 33 – Identificação de Planejamento da Produção.	191
Tabela-Resultado 34 - Identificação de Previsão de Resultados para o próximo período/safra.	192
Tabela-Resultado 35 - Identificação se o agricultor (a) calcula (ou não) os Custos de Produção.	192
Tabela-Resultado 36 - Identificação se a renda/lucros obtida no empreendimento está sendo suficientes para honrar compromissos e quanto (R\$) seria necessário para liquidar dívidas.	194
Tabela-Resultado 37 – Identificação da pretensão do agricultor (a) em continuar investindo no empreendimento rural.	194
Tabela-Resultado 38 – Se o agricultor(a) incentiva os filhos (as) a permanecerem na atividade rural.	195
Tabela-Resultado 39 – Contribuição das políticas governamentais para os empreendimentos de AF no Território”	196
Tabela-Resultado 40 – Opinião do respondente sobre o quesito que mais contribuiria para permanência dele e de seus familiares no setor de AF.	196
Tabela-Resultado 41 – Agrupamentos das respostas sobre as principais expectativas para o futuro da AF.	197

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características da Gestão na Agricultura Familiar e Patronal.....	47
Quadro 2 - Detalhamento dos fatores nos três níveis do ambiente organizacional...	65
Quadro 3 – Fatores influenciadores no ambiente das organizações.....	79
Quadro 4 – Eventos que a pesquisadora participou durante a fase de coleta de dados primários.....	85
Quadro 5 – Programas e Políticas Federais direcionados à Agricultura Familiar....	121
Quadro 6 – Programas e Políticas Federais direcionadas aos Territórios Rurais ...	124
Quadro 7 – Matriz de Ações que estavam sendo executadas no Território da Cidadania Baixada Cuiabana em 2013.	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA - Agentes Apoiador
ACT - Administração, Ciências Contábeis e Turismo
AE - Agente Executor
AF – Agricultura Familiar
AIAF – Ano Internacional da Agricultura Familiar
APL - Arranjo Produtivo Local
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
CGPCT - Coordenação Geral de Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais
CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CNDRSS - Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPA – Centro Político Administrativo (Cuiabá)
DAP - Declaração de Aptidão do Produtor
DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DFPP - Departamento de Financiamento e Proteção da Produção
DGRAV - Departamento: Geração de Renda e Agregação de Valor
EMPAER – Empresa Mato-grossense de Pesquisa e Extensão Rural
FLV - Frutas, Legumes e Hortaliças
GDS - Gestão para o Desenvolvimento Sustentável
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM SPSS - Statistical Package for the Social Sciences
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDS - Índice de Desenvolvimento Sustentável
IFAD - International Fund for Agricultural Development
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERMAT – Instituto de Terras de Mato Grosso
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA - Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI - Ministério da Integração
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura
MS – Ministério da Saúde
OGU - Orçamento Geral da União
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PGPAF - Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNB - Produto Nacional Bruto
PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNHR – Programa de Nacional Habitação Rural
PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA – Plano Plurianual
PPGA - Programa de Pós-Graduação em Administração
PROINF - Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS - Apoio à Elaboração e Gestão Social dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SAGI - Sistema de Avaliação e Gestão da Informação
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAF - Seguro da Agricultura Familiar
SEDRAF - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
SEJUDH - Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
SERFAL - Secretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal
SESSAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar
SIPAF - Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar
SIT – Sistema de Informação Territorial
SUASA - Sistema Único de Inspeção Sanitária
TGS - Teoria Geral dos Sistemas
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
1.1 Contextualização, problema de pesquisa e pressupostos	25
1.2 Objetivos da Pesquisa.....	32
1.3 Justificativa da pesquisa e delimitação do escopo da Tese	32
2- REFERENCIAL CONCEITUAL	35
2.1 Região, território e territórios rurais	35
2.2 Do conceito de desenvolvimento às abordagens regional e territorial	39
2.2.1 A questão regional do desenvolvimento.....	41
2.2.2 A abordagem territorial do desenvolvimento	45
2.3 Agricultura familiar e políticas de desenvolvimento em territórios rurais	46
2.3.1 Diferenças entre os modelos de gestão familiar e patronal.....	47
2.3.2 Agricultura familiar, políticas de desenvolvimento e governança territorial	48
2.3.3 Programas de apoio à Agricultura Familiar ao desenvolvimento dos territórios rurais brasileiros	52
2.4 O conceito de Desenvolvimento sustentável e suas dimensões de análise.....	53
2.5 Desenvolvimento sustentável e Agricultura Familiar	57
2.6 Abordagem sistêmica na gestão de empreendimentos rurais da AF	62
2.6.1 A gestão de organizações sob o enfoque sistêmico	63
2.6.2 A gestão de pequenos empreendimentos rurais da agricultura familiar sob o enfoque sistêmico	66
3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	71
3.1 O planejamento da pesquisa.....	71
3.2 O desenvolvimento do Referencial Conceitual.....	73
3.3 Definições da abordagem da pesquisa de Métodos Mistos	74
3.4 Descrição do processo de coleta de dados primários	77
3.4.1 Projeção dos elementos qualitativo e quantitativo.....	77

3.4.2 Detalhamento da Coleta de dados: fase qualitativa e quantitativa	81
3.5 Segundo passo: detalhamento das técnicas de análise dos dados coletados	85
3.5.1 Detalhamento da fase de triangulação dos dados e síntese metodológica	87
4 - ANÁLISE DE RESULTADOS.....	88
4.1 Características socioeconômicas e demográficas do território investigado.....	88
4.2 Características socioeconômicas e demográficas dos municípios do território Baixada Cuiabana	91
4.3 Programas e políticas governamentais direcionadas à Agricultura Familiar e Territórios Rurais.....	120
4.4 Resultados das entrevistas realizadas com agentes governamentais e representantes de Instituições de apoio à AF	128
4.5 Análise dos dados resultantes da aplicação do instrumento de pesquisa aos agricultores (as) familiares do território Baixada Cuiabana	161
4.6 Síntese dos dados triangulados durante o processo de análise	198
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	208
REFERÊNCIAS.....	213

1 INTRODUÇÃO

Discutir a gestão de pequenos empreendimentos rurais de Agricultura Familiar (AF) não é uma tarefa simples, especialmente porque se trata de um setor diversificado, com características próprias, que variam de região para região, o que aumenta a dificuldade de se fazer análises comparativas, especialmente quanto aos seus entraves e potencialidades.

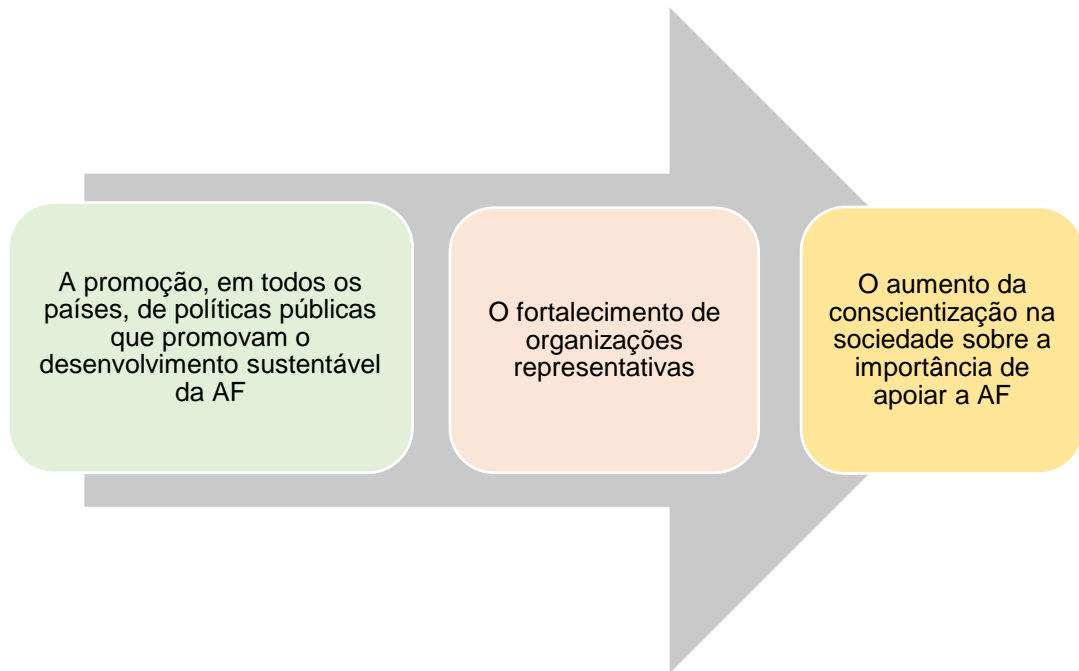
Conforme o relatório *Smallholders, Food Security and the Environment*, publicado em junho de 2013 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2013) e pelo *International Fund for Agricultural Development* (IFAD, 2013), cerca de 500 milhões de pequenos empreendimentos de AF no mundo são administrados por produtores rurais que contribuem significativamente para a redução da fome e pobreza, seja em nível global ou local.

Entretanto, grande parte das famílias de agricultores que vivem nestes empreendimentos e que deveriam ter o acesso e o apoio necessários para administrar e conduzir suas atividades rurais, visando especialmente a produção de alimentos, são as que mais sofrem com a questão da insegurança alimentar. Estas famílias residem atualmente em áreas rurais da Ásia, África, América Latina e Oriente Médio e não alcançam todo seu potencial produtivo porque lhes falta acesso aos recursos naturais, ao crédito, às políticas públicas e às tecnologias adequadas à produção rural (ONU, FAO, 2014).

Diante de fatos como este e visando a promoção do Desenvolvimento Sustentável da AF no mundo, a Resolução 66/222, de 28/03/2012, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em sua 66ª Sessão, declarou por unanimidade o ano de 2014 como o “Ano Internacional da Agricultura Familiar”.

Na ocasião, foi entregue à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) a missão de implementar o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) e coordenar a iniciativa, em nome da ONU e em parceria com os governos dos países membros das Nações Unidas, organismos internacionais e movimentos sociais atuantes no tema da AF e da segurança alimentar. Três foram os objetivos ou linhas de ação estabelecida para o AIAF, conforme apresentado na Figura 1:

Figura 1 Objetivos do Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF)



Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do MDA (2014).

A definição de ser 2014, o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) foi um grande marco para o setor. De acordo com informações da Secretaria de Agricultura Familiar, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o AIAF é fruto da iniciativa de movimentos sociais do campo com apoio de vários governos, inclusive do Brasil, que iniciaram uma campanha em 2008 para que as Nações Unidas adotassem a proposta de um Ano Internacional da Agricultura Familiar. Ao todo, mais de 360 organizações, de 60 países, dos cinco continentes do mundo, participaram da campanha, dentre as quais se encontram as principais redes regionais de organizações de produtores rurais da AF da África, América Latina e Caribe, Ásia e Europa (BRASIL, MDA, 2014).

No Brasil, em 16 de outubro de 2013, no Dia Mundial da Alimentação, durante a segunda Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (II CNDRSS), em Brasília, foi assinada a Portaria N° 87, de 17 de outubro de 2013, formando o Comitê Brasileiro para o AIAF 2014, composto por 31 entidades da sociedade civil e 18 órgãos do governo federal. O papel dado a este Comitê visa o trabalho de planejar, propor, promover, articular, organizar e participar de atividades relacionadas ao AIAF (BRASIL, MDA, 2014).

Destaca-se ainda que, no Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) têm enfatizado a importância da AF, especialmente porque nos pequenos empreendimentos rurais ocorre o processo de interação entre gestão e trabalho familiar, que contribui significativamente para a produção de uma ampla variedade de alimentos que abastecem mercados locais, regionais, nacionais e, em determinados casos, o mercado internacional (BRASIL, MDA, 2012).

Entretanto, exemplo dos entraves e desafios enfrentados na AF de países em desenvolvimento, o acesso ou a participação de agricultores familiares brasileiros nestes mercados pode estar condicionado a fatores ligados ao ambiente organizacional (micro e macroambiente), a exemplo dos recursos de produção (terra, capital, mão de obra, infraestrutura), bem como ao acesso a bens, serviços e políticas públicas específicas ao setor.

Pelo exposto, destaca-se a relevância da discussão deste tema, tendo em vista que o setor de AF possui características que vão ao encontro da estratégia do Desenvolvimento Sustentável, especialmente porque os agricultores familiares estão inseridos em redes territoriais, com culturas locais e impulsionam a dinâmica econômica, gastando sua renda principalmente em mercados locais e regionais (ONU, FAO, 2014).

Deste modo, este estudo esteve vinculado academicamente ao Grupo de Pesquisa “Gestão para o Desenvolvimento Sustentável – GDS”, da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e ao projeto de pesquisa CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), apoio nº 409081/2013-2.

Acerca da estruturação, este estudo divide-se em cinco partes, sendo que a primeira parte corresponde a esta Introdução, que contempla a contextualização do problema de pesquisa, pressupostos, objetivos (geral e específicos), justificativa e escopo da Tese.

A segunda parte, intitulada Referencial Conceitual, apresenta-se a revisão teórica e identificação de constructos, que serviram de base para fazer as inferências na etapa das análises e discussões dos resultados. Entre os principais tópicos abordados, destacam-se as discussões sobre desenvolvimento regional, territorial e sustentável; as políticas direcionadas ao setor de AF e uma revisão sobre a abordagem sistêmica da Administração, visando à análise da gestão de pequenos empreendimentos rurais de AF.

Na terceira parte, intitulada Procedimentos Metodológicos, apresenta-se o detalhamento das etapas da pesquisa desde a fase do planejamento; desenvolvimento da revisão bibliográfica/documental; definição da abordagem da pesquisa (Métodos Mistos com estratégia de Projeto Convergente Paralelo) e descrição detalhada do processo de coleta de dados primários (campo).

Na quarta parte, intitulada Análise de Resultados, são apresentados os dados resultantes da coleta de dados secundários, com foco nas características socioeconômicas e demográficas do Território investigado, bem dos programas e políticas governamentais direcionadas à AF e Territórios Rurais brasileiros. Em seguida, são apresentados os resultados das entrevistas realizadas com agentes governamentais e representantes de Instituições de apoio à AF e posteriormente, são feitas as inferências sob os dados provenientes da aplicação de questionário aos agricultores (as) familiares pertencentes ao Território investigado. Para fechar o item, são apresentadas outras ilações e sínteses a partir da técnica de triangulação de dados.

A quinta parte refere-se às Considerações Finais, onde apresenta-se uma síntese deste estudo, desde a sua concepção até os principais resultados alcançados, com indicação de contribuições teóricas, práticas, apresentação de limitações e sugestões de pesquisas futuras. Por fim, são apresentadas as referências utilizadas na construção do trabalho, apêndices (roteiro de entrevista e questionário) e anexo. Deste modo, passa-se a apresentar a contextualização da pesquisa.

1.1 Contextualização, problema de pesquisa e pressupostos

Em razão da heterogeneidade existente no setor de AF, especialmente no que se refere ao perfil dos agricultores (as), características dos seus empreendimentos e fatores ambientais internos e externos inerentes à gestão destas organizações rurais, optou-se, neste estudo, pela segmentação da AF, proposta por Soto Baquero, Rodríguez Fazzone e Falconi (2007), em publicação da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), intitulada *“Políticas para la Agricultura Familiar en América Latina y el Caribe”*. Deste modo, a AF pode ser analisada em três segmentos distintos:

Segmento de Subsistência: orientado ao autoconsumo. Neste caso, os recursos produtivos e a renda podem ou não permitir a sobrevivência do agricultor e de sua família no meio rural. Geralmente os recursos e a renda são insuficientes para isto, o que acaba induzindo a busca por trabalhos assalariados, mudança de atividade ou migração para outras localidades, sejam elas nas zonas rurais ou (principalmente) urbanas;

Segmento em Transição: orientado ao autoconsumo e comercialização de excedentes. Neste caso, a renda gerada através da venda da produção é satisfatória para a sobrevivência do agricultor e de sua família no meio rural. Entretanto, problemas ligados à gestão do empreendimento, podem afetar a sustentabilidade do negócio;

Segmento de Agricultura Familiar Consolidada: orientado ao mercado. Neste caso, o agricultor familiar possui maior acesso aos mercados e o mínimo de recursos produtivos - terra, capital, mão de obra, infraestrutura - para conseguir gerar renda a partir da comercialização de seus produtos, visando à rentabilidade, continuidade e crescimento do empreendimento rural (SOTO BAQUERO, RODRÍGUEZ FAZZONE E FALCONI, 2007, p. 10) (Tradução nossa).

Neste estudo, esta segmentação visa contribuir na identificação de especificidades do setor de AF, a fim de que se possa direcionar as discussões ao objeto de investigação desta Tese, centrado especialmente no Segmento de Transição da AF.

Conforme Veiga (1996), o incentivo à AF como linha estratégica do desenvolvimento entrou na agenda política do Brasil a partir dos anos de 1990. Isto ocorreu com pelo menos um século de atraso frente aos países desenvolvidos. Historicamente, os países que mais prosperaram em relação à agricultura foram aqueles nos quais houve a predominância da atividade de base familiar, em pequenos empreendimentos rurais, e não patronal, em médios e grandes empreendimentos rurais. Afinal, o incentivo à AF ia além da diversificação da produção. A atividade apresentava um perfil essencialmente distributivo e sustentável.

É importante salientar que o termo sustentável discutido neste estudo, também diz respeito ao conceito inicial de Desenvolvimento Sustentável, que é: “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gerações de satisfazerem às suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 46). Refere-se ainda à premissa de que o termo sustentável só poderá ser incorporado ao desenvolvimento, caso sejam contempladas ao menos três dimensões: econômica, social e ambiental.

Sucintamente, a dimensão econômica refere-se às questões ligadas à capacidade e as alternativas para geração de renda/riquezas; a dimensão social diz respeito à distribuição do rendimento, qualidade de vida, oportunidades de trabalho,

pobreza; a dimensão ambiental, por sua vez, aborda os impactos da relação homem-natureza, a degradação dos recursos naturais não renováveis, dentre outros.

A questão central é que, ao longo dos anos, os mais diferentes adjetivos já foram incorporados ao conceito de desenvolvimento, sendo que após 1950, o debate sobre as diferenças entre os conceitos de “crescimento e desenvolvimento” se sobressaíram na literatura econômica e ao termo desenvolvimento, começam a ser agregadas novas discussões, como desenvolvimento regional, desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento, desenvolvimento territorial, governança global, entre outros (SIEDENBERG, 2008).

No Brasil, entre as décadas de 1950 até o final de 1970, o crescimento econômico era considerado o principal indicador de desenvolvimento de uma Nação, interpretado, por vezes, como uma evolução integrada dos setores agrícola e industrial, que estimulou diversas iniciativas nos demais setores da economia e marcou o início do processo de modernização do padrão tecnológico no campo (NAVARRO, 2001).

Em meados da década de 1960 a 1970, o Brasil passou por uma acentuada mudança estrutural e econômica gerada pelo progresso técnico e pela modernização agrícola brasileira. A exemplo da Europa e dos Estados Unidos, neste período, boa parte dos estados brasileiros presenciou a Revolução Verde, que estimulou a integração técnica da indústria com a agricultura, incorporando tecnologias, mecanismos de seguro de preços e novas relações de crédito para favorecer a produção em escala (DELGADO, 2001).

Entretanto, o efeito da chamada Revolução Verde trouxe como consequência uma profunda heterogeneização das regiões e populações rurais brasileiras. Algumas alcançaram o modelo de integração competitiva, enquanto outras aprofundaram sua situação de decadência e marginalização (FAVARETO, 2010).

Assim, a visão de que desenvolvimento econômico equivalia a crescimento econômico começou a sofrer alterações. Desenvolvimento econômico passou a ser visto como crescimento com equidade social, o que serviu de suporte para iniciar, na década de 1980, a intensificação da preocupação com a sustentabilidade (MELO, 1999).

Além disso, destaca-se que em meados da década de 1990, o processo de globalização não trouxe oportunidades iguais de desenvolvimento para todas as

regiões, o que incentivou a reconfiguração de regiões centrais e periféricas, conforme destacado por Santos e Silveira (2001).

No caso do Estado de Mato Grosso (Brasil), os investimentos em pesquisa, tecnologia, inovação e ferramentas de gestão, direcionaram-se aos empreendimentos rurais do segmento agroexportador, o que os tornou fatores-chave no processo de reconfiguração do estado, ressaltando divergências e desigualdades regionais em seu meio rural.

Nos últimos 10 anos, Mato Grosso se destacou no segmento agroexportador²² de produtos como soja, algodão e rebanho bovino, produzidos em grande escala. Conforme Cunha (2011, p.09), “a região Centro-Oeste, e particularmente Mato Grosso, possui uma economia com caráter essencialmente agrícola, de urbanização crescente, mas ainda com extensas áreas de matas e florestas”. Tais características se unem para organizar um conjunto de condições representativas em termos de diversidade demográfica e ambiental, o que pode ser um dos motivos maiores da dinâmica econômica percebida na última década.

Nesse ambiente, como imposição de uma dinâmica competitiva que se sustentou no aumento da produtividade dos fatores de produção mais representativos, a economia de Mato Grosso especializou-se na produção de bens primários voltados à exportação, o que promoveu um amplo debate sobre as desigualdades regionais, sociais e os problemas ambientais do modelo primário-exportador (PEREIRA *et al.*, 2010).

A preocupação da sociedade e das instituições organizadas com a questão da sustentabilidade, especialmente nas últimas três décadas, ampliou as discussões sobre a possibilidade de se desenvolver uma “agricultura mais sustentável”, a partir da adoção de técnicas de produção menos agressivas ao meio ambiente, aos trabalhadores rurais e aos consumidores, visando à superação dos **desafios econômicos, sociais, ambientais, tecnológicos e territoriais** (ASSAD e ALMEIDA, 2004) (grifo nosso).

E é nesse âmbito que se destaca o papel da AF. Pois, conforme Llorens (2001), a partir da década de 2000, a ênfase dada à importância do desenvolvimento local-territorial mostrou que junto à economia mais dinâmica e polarizada, existiam

²² O modelo agroexportador, também chamado de patronal, empresarial, agronegócio ou complexo agroindustrial, “representa um modelo de organização produtiva marcada pela produção em grande escala, com uso de capital intensivo, que emprega recursos tecnológicos avançados e com forte capacidade de competir nos mercados internacionais” (GUALDA, 2007, p. 07).

outros circuitos de acumulação, como o setor de AF, onde se produz para atender os mercados locais e regionais.

Conforme dados do último Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a AF esteve presente em 84,4% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, ocupando 24,3% do seu território rural, 38% do valor total da produção agropecuária e responsabilizando-se pela ocupação de 74,4% de trabalhadores do campo (BRASIL, IBGE, 2006).

Em Mato Grosso, Estado pertencente à região Centro-Oeste brasileira, foram registrados 86.167 estabelecimentos rurais familiares e 26.811 não familiares (BRASIL, IBGE, 2006), o que evidencia a importância do setor de AF no Estado, embora o destaque maior seja dado ao crescimento econômico promovido pelo segmento agroexportador.

As discussões políticas e acadêmicas sobre questões rurais, agrícolas ou agrárias, em Mato Grosso, vêm ascendendo ao longo do tempo, especialmente porque o Estado possui um território rural extenso e complexo, caracterizado pela sua heterogeneidade, especialmente no sentido da “coexistência” de grandes, médios e pequenos empreendimentos rurais, o que ressalta as desigualdades entre e dentro de suas regiões e/ou municípios.

Mas o que se pretende destacar neste contexto não é apenas o fato desta coexistência, mas dos seus aspectos conflitantes, porque é cada vez mais evidente o caráter de dualidade existente entre empreendimentos rurais patronais e familiares no estado, e estas questões podem interferir na dinâmica do crescimento e desenvolvimento de municípios e regiões.

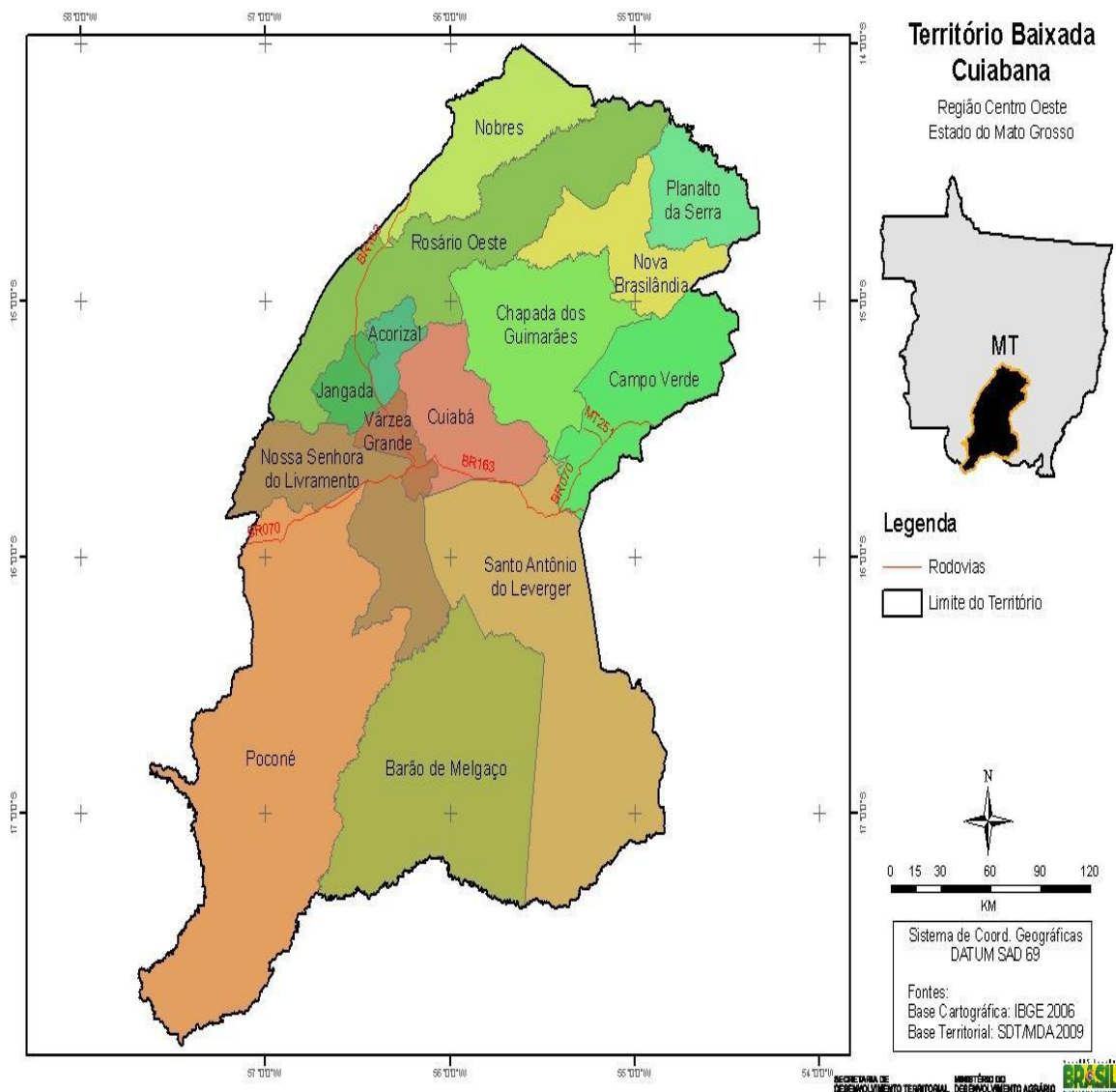
Por razões como esta, o presente estudo foi desenvolvido em Mato Grosso, especificamente no território rural Baixada Cuiabana, onde, em 2010, foram registrados 10.260 estabelecimentos de AF. Este território é constituído por 14 municípios, localizados no entorno metropolitano da capital do Estado (Cuiabá), sendo predominante a existência de pequenos empreendimentos rurais familiares, em que ocorre a produção agrícola e/ou pecuária de baixa ou média escala e hortifrutigranjeiros³.

Conforme o estudo de Cunha (2011), na Baixada Cuiabana, os pequenos empreendimentos rurais originaram-se, em sua maioria, de áreas de colonização ou

³ O termo hortifrutigranjeiro diz respeito aos produtos (alimentos) de hortas, pomares (de origem vegetal) e granjas (origem animal).

assentamentos de trabalhadores rurais, que atualmente se organizam em torno da produção de culturas tradicionais (arroz, feijão, milho e mandioca), da pequena pecuária, da produção leiteira e de algumas poucas culturas comerciais (café, cacau, banana e algodão). A Figura 2 mostra a localização do território investigado em Mato Grosso, bem como os municípios que fazem parte desta localidade.

Figura 2 - Mapa de localização dos municípios do Território Baixada Cuiabana



Fonte: Sistema de Informações Territoriais - Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA (2009).

O território rural Baixada Cuiabana é composto pelos municípios de Acorizal, Barão de Melgaço, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra,

Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande (SIT, MDA, 2009). Apesar da ocorrência de intensa urbanização nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, os demais municípios do território destacam-se pela sua “ruralidade”.

O estudo de Zambra, Trigueiro e Pereira (2014), mostrou que a produção de hortifrutigranjeiros, especialmente de FLV – Folhas, Legumes e Verduras, provenientes de pequenos empreendimentos da AF, localizados em comunidades rurais da Baixada Cuiabana, contribuem para o abastecimento de mercados atacadistas e principalmente varejistas de Cuiabá (capital de MT) e Várzea Grande.

Entretanto, a ausência de uma infraestrutura viária, bem como os entraves existentes no processo produtivo, desde a produção à comercialização dos produtos rurais, tende a aumentar a possibilidade de inviabilização da AF nos municípios do território, já que existem evidências da descapitalização em pequenos empreendimentos rurais, tendo como consequência última, a sua desapropriação, pecuarização da área e reconcentração fundiária (CUNHA, 2011).

As fragilidades existentes no processo de gestão de pequenos empreendimentos rurais estão ligadas a diversos fatores, como: inadequações das ferramentas gerenciais existentes à realidade da agricultura familiar; descapitalização dos pequenos produtores rurais; baixo nível de educação formal; falta de cultura que crie um ambiente para à adoção de novas tecnologias de gestão; falta de capacitação adequada dos técnicos responsáveis pela assistência técnica aos produtores, entre outros (BUAINAIN *et al.*, 2007).

Frente ao exposto, tem-se o seguinte problema de pesquisa: Como os fatores do ambiente organizacional interferem na gestão e sustentabilidade dos pequenos empreendimentos rurais de AF no território “Baixada Cuiabana” (MT)?

Como pressupostos deste estudo, tem-se que: a) O desempenho na gestão de pequenos empreendimentos rurais de AF no território Baixada Cuiabana pode estar condicionado a fatores críticos presentes no macroambiente, ambiente operacional e ambiente interno destas organizações e; b) Um processo de intervenção governamental efetivo pode ser fundamental para a revitalização das dinâmicas locais e para o Desenvolvimento Sustentável da AF no território investigado.

1.2 Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral deste estudo é: Analisar os fatores críticos de interferência na gestão de empreendimentos rurais de AF no território rural “Baixada Cuiabana” (MT), sob a perspectiva do Desenvolvimento Sustentável.

Para atender o objetivo geral proposto, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

1. Apresentar as características socioeconômicas e demográficas dos municípios pertencentes ao território Baixada Cuiabana;
2. Apresentar um panorama de programas e políticas governamentais direcionadas à Agricultura Familiar e Territórios Rurais e investigar seu acesso por parte dos agricultores familiares da Baixada Cuiabana;
3. Apresentar o perfil sócio demográfico dos agricultores familiares da Baixada Cuiabana, bem como as características e especificidades de seus empreendimentos rurais;
4. Identificar fatores que interferem de modo mais crítico na gestão dos pequenos empreendimentos rurais no território investigado, considerando as dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

1.3 Justificativa da pesquisa e delimitação do escopo da Tese

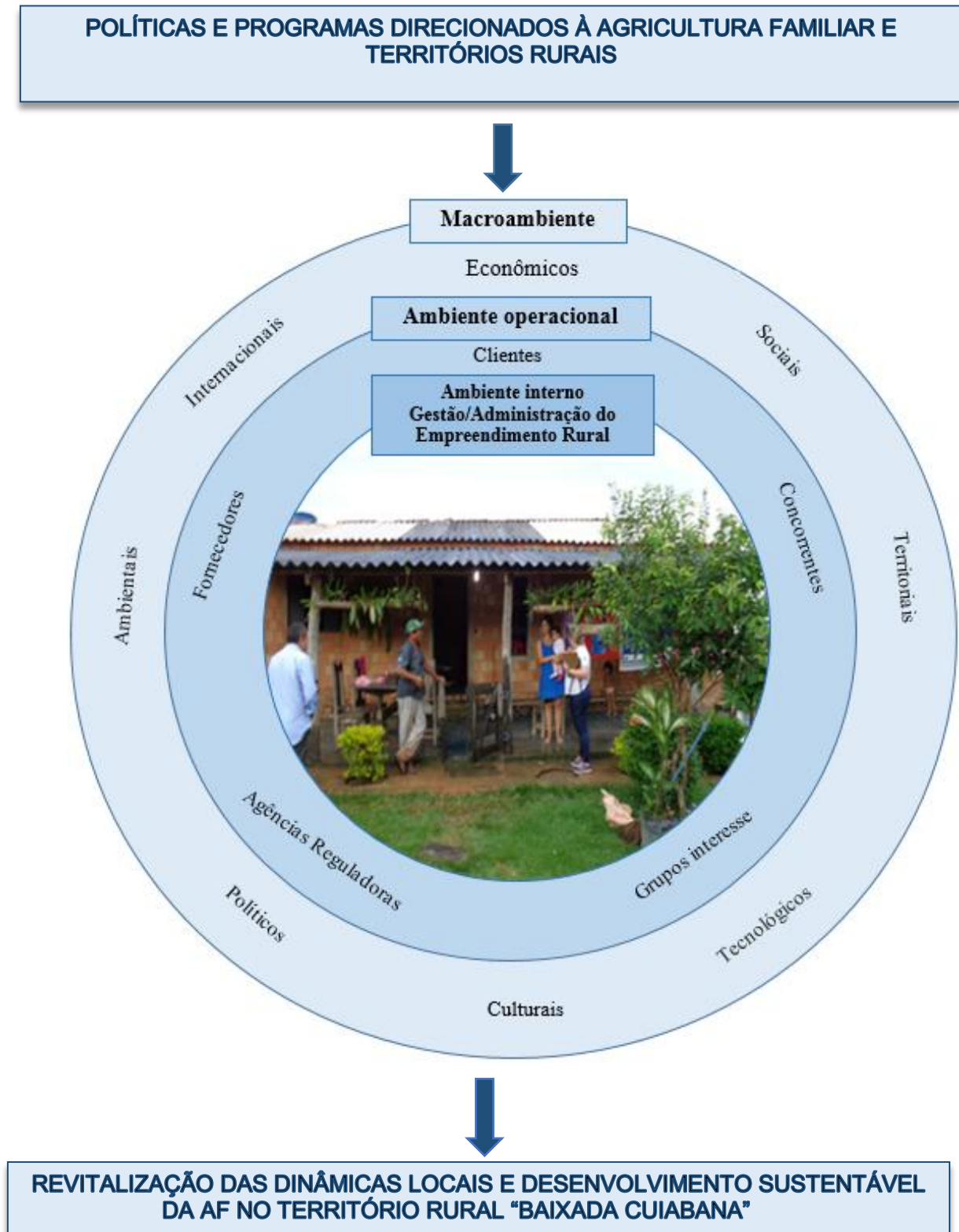
Em complemento aos destaques nos relatórios nacionais e internacionais citados anteriormente, acerca da importância da AF no contexto do Desenvolvimento Sustentável global e local, destaca-se como justificativa deste estudo, que o território rural Baixada Cuiabana constitui-se numa rica fonte de investigação, já que apresenta interessantes características econômicas, sociais, ambientais, políticas e territoriais se comparadas à outras regiões do Estado de Mato Grosso, como aquelas em que se sobressai a economia agroexportadora, conforme já fora destacado no item 1.1 deste trabalho.

O presente estudo visa a contribuição com a academia, sociedade, instituições governamentais e não governamentais, que tenham interesse na temática aqui discutida. As discussões teóricas e empíricas deste estudo visam mais do que um simples alerta para o futuro dos pequenos empreendimentos rurais familiares, mas intentam para sua valorização enquanto vetores estratégicos no contexto do Desenvolvimento Sustentável da AF e na conseqüente revitalização da economia estagnada de alguns municípios de do território investigado.

Além disso, o presente estudo justifica-se e avança no sentido de:

- ✓ Contribuir na identificação de programas/políticas que não estão sendo acessadas ou mesmo, em ações governamentais deficitárias;
- ✓ Apresentar um retrato da atual situação dos agricultores familiares da Baixada Cuiabana, no que se refere à gestão de seus empreendimentos rurais (entraves, dificuldades, perspectivas);
- ✓ Instigar o debate entre atores/agentes (agricultores, representantes de cooperativas/associações, governo, setor privado) e, principalmente as ações conjuntas entre eles, visando à mitigação de problemas de nível local/regional, como por exemplo, as dificuldades no acesso ao crédito, aos mercados, à tecnologia e assistência técnica, bem aquelas voltadas aos problemas globais, como pobreza, insegurança alimentar e êxodo rural. Deste modo, encerra-se a etapa introdutória deste estudo com a delimitação do escopo da Tese, que pode ser visualizada na Figura 3:

Figura 3 – Escopo da Tese



Fonte: Elaborado pela autora⁴

⁴ A foto, ao centro, foi registrada no mês de novembro de 2014, na fase inicial da pesquisa de campo, durante aplicação de instrumento de coleta de dados aos agricultores familiares. O pequeno

2- REFERENCIAL CONCEITUAL

O presente capítulo contempla a revisão teórica e identificação de constructos, que foram essenciais no desenvolvimento das inferências realizadas na etapa de análise dos resultados da pesquisa empírica.

2.1 Região, território e territórios rurais

Antes de discutir a perspectiva regional, territorial e sustentável do desenvolvimento, é preciso destacar que, à medida em que avança o processo de globalização, estes debates concentram-se mais nos efeitos sociais e à integração dos atores locais no sistema global (GARCIA, 2006).

De acordo com Giddens (1991, p. 60), a globalização pode ser definida:

como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que, acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa [...]. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores [...] operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão.

O global e o local são socialmente produzidos no interior dos processos de globalização. O global seria o local estendido para além da sua própria localidade, conforme as relações de poder do sistema mundial. A conexão entre o global e o local é marcada pelas questões econômicas, sociais, políticas e culturais (SANTOS, 2002).

Local, enquanto conceito e enquanto realidade empírica, é uma noção relacional, remetendo aos seguintes principais aspectos: a) tamanho/dimensão, associando-se ao conceito de escala; b) diferenciação/especificidade; c) grau de autonomia; d) nível de análise e de complexidade, os quais vêm sendo postos em cheque no momento atual. Situado ante o global, local pode referir-se a uma dada localidade (cidade, bairro, rua), região ou nação, constituindo, em qualquer dos casos, um “subespaço” ou um subconjunto espacial, e envolvendo algum modo de delimitação ou recorte territorial, o que se expressa em termos econômicos, políticos e culturais. Global, por oposição, diz respeito à inexistência de limites internos, enquanto internacional e multinacional têm como referência os espaços nacionais, seja, no primeiro caso, correspondendo a relações entre nações, seja, no segundo caso, a acontecimentos ou atividades ocorridas em mais de uma nação (ALBAGLI, 1999, p.03).

A ideia de lugar pode ser vista a partir da complementaridade de três dimensões, sob o ponto de vista: a) **econômico** - enquanto localização de atividades econômicas e sociais operantes em uma escala mais ampla; b) **microsociológico** - como espaço rotineiro de interação social e; c) **antropológico/cultural** - correspondendo a um sentido de lugar, diante da identificação do sujeito com o espaço habitado. Acrescenta-se a isto que o termo local tem sido amplamente associado à ideia de região (ALBAGLI, 1999) (grifo nosso).

O conceito de região vem sendo entendido em função de múltiplos aspectos, tais como: fatores produtivos predominantes, demandas locais, articulações sociais, empreendimentos comuns, desafios competitivos e negociações com instâncias supra regionais. O que significa que regiões não podem mais ser vistas como entidades eminentemente geográficas (GIL, KLINK e SANTOS, 2004).

Albagli (1999, p. 05) registra que, a partir da década de 1970, desenvolveram-se três grandes linhas interpretativas sobre o conceito de região:

A primeira, apoiada na teoria marxista, analisa a região a partir das relações de produção, entendendo a região como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção” capitalista [...] partindo do suposto de que existe uma regionalização da divisão social do trabalho, do processo de acumulação capitalista, da reprodução da força de trabalho e dos processos políticos e ideológicos [...] **A segunda** considera que a região é definida como um conjunto específico de relações culturais entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo, um elemento constitutivo de sua identidade [...] **A terceira** percebe a região como “um meio para interações sociais, enfatizando as relações de dominação e poder como constitutivas da diferenciação entre regiões [...] (grifo nosso).

O estudo de Brito (2007) faz uma sistematização de obras relevantes de Milton Santos, e identifica em suas obras, especialmente em Santos (2006), que para compreender o conceito de região, é necessário entender “como a vida nela funciona”, bem como suas especializações, suas relações internas e o seu arranjo particular, levando em conta seu constante processo de mudança. Além disso, Santos (2006, p. 39) afirma que a região sofre grande influência de fatores externos e que:

a região e o lugar não possuem existência própria. Nada mais são que uma abstração, **se os considerarmos à parte da totalidade.** Os recursos totais do mundo ou de um país (capital, população, força de trabalho, excedente, dentre outros), dividem-se pelo movimento da totalidade, através da divisão do trabalho e na forma de eventos. A cada momento histórico,

esses recursos são distribuídos de diferentes formas e localmente combinados, o que acarreta uma diferenciação no interior do espaço total e confere a cada região ou lugar sua especificidade e definição particular.

Pode-se afirmar ainda, com base em Santos (1985), que a região é o resultado de ações internas e externas, onde ocorre a internalização dos processos externos, sem deixar de considerar o que nela preexiste antes da chegada do externo, ou seja, seu processo histórico (BRITO, 2007), que está ligado, por sua vez, ao fenômeno de *path dependence* (ou dependência de caminhos), ou seja, ao fato de as possibilidades de escolhas do presente estarem condicionadas às decisões políticas e econômicas tomadas no passado (NORTH, 1990). Outra questão a ser considerada quando tratamos de uma região é que:

em regiões onde o capital favorece a circulação de mercadorias, as trocas configuram um ambiente regional com alta capacidade produtiva, o que conduz à integração com outras regiões complementares. Nesse meio, o rural torna-se industrializado, por se tornar objeto de ações capitalistas industriais, perpassando as antigas relações tradicionais agrícolas. As grandes cidades mimetizam suas áreas complementares, formando regiões metropolitanas. Embora essas áreas não estejam necessariamente contíguas no território, estão conectadas pelas relações capitalistas urbano-industriais. Mesmo as áreas agrícolas não atingidas diretamente pela modernização são incorporadas à dinâmica do processo, pela migração campo-cidade e pelo consumo de produtos urbanos entorno (SANTOS, 1985 *apud* BRITO, 2007, p. 114).

A região pode ser considerada um território organizado, que carrega fatores de seu próprio desenvolvimento, totalmente independente da escala (BOISIER, 1999 *apud* GORENSTEIN, 2014). Por isso, discutir o conceito de território torna-se essencial, já que o mesmo ganha efeito elementar quando se pretende abordar as relações de poder e compreender as características e especificidades de uma determinada localidade.

O que difere a região urbana da região agrícola é a densidade das relações mantidas no espaço. Portanto, ao invés de opostos, o campo e a cidade passam a ser complementares, dependentes um do outro. Entretanto, existem exceções como as zonas produtivas caracterizadas por elevada densidade de capital, que não estabelecem relações de complementaridade com seu entorno (SANTOS, 1985 *apud* BRITO, 2007).

Para Cavalcante (2008, p. 02),

não há uma definição totalmente aceita de região [...] é difícil existir um consenso a respeito, já que o conceito empregado dependerá, em grande medida, do enfoque proposto sobre o objeto de análise [...]. Poucos

esforços em toda a história dos empreendimentos científicos mostraram ser tão estéreis como a tentativa de encontrar uma definição universal aceitável de região. O fracasso reflete o simples fato de que nenhum conceito de região pode satisfazer, ao mesmo tempo, a geógrafos, cientistas políticos, economistas, antropólogos [...].

Para Souza e Gemelli (2011, p. 02), o território e a região, enquanto categorias de análise, “são indissociáveis e não podem ser analisadas separadamente”. Ambos possuem relação e “o movimento do território está intimamente ligado ao movimento de construção, de desconstrução e de reconstrução de novas regiões”.

O conceito de território considera a dimensão política e geográfica, pois de acordo com Gottmann⁵ (2012), “o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos”. Santos e Silveira (2005, p. 19), conceituam o território como “a extensão apropriada e usada, que condiciona a localização dos atores, pois as ações sobre ele dependem de sua própria constituição”.

Souza e Gemelli (2011, p. 02), explicam o território “como um espaço social, historicamente produzido e organizado, permeado por relações de poder, por redes e por identidades, que estão em constante transformação no tempo”.

Pitteri, Saes e Bresciani (2015, p. 09) conceituam os territórios como “espaços geográficos em que se desenvolvem economias de aglomeração, e não se limitam às divisões administrativas municipais”. Os autores explicam que os territórios “são caracterizados pelo conjunto de recursos (materiais e imateriais) que formam as estruturas econômicas, sociais e políticas e pelo conjunto de relações entre poderes públicos, empresas e demais instituições que atuam nas localidades”.

Quanto à definição de território rural, observa-se que este visa incorporar as formas de uso de tecnologias e recursos ambientais para o aproveitamento da força de trabalho familiar rural, com uma visão sobre o mundo rural que se apoia na possibilidade de o território rural incluir também as pequenas cidades do interior e oferecer novas alternativas de emprego e renda, além de diversas outras formas de melhoria na qualidade de vida da sua população (MORAES e SCHNEIDER, 2010).

O capitalismo contemporâneo tem feito com que o global e o local, no meio

⁵ Versão traduzida da obra Original: “The evolution of the concept of territory”, publicada no periódico *Social Science Information*, v. 14, n. 3, ago. 1975, p. 29–47.

rural, tornem-se complementares e, se por um lado, o “global” está relacionado com a expansão da escala, a ampliação dos mercados e a organização da produção, por outro, o “local” pode ser o espaço onde as potencialidades e os recursos são aproveitados, em conjunto com as oportunidades externas, dentro de uma estratégia local dos atores sociais, que inclui a organização do território e as políticas adequadas de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2006; MORAES e SCHNEIDER, 2010).

2.2 Do conceito de desenvolvimento às abordagens regional e territorial

Desenvolvimento é um conceito em contínua transformação e deve ser definido como uma mudança qualitativa, que acontece de maneira cumulativa em determinada localidade, região, estado e/ou nação, enquanto que o conceito de crescimento se vincula às mudanças quantitativas (VEIGA, 2006).

O debate sobre as diferenças entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento acirraram-se após sucessivos momentos de crise do sistema capitalista. O desenvolvimento passou a ser discutido com maior intensidade no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, no século 20, no meio acadêmico, científico e político, em virtude das grandes transformações desta fase. Enquanto o crescimento focaliza sua atenção basicamente sobre os fatores econômicos tradicionais, como capital físico e trabalho, o desenvolvimento centraliza os fatores não-econômicos, como as falhas de mercado e a presença de externalidades no processo de crescimento e desenvolvimento de países menos desenvolvidos (SILVA FILHO, 1999).

A ideia de desenvolvimento, para Furtado (2000), apresenta pelo menos três dimensões: a) a primeira dimensão refere-se à **eficácia do sistema social de produção**; b) a segunda refere-se à **satisfação das necessidades elementares da população** e; c) a terceira diz respeito à **consecução de objetivos a que almejam os grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos** (grifo nosso). Na visão de Sachs (2004, p. 13), o desenvolvimento, distinto do crescimento econômico:

cumprir este requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos.

Na perspectiva de Sen (2010, p. 16), o desenvolvimento, pode ser entendido como “um processo de expansão das **liberdades reais** que as pessoas desfrutam”. Este enfoque considera que o desenvolvimento **não depende** apenas do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento da renda *per capita*, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Depende, outrossim, de fatores, como: disposições sociais, econômicas e direitos civis. Para que o desenvolvimento aconteça, é necessário que se eliminem as “**fontes de privação de liberdade**”, como: a pobreza, a carência de oportunidades econômicas, a negligência dos serviços públicos, entre outros (SEN, 2010) (grifo nosso).

Em complemento a esta discussão, Siedenberg (2008) revisa sucintamente os principais “paradigmas do desenvolvimento”, em que aponta algumas estratégias adotadas em nível global e local, ao longo dos últimos anos, tais como:

- ✓ A estratégia de modernização: enfatizada na década de 1950. Seus principais elementos foram a industrialização, a política de substituição das importações, o fomento à exportação e aos polos de desenvolvimento setoriais, com destaque à chamada Revolução Verde⁶;
- ✓ A estratégia do desenvolvimento endógeno ou da dissociação: enfatizada na década de 1960. O foco esteve no fomento ao mercado interno e nos subsídios para o aumento da produção agrícola;
- ✓ A estratégia do equacionamento das necessidades básicas: enfatizada na década de 1970. Seu objetivo maior era atender ao problema da miséria e de grupos marginalizados específicos, ou seja, o foco era a questão social;
- ✓ A estratégia de ajuste estrutural: enfatizada na década de 1970. Seus principais elementos foram a desregulamentação, a flexibilização, equacionamento de dívidas e inflação;
- ✓ Desenvolvimento Sustentável: enfatizada na década de 1980. Com foco na questão socioeconômica, participativa e na preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, a ideia de hegemonia que apregoava o ecodesenvolvimento e ganhou força na ECO-92;

⁶ Entre as décadas de 1950 e 1960, vários países latino-americanos engajaram-se na chamada “Revolução Verde”, fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade por meio do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação, da mecanização, que passou a ser chamada de “pacote tecnológico”. Essa modernização era condizente com o cenário mundial da época, onde existia uma crise no mercado de grãos alimentícios e o aumento do crescimento demográfico (ALMEIDA, 2009).

- ✓ Governança Global: enfatizada na década de 1990. Seus principais elementos foram as novas formas de regulação global com destaque às Conferências Mundiais.

2.2.1 A questão regional do desenvolvimento

No período pós-guerra, houve uma tomada de consciência sobre as desigualdades e a mudança na concepção do papel do Estado. O incentivo à reconstrução das Nações, a exemplo da Europa Ocidental e Japão, fez com que o planejamento regional fosse inserido nas agendas governamentais. Nesse momento histórico, acirraram-se os debates sobre o processo de subdesenvolvimento e, por consequência, das desigualdades dos ritmos de desenvolvimento entre os territórios (DINIZ, 2009).

Nesse período, os problemas enfrentados pelos países periféricos eram similares, como por exemplo: agricultura atrasada, condições adversas de comércio para *commodities* primárias, industrialização insipiente, desemprego e necessidade de um Estado desenvolvimentista ativo (SACHS, 2004).

Myrdal (1957, p. 4-9) considerou, à época, “os efeitos do processo de causalção circular e cumulativa, como explicativos não apenas da heterogeneidade observada no desenvolvimento de países, mas também das desigualdades regionais dentro dos países”. Para o autor, tornou-se essencial a “intervenção do Estado para conter as forças de mercado, que tenderiam a acentuar os níveis de desigualdade regional”.

Cabe destacar que a questão regional, no período anterior à Segunda Guerra Mundial, era tratada em termos da localização das atividades agrícolas e industriais ou, da oferta de serviços e conseqüente hierarquia das centralidades urbanas. A criação e o fortalecimento de polos de desenvolvimento passaram a ser generalizadamente utilizados como metodologia e instrumento de desenvolvimento regional de muitos países (DINIZ, 2009).

A experiência da guerra e o avanço das técnicas e práticas de planejamento, visavam à promoção e criação de políticas de redução das desigualdades regionais em vários países. Além disso, a herança *keynesiana*⁷ ampliou a visão de que o

⁷ A expressão “*keynesiana*”, citada no último parágrafo do texto, é proveniente da teoria econômica consolidada pelo inglês John Maynard Keynes, em que se defendia a tese de um Estado intervencionista como sendo algo necessário e fundamental para que a economia supere o seu

Estado poderia ser um ator decisivo na história econômica dos países (FURTADO, 1999).

Posteriormente, já na década de 1970, Furtado (1974) chamou atenção em seus discursos, para o processo de “acumulação” do sistema capitalista e seus efeitos em termos de desigualdades regionais. No Brasil, suas discussões enfatizavam as desigualdades das regiões Nordeste e Norte, presentes desde o século 19, como consequência das secas no sertão nordestino e falta de controle no território amazônico, conforme retratam as várias comissões e tentativas de políticas desenvolvidas à época.

Para Furtado (1999), o desenvolvimento econômico do Brasil deveria partir de uma reforma estrutural, já que os caminhos da história da formação econômica brasileira, com base no modelo de “ciclos econômicos” (borracha, ouro, cana de açúcar, café), foram os principais responsáveis pela geração da baixa diversificação produtiva, reduzida produtividade média e oferta abundante de trabalho em níveis de subsistência.

O interesse pela Economia Regional se manifestou em Celso Furtado, a partir de sua preocupação com o subdesenvolvimento e de sua passagem pela Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL⁸ (1949 a 1957), onde conheceu e conviveu com Raúl Prebisch⁹. A partir daí, Furtado optou pelo método histórico-estrutural e recorreu à análise da totalidade sistêmica centro-periferia, confirmando a relação entre estruturas periféricas (subdesenvolvidas) e estruturas centrais (desenvolvidas). Nesta época, os estudos da Cepal centravam-se, conforme Bocchi e Gargiulo (2013 p. 03), na desigualdade do progresso técnico nestes dois polos:

Em um grau comparativo, as economias **periféricas obtiveram progresso técnico apenas em seus setores agroexportadores**, e observam grande divergência nos outros setores produtivos de sua economia. Assim, durante a evolução de longo prazo do sistema econômico mundial, há uma tendência a aumentar as disparidades entre esses extremos.

No caso do Brasil, Furtado desenvolveu esse método de análise da relação

estado de subdesenvolvimento por meio da industrialização (FURTADO, 1974).

⁹ Economista argentino considerado o mais destacado intelectual da CEPAL, tendo iniciado a linha estruturalista do pensamento econômico. Raúl Prebisch elaborou, logo nos primeiros anos, uma análise da relação centro-periferia que opunha as economias dinâmicas dos países centrais às economias pouco dinâmicas dos países latino-americanos e seus problemas estruturais, análise essa tida como a “concepção originária” do pensamento Cepalino.

centro-periferia, entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil, apresentando que seus efeitos se mostraram extremamente negativos para a economia do Nordeste (AMARAL FILHO, 2007).

Mas no auge da produção teórica e implementação de políticas de desenvolvimento regional, existiu uma fase, entre as décadas de 1950 e 1960, em que a perspectiva regional entrou em crise, conforme destaca Diniz (2009), que também aponta elementos que motivaram esta crise: expansão econômica no pós-guerra e diminuição da preocupação com a questão regional; reações político-ideológicas contra a interferência do Estado na economia; críticas aos resultados pouco satisfatórios de políticas regionais pelos grupos de esquerda; abatimento das políticas regionais nos Estados Unidos e Europa; crise do Estado interventor, com *déficit* público e processos inflacionários; alegação de corrupção em várias instituições responsáveis pelo desenvolvimento de políticas regionais; nova visão do papel do Estado, conhecida como “neoliberalismo”.

Posteriormente à fase de tormenta crítica, a questão regional voltou à tona, sendo intensificadas as discussões teóricas e sua prática, partir da década de 1990, quando o fenômeno do acirramento da globalização contribuiu significativamente para as mudanças nas concepções sobre o Estado-Nação.

Para Diniz (2001, p. 01), “esse período acentuou o processo de transformação produtiva e observou-se, no Brasil, a redefinição do papel do Estado, que passou a valorizar o poder regional e local”.

A questão regional fez-se nítida no Brasil em meados do século 20, quando deixou a condição de país unicamente primário-exportador à possuidor de uma base industrial importante, onde as regiões passaram a se articular entre si, estabelecendo relações cada vez mais intensas (BACELAR, 2001).

Entre 1920 a 1970 houve o predomínio da tendência à concentração, sob o comando da produção localizada basicamente na região Sudeste do país, sobretudo no estado de São Paulo. Entre as décadas de 1970 a 1990, o país presenciou o processo “modesto de desconcentração”, tanto na base agrícola quanto industrial. Foi também um período de transição entre a fase da articulação comercial entre as regiões para a “integração produtiva” inter-regional. Assim, não se produzia apenas em São Paulo, o que resultou na migração de recursos capitais e humanos para as demais regiões do país (BACELAR, 2001).

Ao final da década de 1970, as teorias que enfatizavam a perspectiva regional

do desenvolvimento, sofreram grandes transformações. A explicação para este fato está ligada à alguns fatores como: crise fiscal do Estado; descentralização do poder que transferia responsabilidades ao governo local; transformações nos modos e meios de produção; ascensão do neoliberalismo; entre outros (AMARAL FILHO, 2007).

A crise que se instalou no setor público brasileiro neste período foi definitiva para abater as estratégias de desenvolvimento regional no país. O “choque dos juros”, promovido pelos Estados Unidos, trouxe impactos negativos e conduziu o Brasil a uma terrível crise financeira, instalada ao nível da União, estados e municípios. Nesse momento, o Estado não pôde mais ser considerado um ator relevante nas políticas regionais, pois centrou sua atenção à lógica da acumulação financeira, comandada pelo *déficit* público e influenciada pelas teses liberais (BACELAR, 2001).

As discussões sobre o papel do Estado e a questão regional foram retomadas com maior ênfase em meados da década 1990. O estudo de Boisier (1995), por exemplo, discute a necessidade de se estabelecer uma estreita articulação entre estado-região.

O desenvolvimento regional, seja no nível de regiões específicas, seja no nível do sistema nacional de regiões, depende criticamente da articulação entre dois atores institucionais: o Estado nacional e a própria região, o que aumenta a necessidade da “ampliação da capacidade de decisão local” (BOISIER, 1995).

O processo de globalização, intensificado na década de 1990, afetou por várias vias e, de forma importante, a questão regional. Assim, no processo de desenvolvimento regional deveria ser priorizado o crescente esforço das sociedades locais em se articular com o Estado, especialmente na formulação de políticas territoriais (DALLABRIDA, 2000).

Emergem, face ao exposto, as estratégias de gestão para o desenvolvimento que considerem o âmbito local e regional. Como parte desse contexto incluem-se as mudanças institucionais necessárias nos diferentes níveis territoriais e funcionais da administração pública – nas esferas federal, estadual e municipal – e o acordo com outros agentes, como a sociedade, as instituições privadas, as organizações do terceiro setor, as universidades, dentre outros (LLORENS, 2001).

Em meados da década de 2000, a questão regional voltou à tona e um dos destaques foi o lançamento da proposta da Política Nacional de Desenvolvimento

Regional¹⁰ (PNDR), publicada pelo Ministério da Integração, em 2003 (BRASIL, MI, 2003). A proposta visava dois objetivos primordiais: reverter a trajetória das desigualdades regionais e explorar os potenciais endógenos da base regional brasileira.

A política regional não pode mais ser um problema de algumas regiões, mas uma política nacional que promova a coesão territorial como expressão da coesão social e econômica do País [...]. As áreas mais frágeis serão tratadas numa perspectiva sub-regional diferenciada no que tange ao gasto social e às políticas de emprego e renda. [...]. **A estratégia regional contempla, em especial, as potencialidades econômicas do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste; e dá atenção diferenciada às zonas deprimidas, cuja integração à dinâmica de crescimento nacional é um dos desafios centrais para a desconcentração da renda** (BRASIL, MI, 2003, p. 35) (grifo nosso).

Cabe ressaltar que, a partir de 2003, também foi instituída a política de desenvolvimento territorial, no quadro das ações do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Especialmente voltada ao meio rural, esta política propôs que o território deveria ser o foco da gestão nos programas de desenvolvimento rural sustentável.

Atualmente, conforme Rückert (2013 p. 63), “múltiplas frentes governamentais no Brasil adotam o adjetivo territorial ou regional em vários programas de governo”, inclusive, observa-se um direcionamento mais efetivo do **desenvolvimento regional com ênfase nas políticas territoriais** (grifo nosso).

2.2.2 A abordagem territorial do desenvolvimento

Para Gorenstein (2014, p. 22-23), no Brasil, permanecem, ainda hoje, “referências próprias do planejamento regional das décadas de 1960 e 1970, sobretudo as concepções de região e desenvolvimento regional”, entretanto, “o discurso teórico sobre a questão regional abandonou a noção de região e absorveu, de maneira mais frequente, o termo território”.

O enfoque de Boisier (1995) ressalta que a abordagem territorial do desenvolvimento visa, ao menos, três objetivos: o aperfeiçoamento do território como um sistema físico e social, estruturalmente complexo, dinâmico e articulado; o aperfeiçoamento da comunidade que habita esse território e; o aperfeiçoamento de cada pessoa que o habita.

¹⁰ A Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR foi institucionalizada por meio do DECRETO Nº 6.047, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007.

Llorens (1998, p. 53) destaca que quando se visa ao desenvolvimento econômico local e regional, o interesse deve estar centrado no território “que compreende a heterogeneidade e complexidade do mundo real, suas características ambientais específicas, os atores sociais e sua mobilização em torno de diversas estratégias e projetos”. Acrescenta-se a isto que, “ao fazer referência a um território, incluem-se, naturalmente, tanto os gestores públicos locais e regionais como os atores privados empresariais e a sociedade civil em seu conjunto”.

Para Olalde e Portugal (2009, p. 03), “a abordagem territorial do desenvolvimento visa “eliminar a falta de coordenação dos investimentos e o viés setorial da intervenção governamental [...] com maior participação da sociedade civil e a divisão de responsabilidades entre o poder público e a sociedade”.

É por este motivo que, independentemente da abordagem que se adota para o desenvolvimento, se regional, territorial ou local, o Estado e as administrações públicas devem intervir decisivamente nos programas de desenvolvimento, ainda que sejam diferentes os conteúdos, os instrumentos, os atores e os enfoques de tal processo (LLORENS, 2001). Assim, corrobora-se com o pensamento de Sachs (2008, p. 11), em que o Estado “deveria” cumprir pelo menos três funções principais:

- ✓ Articular os espaços de desenvolvimento, desde o nível local [...].
- ✓ Promover parcerias entre todos os atores interessados, em torno de um acordo negociado de desenvolvimento sustentável;
- ✓ Harmonizar as metas sociais, ambientais e econômicas, por meio de planejamento estratégico e do gerenciamento cotidiano da economia e da sociedade [...].

A ideia de intervenção proposta neste estudo é, de acordo com Llorens (1998, p. 53), estratégica, participativa e essencialmente encaminhada para criar os necessários espaços de negociação entre os diferentes atores sociais em prol de uma meta comum, que é conseguir o desenvolvimento **socioeconômico territorialmente equilibrado e ambientalmente sustentável** (grifo nosso). Nesse cenário, entende-se que não é possível existir desenvolvimento sustentável em uma região, se este não for o marco de uma política nacional de desenvolvimento (DALLABRIDA, 2010).

2.3 Agricultura familiar e políticas de desenvolvimento em territórios rurais

A partir da reestruturação econômica, produtiva e institucional do período posterior à Segunda Guerra Mundial, observaram-se significativas mudanças no cenário agrícola de diversas regiões brasileiras. Essas mudanças promoveram um

amplo debate sobre os empreendimentos rurais, que passaram a ser diferenciados conforme seu modelo de gestão – familiar ou patronal – e, ainda, de acordo com as políticas específicas para cada setor.

2.3.1 Diferenças entre os modelos de gestão familiar e patronal

A Lei¹¹ nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece os critérios para se definir agricultor familiar ou empreendedor familiar rural. Para a lei, esse indivíduo é:

[...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; ~~III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;~~ III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente [...] (BRASIL, 2006).

Com base na publicação da FAO-IN CRA (1995), o modelo de gestão nos empreendimentos Familiares e Patronais podem ser diferenciados com base em alguns quesitos, conforme apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 - Características da Gestão na Agricultura Familiar e Patronal.

Modelo Familiar	Modelo Patronal
✓ Existe uma íntima relação entre os aspectos de trabalho e a gestão na unidade de produção	✓ Existe uma completa separação entre os aspectos de trabalho e gestão na unidade de produção
✓ A direção do processo produtivo é assegurada diretamente pelos proprietários da unidade	✓ Organização centralizada
✓ Enfatiza a diversificação da produção	✓ Enfatiza a especialização na produção
✓ Enfatiza a durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida	✓ Enfatiza as práticas agrícolas padronizáveis
✓ O trabalho assalariado é apenas complementar (se necessário)	✓ Predominância de trabalho assalariado
✓ As decisões são imediatas, adequadas ao alto nível de imprevisibilidade no processo produtivo	✓ Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de terreno e de momento
✓ Tomada local de decisões, condicionada pelas especificidades do processo produtivo	✓ Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão de obra
✓ Ênfase nos insumos internos	✓ Forte dependência de insumos comprados (multinacionais)

Fonte: Adaptado de FAO – IN CRA (1995).

¹¹ Esta lei encontra-se, em sua íntegra, no **Anexo I** deste trabalho.

Conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que considera pequena propriedade, o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; média propriedade, o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais. O módulo fiscal serve também de parâmetro para definir os beneficiários do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (os pequenos produtores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até quatro módulos fiscais) (BRASIL, INCRA, 2014).

O módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando fatores como: conceito de propriedade familiar; tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante e; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada (BRASIL, INCRA, 2014).

2.3.2 Agricultura familiar, políticas de desenvolvimento e governança territorial

A política pode ser definida, conforme Matias-Pereira (2010, p. 22), como “a atividade mediante a qual se conciliam interesses divergentes dentro de uma unidade de governo determinada, abrangendo uma parcela de poder proporcional a sua importância para o bem-estar e a sobrevivência da comunidade”.

Nesse sentido, observou-se que, a partir da década de 2000, o argumento do “novo rural” passou a ser utilizado para justificar a necessidade de abandonar políticas agrárias e agrícolas voltadas para os setores mais fragilizados da produção familiar, em benefício de políticas de geração de empregos rurais não-agrícolas, limitando-se o apoio às atividades propriamente agrícolas das famílias rurais, àquelas consideradas competitivas, por ocuparem nichos de mercado envolvendo produtos de alto valor agregado, cuja produção requer o uso intensivo da força de trabalho (BUAINAIN et al, 2003).

Na última década está havendo uma tentativa de ressignificar o conceito de agricultor ou produtor rural familiar e de tornar esta categoria central um modelo de desenvolvimento (OLALDE e PORTUGAL, 2009). Conforme Favareto (2010, p.61),

é fundamental que o futuro das regiões rurais possa ser pensado em novas bases de relação entre sociedade, natureza e economia. A abordagem territorial do desenvolvimento abre uma porta interessante para transformar o ideal normativo contido na ideia de desenvolvimento sustentável em algo operativo por meio de políticas públicas.

A AF e a permanência da população no meio rural só poderá ser economicamente viável se forem consolidadas as políticas de crédito, extensão rural, pesquisa tecnológica e acesso aos mercados. Para Sachs (2001, p. 78-79),

os agricultores familiares afiguram-se como protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiães da paisagem e conservadores da biodiversidade. **A AF constitui assim, a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais** (geração de auto-emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) **e ambientais**. Além de que, nas condições brasileiras, nas quais, como já mencionamos, um décimo da população passa ainda fome, a meta da segurança alimentar continua bem atual [...] a AF afigura-se como uma peça-chave, embora não exclusiva, do desenvolvimento integrado e sustentável, a ser definido em escala local, tomando-se como unidade territorial o município ou eventualmente consórcios de municípios (grifo nosso).

Existe, contudo, um desafio que, conforme Favareto (2010, p. 61) “vem bloqueando o aperfeiçoamento da política de desenvolvimento territorial desde que ela foi introduzida. E esta dificuldade não se restringe ao Brasil, mas se repete em outros países latino-americanos”. E complementa:

a ascensão da ideia de AF, por exemplo, teve um portador claro: os movimentos sociais da AF em aliança com um pensamento científico e com gestores de políticas que viram neste público um segmento prioritário numa estratégia de desenvolvimento rural. Mas a ascensão da abordagem territorial do desenvolvimento traz um complicador: quem são os portadores dos interesses mobilizados nesta abordagem? Por definição, não se trata de um único portador, nem de um único segmento. Mais ainda, uma verdadeira estratégia territorial, por vezes teria que contrariar os interesses do agro e favorecer uma maior diversificação das economias locais (FAVARETO, 2010, p. 61).

Mesmo diante dos desafios apresentados, considera-se que a produção familiar é a principal atividade econômica de diversas regiões brasileiras e precisa ser fortalecida, pois o potencial dos produtores rurais familiares na produção de alimento, redução da pobreza e geração de empregos e renda, é relevante para o desenvolvimento do país. É preciso garantir a eles acesso ao crédito, condições e tecnologias para a produção e para o manejo sustentável de seus estabelecimentos, além de garantias para a comercialização dos seus produtos (LIMA e WILKINSON,

2002).

Para Favareto (2010), as tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural visam basicamente ao fortalecimento da produção agropecuária; à promoção da qualidade de vida nas regiões rurais; à inserção competitiva com diversificação das economias regionais, explorando suas novas vantagens comparativas e à participação social.

O meio rural tem um papel importante no desenvolvimento contemporâneo para o qual as ciências sociais começaram a despertar nos últimos anos. As funções convencionais de fornecimento de matérias-primas e mão de obra para o crescimento econômico são cada vez menos importantes diante dos próprios atributos territoriais que definem, conceitualmente, a ruralidade como: uma certa relação com a natureza (em que a biodiversidade e a paisagem natural aparecem como trunfos e não como obstáculos ao desenvolvimento) uma certa relação entre as cidades (de onde vem parte crescente das rendas das populações rurais) e uma certa relação dos habitantes entre si (que poderia ser definida pela economia da proximidade, por um conjunto de laços sociais que valorizam relações diretas de interconhecimento): estas características oferecem perspectivas promissoras ao processo de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2009, p. 15).

É importante que se considere o meio rural como o espaço de atividades variadas, reunindo uma multiplicidade de atores sociais e não apenas como o terreno de onde irão sair produtos agropecuários. O meio rural pode ser visto como base para a expansão de inúmeras atividades – baseadas em laços sociais entre indivíduos e instituições, públicas e privadas (ABRAMOVAY, 2009). É deste processo que emerge a questão da “governança”.

Conforme Pires *et al* (2011, p. 25), a governança acaba “designando as diversas formas de regulação e controle territorial implementados em diferentes tipos de redes e acordos entre atores sociais, que juntos definem mecanismos formais ou tácitos para resolver problemas inéditos”.

A governança refere-se à capacidade governativa, em sentido mais amplo, envolvendo, conforme Matias-Pereira (2010, p. 110) *apud* Diniz (1996), “a capacidade da ação estatal na implantação das políticas e na consecução das metas coletivas, incluindo o conjunto dos mecanismos e procedimentos para lidar com a dimensão participativa e plural da sociedade”.

Em complemento, a ótica da governança local visa, de acordo com Matias-Pereira (2010, p.110), “a inter-relação entre governo e agentes de mercado e atores sociais, em processo da promoção e coordenação de ações de inclusão social, consolidação e ampliação da participação do cidadão nos processos decisórios

relacionados às políticas públicas”.

Considera-se, para fins deste estudo, a governança com enfoque territorial. Os conceitos de governança territorial resultam das estratégias dos atores coletivos que se engajam para coordenar ações que permitam resolver problemas locais e regionais, oriundos da aglomeração, da especialização ou especificação territorial. Surgem de determinado contexto territorial – podendo ser um município, uma rede de municípios ou uma região – onde os atores locais relacionam-se e concebem instituições que os representem, além do próprio ambiente institucional pré-existente (PIRES et al, 2011).

A governança territorial pode ser verificada como uma instância institucional de exercício de poder de forma proporcional no nível territorial e sua prática pode incidir sobre três tipos de processos: (1) a definição de uma estratégia de desenvolvimento territorial e a implementação das condições necessárias para sua gestão; (2) a construção de consensos mínimos, através da instauração de diferentes formas de concertação social como exercício da ação coletiva; e, por fim, (3) a construção de uma visão prospectiva de futuro (DALLABRIDA, 2011).

Em regiões periféricas em que há o predomínio da AF, conforme Rambo e Costa (2008, p. 02), “a participação e o protagonismo da sociedade civil e demais atores locais, em ações voltadas ao desenvolvimento, colocam-se como essenciais para que estes processos venham atender as especificidades, as demandas, as necessidades territoriais”. Para Nunes et al (2014, p. 05),

a ação integrada do conjunto de políticas públicas sobre determinado território está condicionada, antes de tudo, a uma análise das características quase sempre heterogêneas que o espaço rural brasileiro apresenta. Os territórios, com a sua dinâmica e complexidade - muitas vezes, possuidores de certa diversificação do seu desenvolvimento rural - **constituirão estruturas de governança, ou arranjos institucionais, no nível micro e responderão de diferentes formas à introdução das políticas públicas oriundas de ambiente institucional no nível macro** (grifo nosso).

Em complemento, Rambo e Costa (2008, p. 02) destacam ainda que para a governança territorial ser efetiva para a AF, ela deve ser capaz de gerar um processo de desenvolvimento territorial que atenda ao menos três objetivos: “garantir a reprodução material enquanto produtores rurais, a preservação e manutenção das relações de sociabilidade e a coesão social em escalas locais/regionais”. Além disso, é importante que estes objetivos estejam sustentados

pelo empoderamento dos atores locais/regionais, já que a ideia de “poder”, está diretamente relacionada ao conceito de território.

2.3.3 Programas de apoio à Agricultura Familiar ao desenvolvimento dos territórios rurais brasileiros

Nas últimas duas décadas, conforme Fialho e Waquil (2008), os conflitos de interesses políticos e econômicos apresentaram sinais de mudança e iniciou-se uma reestruturação no plano das prioridades do governo federal, a exemplo da segmentação do ministério que anteriormente tratava das questões relacionadas à agricultura e pecuária e atualmente é composto pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Enquanto o MAPA tem a missão de “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”, o MDA, tem como área de competência, os assuntos relacionados à reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos produtores rurais familiares; e identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Verificou-se que o MDA, através da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), possui quatro eixos norteadores de ações e instrumentos de suas políticas, visando embasar as estratégias de desenvolvimento rural sustentável, que são os seguintes:

- ✓ Combate à pobreza rural: visa integrar e consolidar políticas, ações e programas, de caráter interministerial, alicerçados na garantia de assistência técnica e extensão rural e de renda mínima, no acesso a crédito e no apoio à comercialização);
- ✓ Segurança e soberania alimentar: visa à valorização e organização da oferta de alimentos produzidos pela AF;
- ✓ Sustentabilidade dos sistemas de produção: visa ao apoio necessário para ampliar o número de unidades familiares de produção que adotem práticas, insumos e princípios de manejo ecológico que contribuam para a construção de agriculturas sustentáveis;
- ✓ Geração de renda e agregação de valor: visa ao fortalecimento, por meio de alianças estratégicas, modelos e arranjos produtivos, de ações de cooperação e a concorrência, buscando viabilizar as economias dos pequenos e médios empreendimentos rurais (BRASIL, MDA, 2015).

Nessa perspectiva, identificou-se a existência de programas, instituídos pelo MDA, em nível federal, que poderiam contribuir para o desenvolvimento da AF e de territórios rurais. Os mesmos são apresentados na etapa de análise de dados

secundários neste estudo. Conforme De Almeida Silva e Neves (2014, p. 129), esses programas e ações “incentivam a regularização de terras, a implantação de infraestrutura e consolidação de atividades da AF e complementares, que visam à promoção do desenvolvimento local por meio de suas políticas públicas”.

2.4 O conceito de Desenvolvimento sustentável e suas dimensões de análise

A partir da década de 1950, a relação entre a questão ambiental e o desenvolvimento econômico passou a ser analisada como consequência de uma reavaliação dos resultados do crescimento econômico (DONAIRE, 1999).

A década de 1960 ficou marcada pela publicação do livro ‘Primavera Silenciosa’, da autora Rachel Carson, que se tornou um marco na história da gestão ambiental. Neste período, as instituições públicas e privadas começaram a ser cobradas com maior intensidade pela sociedade sobre a questão ambiental (PEREIRA, ZAMBRA e SOUZA, 2014).

Na década de 1970, outro fato importante foi o primeiro encontro mundial que teve o intuito de discutir os impactos ambientais provocados pelas atividades humanas: a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, que aconteceu em Estocolmo, na Suécia.

Um dos marcos que registra o aprofundamento do interesse acerca do meio ambiente é a obra intitulada “Limites do Crescimento”, publicada em 1972 e produzida por um grupo colegiado denominado Clube de Roma, liderado por cientistas, economistas, políticos, dentre outros. Este texto projetava uma catástrofe ambiental no prazo de 100 anos, caso o mundo mantivesse o mesmo ritmo de produção e consumo que estava vivendo naquele momento (PEREIRA, 2002).

Em 1987, foi publicado, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), da ONU, um estudo denominado Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório *Brundtland*, que criticou o modelo adotado pelos países desenvolvidos, por ser insustentável e difícil de ser copiado pelos países em desenvolvimento, sob pena de se esgotarem rapidamente os recursos naturais.

Na década de 1990, mais precisamente em 1992, por ocasião do vigésimo aniversário da Conferência de Estocolmo, foi realizada, no Rio de Janeiro, a Conferência Mundial sobre Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, denominada Eco 92 (ou Rio 92), que representou o auge do movimento em favor da

sustentabilidade ambiental (PEREIRA, ZAMBRA e SOUZA, 2014). Este evento é considerado um marco global das discussões sobre o assunto, pois teve a participação de representantes governamentais de todo o mundo. Seus principais resultados foram transformados em dois documentos importantes: a Carta da Terra (rebatizada de Declaração do Rio) e a Agenda 21.

A Agenda 21 refletiu o consenso global sobre o compromisso com o desenvolvimento sustentável (TACHIZAWA, 2002). A partir da Agenda 21, os países signatários se comprometeram a estabelecer metas socioambientais a serem atingidas no século 21.

A partir desses acontecimentos, observa-se, cada vez mais, um aumento das preocupações com as questões ambientais e com o Desenvolvimento Sustentável, seja por parte das instituições públicas ou privadas, bem como pelos consumidores deste mercado global. Várias ações em todas as partes do mundo surgiram para tornar isso concreto, como por exemplo, a Rio+10, o Protocolo de Kyoto, entre outras ações. Mais recentemente, em 2012, destacou-se a Rio+20, evento que trouxe à tona as discussões sobre problemas decorrentes de ações passadas e indicações de ações futuras (PEREIRA, ZAMBRA e SOUZA, 2014, p. 03 *apud* TACHIZAWA, 2002).

Entende-se que para se enfrentar o grande desafio da sociedade contemporânea, é necessária uma nova concepção de desenvolvimento, que minimize as desigualdades, que não destrua a natureza e que não comprometa o futuro, ou seja, um desenvolvimento econômico e ambientalmente sustentável, ao mesmo tempo em que socialmente solidário (PEREIRA, 2002).

No entanto, pode-se afirmar que o formato de desenvolvimento sustentável que se deseja ainda está muito distante de ser alcançado, em muitos países, em diversas regiões. A crítica de Veiga (2010, p. 37) vem ao encontro dessa afirmativa: “o lema do desenvolvimento sustentável, em muito se assemelha aos seus predecessores direitos humanos e justiça social [...] tão difícil de definir quanto fácil de ser visualmente reconhecido, pois esforços normativos de conceituá-los não conseguem superar certas dúvidas”.

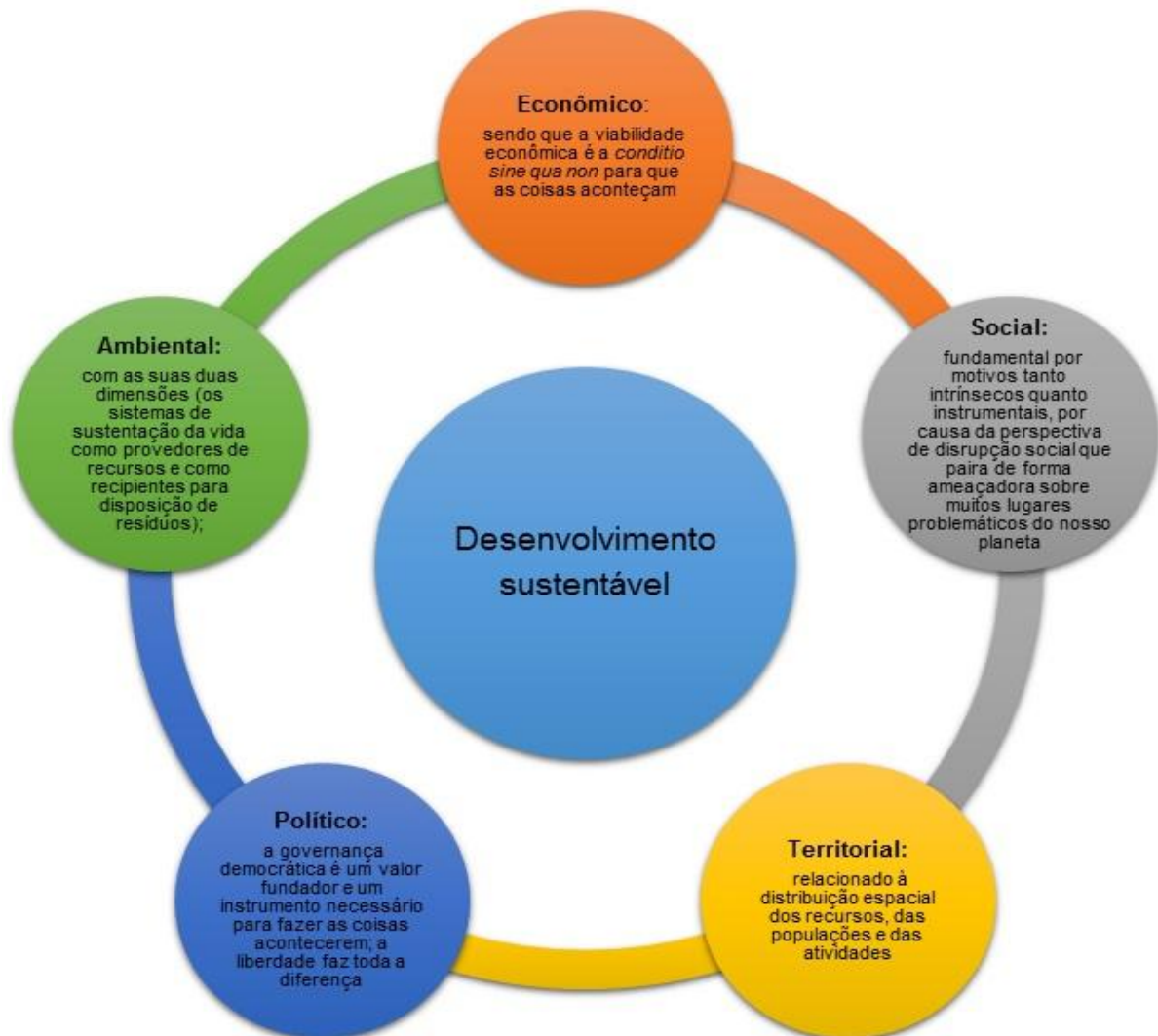
As discussões sobre o desenvolvimento sustentável refletem cada vez mais a necessidade de uma maior preocupação sobre o tema por parte das instituições e sociedade. Sachs (1993) afirma que ao planejar o desenvolvimento de uma sociedade visando à sustentabilidade, deve-se considerar cinco dimensões

específicas, quais sejam: social, econômica, ecológica, espacial e cultural, onde:

- a) **Dimensão econômica:** visa possibilitar a alocação e gestão mais eficiente dos recursos bem como o fluxo regular dos investimentos públicos e privados;
- b) **Dimensão social:** o foco é a redução substancial das diferenças sociais, ou seja, considerar o desenvolvimento multidimensional, que abrange as necessidades materiais e não-materiais;
- c) **Dimensão Ecológica:** Compreende a intensificação do uso dos potenciais inerentes aos variados ecossistemas, compatível com sua mínima deterioração. Deve permitir que a natureza encontre novos equilíbrios, através de processos de utilização que obedeçam a seu ciclo temporal. Implica também em preservar as fontes de recursos energéticos e naturais;
- d) **Dimensão Espacial:** Pressupõe evitar a concentração geográfica exagerada de populações, atividades e de poder, ou seja, a busca pelo melhor equilíbrio territorial e uma relação equilibrada entre cidade-campo, urbano-rural;
- e) **Sustentabilidade Cultural:** Significa traduzir o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada um.

Entretanto, mais recentemente, Sachs (2004, p. 14) cita “os cinco pilares do desenvolvimento sustentável”, como sendo: social, ambiental, territorial, econômico e político. Para fins deste estudo, prevalecerão as cinco dimensões desta obra mais recente. A Figura 4 apresenta estas dimensões e seus enfoques, com base em Sachs (2004, p. 14-15):

Figura 4 – Os cinco pilares do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Elaborado pela autora com base em Sachs (2004, p. 15).

Observa-se que a dimensão econômica, destacada por Sachs (2004), quando este se refere aos pilares do desenvolvimento sustentável, é destacada como condição *sine qua non* para que as demais dimensões possam ser pensadas.

Sachs (2004, p. 111) cita a necessidade de se desenvolver uma estratégia integrada de desenvolvimento que seja “ambientalmente sustentável, economicamente sustentada e socialmente incluyente” e, para que isto ocorra, é imprescindível que as políticas de desenvolvimento regional, territorial ou local, que visam contemplar a estratégia “integrada” de desenvolvimento, contem com a participação de todos os *stakeholders* deste processo.

2.5 Desenvolvimento sustentável e Agricultura Familiar

Conforme Picolotto (2011, p. 64), no Brasil, “foram três conjuntos de atores construtores e difusores da categoria da AF e dos seus sujeitos políticos: os produtores rurais familiares”.

O primeiro deles foi composto pelo debate acadêmico, que mostrou com propriedade o lugar que a AF ocupou em países desenvolvidos e as condições de precariedade que ela encontrou no Brasil; o segundo conjunto de atores é representado pelas ações do Estado, que contribuíram na definição oficial da categoria AF e com as políticas públicas que a fortaleceram e; o terceiro é representado pelo sindicalismo dos trabalhadores rurais e pelos movimentos sociais do campo que conseguiram organizar projetos de um novo lugar para a AF no país (PICOLOTTO, 2011).

Até a década de 1970, como afirmam Bertolini, Brandalise e Nazzari (2010), boa parte dos agricultores familiares brasileiros produzia alimentos para seu próprio consumo e comercializava apenas os excedentes. Seus principais problemas enfrentados na atividade estavam relacionados ao isolamento pela falta de estradas para transportar seus produtos agrícolas e a inexistência de um comércio próximo. Estes problemas ainda persistem em muitas localidades no Brasil, especialmente nas comunidades tradicionais, quilombolas, pesqueiras e indígenas.

Na década de 1990, a expressão “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro a partir de movimentos e manifestações políticas no setor, que posteriormente se materializaram em políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do revigoramento da Reforma Agrária. Nesse contexto, acirraram-se os debates e estudos sobre as relações da ruralidade com os impactos do progresso tecnológico, a temática ambiental e a sustentabilidade (SCHNEIDER, 2003).

De fato, a AF e o meio rural modificaram-se intensamente a partir dos anos 1990, quando uma nova forma de entender a vida no campo foi introduzida, questionando o modelo de modernização da agricultura da década de 1970. Essa nova visão, mais ampla, considera, além dos aspectos de produção – produtividade, mercados, rentabilidade – os aspectos sociais e ecológicos (NICHELE e WAQUIL, 2011). Assim, o conceito de sustentabilidade no meio rural pode ser colocado em primeiro plano no processo multidimensional e constitui:

a **trilogia competitividade-equidade-sustentabilidade**. Esta última intersecta transversalmente todos os componentes de qualquer estratégia de desenvolvimento rural e coloca uma visão espacial do processo. Ao mesmo tempo, modifica o paradigma tradicional de desenvolvimento rural, permitindo aos pequenos produtores e camponeses, com o seu grupo de ação, em um espaço determinado, realizar atividades em conjunto com outros atores sócio produtivos [...] (SEPÚLVEDA, 2005, p. 258).

Nesse aspecto, Sachs (2007) aborda que o ambiente é uma dimensão do processo de desenvolvimento e deve, portanto, ser internalizado em todos os níveis da tomada de decisão. Nesse aspecto, Pereira (2002), acrescenta a necessidade da criação de modelos e indicadores que possam ser integrados às ferramentas de gestão, seja na esfera pública ou privada, procurando formas de quantificar ações de desenvolvimento sustentável.

Embora a agricultura sustentável seja defendida e almejada por diferentes setores produtivos e por diferentes segmentos sociais, as alternativas de manejo agrícola sustentável, que permitem a minimização de danos ambientais, esbarram muitas vezes em interesses econômicos distintos. Além disso, mesmo quando se observa uma melhora na relação agricultura e ambiente, por meio de tecnologias consideradas menos agressivas, isto nem sempre está associado a uma sustentabilidade social (ASSAD e ALMEIDA, 2004). Conforme Green (2009, p. 138), os princípios fundamentais da agricultura sustentável são:

- ✓ Integrar processos biológicos e ecológicos naturais à produção de alimentos, como a regeneração do solo, a predação e o parasitismo.
- ✓ Minimizar o uso de insumos não renováveis que prejudicam o meio ambiente ou a saúde de agricultores e consumidores.
- ✓ Fazer uso produtivo dos conhecimentos e habilidades de agricultores.
- ✓ Trabalhar juntos para resolver problemas comuns de uma área como a gestão de pragas, bacias hidrográficas, sistemas de irrigação, florestas e créditos.

Segundo Dowbor (2003), é necessário que se estimule o desenvolvimento da AF com a criação de cinturões verdes nos municípios, provendo às populações locais a produção de gêneros alimentícios a preços inferiores, dada a redução de custos de transporte e armazenamento, além da oferta de produtos com qualidade superior (redução de agrotóxicos, formas econômicas de irrigação). O autor enfatiza que no Brasil existem iniciativas de tecnologias de baixo custo que permitem esse tipo de produção.

Nessa abordagem, Green (2009, p. 136), enfatiza que “a agricultura moderna deixou para o mundo um legado de camadas superiores do solo exauridas e

erodidas, escassez de água, salinização induzida pela irrigação, sistemas de água poluídos pelo escoamento de pesticidas e fertilizantes e uma biodiversidade reduzida, sem mencionar o aquecimento global”.

Deste modo, a agricultura precisará se adaptar a crescentes restrições ambientais e a inovação tecnológica desempenhará um papel importante nessa adaptação. Mas é importante ressaltar que os agricultores familiares precisarão se organizar e angariar o apoio do Estado para superarem sua relativa exclusão tecnológica. Se não fizerem isso, correm o risco de serem forçados a abandonar a atividade agrícola (GREEN, 2009).

No entanto, muitas vezes, não são os produtores rurais familiares que não inovam, mas são as tecnologias disponíveis que não são apropriadas. Em muitos casos, as tecnologias existentes não são adequadas à realidade da produção familiar. Nos últimos vinte anos, foram desenvolvidas tecnologias destinadas para a AF, mas em sua maioria não foram incorporadas e estas não se transformaram em inovação (BUAINAIN, 2007).

Conforme Guilhoto *et al* (2007), apesar da grande representatividade econômica e social da AF para o Brasil, os pequenos produtores rurais enfrentam diariamente muitas adversidades, como: insuficiência de terras e capital; dificuldades com financiamento (crédito); baixa disponibilidade tecnológica; fragilidade da assistência técnica; dentre outros.

Para entender o processo de esvaziamento do campo e de concentração agrícola, tomemos como exemplo os pequenos produtores de frutas e hortaliças. Aqueles que não dispõem de contratos com grandes grupos varejistas ficam à mercê de atravessadores¹² para atingir os canais de comercialização. Isso porque grande parte dos produtores não tem escala de produção que justifique o investimento em uma frota própria para realizar o transporte; tampouco têm uma estrutura de armazenagem refrigerada para estocar a produção [...]. Somam-se a isso a reduzida capilaridade e a péssima condição das estradas rurais de grande parte dos municípios brasileiros, o que acentua os problemas de fluxo de mercadoria a um custo aceitável (OLIVEIRA, 2014, p. 347).

Além disso, Green (2009, p.129) ressalta que “a contribuição de pequenas propriedades rurais para o crescimento geralmente diminui quando a economia deslança”. O autor cita que à medida que os salários sobem e o uso de

¹² Os atravessadores ou os intermediários são indivíduos que interferem na comercialização de um produto, ficando entre o vendedor e o comprador. Conforme o estudo de Santos e Mitja (2012, p. 44), “os atravessadores (intermediários) são considerados o “gargalo” da comercialização da AF no território do sudeste do Pará”. Eles adquirem os produtos por um preço baixo, remunerando mal o produtor familiar.

tecnologias aumenta, a vantagem comercial se direciona para grandes estabelecimentos rurais.

Para Guilhoto *et al.* (2007), o processo de modernização pelo qual passou e passa a agricultura brasileira, acaba trazendo mais benefícios aos empreendimentos rurais de maior porte (patronais). As divergências, em termos de tamanho, capital, tecnologia e objetivos difusos dos pequenos empreendimentos rurais, dificultam a sua organização e incutem para a busca interesses próprios, embora existam agrupamentos locais, como associações e cooperativas, que auxiliam o sistema familiar em determinadas regiões, mas que são inexistentes em outras.

Reconhece-se que a adoção de tecnologia é influenciada por um conjunto de fatores específicos que podem acelerar, retardar ou mesmo inviabilizar sua adoção por certos grupos de produtores rurais familiares. Esse conjunto de fatores diz respeito à questão macroeconômica, especificação das tecnologias, características particulares dos agricultores familiares, entre outros (SOUZA FILHO *et al.*, 2004).

O principal obstáculo no que se refere à adoção de tecnologias na AF está ligada a carência de recursos e o baixo nível de capitalização dos agricultores familiares. Embora relevantes, por si só essas restrições não são suficientes para explicar as barreiras enfrentadas pelos agricultores familiares que respondem pela sua trajetória tecnológica (SOUZA FILHO *et al.* 2004).

Para Green (2009, p. 136), cada vez mais a inovação tecnológica desempenhará um papel importante e por isso, os agricultores familiares precisarão se organizar e angariar o apoio do Estado para superarem sua relativa exclusão tecnológica. Para o autor, se isso não acontecer, os agricultores correrão o risco de serem forçados a abandonar suas atividades.

No que se refere aos aspectos relacionados à dimensão econômica, observa-se em determinadas regiões brasileiras, como no caso do Sul do Brasil, que os agricultores familiares têm buscado reduzir seus riscos econômicos e alimentares por meio da diversificação da produção e do autoconsumo (MORAES e SCHNEIDER, 2010).

Estas características econômicas, em muitas regiões, estão ligadas ao chamado *path dependence*¹³ (ou dependência dos caminhos), pois as difíceis

¹³ Favareto (2010, p. 309) cita o autor Douglas North (1990), que em seu estudo sobre a economia institucional, aborda a expressão “*path dependence*”, que está relacionada ao fato de que a dinâmica do desenvolvimento pode

condições enfrentadas pelos agricultores familiares no passado ainda não estão superadas para um número significativo de agricultores, tais como: o acesso precário aos mercados; imperfeições do processo de comercialização; insegurança alimentar por causa distância ou isolamento dos mercados; as acentuadas variações de preço entre as safras e entressafras e a ausência de mecanismos de financiamento e proteção contra os riscos (BUAINAIN *et al.*, 2007).

No âmbito da dimensão social, Sen (2010) escreve sobre o desenvolvimento na perspectiva da liberdade, citando que dentre os desafios cruciais do desenvolvimento inclui-se a necessidade de libertar os trabalhadores de um cativeiro explícito ou implícito que nega o acesso ao mercado de trabalho aberto. Acrescenta-se que o mercado de trabalho incentiva os processos de troca e comércio, o que transforma a vida econômica, social e familiar das pessoas. Em grande medida, os beneficiários podem permanecer em suas próprias casas (como na AF). Esta abordagem permite que esses beneficiários sejam tratados como atores intervenientes, mais do que como receptores passivos do assistencialismo governamental.

Sobre esta questão, Green (2009, p.141), acrescenta que “em muitas comunidades agrícolas mais afetadas pela pobreza, a solução não reside em inovações altamente tecnológicas, mas em uma melhor organização para aumentar seu poder no mercado”.

os agricultores familiares não têm poder suficiente, precisamente porque são pequenos, afetados pela pobreza e não estão organizados. Essa situação torna mais difícil para eles obterem informações sobre mercados e preços ou sobre créditos para investir ou simplesmente sobreviver entre as safras. Eles têm pouco poder de barganha porque não têm meios de transporte ou de armazenagem e não conseguem manter uma oferta estável de produtos. Eles são tomadores e não definidores de preços (GREEN, 2009, p. 141).

Sob este aspecto, Buainain *et al.* (2009, p. 16) discutem a tendência em se caracterizar a AF como um setor atrasado, do ponto de vista econômico, tecnológico, social e voltado fundamentalmente para a produção de produtos alimentares básicos, com uma lógica de subsistência. No entanto, esse pensamento não pode ser generalizado a ponto de criar uma imagem distorcida da AF.

O universo da AF brasileira é extremamente heterogêneo e inclui famílias com

ser impulsionada pela existência de incentivos e constrangimentos que reforçam uma determinada direção para as ações de indivíduos e organismos sociais, uma vez que ela tenha sido adotada.

dotação de recursos – terra, capacitação, organização, conhecimento e famílias muito pobres, que detêm, em caráter precário, um pedaço de terra que dificilmente pode servir de base para uma unidade de produção sustentável (BUAINAIN *et al*, 2009), o que exige ainda mais atenção no processo de direcionamento das políticas governamentais.

A melhor resposta à pobreza rural e à desigualdade não é abrir mão do Estado, e sim reformar e promover seu apoio ao setor agrícola e a agricultores familiares, principalmente nos estágios iniciais do desenvolvimento, bem como restringir a propensão de governos e latifundiários de intervir prejudicando agricultores em situação de pobreza. Estudos sobre experiências agrícolas bem-sucedidas revelam que a assistência governamental constitui o “pontapé inicial” do processo de transformação (GREEN, 2009, p. 149).

Na busca pelo desenvolvimento sustentável na AF, destacam-se os projetos que induzem à formação de associações ou cooperativas. Esta é uma possibilidade que pode auxiliar na organização de comunidades habituadas apenas à agricultura de subsistência, ao elevá-las numa perspectiva de competitividade, em mercados mais complexos, como o de fornecimento de insumos para a agroindústria, favorecendo a sustentabilidade na AF.

Entretanto, como observado por Maia (2014, p. 1084),

Nas áreas rurais, a falta de sucessores para a atividade agrícola ameaça a sustentabilidade da pequena unidade produtiva familiar a médio e longo prazos [...]. Os jovens são os que mais vêm deixando o meio rural [...]. A escolaridade também define as perspectivas de empregos nos setores mais desenvolvidos das áreas urbanas e cumpre um importante papel no aumento das chances de migração dos residentes rurais.

Diante da crescente demanda global por alimentos, do curso da pobreza e da onda de mudanças tecnológicas enfrentadas no meio rural, somente um esforço harmonizado por parte dos governos, empresas e cidadãos ativos e organizados, poderão deter a crescente desigualdade observada no mundo e reavivar a capacidade da agricultura de promover o crescimento e o desenvolvimento das regiões. De todo modo, é certo que muitas comunidades rurais experimentarão um futuro de migrações e envelhecimento populacional (GREEN, 2009).

2.6 Abordagem sistêmica na gestão de empreendimentos rurais da AF

Em Administração, a Teoria Geral dos Sistemas (TGS) pode ser considerada um “Divisor de Águas”. Caravantes (2005, p. 146) afirma que utiliza esta expressão ao se referir à TGS “pelo grau de relevância que ela apresenta para uma melhor

compreensão do fenômeno organizacional” e acrescenta que, “todas as teorias organizacionais relevantes surgidas após a TGS, nela se apoiam, explícita ou implicitamente”.

2.6.1 A gestão de organizações sob o enfoque sistêmico

As principais contribuições da abordagem sistêmica para os problemas relacionados à Gestão estão vinculadas à: facilitar o estabelecimento dos objetivos das organizações; estruturar a organização no que se refere a cada uma de suas partes e analisar seu relacionamento interativo com o ambiente organizacional - onde encontram-se os fatores ou variáveis não controláveis - e o processo de interação com outras organizações (OLIVEIRA, 2008).

Em 1951, o biólogo alemão Ludwig von Bertalanffy criou a Teoria Geral dos Sistemas (TGS), segundo a qual “os fenômenos sociais devem ser considerados como sistemas, por mais difíceis e mal estabelecidas que sejam atualmente as definições das entidades socioculturais” (BERTALANFFY, 2012, p. 26, original 1968).

Esta teoria é “moldada em uma filosofia que adota a premissa de que a única maneira inteligível de estudar uma organização era estudá-la como um sistema”, uma vez que a análise dos sistemas trata “a organização como um sistema de variáveis mutuamente dependentes”. Por conseguinte, “a teoria moderna das organizações conduzia quase inevitavelmente à discussão da teoria geral dos sistemas” (BERTALANFFY, 2012, p. 28, original 1968).

Sob o ponto de vista da gestão, um sistema possui os seguintes componentes: objetivos; entradas do sistema; processo de transformação; saídas do sistema; controle e as avaliações do sistema e; a retroalimentação, ou realimentação, ou *feedback* do sistema. Oliveira (2008, p. 224-225) explica cada um desses componentes (Figura 5):

- ✓ Os objetivos se referem tanto aos objetivos dos usuários do sistema quanto aos do próprio sistema considerado. O objetivo é a própria razão da existência do sistema, ou seja, é a finalidade para a qual o sistema foi criado;
- ✓ As entradas, cuja função caracteriza as forças que fornecem ao sistema o material, a energia e a informação para a operação ou o processo, o qual gera determinadas saídas do sistema que devem estar em sintonia com os objetivos anteriormente estabelecidos;
- ✓ O processo de transformação do sistema, que é definido como a função que possibilita a transformação de um insumo (entrada) em um

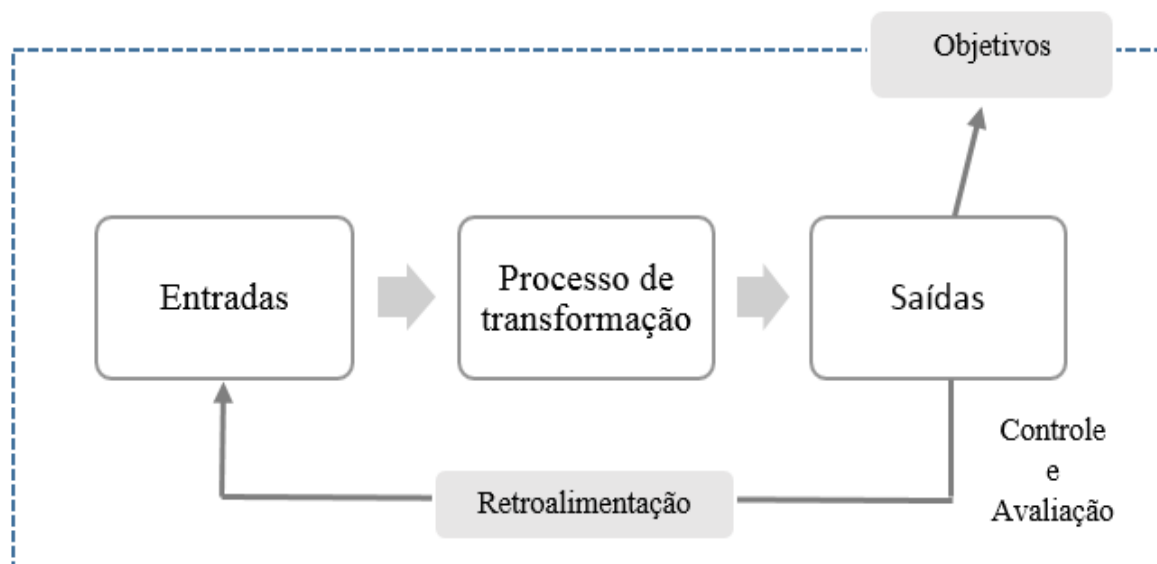
produto, serviço ou resultado (saída). Esse processador é a maneira pela qual os elementos componentes do sistema interagem no sentido de produzir as saídas desejadas;

✓ As saídas do sistema, que correspondem aos resultados do processo de transformação. As saídas podem ser definidas como as finalidades para as quais se uniram os objetivos, atributos e relações do sistema; e, tendo em vista o processo de controle e avaliação, devem ser quantificáveis, de acordo com critérios e parâmetros previamente fixados.

✓ Os controles e as avaliações do sistema, principalmente para verificar se as saídas estão coerentes com os objetivos estabelecidos. Para realizar o controle e avaliação de maneira adequada, é necessária uma medida do desempenho do sistema, chamada padrão; e

✓ A retroalimentação, ou realimentação ou feedback do sistema, que pode ser considerada como a reintrodução de uma saída sob a forma de informação.

Figura 5- Componentes de um sistema



Fonte: Elaborado pela autora com base em Oliveira (2008, p. 225).

O ambiente do sistema é, de acordo com Oliveira (2008, p. 226), “o conjunto de elementos que não pertencem ao sistema, mas qualquer alteração no sistema pode mudar ou alterar os seus elementos e qualquer alteração nos seus elementos pode mudar ou alterar o sistema”.

Para Megginson, Mosley e Pietri Jr, (1998, p. 67), “o ambiente organizacional é composto de fatores ou elementos externos e internos que lhe influenciam o funcionamento”. Mas, além dos componentes que existem no sistema, é importante destacar que o sistema tem limites, dentro dos quais se analisa como o ambiente influi ou é influenciado pelo sistema considerado.

O Quadro 2 considera os fatores que compõem o ambiente organizacional,

adaptado de Megginson Mosley e Pietri Jr. (1998) e Daft (2010), a fim de melhor atender à proposta deste estudo.

Quadro 2 - Detalhamento dos fatores nos três níveis do ambiente organizacional

NÍVEIS	FATORES	DESCRIÇÃO
<i>Macroambiente (Ambiente externo)</i>	Políticos/legais	Atividades do governo local, estadual, federal e legislações que tenham impacto significativo nas organizações. Exemplo: políticas públicas, legislações específicas a determinado setor.
	Econômicos	Crescimento, estabilidade ou declínio dos negócios; produto nacional e interno bruto de um país, nível de investimentos e total de vendas. Inflação, taxa de juros, decisões de investimentos e financiamento. Crédito. Renda. Em resumo, os fatores econômicos afetam “todas as organizações”.
	Tecnológicos	Meios pelos quais as organizações transformam os insumos em produto final, que podem variar de equipamentos ou materiais simples até sofisticados como computadores, automação, comunicação, indústrias.
	Sociais	Características das forças demográficas (tamanho da população, densidade, sexo, idade) e forças sociais que dizem respeito aos estilos de vida, valores da sociedade, questões de gênero, ambiente, dentre outros.
	Internacionais	Acontecimentos que ocorrem internacionalmente – seja no campo político, econômico, social ou ambiental (ecológico) - que podem afetar de algum modo a organização (crise mundial, problemas ambientais como as mudanças climáticas, insegurança alimentar. Especificamente neste estudo, enfatiza-se a questão ambiental atrelada a este fator.
<i>Ambiente de Tarefas (Operacional)</i>	Fornecedores	Pessoas ou organizações que irão fornecer os insumos necessários à produção, seja de produtos e/ou serviços.
	Clientes	Pessoas ou organizações que irão comprar produtos e/ou serviços da organização (consumidores).
	Concorrentes	Pessoas ou organizações que atuam no mesmo setor, com produtos e/ou serviços iguais ou semelhantes, que visam satisfazer as necessidades de um mesmo conjunto de clientes.
	Agências reguladoras	Órgãos que regula e fiscalizam a atividade de determinado setor, no que se refere aos direitos dos consumidores, legais, de segurança, da concorrência, do mercado e do ambiente.
	Grupos de interesse	Podem ser grupos de consumidores, defensores de causas sociais, sindicatos, associações, organizações do terceiro setor etc.
<i>Ambiente Interno (Microambiente)</i>	Gestão	Diz respeito ao processo de gerir o sistema (entrada, processamento, saída, controles, feedbacks), ou seja, refere-se ao processo de Gestão/Administração do Empreendimento Rural, com ênfase no Modelo ¹⁴ de Gestão (Patronal ou Familiar); o processo de planejamento e controle da produção (tecnologias do processo), finanças, pessoas, comercialização, dentre outros).

Fonte: Elaborado pela autora com base nos autores citados no item 2.6

Ao de analisar uma organização de modo “sistêmico”, é essencial compreender que, como um sistema aberto, a organização interage com o meio externo, onde estão os fatores de menor controle para uma organização.

O ambiente operacional, por sua vez, influencia diretamente no processo de

¹⁴ Ver Quadro 1 - Características da gestão na AF e Patronal.

input/output da organização. No ambiente interno encontram-se os fatores de maior controle por parte do gestor. Entretanto, o desconhecimento sobre gestão, a falta de capacitação dos recursos humanos, a utilização de máquinas/equipamentos rudimentares, os problemas relacionados à cultura ou até mesmo uma visão demasiadamente tradicional, poderá fazer com que já no ambiente interno, os fatores tornem-se incontroláveis.

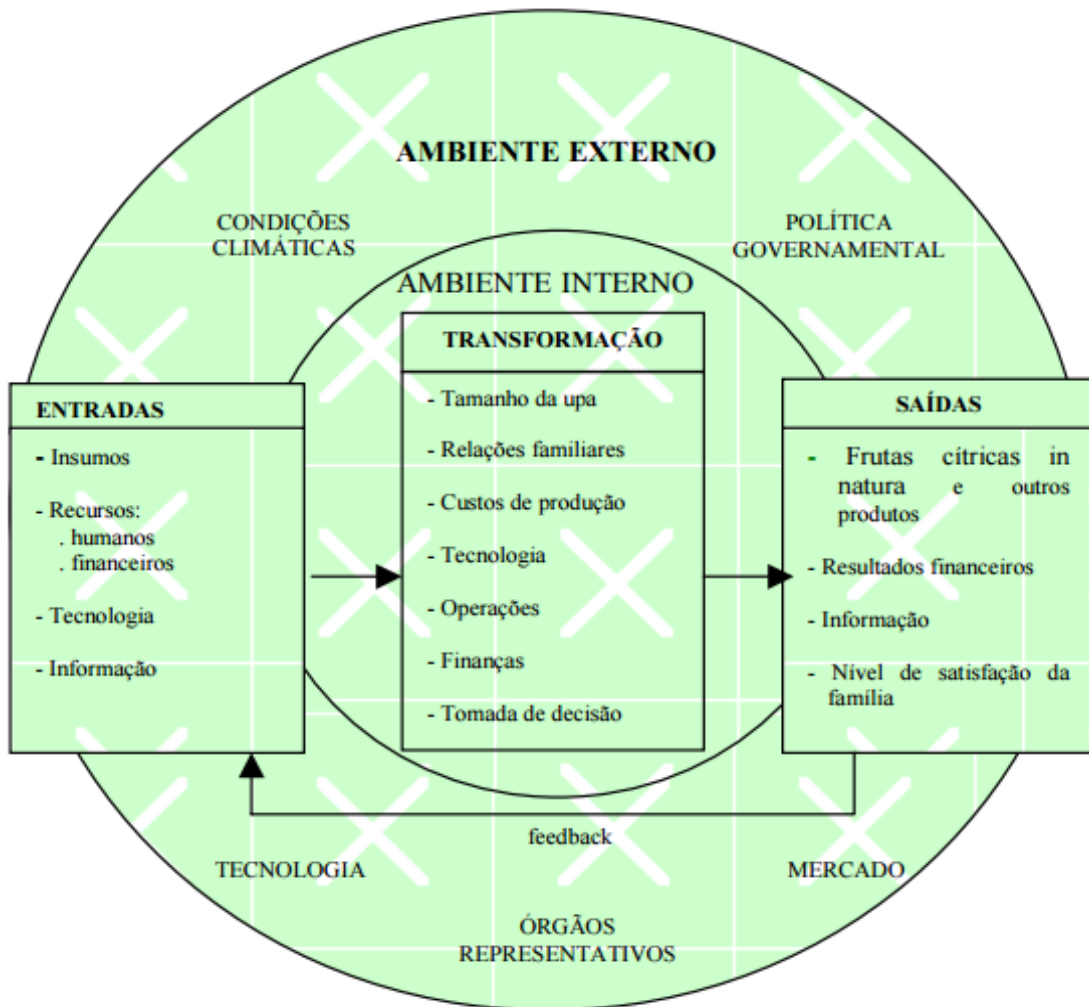
2.6.2 A gestão de pequenos empreendimentos rurais da agricultura familiar sob o enfoque sistêmico

Para Batalha, Buainain e Souza Filho (2009, p. 47),

os desafios gerenciais da AF situam-se em dois níveis diferentes de atuação: gestão do sistema e da propriedade. O primeiro nível refere-se à necessidade de desenvolver capacidade e ferramentas para abordar as relações sistêmicas dos agricultores familiares com os outros agentes das cadeias agroindustriais até – e talvez particularmente – as relações entre os próprios agricultores familiares. O segundo nível refere-se à gestão individual das propriedades.

Nesse contexto, o trabalho de Romeiro (2002) contempla, por meio da visão sistêmica, alguns dos fatores presentes no ambiente interno e externo de pequenas unidades de produção familiar de Citrus, localizadas em Bebedouro, São Paulo. No estudo, foram verificados alguns dos fatores condicionantes do processo de gestão na empresa rural. A Figura 6 apresenta os fatores verificados nesse levantamento:

Figura 6 - A visão sistêmica da pequena unidade familiar de Citrus (em Bebedouro, São Paulo)



Fonte: Romeiro (2002, p. 47).

Romeiro (2002) verificou que os principais fatores externos que condicionavam a gestão e a racionalidade de agricultores familiares de citros eram o clima e a política governamental e os fatores internos eram as finanças e os custos. Identificou ainda que os pequenos citricultores familiares geriam seus negócios reagindo às contingências ambientais pela sua experiência e restrições, recorrendo apenas eventualmente às orientações técnicas, o que os caracterizava como agricultores com visão “tradicional”.

Nesse sentido, inúmeras são as variáveis que podem interferir no sucesso de um empreendimento rural. Ao mesmo tempo, vários são os fatores condicionantes dos resultados técnicos e econômicos obtidos pelos agricultores, sendo difícil determinar aqueles que contribuem para o bom desempenho do seu

empreendimento. Entretanto, pode-se destacar que o desempenho, seja positivo ou negativo, pode estar relacionado à organização e à visão sistêmica inerente à prática da gestão em empreendimentos rurais (CELLA, 2002).

Os resultados do estudo desenvolvido por Lourenzani e Souza Filho (2009) mostram que o funcionamento do empreendimento rural familiar é resultado de uma estrutura complexa, composta por diversas variáveis interdependentes, onde a gestão dos empreendimentos rurais pode receber influências positivas ou negativas, decorrentes do ambiente organizacional em que estes estão inseridos.

Outro exemplo é que as questões relacionadas ao grau de especialização e inserção ao mercado são cruciais para compreender não apenas a estratégia de reprodução dos agricultores familiares, mas também as perspectivas de sustentabilidade e evolução. Esses indicadores refletem, de um lado, a estratégia de reprodução dos agricultores familiares e, por outro, o conjunto de restrições, tanto micro, meso e macro, com as quais se defrontam os agricultores, e que sem dúvida rebatem nas estratégias adotadas (SOUZA FILHO *et al*, 2004).

Assim, os desafios impostos aos agricultores familiares corroboram com o que Sachs (2004, p. 53) abordou como requisitos para a modernização dos empreendimentos de AF. Segundo o autor, seriam necessários pelo menos quatro requisitos fundamentais para que o agricultor familiar obtivesse sucesso na gestão de seu empreendimento: Acesso a tecnologias apropriadas (intensivas em conhecimento e em trabalho, porém poupadoras de capital e recursos) e a serviços de extensão e capacitação eficientes; Créditos subsidiados para produção e investimentos; Garantia de preços mínimos, acesso aos mercados e atendimento preferencial nos mercados institucionais (compras públicas) e Assistência Técnica para o agricultor familiar, que vai desde a produção à comercialização de produtos, com ênfase na identificação de nichos de mercado (queijos, frutas, hortaliças).

Os gargalos existentes no setor da AF estão ligados aos processos de comercialização e acesso aos mercados, inadequação de embalagens, instalações e tecnologia de produção e, principalmente, no que diz respeito à legislação sanitária e à qualidade destes produtos. A garantia da qualidade de produtos produzidos em larga escala está diretamente ligada à padronização dos processos que, por sua vez, requer investimentos altos em maquinário e instalações, o que traz dificuldades para as classes menos favorecidas de agricultores, com menor poder aquisitivo. Esses, na sua maioria, são os agricultores familiares, que não podem adequar-se às

normas de padronização determinadas pelas instituições governamentais que regulam esses processos (NEUMANN, 2007).

Além disso, há inúmeras oportunidades para os agricultores familiares que não são de interesse das grandes indústrias integradoras, que poderiam ser melhor exploradas por estes agricultores de uma forma articulada. Uma das maneiras de fortalecimento da AF é agregar valor aos produtos por meio do desenvolvimento da comercialização de produtos que destacam características inerentes à pequena produção, conforme Zambra, Trigueiro e Pereira (2014) *apud* Buainain *et al* (2007, p. 133): o caráter social da AF; a territorialidade do local onde esses produtos são fabricados; o sabor diferenciado originado de alguma característica artesanal do processo produtivo; a justiça social implícita em produtos que aumentem a renda dos pequenos agricultores

Todavia, existem divergências em relação ao modelo proposto para a AF: há uma visão em que o agricultor familiar está fortemente inserido nos mercados e procura sempre adotar novas tecnologias, e outra que destaca a autonomia relativa do pequeno agricultor, enfatizando a utilização de recursos locais e a diversificação da produção (OLALDE e PORTUGAL, 2009).

Atualmente, as transformações do modo de produção na AF concentram-se no campo da organização e construção de novos valores culturais, assim como na composição de novas formas de organização da produção e da agregação da renda. As mudanças também atingem diretamente o processo de desenvolvimento tecnológico da produção, em virtude dos novos padrões de qualidade exigidos pelo mercado. Estes padrões tecnológicos, tendencialmente, estão voltados para a produção ecológica e para os processos de garantia de sanidade e higiene nos processos produtivos (ZAMBRA, TRIGUEIRO e PEREIRA, 2014 *apud* BERTOLINI, BRANDALISE e NAZZARI, 2010). Conforme os autores Schwantes, Basso e Lima (2011, p. 88 e 89),

há que se pensar em uma mudança no tipo de relacionamento dos diferentes mercados com os segmentos da AF. As agroindústrias processadoras, por exemplo, impõem um processo permanente de aumento de produtividade física das culturas e criações e, com isso, acabam elegendo como parceiros privilegiados os agricultores familiares capitalizados. Se o objetivo for incluir o maior número possível de agricultores em um projeto sustentável de desenvolvimento, deve-se pensar, no âmbito das políticas públicas, na criação de um ambiente institucional que induza os agentes dos diferentes mercados a manterem relações privilegiadas com esse público específico, notadamente aquelas que envolvem atividade agrícola com maior potencial de agregação de

renda, como é o caso das produções de leite, suínos, aves, hortifrutigranjeiros, dentre outras.

Acrescenta-se ainda que, “o agricultor familiar, ao garantir o alimento para sua própria subsistência, dispõe para a venda o excedente de sua produção, mas, como não possui uma estrutura de armazenamento capaz de conservar seus produtos, precisa vender na primeira oportunidade para não perder a produção” (SANTOS e MITJA 2012, p. 44).

No que se refere às particularidades inerentes à gestão dos empreendimentos da AF, Buainain (2007) destaca a necessidade de tecnologias de gestão, de produto e de processo envolvem o *mix* de produtos; comercialização, distribuição, gestão de custos, administração financeira, recursos humanos, planejamento da produção, logística, controle da produção, tecnologia da informação, gestão ambiental, dentre outras que são áreas imprescindíveis para o conhecimento do agricultor familiar. Conforme o estudo realizado por Batalha, Buainain e Souza Filho (2009, p. 58-59), observa-se nos empreendimentos de AF que:

[...] no tocante às práticas de gestão adotadas pelos proprietários/gerentes, vê-se que a imperícia e a falta de práticas formais de controle prejudicam a implementação de um sistema de melhoria gerencial [...] os meios utilizados pelos produtores para o registro das informações são: registros em papel, planilha eletrônica e até mesmo “de cabeça” [...] Essas informações dão ideia de dimensão do desafio [...] como a inexistência de computadores em praticamente todas as propriedades. Pode-se supor que essa situação [...] é ainda mais grave em regiões menos desenvolvidas [...] essa constatação, mais do que apontar para dificuldades conhecidas, reforça o argumento sustentado aqui sobre a necessidade de desenvolver tecnologias de gestão adequadas aos agricultores familiares.

Resumidamente, o que se pretende mostrar através do Referencial Conceitual desenvolvido neste estudo, é que existem determinados fatores presentes no ambiente organizacional de pequenos empreendimentos rurais, que podem intervir decisivamente na gestão destes e, nesta perspectiva, uma análise conjunta de discussões sobre a abordagem regional/territorial do desenvolvimentos, sobre as dimensões do DS e ainda, a abordagem sistêmica da administração, poderão contribuir, durante a pesquisa empírica, na identificação e análise dos fatores de maior criticidade na AF no território investigado.

Deste modo, passa-se à discussão dos procedimentos metodológicos necessários, especialmente no se diz respeito às técnicas adotadas para consecução dos objetivos estabelecidos na pesquisa.

3 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse capítulo apresenta o percurso metodológico e o detalhamento descritivo de cada uma das etapas da pesquisa:

- ✓ Planejamento da pesquisa, onde é descrito o caminho percorrido, desde a ideia inicial do estudo, até a proposição da tese;
- ✓ Desenvolvimento do Referencial Conceitual, a partir da investigação bibliográfica e documental, cujas definições, conceitos e discussões serviram de base para elaboração do instrumento de pesquisa, aplicado aos agricultores familiares, e do roteiro de entrevistas, realizado com agentes governamentais e demais atores envolvidos com o objeto de estudo. A revisão contribuiu para definir as dimensões, fatores e categorias de análise no estudo;
- ✓ Definição da abordagem da pesquisa de Métodos Mistos, em que se optou pela união de fases quantitativa e qualitativa, a partir da estratégia de projeto convergente paralelo (CRESWELL, 2013).
- ✓ Descrição do processo de coleta de dados primários, onde é detalhado, passo-a-passo, cada procedimento executado durante a coleta de dados em campo (aplicação de instrumento/questionário aos agricultores familiares e desenvolvimento de entrevistas com agentes governamentais e demais envolvidos).
- ✓ Detalhamento das técnicas de análise de resultados e triangulação dos dados, onde são apresentadas as técnicas utilizadas para analisar os resultados, provenientes da coleta de dados secundários e primários (fase qualitativa e quantitativa), a triangulação de métodos e dados e a síntese dos procedimentos metodológicos.

3.1 O planejamento da pesquisa

Este estudo partiu de um raciocínio indutivo, aperfeiçoado por meio de leituras e estudos em publicações, sobre temas ligados a gestão de empreendimentos rurais, AF, administração rural e gestão agroindustrial, bem como políticas públicas para o desenvolvimento de empreendimentos rurais, especialmente os da AF.

Para a definição da proposta inicial do projeto, foi feita uma pesquisa em dados e informações estatísticas em relatórios, boletins e censos referentes à AF no

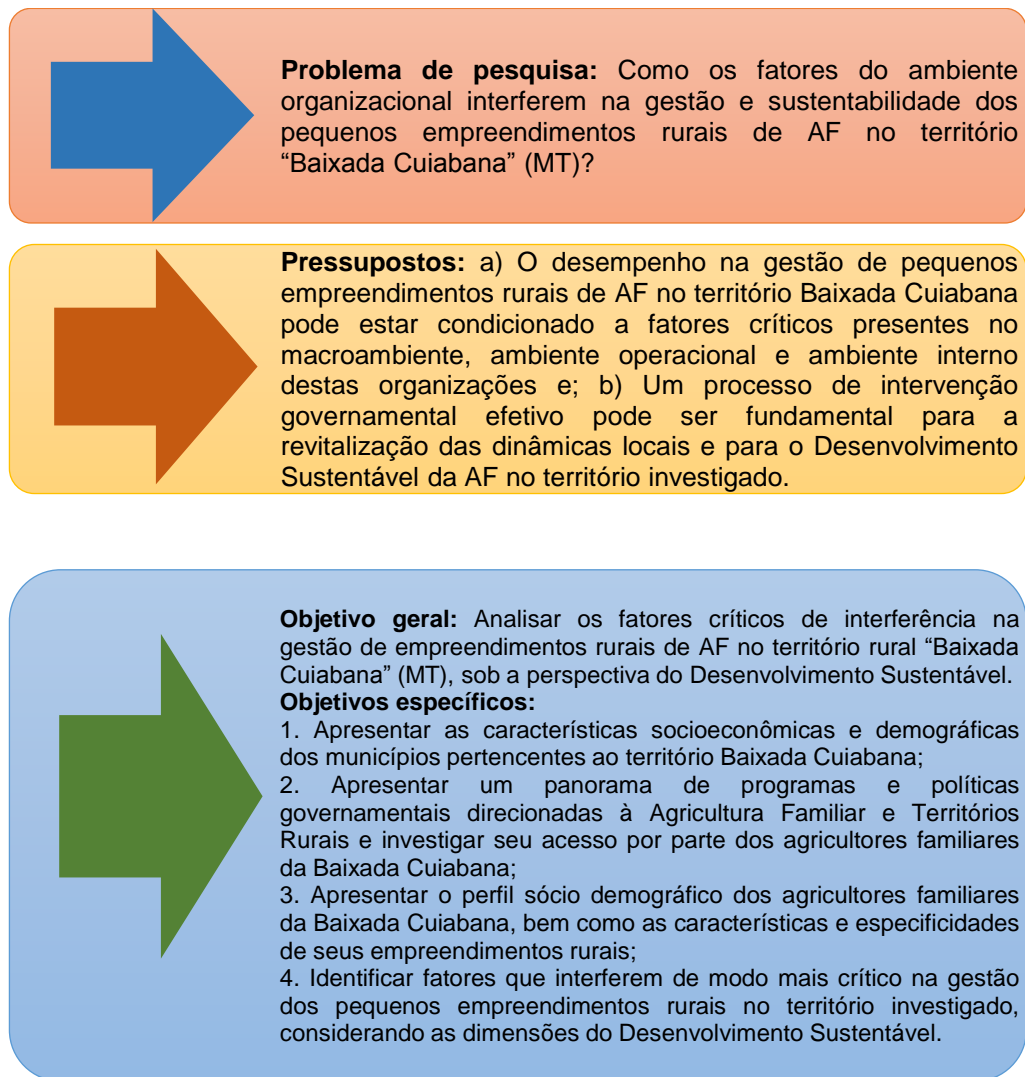
Brasil e em Mato Grosso, em conjunto com as sondagens e conversas informais, feitas em visitas às comunidades rurais e órgãos setoriais, especialmente vinculados ao território da Baixada Cuiabana.

Durante o cumprimento dos créditos (disciplinas) de doutoramento, a proposta foi transformada em projeto de pesquisa. No segundo semestre de 2013, o projeto foi adequado às normas e submetido à Edital de Fomento do CNPQ, específico para pesquisas de Pós-Graduação na área das Ciências Sociais Aplicadas, chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 43/2013, tendo sido aprovado e implementado em dezembro de 2013, com prazo de duração de 24 meses para execução.

Na fase pós-implantação do projeto aprovado, a autora e a orientadora organizaram o Planejamento da Pesquisa, iniciando pela revisão do texto nos quesitos: problema; pressupostos; objetivos; desenho da tese e delineamento de procedimentos metodológicos. Em seguida, foram revisadas e ampliadas as discussões teóricas para o capítulo da Revisão de Literatura e propostas as questões norteadoras que estariam presentes no roteiro de entrevista a ser aplicado aos agentes governamentais e atores envolvidos, bem como as questões do questionário, aplicado aos agricultores (as).

Posteriormente, o Projeto de Pesquisa foi submetido ao processo de Qualificação de Tese, tendo sido aprovado em 10 de outubro de 2014. Os membros da Banca Examinadora aprovaram o projeto e fizeram sugestões de correções e inserções. Todas as revisões e inserções feitas no Projeto, pós-qualificação, seja na etapa introdutória, Revisão de Literatura ou no delineamento dos procedimentos metodológicos, foram desenvolvidas com o intuito de atender, ao máximo, os objetivos do projeto submetido ao CNPQ e as sugestões dos membros da Banca Examinadora na Qualificação. No presente capítulo, considerou-se pertinente relembrar o leitor, por meio da Figura 7, o que este estudo propôs.

Figura 7 – Problema, pressupostos e objetivos da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

3.2 O desenvolvimento do Referencial Conceitual

Nesta etapa foram selecionadas obras pertinentes para compor um cabedal bibliográfico, em livros, teses, dissertações e artigos científicos, publicados nos principais periódicos e anais de eventos nacionais/internacionais, classificados na área ACT (Administração, Ciências Contábeis e Turismo), no Qualis/CAPES. Buscou-se obras pertinentes ao tema, ligados às demais áreas das Ciências Sociais e Multidisciplinar. Feito isto, partiu-se para a etapa de sistematização das discussões, por meio de leituras, citações e resenhas.

Em complemento, elaborou-se um banco de dados do tipo documental, onde foram selecionadas leis, planos, planilhas, boletins e relatórios provenientes de pesquisas secundárias, desenvolvidas por institutos de pesquisa de nível nacional e

órgãos governamentais da esfera federal, estadual e municipal. Estes dados contribuíram significativamente para justificar as discussões no decorrer dos capítulos, especialmente no capítulo 4 (quatro), na análise dos resultados, onde os dados secundários¹⁵ permitiram a caracterização e análise socioeconômica-demográfica dos municípios e do território investigado.

Desse modo, este banco de dados foi composto por documentos externos e internos, das seguintes instituições: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério da Integração (MI); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Secretarias do Governo de Mato Grosso, ligadas às áreas de Planejamento, Desenvolvimento e AF; Empresa Mato-grossense de Pesquisa e Extensão Rural (EMPAER) e Secretarias dos municípios do Território Baixada Cuiabana, responsáveis pelas demandas econômicas, sociais e ambientais da população rural (especialmente ligados à AF) e demais setores envolvidos.

3.3 Definições da abordagem da pesquisa de Métodos Mistos

O debate acadêmico-científico, sobre a utilização de abordagens quantitativas ou qualitativas nas pesquisas em ciências sociais aplicadas, continua mostrando a existência de dificuldades, ainda não superadas, de se proceder a uma escolha entre estes dois tipos de metodologia. Neste sentido, vale ressaltar que uma metodologia quantitativa, não significa necessariamente rigor, assim como a qualitativa, não significa apenas inexatidão e pura conjectura (BERTERO, 2013).

Assim, este estudo foi desenvolvido de modo a mostrar que a complementaridade das abordagens pode trazer resultados satisfatórios às ciências sociais aplicadas. Considerando que um projeto de pesquisa envolve a intersecção entre sua concepção filosófica, as estratégias de investigação selecionadas e os métodos de pesquisa (CRESWELL, 2010), optou-se pela concepção filosófica “pragmática”.

O pragmatismo, enquanto concepção surge mais de ações, situações e consequências do que das condições antecedentes. Há uma preocupação com as

¹⁵ As pesquisas de campo utilizam-se da coleta de dados primários, onde ocorre a coleta na fonte e coleta de dados secundários, em que são extraídos dados de estatísticas já publicadas (COLLIS, 2005).

aplicações, com o que funciona, com as soluções para os problemas, ou seja, ao invés de se concentrar esforços em traçar o melhor método, os pesquisadores pragmáticos enfatizam o problema de pesquisa e utilizam todas as abordagens disponíveis para entender e/ou encontrar explicações para as questões-problema. Assim, os pesquisadores são livres para escolher os métodos, as técnicas e os procedimentos de pesquisa que melhor se ajustem às suas necessidades (CRESWELL, 2010).

Creswell (2010, p. 35) acrescenta que o “pragmatismo abre a porta para múltiplos métodos, diferentes concepções e suposições, assim como para diferentes formas de coleta e análise de dados”. Por este motivo, optou-se pela estratégia de investigação que combina métodos de abordagens quantitativo e qualitativo, ou seja, o método misto.

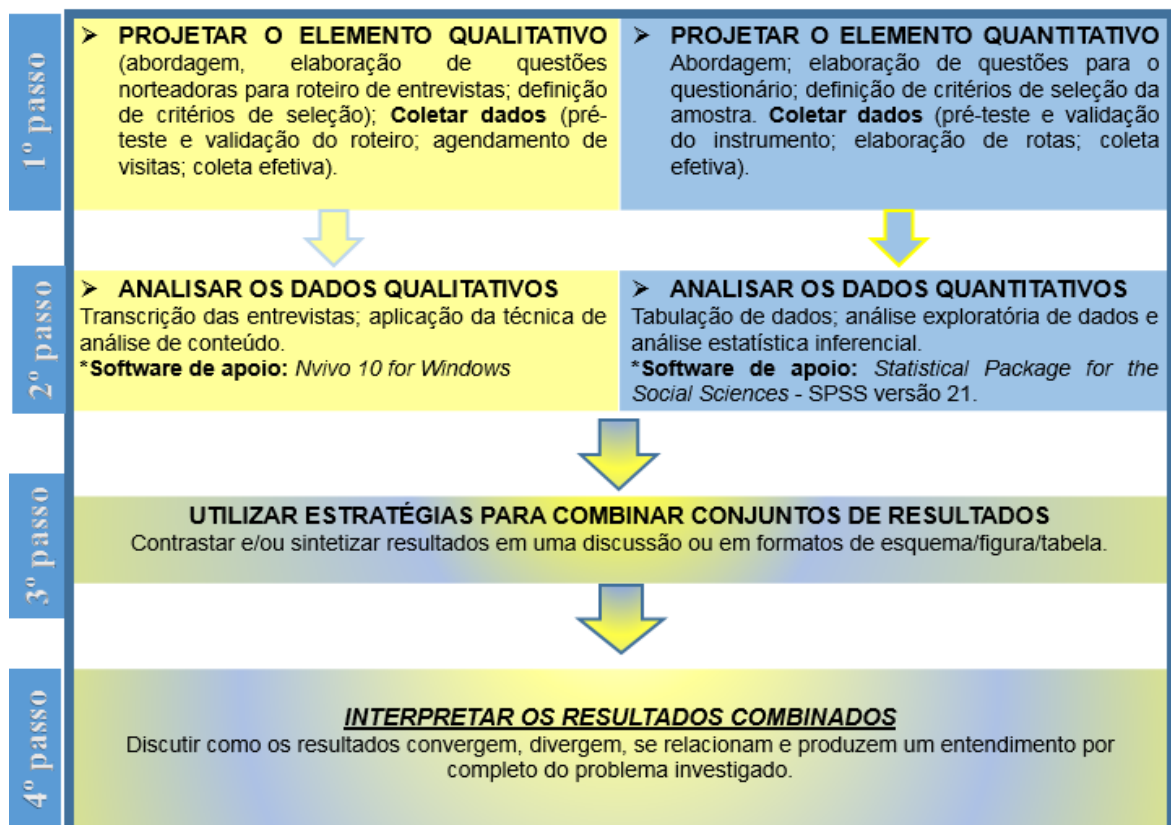
O conceito de misturar diferentes métodos originou-se em 1959, onde as abordagens associadas aos métodos de campo, como observações e entrevistas (dados qualitativos) passaram a ser combinadas com levantamentos tradicionais (dados quantitativos) (CRESWELL, 2010), sendo que para Collis e Russey (2005, p.81), é “perfeitamente passível, e até vantajoso, usar os métodos qualitativos e quantitativos para coletar dados”.

No que se refere à estratégia de investigação, Creswell (2013, p. 76) esclarece que “a abordagem mais conhecida dos métodos mistos é o projeto convergente”. Este tipo de projeto ficou conhecido inicialmente como triangulação, em que dois métodos diferentes são utilizados a fim de se obter dados triangulados sobre um único objeto de investigação. O projeto convergente ocorre quando o pesquisador coleta e analisa tanto os dados quantitativos como qualitativos durante a mesma fase do processo de pesquisa, reunindo os dois conjuntos de resultados para posteriormente desenvolver uma interpretação geral (CRESWELL, 2013). Sendo assim, o principal intuito de um projeto convergente é a obtenção de dados diferentes, mas complementares sobre um mesmo objeto, visando o melhor entendimento do problema de pesquisa.

Nesse ambiente, destaca-se o projeto convergente paralelo, que é utilizado quando o pesquisador deseja, segundo Creswell (2013, p. 76) “triangular os métodos comparando e contrastando diretamente os resultados estatísticos quantitativos com os achados qualitativos para propósitos de corroboração e validação”.

A escolha do projeto convergente paralelo, no caso deste estudo, se justifica pelo fato de não haver a necessidade de coleta de dados de forma sequencial. Ao contrário, observou-se que os dados primários faziam menção aos secundários, que por sua vez induziam a novos atores e a novas possibilidades de entrevistas, importantes para o escopo da pesquisa. Observou-se ainda que, tanto os dados qualitativos quanto os quantitativos, seriam igualmente relevantes para atender os objetivos da pesquisa. Assim, desenvolveu-se, conforme sugerido em Creswell (2013), os quatro passos para a implementação do projeto convergente paralelo, (Figura 8).

Figura 8 - Quatro passos para implementação do projeto convergente paralelo



Fonte: Elaborado a partir de Creswell (2013, p. 82).

Na abordagem de métodos mistos deste estudo, optou-se pela estratégia convergente paralela, que permitiu uma redução do tempo de estadia nos municípios do território investigado, e conseqüentemente, contribuiu para minimizar os custos, adequando-os aos recursos disponíveis para pesquisa, bem como cumprir o cronograma de entrega de relatórios técnicos e de prestação de contas ao

CNPQ.

Durante o processo de coleta de dados primários, a utilização da estratégia convergente paralela trouxe resultados satisfatórios para este estudo, já que se mostrou adequada em relação à:

- ✓ Recursos (técnicos, humanos e financeiros) disponíveis;
- ✓ Dificuldades de acesso às comunidades rurais (má conservação de estradas, pontes e atoleiros que são comuns nas épocas de período chuvosos em regiões pantaneiras);
- ✓ Baixa densidade populacional no meio rural em determinadas localidades e, conseqüentemente, maior distância percorrida entre os empreendimentos rurais para encontrar agricultores respondentes.

3.4 Descrição do processo de coleta de dados primários

Nesta etapa são detalhados os procedimentos de execução da coleta de dados em campo, desde a definição do público-alvo; critérios de amostragem e realização das entrevistas e aplicação de questionários.

Após serem feitas as correções e inserções no projeto pós Qualificação, foram executados os quatro passos de implementação da estratégia de projeto convergente paralelo (Figura 8):

- ✓ Projetar os elementos quantitativos/qualitativos e suas respectivas técnicas de coleta de dados;
- ✓ Analisar os dados quantitativos e qualitativos;
- ✓ Utilizar estratégias para combinar conjuntos de resultados e;
- ✓ Interpretar o conjunto de dados combinados (triangulação).

3.4.1 Projeção dos elementos qualitativo e quantitativo

Na **projeção do elemento qualitativo**, foram definidas três questões norteadoras para compor o **roteiro de entrevista**, o qual possui uma estrutura com flexibilidade para incluir novos questionamentos no decorrer da entrevista (HAIR, 2005).

As questões norteadoras do roteiro foram elaboradas contemplando as seguintes dimensões: política, econômica, social, ambiental e de gestão, sendo que a versão final deste roteiro pode ser encontrada no Apêndice I deste estudo.

Quanto à técnica de seleção dos entrevistados, optou-se pela **amostragem**

não probabilística¹⁶ **intencional** (ou por julgamento), tendo sido considerados alguns dos elementos mais representativos da amostra, já que os selecionados mantinham, à época, um contato mais próximo com os agricultores (as) familiares do território e localidades. Portanto, definiu-se o **público-alvo** para as entrevistas e os **critérios de seleção**. Os entrevistados (as) deveriam ser:

- a) Agentes/representantes governamentais dos municípios do Território Baixada Cuiabana, ligados às Secretarias de Agricultura, Desenvolvimento ou Meio Ambiente;
- b) Agentes/representantes governamentais do governo estadual, ligados à Secretaria de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários;
- c) Agentes/representantes governamentais do governo federal, ligados ao ministério de Desenvolvimento Agrário;
- d) Representantes da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A (Empaer);
- e) Representantes de Cooperativas, Associações e demais instituições parceiras e envolvidas com o setor de AF no território Baixada Cuiabana.

No que se refere à projeção do **elemento quantitativo**, inicialmente foram elaboradas as questões para compor o **instrumento de pesquisa**, que foi dividido em blocos, com as seguintes dimensões:

- a) Dimensão **perfil do agricultor/empreendedor rural** familiar;
- b) Dimensão **características do empreendimento rural**;
- c) Dimensões **Econômica, Social, Ambiental, Política**;
- d) Dimensão de **Gestão** do empreendimento rural.

As dimensões **perfil do agricultor/empreendedor rural familiar** e **características do empreendimento/propriedade rural** possuem questionamentos relevantes para atender ao segundo objetivo específico do estudo.

As dimensões **econômica, social, ambiental, política** e de **gestão**, foram definidas visando ao levantamento de dados e informações que pudessem contribuir para atingir os demais objetivos específicos. Assim, os blocos c) e d) possuem questionamentos que vão ao encontro, em boa parte, dos fatores do

¹⁶ Na técnica de amostragem não probabilística, o pesquisador define um subgrupo de uma população no qual a escolha dos elementos não depende da probabilidade, e sim das características da pesquisa. Em oposição, na técnica de amostragem probabilística, o pesquisador define um subgrupo da população no qual todos os elementos possuem a mesma possibilidade de serem escolhidos.

macroambiente, ambiente operacional e ambiente interno, que influenciam no funcionamento das organizações, conforme detalhado no Referencial Conceitual (Quadro 3):

Quadro 3 – Fatores influenciadores no ambiente das organizações

Nível: Macroambiente (Geral)	Nível: Ambiente De Tarefas (Operacional)	Nível: Microambiente (Interno)
Fatores	Fatores	Fatores
Políticos/legais	Fornecedores	Gestão
Econômicos	Clientes	Tecnologia
Tecnológicos	Concorrentes	Pessoal
Sociais	Agências reguladoras	Cultura
Internacionais (Ambientais)	Grupos de interesse	Diretrizes/Estrutura

Fonte: Elaborado pela autora com base em Megginson, Mosley e Pietri Jr. (1998) Daft (2010).

A versão final do instrumento de coleta de dados quantitativos pode ser encontrada no Apêndice II deste estudo. E, na sequência, foi definido o **público-alvo** desta fase: os (as) agricultores (as) familiares pertencentes aos municípios do território rural Baixada Cuiabana. Em razão da inviabilidade de se realizar a pesquisa no formato censo, o instrumento quantitativo foi aplicado a uma amostra.

Conforme dados do relatório intitulado Perfil Territorial, extraído do Sistema de Informações Territoriais do MDA (2015, p. 05), “em 2010, existiam 10.226 estabelecimentos rurais e 23.737 pessoas ocupadas no setor de AF, no Território Rural Baixada Cuiabana”.

Contudo, não foi encontrado estudo que apresentasse a quantidade total de agricultores familiares, no Território Baixada Cuiabana, com características em seus empreendimentos, de produção voltada ao segmento de comercialização de excedentes (AF em transição) ou orientação ao mercado (AF consolidada). Cabe recordar a necessidade de segmentação do setor da AF nesta pesquisa, com base em Soto Baquero, Rodríguez Fazzzone e Falconi (2007)

Por isso, desde a fase do pré-teste até a aplicação do instrumento validado, optou-se pela **amostragem não probabilística intencional** (ou por julgamento). A técnica de amostragem intencional, de acordo com Sampieri (2006, p. 271), “requer nem tanto uma representatividade de elementos de uma população, mas uma cuidadosa e controlada escolha de indivíduos com certas características”, como é o caso deste estudo. Após o término da coleta de dados, obteve-se um total de **134**

instrumentos quantitativos aplicados.

Foram estabelecidos os **critérios para a seleção dos agricultores (as)** aptos a responder o instrumento quantitativo. O primeiro deles era entrevistar somente os agricultores que se enquadravam nos segmentos de AF: “em transição” e “de AF consolidada”, ou seja, foram entrevistados apenas agricultores (as) que comercializavam excedentes (em sua maioria) e orientados ao mercado. Não foram entrevistados agricultores (as) familiares do segmento de produção apenas para subsistência.

Considerou-se, como critério de seleção dos respondentes, o conteúdo da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Esta lei, detalhada no Anexo I deste estudo, define quem pode ser considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural, como apresentado na Tabela 1:

Tabela 1 - Área (em hectares) correspondente a (01) e (04) módulos fiscais.

Municípios	(01) Módulo Fiscal (Ha)	(04) Módulos Fiscais (Ha)
Acorizal	80	320
Barão de Melgaço	80	320
Campo Verde	60	240
Chapada dos Guimarães	90	360
Cuiabá	30	120
Jangada	80	320
N. Sra. do Livramento	80	320
Nobres	90	360
Nova Brasilândia	90	360
Planalto da Serra	90	360
Poconé	80	320
Rosário Oeste	80	320
Sto Antônio do Leverger	70	280
Várzea Grande	70	280

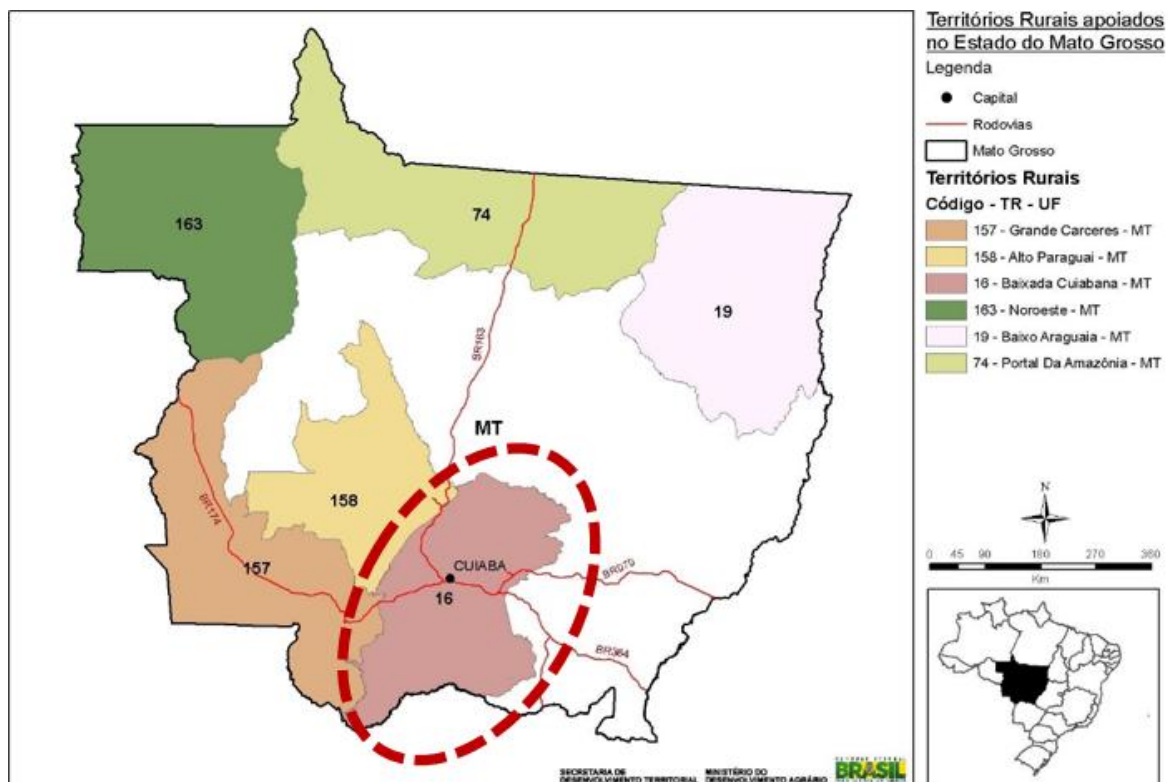
Fonte: Elaborado a partir dos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, INCRA (2013).

A Tabela 1 apresenta a área, em hectares, correspondente a um (01) e quatro (04) módulos fiscais, correspondentes ao máximo de módulos que o agricultor ou empreendedor rural deve possuir, para ser considerado AF no território Baixada Cuiabana.

Foram considerados aptos a responder o instrumento, somente os

agricultores (as) familiares que residiam (na data das entrevistas), nos municípios pertencentes ao Território Rural Baixada Cuiabana, cuja denominação foi definida de acordo com as informações do Sistema de Informações Territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, SIT, 2015). Conforme informações do SIT, MDA (2015), em Mato Grosso, existem seis (06) territórios rurais, tendo sido definido o território rural **Baixada Cuiabana – MT** (código 16), como universo de investigação deste estudo. A Figura 9 apresenta o mapa que identifica os territórios rurais em MT, com destaque para o território investigado:

Figura 9 – Mapa dos territórios rurais apoiados no Estado de MT, com destaque para Baixada Cuiabana.



Fonte: SIT – MDA (2015)

Estabeleceu-se, ainda, como critério para seleção de respondentes, a idade mínima de 18 anos; residir obrigatoriamente em domicílio no meio rural e ser proprietário ou arrendatário da área onde se localiza o empreendimento.

3.4.2 Detalhamento da Coleta de dados: fase qualitativa e quantitativa

O **pré-teste do roteiro de entrevista** foi executado após reunião de apresentação do projeto CNPQ N° 43/2013 na EMPAER, em outubro de 2014, com

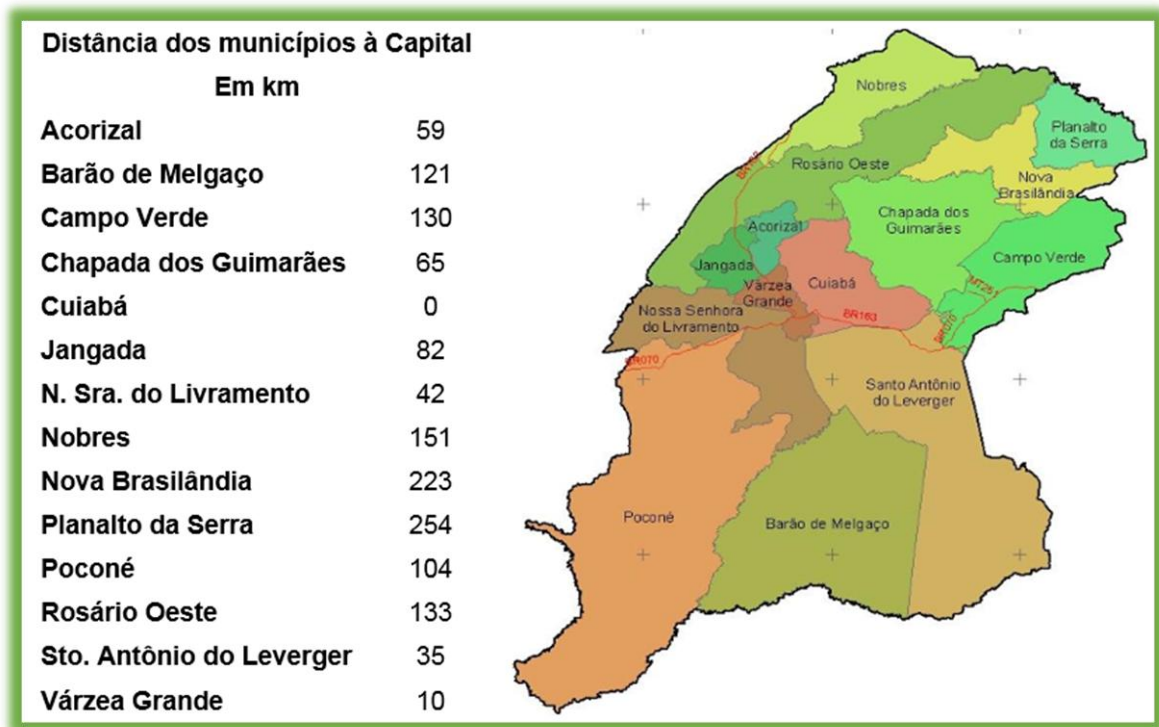
02 (dois) profissionais ligados à área de pesquisa e extensão da instituição. Os ajustes do roteiro foram feitos em seguida.

Na primeira reunião realizada na EMPAER, foram obtidos os primeiros relatórios com dados e informações sobre a AF do Estado e território investigado, bem como o contato (telefones, e-mails e locais de trabalho) de agentes governamentais e demais atores envolvidos com a temática.

O **pré-teste do instrumento quantitativo** também foi realizado no mês de outubro de 2014, onde foram aplicados 02 (dois) instrumentos para agricultores (as) familiares, residentes em comunidades rurais do território Baixada Cuiabana. Estes respondentes estavam, à época, comercializando seus produtos em uma feira livre, no município de Várzea Grande (Feira do Terminal André Maggi). Após ajustes e correção de erros no instrumento quantitativo, o mesmo foi validado junto a mais 02 (dois) agricultores (as) familiares que estavam desta vez, comercializando seus produtos em uma feira livre, no município de Cuiabá (Feira do bairro CPA I).

Após validação do roteiro de entrevista e do instrumento quantitativo, iniciou-se o agendamento, via telefone, de datas, locais e horários para realização de entrevistas com agentes/representantes governamentais, em cada um dos municípios do território Baixada Cuiabana. Após os agendamentos, foram estabelecidas as rotas de viagens ao campo.

As rotas foram estabelecidas com base nas informações de profissionais com experiência em percorrer os municípios do território: extensionistas da EMPAER e técnico-pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá. A Figura 10 apresenta a distância, em quilômetros, da capital (Cuiabá) até os municípios do território Baixada Cuiabana.

Figura 10- Distância entre capital e municípios do Território Baixada Cuiabana

Fonte: SIT – MDA (2015).

Para aplicar o instrumento de pesquisa quantitativo aos agricultores (as), em seus empreendimentos, percorria-se além das distâncias de ida e volta apresentadas acima, um raio de até 50 km no entorno de cada município, nas comunidades rurais.

Por este motivo, nos dias previamente agendados para coleta de dados, as viagens iniciavam-se entre as 4:00 e 5:00 horas da manhã. A fase das entrevistas com agentes dos municípios realizava-se no período matutino, tendo ocorrido conforme o agendamento previsto.

Ao chegar aos municípios, procuravam-se as instalações das prefeituras locais ou secretarias, apresentavam-se os objetivos da pesquisa e realizavam-se as entrevistas, com o auxílio de um gravador de voz e prancheta de anotações. Em seguida, solicitava-se ao entrevistado, a permissão para visitar as comunidades rurais e as Feiras do Produtor Rural do município, a fim de encontrar agricultores (as) aptos, conforme os critérios estabelecidos para responder o instrumento quantitativo.

Em geral, os agentes governamentais indicavam as rotas mais acessíveis

para as comunidades rurais ou em alguns casos, acompanhavam a pesquisadora nas idas ao campo (como ocorreu em Acorizal), ou ainda, delegavam esta função a algum profissional com disponibilidade de acompanhar a pesquisa (como ocorreu em Nobres, Nossa Senhora do Livramento e Poconé).

Feito isto, a viagem continuava conforme estabeleciam as rotas das comunidades rurais, em busca de domicílios ou locais (campos e lavouras) em que se encontraria o (a) agricultor (a) responsável pelo empreendimento rural. Ao encontrá-lo (a), fazia-se a sondagem inicial de acordo com os critérios pré-estabelecidos na seleção da amostra e, ao encontrar respondente apto e que aceitasse fazer parte da pesquisa, explicava-se o objetivo desta e aplicava-se o instrumento. Caso contrário, seguia-se a rota em busca de novas possibilidades de respondentes.

Em razão da dificuldade de se encontrar o (a) agricultor (a) na residência, uma vez que o trabalho dos agricultores (as) familiares é no campo, de “sol a sol”, boa parte dos questionários foram aplicados enquanto o (a) entrevistado (a) trabalhava na “lida do campo” ou mesmo durante a comercialização de seus produtos (nas feiras).

Por este motivo, o tempo de aplicação de cada questionário, variava de 20 minutos (tempo mínimo) até 50 minutos (tempo máximo). A necessidade de se explicar algumas questões do questionário, com linguagem mais coloquial (popular), também contribuía para estender o tempo de aplicação do instrumento para alguns respondentes. A aplicação do instrumento quantitativo encerrava-se, no máximo, às 17:00 horas.

A fase de coleta de dados qualitativos e quantitativos, com agentes/representantes governamentais (nível municipal, estadual e federal) e com agricultores (as) familiares, ocorreram entre os meses de novembro de 2014 a abril de 2015.

Posteriormente, houve participações em eventos (reuniões, palestras e oficinas), que tratavam de temas relacionados à AF, especialmente no Território Baixada Cuiabana, conforme descrito no Quadro 4.

Quadro 4 – Eventos que a pesquisadora participou durante a fase de coleta de dados primários.

Evento	Data (s)	Local	Pauta
Reunião nova Gestão Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária de MT	17-01-2015	Centro de Comercialização de Agricultura Familiar em Várzea Grande	Diagnóstico situacional de entraves na AF de MT, especialmente nos municípios da Baixada Cuiabana.
Reuniões do Arranjo Produtivo Local (APL) de Aquicultura	23-02-2015 18-03-2015 23-04-2015	Sede do MAPA - Cuiabá	Discussão com agentes e atores locais sobre os entraves para o desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Piscicultura na Baixada Cuiabana
Oficinas de divulgação das chamadas públicas do PNAE	24-06-2015	Associação Mato-grossense dos municípios de Mato Grosso	Capacitação e orientação de agricultores familiares a enxergar o mercado institucional como nova oportunidade e fornecer alimentos para a merenda escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
Audiência pública	29-06-2015	Centro de Comercialização da AF em Várzea Grande	Debate: "Do Campo à Mesa" e organização do pequeno agricultor, a produção e comercialização dos produtos dos agricultores familiares do Vale do Rio Cuiabá.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio da participação nos eventos citados, a pesquisadora pôde se empoderar de documentos (planos, relatórios, pesquisas recentes) e informações importantes sobre a situação atual e os planos, especialmente do governo estadual, para o futuro da AF de Mato Grosso. Essas participações contribuíram com informações que foram utilizadas na fase de triangulação de dados e fechamento das análises e discussões dos resultados.

Em 22 de junho de 2015, pesquisadora e orientadora estiveram reunidas na sede da EMPAER para realizar as últimas entrevistas com três agentes desta instituição, que foi ponto de "partida e chegada" na fase de coleta de dados primários.

3.5 Segundo passo: detalhamento das técnicas de análise dos dados coletados

Todas as entrevistas realizadas com agentes/representantes governamentais

(nível municipal, estadual e federal) e demais atores envolvidos (*stakeholders*), que se permitiu fazer gravação, foram transcritas, totalizando 14 entrevistas. O conteúdo das entrevistas gravadas foi transcrito valorizando as falas e expressões dos participantes (GIBBS, 2009).

O conteúdo das demais entrevistas (em que não foi possível fazer a gravação em virtude dos ruídos do ambiente; aquelas em que não foram autorizadas gravações e; as informações obtidas através da participação em eventos) foi registrado no formato **notas de campo** (GIBBS, 2009), as quais foram posteriormente inseridas ou analisadas.

Os **dados provenientes das entrevistas** (fase qualitativa), transcritas e/ou organizadas, foram analisados com o auxílio da **técnica de Análise de Conteúdo**. A disseminação dessa técnica ocorreu a partir dos estudos da Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Esta técnica propõe a análise de comunicações visando obter, por meio de procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977; VERGARA, 2009).

Para operacionalizar a técnica, foram necessárias três etapas: (a) pré-análise; (b) exploração do material; (c) tratamento dos dados e interpretação (BARDIN, 1977; VERGARA, 2009).

A pré-análise refere-se à seleção do material e à definição dos procedimentos a serem seguidos. A exploração do material diz respeito à implementação destes procedimentos. O tratamento e a interpretação, por sua vez, referem-se à geração de inferências e dos resultados da investigação (BARDIN, 1977; VERGARA, 2009).

O procedimento básico da análise de conteúdo refere-se à definição de categorias, que são “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (BARDIN, 1977, p. 117). As categorias, neste estudo, foram definidas de acordo com as dimensões e fatores que emergiram na literatura, bem como durante o andamento da pesquisa. Na etapa de análise dos dados das entrevistas, utilizou-se o auxílio do **software Nvivo for Windows versão 10**.

Os **dados provenientes da aplicação dos questionários** aos agricultores (as), fase quantitativa, foram tabulados, codificados e organizados em um banco de dados. Neste processo, contou-se com o apoio do **software de análise Statistical**

Package for the Social Sciences - IBM SPSS Statistics for Windows versão 21.

Com os dados quantitativos tabulados, em um primeiro momento foi aplicada a **Técnica de Análise Estatística Exploratória de Dados**. Conforme Collis e Russey (2005), é preferível utilizar o termo **análise exploratória de dados** ao invés de estatística descritiva, pois esta técnica não trata apenas da descrição de dados, sendo útil para resumir e apresentar dados em tabelas, desenhos ou outras formas diagramáticas, além de permitir que os padrões e relações que não são aparentes nos dados não-analisados, sejam discernidos.

Na análise exploratória de dados, “técnicas são aplicadas a dados como parte de uma análise preliminar ou até uma análise completa, se não for exigido grande rigor estatístico ou os dados não a justificarem” (COLLIS e RUSSEY, 2005, p.187). No caso deste estudo, os dados quantitativos foram explorados através da apresentação de frequências de respostas com análises cruzadas das informações.

3.5.1 Detalhamento da fase de triangulação dos dados e síntese metodológica

Para combinar os dados qualitativos e quantitativos, seja referente à coleta de dados primários ou secundários, utilizou-se a **técnica de triangulação**. Conforme Collis e Russey (2005, p. 81), “o uso de diferentes métodos e técnicas de pesquisa no mesmo estudo é conhecido como triangulação e pode transpor o preconceito e a esterilidade potencial de uma abordagem de método único”.

No caso da triangulação metodológica, todos os métodos, quantitativos e qualitativos de coleta de dados foram utilizados. A triangulação tem forças vitais, pois fortalece a pesquisa produtiva, **acentua os métodos qualitativos** e permite o uso complementar de métodos quantitativos (COLLIS e RUSSEY, 2005).

No presente estudo, conforme sugerido por Vergara (2012, p. 242), corroborase com a afirmativa de que “assumir que os métodos podem ser vistos como complementares, ao invés de rivais, traz à tona a ideia de triangulação”.

Na etapa de análise dos resultados desta pesquisa, utilizou-se o processo de triangulação de métodos e dados como estratégia de investigação de um mesmo fenômeno. Especialmente a interação entre os métodos, como aponta Vergara (2012), é uma estratégia para o alcance da validade do estudo e como alternativa para obtenção de novas perspectivas, como no caso do presente estudo. Deste modo, passa-se então à fase de Análise de Resultados da pesquisa realizada.

4 - ANÁLISE DE RESULTADOS

No presente capítulo são apresentados, inicialmente, os resultados da coleta de dados secundários, que contempla algumas características do território investigado e o panorama de programas/políticas governamentais direcionadas à AF e Territórios Rurais. Posteriormente, apresenta-se os resultados da pesquisa de campo (primária), em sua fase qualitativa, onde são discutidos e analisados os resultados das 14 entrevistas realizadas com agentes governamentais/representantes de Instituições de apoio à AF. Em seguida, apresenta-se a análise exploratória dos dados proveniente de questionário aplicado a 134 agricultores (as) familiares da Baixada Cuiabana (fase quantitativa). Finalmente, são feitas novas inferências, onde são discutidas as convergências, divergências e demais ilações a partir dos resultados.

4.1 Características socioeconômicas e demográficas do território investigado

O Território Baixada Cuiabana é constituído por 14 municípios, localizados no entorno metropolitano da capital de Mato Grosso (Cuiabá). A Tabela 2 apresenta importantes características destas localidades.

Tabela 2 - Dados sociodemográficos dos municípios do Território Baixada Cuiabana

Município	Á.Km ²	P.T.	E.AF	F.A.	E.P.	B.F.
Acorizal	844,1	5.516	575	1.413	744	1.712
Barão de Melgaço	11.219,80	7.591	723	249	1.024	2.038
Campo Verde	4.811,70	31.589	589	1.011	983	2.653
Chapada dos Guimarães	6.249,40	17.821	658	504	1.835	3.322
Cuiabá	3.984,90	551.098	1.031	733	11.575	41.473
Jangada	1.025,50	7.696	561	946	865	1.908
Nobres	7.341,00	15.002	365	870	957	2.228
Nossa Senhora do Livramento	5.247,30	11.609	902	1.149	2.031	3.445
Nova Brasilândia	3.560,80	4.587	380	244	503	1.055
Planalto da Serra	2.463,00	2.726	152	12	306	525
Poconé	17.319,10	31.779	1.225	784	3.277	7.333
Rosário Oeste	8.530,30	17.679	997	1.973	1.871	4.321
Santo Antônio do Leverger	11.868,10	18.463	1.530	949	1.281	4.001
Várzea Grande	904,7	252.596	572	317	8.868	23.906
TOTAL	85.369,70	975.752	10.260	11.154	36.120	99.920

Fonte: SIT MDA (2015) onde: Á.Km² – Área; P.T. – População Total; E.AF – Estabelecimentos de AF; E.P – Extrema Pobreza (IBGE, 2010); F.A - Famílias Assentadas (INCRA, 2010); B.F. - Bolsa Família - MDS (2011).

A população total do território, em 2010, era de 975.752 habitantes, dos quais 77.145 pessoas viviam na área rural (IBGE, 2010). Observa-se, pelos dados, a existência 36.120 pessoas vivendo em condições de extrema pobreza e 99.220 pessoas cadastradas no programa de transferência de renda bolsa família, (IBGE, 2010; MDS, 2011). No que se refere às dimensões medidas pelo IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano, tem-se o seguinte (Tabela 3):

Tabela 3 – Índices de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes (1991, 2000, 2010) para MT e municípios do Território Baixada Cuiabana

Estado e Municípios do Território Baixada Cuiabana	1991				2000				2010			
	IDHM	IDHM RENDA	IDHM LONG	IDHM EDU	IDHM	IDHM RENDA	IDHM LONG	IDHM EDU	IDHM	IDHM RENDA	IDHM LONG	IDHM EDU
MATO GROSSO	0,449	0,627	0,654	0,221	0,601	0,689	0,740	0,426	0,725	0,732	0,821	0,635
Acorizal	0,386	0,497	0,699	0,166	0,500	0,554	0,745	0,302	0,628	0,594	0,816	0,510
Barão de Melgaço	0,320	0,464	0,613	0,115	0,446	0,544	0,723	0,225	0,600	0,598	0,820	0,440
Campo Verde	0,521	0,680	0,729	0,286	0,638	0,717	0,786	0,460	0,750	0,755	0,834	0,670
Chapada dos Guimarães	0,394	0,566	0,646	0,167	0,522	0,619	0,735	0,313	0,688	0,677	0,833	0,578
Cuiabá	0,569	0,698	0,708	0,372	0,692	0,756	0,761	0,577	0,785	0,800	0,834	0,726
Jangada	0,308	0,504	0,613	0,095	0,496	0,553	0,711	0,310	0,630	0,567	0,805	0,549
Nobres	0,423	0,580	0,644	0,203	0,538	0,602	0,723	0,357	0,699	0,675	0,827	0,611
Nossa Senhora do Livramento	0,359	0,484	0,683	0,140	0,464	0,552	0,736	0,246	0,638	0,600	0,820	0,529
Nova Brasilândia	0,365	0,520	0,697	0,134	0,516	0,581	0,766	0,309	0,651	0,673	0,845	0,485
Planalto da Serra	0,296	0,470	0,683	0,081	0,492	0,582	0,748	0,273	0,656	0,615	0,813	0,565
Poconé	0,419	0,593	0,613	0,203	0,528	0,562	0,711	0,368	0,652	0,643	0,806	0,534
Rosário Oeste	0,359	0,521	0,644	0,138	0,534	0,583	0,745	0,351	0,650	0,653	0,807	0,520
Santo Antônio do Leverger	0,363	0,502	0,698	0,137	0,534	0,605	0,748	0,336	0,656	0,651	0,806	0,539
Várzea Grande	0,471	0,596	0,673	0,261	0,620	0,663	0,773	0,465	0,734	0,711	0,842	0,661

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2015).

Observa-se que, houve uma melhoria constante no IDHM dos municípios ao se comparar os resultados dos Censos de 1991, 2000 e 2010. Entretanto, verifica-se que alguns municípios do Território apresentaram, em 2010, um IDHM abaixo daquele verificado em Mato Grosso. Além disso, entre as dimensões medidas pelo

índice, o IDHM Educação apresenta-se como a mais preocupante nos municípios da Baixada Cuiabana, com exceção da Capital, Cuiabá.

Em se tratando de índices de Desenvolvimento, foi identificada a existência de um Índice de Desenvolvimento Sustentável - IDS para o Território Baixada Cuiabana, que considera a multidimensionalidade do desenvolvimento e prevê a aferição de informações sobre as dimensões Político-Institucional, Cultural, Social, Econômico, Ambiental e Demográfico. A metodologia utilizada para calcular o Índice de Desenvolvimento sustentável em Territórios Rurais é apresentada em Sergio Sepúlveda (2005). Nesse trabalho, o autor “reforça a importância da análise dos processos de desenvolvimento numa perspectiva multidimensional, permitindo a percepção da complexidade e da diversidade dos processos de desenvolvimento territorial” (WAQUIL *et al*, 2010, p. 18).

Cada sub-índice é composto por variáveis que foram selecionadas de acordo com as características e importância para se aferir cada dimensão. O IDS varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo o valor 1(um) a melhor situação alcançada e, 0 (zero), a pior situação. O valor do IDS representa a situação geral de todo o sistema (territórios rurais) de tal forma que ao se aproximar de 1 (um), tem-se um melhor desempenho de desenvolvimento e sustentabilidade e, ao tender a zero, pior desempenho. A Tabela 4 apresenta o índice para cada dimensão (SDT, MDA, 2015).

Tabela 4 – Índice de Desenvolvimento Sustentável no Território Baixada Cuiabana

IDS - Índice de Desenvolvimento Sustentável	Categoria	Valor		
0,43	1. Político - Institucional	0,68		
	2. Cultural	0,62		
	3. Social	0,36		
	4. Econômico	0,57		
	5. Ambiental	0,26		
	6. Demográfico	0,42		
			Índice (0-1)	Performance
			0,7501-1,0000	Ideal
			0,5001-0,7500	Aceitável
			0,2501-0,5000	Alerta
			0,0000-0,2500	Estado crítico

Fonte: SGE/SDT (08/2015)

Nota-se, pelo resultado dos cálculos para cada categoria, que as dimensões ambiental, social, demográfica e econômica são as que mais contribuem para a situação do baixo IDS 0,43 no território, o que significa, conforme a legenda alocada ao lado da Tabela 4, uma “situação de alerta”.

Conforme informações disponíveis na Cartilha do pré-programa de desenvolvimento do turismo, da AF e da mineração para a região metropolitana do Vale do rio Cuiabá, Mato Grosso é um dos estados mais dependentes da exportação de produtos *in natura*, fazendo com que seu baixo valor agregado atenuem o impacto econômico e social dessa produção (AMM, 2012, p. 07). Além disso, sabe-se que na dimensão ambiental o estado frequentemente tem apresentado altos índices de queimadas, desmatamento, dentre outros.

Para assegurar a competitividade da agropecuária matogrossense, é preciso, portanto, diversificar a estrutura produtiva, o que é mais compatível com a pequena e média propriedade, além da implantação de pequenas agroindústrias, com a certificação de qualidade dos órgãos certificadores, como meio de agregar valor aos produtos provenientes da AF e assegurar sua comercialização, gerando emprego e renda para as populações locais (AMM, 2012, p. 7).

Cabe ressaltar que em Mato Grosso, os empreendimentos de AF são bastante diversificados, sendo composto por agricultores (as) de comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, além de comunidades que são provenientes de assentamentos de reforma agrária do INCRA, INTERMAT e Crédito Fundiário (EMPAER, 2015)¹⁷. É importante destacar que, para fins deste estudo, não foram coletados dados primários em comunidades quilombolas ou indígenas.

4.2 Características socioeconômicas e demográficas dos municípios do território Baixada Cuiabana

A título de esclarecimento, a fonte de dados e informações apresentadas neste item é proveniente dos Relatórios do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil e de Boletins intitulados “Diagnóstico Socioterritorial” e “Subsídios para Elaboração do PPA Municipal”, que são documentos extraídos do Portal SAGI (Sistema de Avaliação e Gestão da Informação), no item Dados e Indicadores, em que estão os Relatórios de Informações Sociais do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome).

a) Acorizal

O município de Acorizal foi criado no ano de 1953. O número de pessoas

¹⁷ Informações obtidas a partir da 1ª Reunião de pesquisa de campo, ocorrida em 21 de outubro de 2015, na sede da Instituição EMPAER, em Cuiabá MT.

residentes neste município, segundo o Censo 2010 (IBGE), era de 5.516 pessoas. A Figura 11 apresenta um mosaico de registros fotográficos coletados no município, durante a pesquisa de campo:

Figura 11 – Mosaico de fotos da pesquisa de Campo em Acorizal.



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

Em Acorizal, a população do município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, passando de 5.817 para 5.516 habitantes.

Tabela 5 – População Total por gênero, urbana/rural, em Acorizal.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	5.308	100,00	5.817	100,00	5.516	100,00
Homens	2.821	53,15	3.170	54,50	2.900	52,57
Mulheres	2.487	46,85	2.647	45,50	2.616	47,43
Urbana	2.848	53,65	2.773	47,67	2.927	53,06
Rural	2.460	46,35	3.044	52,33	2.589	46,94

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa, que cresceu 3,4%.

Tabela 6 – Estrutura Etária da População de Acorizal.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	2.234	42,09	1.888	32,46	1.355	24,56
15 a 64 anos	2.756	51,92	3.528	60,65	3.592	65,12
65 anos ou mais	318	5,99	401	6,89	569	10,32
Razão de dependência	92,6	-	64,88	-	53,56	-
Índice de envelhecimento	5,99	-	6,89	-	10,32	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No quesito socioeconômico, verificou-se um aumento na renda per capita entre os Censos 1991, 2000 e 2010 e redução no número de pobres e extremamente pobres, ao passo que o índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda esteve quase que inalterado ao longo de três décadas (Tabela 7):

Tabela 7 - Renda, Pobreza e Desigualdade em Acorizal.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	175,97	251,09	321,58
% de extremamente pobres ¹⁸	35,29	21,63	14,91
% de pobres	62,58	50,23	28,54
Índice de Gini ¹⁹	0,52	0,57	0,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No que se refere à AF, o município possuía 574 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 84% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam 24% da área, ocupavam 79% da mão de obra do setor e participavam com 47% do valor da produção agropecuária municipal.

Foi encontrado um fator relevante sobre a questão do saneamento ambiental da área rural do município. Conforme dados do Censo Demográfico de 2010, na área rural do município de Acorizal, identificou-se que a coleta de lixo atendia 93,4% dos domicílios (MDS, 2015).

No quesito que trata da Gestão Pública Municipal, especificamente no item

¹⁸ Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010 (PNUD, 2015).

¹⁹ O índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar (PNUD, 2015).

Finanças públicas do Município, verificou-se que, em 2011, as despesas com administração, educação, saúde, saneamento e encargos especiais foram responsáveis por 97,09% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 0,05% do orçamento total (MDS, 2015).

b) Barão de Melgaço

O município de Barão de Melgaço foi criado no ano de 1953. O número de pessoas residentes neste município, segundo o Censo 2010 (IBGE) era 7.591, sendo 3.457 mulheres e 4.134 homens. A Figura 12 apresenta um mosaico de registros fotográficos coletados no município, durante a pesquisa de campo:

Figura 12 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Barão de Melgaço.



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

Entre os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, observa-se que, em Barão de Melgaço, a população do município reduziu, passando de 9.858 para 7.591 habitantes.

Tabela 8 - População Total por gênero, urbana/rural, em Barão de Melgaço.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	9.858	100	7.682	100	7.591	100
Homens	5.245	53,21	4.115	53,57	4.134	54,46
Mulheres	4.613	46,79	3.567	46,43	3.457	45,54
Urbana	3.222	32,68	3.636	47,33	3.422	45,08
Rural	6.636	67,32	4.046	52,67	4.169	54,92

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010, foi verificada ampliação da população idosa.

Tabela 9 – Estrutura etária da população em Barão de Melgaço.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	4.279	43,41	2.478	32,26	1.896	24,98
15 a 64 anos	5.140	52,14	4.754	61,88	5.047	66,49
65 anos ou mais	439	4,45	450	5,86	648	8,54
Razão de dependência	91,79	-	61,59	-	50,07	-
Índice de envelhecimento	4,45	-	5,86	-	8,54	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No quesito socioeconômico, verificou-se um aumento na renda per capita entre os Censos 1991, 2000 e 2010 e redução no número de pobres e extremamente pobres, ao passo que o índice de Gini esteve quase que inalterado ao longo de três décadas (Tabela 10):

Tabela 10 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Barão de Melgaço.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	175,97	251,09	321,58
% de extremamente pobres*	35,29	21,63	14,91
% de pobres	62,58	50,23	28,54
Índice de Gini	0,52	0,57	0,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No que se refere à AF, conforme o Censo Agropecuário 2006, o município possuía 708 agricultores familiares, que correspondia a 85% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 05% da área, ocupavam 78% da mão de obra do setor e participavam com 62% do valor da produção agropecuária municipal. Foi encontrado, nesse meio, um fator relevante sobre a questão do saneamento

ambiental da área rural do município. Conforme dados do Censo Demográfico de 2010, na área rural do município de Barão de Melgaço, identificou-se que a coleta de lixo atendia 98,6% dos domicílios (MDS, 2015).

No quesito que trata da Gestão Pública Municipal, especificamente no item Finanças públicas do Município, as despesas com saúde, educação, urbanismo, administração e assistência social foram responsáveis por 95,51% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 4,71% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do estado, de 3,86% (MDS, 2015).

c) Campo Verde

O município de Campo Verde foi criado no ano de 1988. O número de residentes neste município, segundo o Censo 2010 (IBGE), era de 31.589 pessoas, sendo 15.307 mulheres e 16.282 homens. A Figura 13 apresenta um mosaico de registros fotográficos coletados no município, durante a pesquisa de campo:

Figura 13 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Campo Verde



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

A população do município ampliou-se, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, passando de 17.152 para 31.589 habitantes (Tabela 11).

Tabela 11 – População total por gênero, urbana/rural em Campo Verde.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	5.975	100	17.221	100	31.589	100
Homens	3.349	56,05	8.991	52,21	16.282	51,54
Mulheres	2.626	43,95	8.230	47,79	15.307	48,46
Urbana	2.848	47,67	13.065	75,87	25.472	80,64
Rural	3.127	52,33	4.156	24,13	6.117	19,36

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa (Tabela 12).

Tabela 12 – Estrutura Etária da população em Campo Verde.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	2.138	35,78	5.643	32,77	8.642	27,36
15 a 64 anos	3.731	62,44	11.206	65,07	21.853	69,18
65 anos ou mais	106	1,77	372	2,16	1.094	3,46
Razão de dependência	60,14	-	53,68	-	43,93	-
Índice de envelhecimento	1,77	-	2,16	-	3,46	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No quesito socioeconômico, verificou-se um aumento na renda per capita entre os Censos 1991, 2000 e 2010 e redução no número de pobres e extremamente pobres, ao passo que o índice de Gini melhorou, passando de 0,63% em 2000 para 0,51% em 2010 (Tabela 13).

Tabela 13 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Campo Verde.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	549	691,16	878,37
% de extremamente pobres	11,17	2,8	1,51
% de pobres	26,42	16,38	3,57
Índice de Gini	0,64	0,63	0,51

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No que se refere à AF, o município possuía 586 agricultores familiares em 2006, que correspondiam a 69% dos seus produtores. Esses agricultores familiares

acessavam 05% da área, ocupavam 31% da mão de obra do setor e participavam com 04% do valor da produção agropecuária municipal. Conforme dados do Censo Demográfico de 2010, na área rural do município de Acorizal, identificou-se que a coleta de lixo atendia 94,5% dos domicílios (MDS, 2015).

No quesito que trata da Gestão Pública Municipal, especificamente no item Finanças públicas do Município, verificou-se que em 2011, as despesas com educação, saúde, administração, transporte e urbanismo foram responsáveis por 83,59% das despesas municipais.

Em assistência social, as despesas alcançaram 4,92% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do estado, de 3,86%.

d) Chapada Dos Guimarães

O município de Chapada do Guimarães foi criado no ano de 1953. O número de residentes neste município, segundo o Censo 2010 (IBGE) era de 17.821 pessoas, sendo 8.527 mulheres e 9.294 homens. A Figura 14 apresenta o mosaico de registros fotográficos coletados no município:

Figura 14 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Chapada do Guimarães



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, passando de 15.736 para 17.821 habitantes (Tabela 14).

Tabela 14 – População Total por gênero, urbana/rural em Chapada dos Guimarães.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	12.695	100	15.755	100	17.821	100
Homens	6.697	52,75	8.221	52,18	9.294	52,15
Mulheres	5.999	47,25	7.534	47,82	8.527	47,85
Urbana	5.249	41,35	9.452	59,99	11.037	61,93
Rural	7.446	58,65	6.303	40,01	6.784	38,07

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010, foi verificada ampliação da população idosa (Tabela 15).

Tabela 15 – Estrutura Etária da população em Chapada dos Guimarães.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	5.233	41,22	5.223	33,15	4.765	26,74
15 a 64 anos	6.969	54,9	9.833	62,41	11.737	65,86
65 anos ou mais	493	3,88	699	4,44	1.319	7,4
Razão de dependência	82,15	-	60,04	-	50,84	-
Índice de envelhecimento	3,88	-	4,44	-	7,4	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No quesito socioeconômico, verificou-se um aumento na renda per capita entre os Censos 1991, 2000 e 2010 e redução significativa no número de pobres e extremamente pobres, ao passo que o índice de Gini apresentou melhorias (Tabela 16).

Tabela 16 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Chapada dos Guimarães.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	271,69	376,82	540,98
% de extremamente pobres	22,69	19,52	9,09
% de pobres	47,4	40,3	18,62
Índice de Gini	0,6	0,62	0,53

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No que se refere à AF, o município possuía 657 agricultores familiares em

2006, que correspondiam a 63% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 16% da área, ocupavam 53% da mão de obra do setor e participavam com 20% do valor da produção agropecuária municipal. Além disso, dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que, na área rural do seu município, a coleta de lixo atendia 93,8% dos domicílios.

No quesito que trata da Gestão Pública Municipal, especificamente no item Finanças públicas do Município, verificou-se que em 2011, as despesas com educação, administração, saúde, urbanismo e transporte foram responsáveis por 95,10% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 0,17% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,86%.

e) Cuiabá

O Município de Cuiabá foi criado no ano de 1719. O número de pessoas residentes, segundo o Censo 2010 (IBGE) era de 551.098 pessoas, sendo 281.894 mulheres e 269.204 homens. A Figura 15 apresenta o mosaico de registros fotográficos coletados no município:

Figura 15 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Cuiabá.



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, passando de 483.346 para 551.098 habitantes (Tabela 17).

Tabela 17 – População total por gênero, urbana/rural em Cuiabá.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	402.813	100	483.346	100	551.098	100
Homens	198.442	49,26	235.568	48,74	269.204	48,85
Mulheres	204.371	50,74	247.778	51,26	281.894	51,15
Urbana	395.662	98,22	476.532	98,59	540.814	98,13
Rural	7.151	1,78	6.814	1,41	10.284	1,87

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa (Tabela 18).

Tabela 18 – Estrutura Etária da população em Cuiabá.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	146.019	36,25	140.530	29,07	127.347	23,11
15 a 64 anos	245.656	60,99	325.089	67,26	395.252	71,72
65 anos ou mais	11.138	2,77	17.727	3,67	28.499	5,17
Razão de dependência	63,97	-	48,67	-	39,13	-
Índice de envelhecimento	2,77	-	3,67	-	5,17	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No quesito socioeconômico, verificou-se um aumento na renda per capita entre os Censos 1991, 2000 e 2010 e redução significativa no número de pobres e extremamente pobres, ao passo que o índice de Gini, também apresentou melhorias (Tabela 19).

Tabela 19 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Cuiabá.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	615,55	882,97	1.161,49
% de extremamente pobres	5,53	3,37	1,33
% de pobres	20,89	14,11	5,31
Índice de Gini	0,59	0,63	0,59

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No que se refere à AF, o município possuía 1.032 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 79% dos seus produtores. Esses agricultores familiares

acessavam a 11% da área, ocupavam 66% da mão de obra do setor e participavam com 21% do valor da produção agropecuária municipal. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do seu município, a coleta de lixo atendia 96,4% dos domicílios.

No quesito que trata da Gestão Pública Municipal, especificamente no item Finanças públicas do Município, verificou-se que em 2011, as despesas com saúde, educação, administração, urbanismo e encargos especiais foram responsáveis por 86,71% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 2,74% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,86%.

f) Jangada

O Município de Jangada foi criado no ano de 1989. O número de pessoas residentes neste município, segundo o Censo 2010 (IBGE) era de 7.696 pessoas, sendo 3.733 mulheres e 3.963 homens. A Figura 16 apresenta o mosaico de registros fotográficos coletados no município:

Figura 16 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Jangada.



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 0,80% ao ano, passando de 7.104 para 7.696 habitantes (Tabela 20).

Tabela 20 – População Total por gênero, urbana/rural em Jangada.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	5.227	100	7.134	100	7.696	100
Homens	2.746	52,53	3.744	52,48	3.963	51,49
Mulheres	2.481	47,47	3.390	47,52	3.733	48,51
Urbana	2.122	40,6	2.762	38,72	2.946	38,28
Rural	3.105	59,4	4.372	61,28	4.750	61,72

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa (Tabela 21).

Tabela 21 – Estrutura Etária da população em Jangada.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	2.272	43,47	2.691	37,72	2.202	28,61
15 a 64 anos	2.735	52,32	4.058	56,88	4.908	63,77
65 anos ou mais	220	4,21	385	5,4	586	7,61
Razão de dependência	91,12	-	75,8	-	56,81	-
Índice de envelhecimento	4,21	-	5,4	-	7,61	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No quesito socioeconômico, verificou-se um aumento na renda per capita entre os Censos 1991, 2000 e 2010 e redução significativa no número de pobres e extremamente pobres, ao passo que o índice de Gini apresentou melhorias (Tabela 22).

Tabela 22 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Jangada.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	183,67	249,84	271,99
% de extremamente pobres	45,18	23,06	25,4
% de pobres	70,7	44,97	40,41
Índice de Gini	0,63	0,55	0,56

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No que se refere à AF, o município possuía 561 agricultores familiares em

2006, que correspondia a 89% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 21% da área, ocupavam 83% da mão de obra do setor e participavam com 57% do valor da produção agropecuária municipal. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do seu município, a coleta de lixo atendia 93,2% dos domicílios.

No quesito que trata da Gestão Pública Municipal, especificamente no item Finanças públicas do Município, verificou-se que, em 2011, as despesas com educação, saúde, administração, assistência social e legislativa foram responsáveis por 95,14% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 6,48% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do estado, de 3,86%.

g) Nobres

O município de Nobres foi criado no ano de 1963. O número de residentes neste município, segundo o Censo 2010 (IBGE) era de 15.002 pessoas, sendo 7.172 mulheres e 7.830 homens. A Figura 20 apresenta o mosaico de registros fotográficos coletados no município:

Figura 17 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Jangada.



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

A população do município ampliou-se, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, passando de 14.942 para 15.002 habitantes (Tabela 23).

Tabela 23 – População total por gênero, urbana/rural em Nobres.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	14.292	100	14.994	100	15.002	100
Homens	7.506	52,52	7.760	51,75	7.830	52,19
Mulheres	6.786	47,48	7.234	48,25	7.172	47,81
Urbana	10.639	74,44	11.960	79,77	12.454	83,02
Rural	3.653	25,56	3.034	20,23	2.548	16,98

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa (Tabela 24).

Tabela 24 – Estrutura etária da população em Nobres.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	5.924	41,45	5.189	34,61	4.160	27,73
15 a 64 anos	7.926	55,46	9.142	60,97	9.809	65,38
65 anos ou mais	442	3,09	663	4,42	1.033	6,89
Razão de dependência	80,31	-	64,02	-	51,26	-
Índice de envelhecimento	3,09	-	4,42	-	6,89	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No quesito socioeconômico, verificou-se um aumento na renda per capita entre os Censos 1991, 2000 e 2010 e redução significativa no número de pobres e extremamente pobres, ao passo que o índice de Gini apresentou melhorias (Tabela 25).

Tabela 25 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Nobres.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	296,07	339,34	533,53
% de extremamente pobres	26,14	11,08	3,82
% de pobres	50,05	32,89	11,98
Índice de Gini	0,63	0,53	0,46

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No que se refere à AF, o município possuía 365 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 80% dos seus produtores. Esses agricultores familiares

acessavam a 15% da área, ocupavam 72% da mão de obra do setor e participavam com 15% do valor da produção agropecuária municipal. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do seu município, a coleta de lixo atendia 91,7% dos domicílios.

No quesito que trata da Gestão Pública Municipal, especificamente no item Finanças públicas do Município, verificou-se que, em 2011, as despesas com administração, educação, saúde, legislativa e assistência social foram responsáveis por 94,57% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 3,11% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,86%.

h) Nossa Senhora do Livramento

O Município de Nossa Senhora do Livramento foi criado no ano de 1883. O número de residentes neste município, segundo o Censo 2010 (IBGE) era de 11.609 pessoas, sendo 5.339 mulheres e 6.270 homens. A Figura 18 apresenta o mosaico de registros fotográficos coletados no município:

Figura 18 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Nossa Senhora do Livramento.



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

A população do município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, passando de 12.141 para 11.609 habitantes (Tabela 26).

Tabela 26 – População total por gênero, urbana/rural em Nossa Senhora do Livramento.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	10.250	100	11.994	100	11.609	100
Homens	5.443	53,1	6.502	54,21	6.270	54,01
Mulheres	4.807	46,9	5.492	45,79	5.339	45,99
Urbana	3.456	33,72	3.898	32,5	4.242	36,54
Rural	6.794	66,28	8.096	67,5	7.367	63,46

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu (Tabela 27).

Tabela 27 – Estrutura Etária da população em Nossa Senhora do Livramento.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	3.966	38,69	3.621	30,19	2.860	24,64
15 a 64 anos	5.768	56,27	7.524	62,73	7.582	65,31
65 anos ou mais	516	5,03	849	7,08	1.167	10,05
Razão de dependência	77,68	-	59,41	-	53,11	-
Índice de envelhecimento	5,03	-	7,08	-	10,05	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No quesito socioeconômico, verificou-se um aumento na renda per capita entre os Censos 1991, 2000 e 2010 e redução significativa no número de pobres e extremamente pobres, ao passo que o índice de Gini também apresentou melhorias (Tabela 28).

Tabela 28 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Nossa Senhora do Livramento.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	162,95	248,21	335,56
% de extremamente pobres	34,97	22,4	13,7
% de pobres	65,94	50,24	27,02
Índice de Gini	0,56	0,59	0,47

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No que se refere à AF, o município possuía 899 agricultores familiares em

2006, que correspondiam a 72% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam 13% da área, ocupavam 65% da mão de obra do setor e participavam com 38% do valor da produção agropecuária municipal. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do seu município, a coleta de lixo atendia 92,9% dos domicílios.

No quesito que trata da Gestão Pública Municipal, especificamente no item Finanças públicas do Município, verificou-se que, em 2011, as despesas com educação, saúde, administração, urbanismo e habitação foram responsáveis por 82,42% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 1,30% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,86%.

i) Nova Brasilândia

O Município de Nova Brasilândia foi criado no ano de 1979. O número de pessoas residentes neste município, segundo o Censo 2010 (IBGE), era de 4.587 pessoas, sendo 2.186 mulheres e 2.401 homens. A Figura 19 apresenta o mosaico de registros fotográficos coletados no município:

Figura 19 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Nova Brasilândia.



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

A população do município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, passando de 5.786 para 4.587 habitantes (Tabela 29).

Tabela 29 – População total por gênero, urbana/rural em Nova Brasilândia.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	7.270	100	5.786	100	4.587	100
Homens	3.881	53,38	3.106	53,68	2.401	52,34
Mulheres	3.389	46,62	2.680	46,32	2.186	47,66
Urbana	3.865	53,16	4.074	70,41	3.659	79,77
Rural	3.405	46,84	1.712	29,59	928	20,23

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa (Tabela 30).

Tabela 30 – Estrutura etária da população em Nova Brasilândia.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	3.023	41,58	1.928	33,32	1.163	25,35
15 a 64 anos	4.042	55,6	3.559	61,51	3.075	67,04
65 anos ou mais	205	2,82	299	5,17	349	7,61
Razão de dependência	79,86	-	62,57	-	49,17	-
Índice de envelhecimento	2,82	-	5,17	-	7,61	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No quesito socioeconômico, verificou-se um aumento na renda per capita entre os Censos 1991, 2000 e 2010 e redução significativa no número de pobres e extremamente pobres, ao passo que o índice de Gini apresentou melhorias (Tabela 31).

Tabela 31 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Nova Brasilândia.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	203,11	298,15	526,35
% de extremamente pobres	27,87	18,65	18,13
% de pobres	57,06	36,04	25,34
Índice de Gini	0,54	0,55	0,64

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No que se refere à AF, o município possuía 381 agricultores familiares em 2006, que correspondiam a 74% dos seus produtores. Esses agricultores familiares

acessavam 13% da área, ocupavam 65% da mão de obra do setor e participavam com 37% do valor da produção agropecuária municipal. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do município, a coleta de lixo atendia 95,2% dos domicílios.

No quesito que trata da Gestão Pública Municipal, especificamente no item Finanças públicas do Município, verificou-se que, em 2011, as despesas com administração, saúde, educação, legislativa e assistência social foram responsáveis por 87,51% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 5,21% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do estado, de 3,86%.

j) Planalto da Serra

O Município de Planalto da Serra foi criado no ano de 1993. O número de pessoas residentes neste município, segundo o Censo 2010 (IBGE) era de 2.726 pessoas, sendo 1.326 mulheres e 1.400 homens. A Figura 20 apresenta o mosaico de registros fotográficos coletados no município:

Figura 20 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Planalto da Serra.



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

A população do município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de -0,58% ao ano, passando de 2.889 para 2.726 habitantes (Tabela 32).

Tabela 32 – População Total por gênero, urbana/rural em Planalto da Serra.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	2.989	100	2.881	100	2.726	100
Homens	1.606	53,73	1.535	53,28	1.400	51,36
Mulheres	1.383	46,27	1.346	46,72	1.326	48,64
Urbana	1.066	35,66	1.682	58,38	2.054	75,35
Rural	1.923	64,34	1.199	41,62	672	24,65

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa (Tabela 33).

Tabela 33 – Estrutura Etária da população em Planalto da Serra.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	1.256	42,02	932	32,35	766	28,1
15 a 64 anos	1.650	55,2	1.820	63,17	1.793	65,77
65 anos ou mais	83	2,78	129	4,48	167	6,13
Razão de dependência	81,21	-	58,3	-	50,92	-
Índice de envelhecimento	2,78	-	4,48	-	6,13	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No quesito socioeconômico, verificou-se um aumento na renda per capita entre os Censos 1991, 2000 e 2010 e redução significativa no número de pobres e extremamente pobres, ao passo que o índice de Gini apresentou melhorias (Tabela 34).

Tabela 34 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Planalto da Serra.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	148,71	299,95	366,39
% de extremamente pobres	32,02	21,95	6,3
% de pobres	65,85	41,25	21,44
Índice de Gini	0,47	0,58	0,44

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No que se refere à AF, o município possuía 150 agricultores familiares em

2006, que correspondia a 69% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 10% da área, ocupavam 65% da mão de obra do setor e participavam com 13% do valor da produção agropecuária municipal. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do município, a coleta de lixo atendia 93,4% dos domicílios.

Verificou-se que em 2011, as despesas com educação, transporte, saúde, administração e saneamento foram responsáveis por 77,10% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 4,22% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do estado, de 3,86%.

k) Poconé

O Município de Poconé foi criado no ano de 1831. O número de pessoas residentes neste município, segundo o Censo 2010 (IBGE), era de 31.779 pessoas, sendo 15.260 mulheres e 16.519 homens. A Figura 21 apresenta o mosaico de registros fotográficos coletados no município:

Figura 21 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Poconé.



. **Fonte:** Registros fotográficos da pesquisa de campo.

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 0,32% ao ano, passando de 30.788 para 31.779 habitantes (Tabela 35).

Tabela 35 – População total por gênero, urbana/rural em Poconé.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	29.856	100	30.773	100	31.779	100
Homens	15.547	52,07	16.146	52,47	16.519	51,98
Mulheres	14.309	47,93	14.627	47,53	15.260	48,02
Urbana	21.303	71,35	22.326	72,55	23.062	72,57
Rural	8.553	28,65	8.447	27,45	8.717	27,43

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa (Tabela 36).

Tabela 36 – Estrutura Etária da População em Poconé.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	12.306	41,22	10.432	33,9	8.673	27,29
15 a 64 anos	16.311	54,63	18.576	60,36	20.746	65,28
65 anos ou mais	1.239	4,15	1.765	5,74	2.360	7,43
Razão de dependência	83,04	-	65,61	-	53,08	-
Índice de envelhecimento	4,15	-	5,74	-	7,43	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No quesito socioeconômico, verificou-se um aumento na renda per capita entre os Censos 1991, 2000 e 2010 e redução significativa no número de pobres e extremamente pobres, ao passo que o índice de Gini apresentou melhorias (Tabela 37).

Tabela 37 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Poconé.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	320,08	264,76	436,83
% de extremamente pobres	16,88	19,99	9,42
% de pobres	45,35	46,68	21,09
Índice de Gini	0,62	0,57	0,52

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No que se refere à AF, o município possuía 1.225 agricultores familiares em

2006, que correspondiam a 81% dos seus produtores.

Esses agricultores familiares acessavam 06% da área, ocupavam 76% da mão de obra do setor e participavam com 02% do valor da produção agropecuária municipal. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do município, a coleta de lixo atendia 85,9% dos domicílios.

No quesito que trata da Gestão Pública Municipal, especificamente no item Finanças públicas do Município, verificou-se que, em 2011, as despesas com administração, urbanismo, educação, saúde e habitação foram responsáveis por 85,23% das despesas municipais.

Em assistência social, as despesas alcançaram 3,15% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,86%.

I) Rosário Oeste

O Município de Rosário Oeste foi criado no ano de 1833. O número de pessoas residentes neste município, segundo o Censo 2010 (IBGE) era de 17.679 pessoas, sendo 8.264 mulheres e 9.415 homens. A Figura 22 apresenta o mosaico de registros fotográficos coletados no município:

Figura 22 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Rosário Oeste.



. Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

A população do município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, passando de 18.450 para 17.679 habitantes (Tabela 38).

Tabela 38 – População total por gênero, urbana/rural em Rosário Oeste.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	20.205	100	18.716	100	17.679	100
Homens	10.615	52,54	10.001	53,44	9.415	53,26
Mulheres	9.590	47,46	8.715	46,56	8.264	46,74
Urbana	10.839	53,65	10.871	58,08	10.654	60,26
Rural	9.366	46,35	7.845	41,92	7.025	39,74

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa (Tabela 39).

Tabela 39 – Estrutura Etária da população em Rosário Oeste.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	8.465	41,9	6.294	33,63	4.530	25,62
15 a 64 anos	10.804	53,47	11.337	60,57	11.621	65,73
65 anos ou mais	936	4,63	1.085	5,8	1.528	8,64
Razão de dependência	87,02	-	65,08	-	52,13	-
Índice de envelhecimento	4,63	-	5,79	-	8,64	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No quesito socioeconômico, verificou-se um aumento na renda per capita entre os Censos 1991, 2000 e 2010 e redução significativa no número de pobres e extremamente pobres, ao passo que o índice de Gini apresentou melhorias (Tabela 40).

Tabela 40 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Rosário Oeste.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	204,12	301,46	465,66
% de extremamente pobres	28,27	18,27	7,75
% de pobres	54,02	42,49	19,26
Índice de Gini	0,54	0,57	0,49

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No que se refere à AF, o município possuía 993 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 74% dos seus produtores. Esses agricultores familiares

acessavam 09% da área, ocupavam 62% da mão de obra do setor e participavam com 23% do valor da produção agropecuária municipal. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do seu município, a coleta de lixo atendia 96,6% dos domicílios.

No quesito que trata da Gestão Pública Municipal, especificamente no item Finanças públicas do Município, verificou-se que, em 2011, as despesas com transporte, educação, administração, saúde e encargos especiais foram responsáveis por 91,66% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 1,70% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,86%.

m) Santo Antônio do Leverger

O município de Santo Antônio do Leverger foi criado no ano de 1899. O número de pessoas residentes neste município, segundo o Censo 2010 (IBGE) era de 18.463 pessoas, sendo 8.602 mulheres e 9.861 homens. A Figura 23 apresenta o mosaico de registros fotográficos coletados no município:

Figura 23 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Santo Antônio do Leverger.



. Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 1,81% ao ano, passando de 15.431 para 18.463 habitantes (Tabela 41).

Tabela 41 – População total por gênero, urbana/rural em Santo Antônio do Leverger.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	15.389	100	15.435	100	18.463	100
Homens	8.264	53,7	8.346	54,07	9.861	53,41
Mulheres	7.125	46,3	7.089	45,93	8.602	46,59
Urbana	4.503	29,26	5.516	35,74	7.160	38,78
Rural	10.886	70,74	9.919	64,26	11.303	61,22

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa (Tabela 42).

Tabela 42 – Estrutura Etária da população em Santo Antônio do Leverger.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	6.193	40,24	4.834	31,32	4.760	25,78
15 a 64 anos	8.551	55,57	9.647	62,5	12.210	66,13
65 anos ou mais	645	4,19	954	6,18	1.493	8,09
Razão de dependência	79,97	-	59,93	-	50,57	-
Índice de envelhecimento	4,19	-	6,18	-	8,09	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No quesito socioeconômico, verificou-se um aumento na renda per capita entre os Censos 1991, 2000 e 2010 e redução significativa no número de pobres e extremamente pobres, ao passo que o índice de Gini apresentou melhorias (Tabela 43).

Tabela 43 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Santo Antônio do Leverger.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	181,74	345,54	460,13
% de extremamente pobres	24,48	18,89	8,16
% de pobres	61,04	40,75	16,76
Índice de Gini	0,49	0,62	0,49

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No que se refere à AF, o município possuía 1.527 agricultores familiares em

2006, que correspondiam a 81% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 07% da área, ocupavam 73% da mão de obra do setor e participavam com 13% do valor da produção agropecuária municipal. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do seu município, a coleta de lixo atendia 95,7% dos domicílios. Durante a pesquisa não foram encontrados dados sobre registros de despesas na gestão pública do município.

n) Várzea Grande

O Município de Várzea Grande foi criado no ano de 1948. O número de pessoas residentes neste município, segundo o Censo 2010 (IBGE) era de 252.596 pessoas, sendo 127.329 mulheres e 125.267 homens. A Figura 24 apresenta o mosaico de registros fotográficos coletados no município:

Figura 24 – Mosaico de fotos da pesquisa de campo em Várzea Grande.



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 1,61% ao ano, passando de 215.276 para 252.596 habitantes (Tabela 44).

Tabela 44 – População Total por gênero, urbana/rural em Várzea Grande.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	162.181	100	215.446	100	252.596	100
Homens	81.742	50,4	107.723	50	125.267	49,59
Mulheres	80.439	49,6	107.723	50	127.329	50,41
Urbana	155.307	95,76	211.303	98,08	248.704	98,46
Rural	6.874	4,24	4.143	1,92	3.892	1,54

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa (Tabela 45).

Tabela 45 – Estrutura etária da população em Várzea Grande.

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	62.837	38,74	68.004	31,56	65.417	25,9
15 a 64 anos	95.394	58,82	140.547	65,24	175.711	69,56
65 anos ou mais	3.950	2,44	6.895	3,2	11.468	4,54
Razão de dependência	70,01	-	53,29	-	43,15	-
Índice de envelhecimento	2,44	-	3,2	-	4,54	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No quesito socioeconômico, verificou-se um aumento na renda per capita entre os Censos 1991, 2000 e 2010 e redução significativa no número de pobres e extremamente pobres, ao passo que o índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, também apresentou melhorias (Tabela 46).

Tabela 46 – Renda, Pobreza e Desigualdade em Várzea Grande.

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	326,79	494,04	668,86
% de extremamente pobres	9,24	4,31	2,01
% de pobres	29,63	18,41	7,03
Índice de Gini	0,49	0,54	0,46

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2015) tendo sido extraído de PNUD, Ipea e FJP.

No que se refere à AF, o município possuía 573 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 81% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam 26% da área, ocupavam 75% da mão de obra do setor e participavam com 20% do valor da produção agropecuária municipal. Dados do Censo

Demográfico de 2010 revelaram que na área rural do seu município, a coleta de lixo atendia 94,2% dos domicílios.

No quesito que trata da Gestão Pública Municipal, especificamente no item Finanças públicas do Município, verificou-se que em 2011, as despesas com saúde, educação, administração, urbanismo e saneamento foram responsáveis por 83,57% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 4,10% do orçamento total, valor esse superior à média de todos os municípios do estado, de 3,86%.

Isto posto, serão apresentados no item 4.3, os programas e políticas, em nível federal, direcionados à AF e aos territórios rurais, bem como o registro de ações executadas em 2013 pelo Programa Territórios da Cidadania, na Baixada Cuiabana.

4.3 Programas e políticas governamentais direcionadas à Agricultura Familiar e Territórios Rurais

O objetivo deste item é contribuir com o atendimento do segundo objetivo específico deste estudo: Identificar quais políticas/ações, destinadas à AF, estão sendo acessadas e acompanhadas nos municípios do território Baixada Cuiabana. Para tanto, apresenta-se um panorama (com detalhamento e orientações) de programas/políticas, de nível federal, destinados à AF e Territórios Rurais do Brasil.

Quadro 5 – Programas e Políticas Federais direcionados à Agricultura Familiar

Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF		
Departamento: Geração de Renda e Agregação de Valor (DGRAV)		
Tipo	Programa/ação	Público-alvo
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Programa que garante o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promove a inclusão social no campo fortalecendo a AF. Por meio do Programa, criado em 2003 e atualizado pela Lei no 12.512/2011, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais podem adquirir os alimentos diretamente dos produtores.	Agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Programa que possibilita a aquisição mínima de 30% de alimentos da AF para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino, valorizando assim os produtos regionais, gerando renda para os agricultores e dinamizando a economia local.	Agricultores familiares e alunos da rede pública de ensino.
Programa Talentos do Brasil	Apoia a estruturação de grupos produtivos de forma sustentável, focada no mercado e na gestão participativa, promovendo a troca de conhecimentos e a geração de emprego e renda, agregando valor à produção de grupos de artesãos rurais.	Grupos de artesãos rurais
Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF		
Departamento: Geração de Renda e Agregação de Valor (DGRAV)		
Tipo	Programa/ação	Público-alvo
Agroindústria	Apoia a inclusão dos agricultores familiares no processo de agroindustrialização e comercialização da sua produção, de modo a agregar valor, gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural, garantindo a melhoria das condições de vida das populações beneficiadas direta e indiretamente pelo Programa.	Agricultores familiares, pessoas físicas e jurídicas formadas por no mínimo 90% destes agricultores e com no mínimo 70% da matéria-prima própria.
Plano da Sociobiodiversidade	Plano que integra as ações voltadas ao fortalecimento das cadeias produtivas e à consolidação de mercados sustentáveis para os produtos oriundos da sociobiodiversidade brasileira.	Comunidade em geral, tradicional e agricultores familiares

Continua...

Continuação...

Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF		
Departamento: Geração de Renda e Agregação de Valor (DGRAV)		
Tipo	Programa/ação	Público-alvo
Turismo Rural	Ação que faz parte do programa de diversificação econômica e que permite agregar valor à produção agrícola ou artesanal, gerando trabalho e renda, garantindo a preservação do meio ambiente e valorizando as culturais locais, apoiando a estruturação e o fortalecimento de roteiros turísticos que tenham como base a AF.	Agricultores familiares
Sistema Único de Inspeção Sanitária (SUASA)	Sistema de inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal e vegetal e dos insumos. Normatizada pelo Decreto Nº 5.741, de 30 de março de 2006 esse sistema garante a realização das inspeções de maneira uniforme, harmônica e equivalente em todos os Estados e Municípios, permitindo a comercialização dos produtos inspecionados em todo o território nacional.	Agroindústrias familiares ou que utilizam mão de obra familiar
Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)	Programa que estimula a produção e o consumo de combustíveis que não sejam derivados de petróleo e incentiva agricultores familiares a cultivar oleaginosas que possam ser utilizadas na produção de Biodiesel, contribuindo para a melhora da renda e da produção desse combustível.	Agricultores familiares
Selo Combustível Social	Estimula a inclusão social e produtiva de agricultores familiares brasileiros por meio da concessão do selo a empresas produtoras de biodiesel que compram matéria-prima desses agricultores, obtendo incentivos fiscais e preferência nos leilões de compra de biodiesel.	Agricultores familiares e empresas produtoras de biodiesel que compram matéria-prima de agricultores familiares.
Selo da Agricultura Familiar (Sipaf)	Selo que identifica os produtos que tenham em sua composição a participação majoritária da AF e da visibilidade aos empreendimentos da AF que promovem a inclusão econômica e social dos agricultores, gerando mais empregos e renda no campo.	Empresas e cooperativas, portadoras ou não de DAP, e a agricultores familiares, desde que portadores de DAP
Mais Gestão	O Programa que promove o fortalecimento de cooperativas da AF por meio da qualificação de seus sistemas de gestão (organização, produção e comercialização), qualificando-as e garantindo seu acesso a mercados como os abertos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	Cooperativas da AF

Continua...

Continuação...

Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF		
Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER)		
Tipo	Programa/ação	Público-alvo
Assistência Técnica e Extensão Rural	É uma política pública que leva assistência técnica às propriedades rurais. Melhora os processos no trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores.	Agricultores familiares, quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais em extrema pobreza, do Cadastro Único portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).
Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF		
Departamento de Financiamento e Proteção da Produção (DFPP)		
Tipo	Programa/ação	Público-alvo
Programa Garantia-Safra	Seguro que serve de garantia aos agricultores familiares em caso de perda de produção causada por problemas climáticos, como a seca, por exemplo. Ele é voltado aos produtores com renda familiar de até 1,5 salário mínimo por mês, desde que possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e tenham feito a adesão ao Garantia-Safra.	Agricultores familiares com renda familiar de até 1,5 salários mínimos por mês, possuidores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e tenham aderido ao Garantia-Safra.
Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)	Seguro criado para que o agricultor familiar desenvolva sua lavoura com segurança, contemplando os sistemas produtivos sustentáveis.	Agricultores familiares que acessam o financiamento de custeio agrícola vinculado ao PRONAF
Programa Mais Alimentos	Ação que permite incrementar a produção e a produtividade da propriedade familiar - através de linha de crédito direcionada à modernização da infraestrutura das unidades produtivas e da realização de parceria com a indústria nacional para ofertar produtos a preços mais acessíveis.	Agricultores familiares
Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF)	Garante às famílias agricultoras que acessam o Pronaf Custeio ou o Pronaf Investimento, em caso de baixa de preços no mercado, um desconto no pagamento do financiamento, correspondente à diferença entre o preço de mercado e o preço de garantia do produto.	Agricultores (as) familiares que acessam o crédito de custeio do Pronaf, a partir da safra 2008/2009, cuja produção esteja contemplada na lista de cultura cobertas.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Programa de crédito que permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da AF.	Agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Fonte: SFA – MDA (2015).

Este panorama de Programas e Políticas Federais, direcionados à Agricultura Familiar, apresentado por meio do Quadro 5, serve de base para que se visualize as

possibilidades existentes em termos de apoio, em nível federal, ao setor. Na sequência, são apresentados, os Programas e Políticas que são direcionados aos Territórios Rurais no Brasil (Quadro 6).

Quadro 6 – Programas e Políticas Federais direcionadas aos Territórios Rurais

Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT		
Departamento de Financiamento e Proteção da Produção (DFPP)		
Tipo	Programa/ação	Público-alvo
Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais (PROINF)	Repassa recursos do Orçamento Geral da União (OGU) para realização de obras de infraestrutura nos municípios e para viabilizar serviços de apoio ao desenvolvimento da AF por meio da implantação de agroindústrias e armazenamento de produtos, estruturas de comercialização entre outras ações.	Agricultores familiares.
Desenvolvimento dos Territórios Rurais	Conjunto de ações que incentiva as capacidades humanas e da autogestão dos territórios rurais, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e sociais, além da integração dos territórios rurais ao processo de desenvolvimento nacional.	Agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário.
Dinamização Econômica dos Territórios Rurais	Programa que enfatiza a melhoria da qualidade e a agregação de valor aos produtos locais, a diversificação de atividades produtivas (inclusive as não agrícolas) e a inovação tecnológica e gerencial, como estratégias para se alcançar melhorias significativas na eficiência e na competitividade sistêmica ou territorial.	Agricultores em geral
Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT		
Secretaria de Reordenamento Agrário		
Tipo	Programa/ação	Público-alvo
Programa Nacional de Crédito Fundiário	Facilita o acesso à terra para os trabalhadores do campo, financiando a aquisição de imóveis rurais que não podem ser desapropriados. O programa atua em três linhas, quais sejam o Combate à Pobreza Rural – para regiões e trabalhadores mais pobres, a Consolidação da AF – para agricultores familiares que desejam ampliar sua propriedade, e Nossa Primeira Terra – para jovens rurais que queiram viabilizar o próprio projeto de vida no meio rural.	Trabalhadores (as) rurais sem-terra, jovens rurais ou agricultores com áreas insuficientes para a produção.

Continua...

Continuação...

Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT		
Secretaria de Reordenamento Agrário		
Tipo	Programa/ação	Público-alvo
Programa Nacional de Crédito Fundiário	Facilita o acesso à terra para os trabalhadores do campo, financiando a aquisição de imóveis rurais que não podem ser desapropriados. O programa atua em três linhas, quais sejam o Combate à Pobreza Rural – para regiões e trabalhadores mais pobres, a Consolidação da AF – para agricultores familiares que desejam ampliar sua propriedade, e Nossa Primeira Terra – para jovens rurais que queiram viabilizar o próprio projeto de vida no meio rural.	Trabalhadores (as) rurais sem-terra, jovens rurais ou agricultores com áreas insuficientes para a produção.
Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária	Garante a permanência dos agricultores familiares na terra, assegurando juridicamente a posse do imóvel ao trabalhador do campo.	Agricultor com posse de imóvel rural e pequeno posseiro
Arca das Letras	O Programa leva bibliotecas às comunidades rurais para garantir o acesso à leitura. Por meio do programa, milhares de moradores do campo tiveram a oportunidade de ler e muitos foram alfabetizados.	Comunidade rural
Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT		
Secretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL		
Tipo	Programa/ação	Público-alvo
Terra Legal	O Terra legal assegura a titulação de propriedades de terras públicas federais na região da Amazônia Legal. Ele garante, ainda, o acesso dos proprietários dessas terras a políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural e aos modelos de produção sustentável. Outra ação é a regularização fundiária urbana, por meio da medição dos núcleos urbanos que estão localizados em terras federais e doação para as prefeituras.	Assentamentos da reforma agrária
Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT		
Secretaria Executiva – SE		
	Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas	
Tipo	Programa/ação	Público-alvo
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)	O programa visa garantir a cidadania e o acesso às políticas para as mulheres trabalhadoras do campo. Para isso o programa vai até os municípios, onde são feitos mutirões, para emitir gratuitamente documentos básicos como registro de nascimento, CPF, RG, CTPS, registro no INSS entre outros.	Trabalhadoras rurais que não possuem documentos ou necessitam fazer segunda via.

Continua...

Continuação...

Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT		
Secretaria Executiva – SE		
Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas		
Tipo	Programa/ação	Público-alvo
Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais	Programa que fortalece as organizações produtivas das trabalhadoras rurais e viabiliza seu acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, promovendo a autonomia econômica e garantindo a participação da mulher na economia rural.	Trabalhadoras rurais.
Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres	Fortalece a produção, promove a agroecologia e a produção de base ecológica, amplia o acesso às políticas públicas produtivas de comercialização para grupos produtivos e redes de produtoras rurais.	Trabalhadoras rurais.
Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT		
Secretaria Executiva - SE		
Coordenação Geral de Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais - CGPCT		
Tipo	Programa/ação	Público-alvo
Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena	Projeto que apoia a formação, capacitação, revitalização de saberes e acompanhamento técnico às atividades produtivas dos povos indígenas.	Grupos indígenas
Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola	As ações prioritárias consistem em fomento à diversificação da produção agrícola e não agrícola, gestão da produção, etnodesenvolvimento, agroecologia e transição para agriculturas de base ecológica, sustentabilidade e biodiversidade, beneficiamento da produção e comercialização.	Comunidades quilombolas
Assistência Técnica e Extensão Rural Pesca Artesanal	Atua como multiplicadora e facilitadora no processo de organização da produção, disseminação do cooperativismo, implementação de boas práticas de produção e de novas tecnologias para o aumento da produtividade em toda a cadeia, além de orientar a adequada utilização dos recursos do crédito rural.	Pescadores artesanais
Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais	Ações que visam fortalecer as organizações produtivas dos povos e comunidades tradicionais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando as tradições, de forma a viabilizar o acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização.	Povos e comunidades tradicionais

Fonte: SFA – MDA (2015).

No que diz respeito às ações que estão sendo executadas no Território Baixada Cuiabana, durante a pesquisa de campo, em conversa com representante da Delegacia do MDA, em Cuiabá, o mesmo apresentou uma matriz de ações que estavam sendo executadas pelo Programa Territórios da Cidadania, em parceria

com os ministérios da Educação; Pesca e Aquicultura; Saúde; Comunicações; Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Quadro 7):

Quadro 7 – Matriz de Ações que estavam sendo executadas no Território da Cidadania Baixada Cuiabana em 2013.

Min. da Educação - MEC	
1	Computador Interativo
2	Construção de Escolas no Campo
3	Laboratórios de Informática para as Escolas no Campo
4	ProInfância
5	Programa Laptop Educacional para as Escolas no Campo
6	Programa Mais Educação Campo
Min. da Pesca e Aquicultura - MPA	
7	Implantação de Infraestrutura Pesqueira e Aquícola
Min. da Saúde - MS	
8	Incentivo Financeiro aos Entes Federados em Vigilância em Saúde
9	Piso de Atenção Básica Fixo
Min. das Comunicações - MC	
10	Ampliação e Manutenção de Conexão à Internet para Inclusão Digital
Min. do Desenvolvimento Agrário - MDA	
11	Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
12	Apoio ao Planejamento e à Gestão Social com Perspectiva de Gênero no Desenvolvimento Territorial Rural
13	Apoio à Elaboração e Gestão Social dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS
14	Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA
15	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Municípios com até 50.000 Habitantes
16	Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais
17	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária
18	Capacitação de Agentes de Desenvolvimento
19	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos Fundo de Terras
20	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias de Assentados
21	Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar
22	Documentação da Trabalhadora Rural
23	Fomento à Participação da Agricultura Familiar nas Cadeias de Energias Renováveis
Min. do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS	
24	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar - Plano Brasil sem Miséria
25	Proteção Social para Crianças e Adolescentes Identificadas em Situação de Trabalho Infantil – Plano Brasil sem Miséria.

Fonte: Territórios da cidadania²⁰ - MDA (2013)

A partir do itens 4.1, 4.2 e 4.3 deste estudo, elaborados com o apoio de dados coletados em fontes secundárias, foi possível apresentar características socioeconômicas e demográficas dos municípios do território Baixada Cuiabana, bem como elaborar um panorama dos programas, políticas e ações federais direcionados à AF e aos territórios rurais brasileiros.

²⁰ Disponível em <

http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/portlets/territorios/oferta/report-matriz-new?ano=2013&grupo=1&grupo=2&grupo=3&csv_p=0&initial_response_id=10632094&gestao_p=0&territorio=16> Acesso em 14 de ago. 2015.

Estes itens contribuíram para a etapa posterior do estudo, nas etapas de apresentação, análise e discussão de resultados, provenientes da coleta de dados primários, executada entre os meses de outubro de 2014 e julho de 2015.

4.4 Resultados das entrevistas realizadas com agentes governamentais e representantes de Instituições de apoio à AF

O objetivo deste item é apresentar os resultados e inferências nos dados resultantes das transcrições de 10 (dez) entrevistas feitas com agentes governamentais dos municípios de Acorizal, Barão de Melgaço, Campo Verde, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger) e 04 (quatro) entrevistas feitas com representantes de instituições apoiadoras do setor de AF do território, quais sejam:

- ✓ Instituição Financeira Banco do Brasil;
- ✓ Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência técnica e Extensão Rural (EMPAER);
- ✓ Secretaria de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários de Mato Grosso (SEAF) e;
- ✓ Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – Cuiabá.

Os dados resultantes das entrevistas foram tratados por meio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977; VERGARA, 2009; CRESWELL 2013), conforme detalhado na etapa dos Procedimentos Metodológicos, o que permitiu à pesquisadora, traçar um panorama sobre a situação das ações e programas/políticas e ações direcionadas à AF do território investigado. Utilizou-se neste item, o *software* Nvivo, versão 10, como ferramenta de apoio à análise qualitativa, especialmente para elaborar figuras, como por exemplo as nuvens de palavras. As questões norteadoras do roteiro de entrevistas encontram-se no Apêndice I deste trabalho.

Foram criadas duas denominações de entrevistados com o intuito de que estes sejam identificados com maior facilidade no decorrer das análises, sendo: **AE (Agente Executor) - Nome do município**, que corresponde ao agente governamental que exercia, na época da execução da pesquisa de campo, a função de secretário (a) ou mesmo de representante de secretarias de Agricultura, Desenvolvimento ou Meio Ambiente, de municípios pertencentes ao Território

Baixada Cuiabana e; **AA (Agentes Apoiador) – Nome da Instituição**, que corresponde aos agentes que representavam as Instituições de Apoio à AF no Território investigado. Deste modo, passa-se a apresentar as análises e discussões da fase qualitativa deste estudo.

a) Resultado da entrevista com AE – Acorizal.

A partir da entrevista realizada na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com o **AE – Acorizal**, verificou-se os seguintes termos em evidência:

Figura 25 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AE – Acorizal.



Fonte: Resultados da pesquisa

Em termos de políticas/ações desenvolvidas no município, o AE – Acorizal mencionou o seguinte:

[...] O que estamos fazendo é trabalhar com a construção de tanques, ou seja, perfurando tanques para desenvolver a piscicultura, e gradeamento de área para o produtor rural, com o único trator que possuímos. No mais realizamos visitas, algumas orientações técnicas e tentativas de motivá-los. Nossas ações estão agindo diretamente na renda do produtor, preparando a área para que o mesmo possa plantar e perfurando tanques para promover a geração de renda para os mesmos [...].

Visando maior incentivo ao setor de AF do município, observou-se que boa parte dos entrevistados, que são os agentes representantes das Secretarias, em conjunto com demais órgãos da Gestão dos Municípios do Território Baixada

Cuiabana, apoiam projetos que incentivam a geração de renda no meio rural, a partir de novos negócios, como no caso da piscicultura (criação de peixes em cativeiro – tanques).

Existem máquinas e equipamentos – utilizados na perfuração dos tanques para criação dos peixes nos empreendimentos rurais – que são provenientes de propostas encaminhadas ao Programa do MDA, o PROINF (Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais), que são operacionalizados pela SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial). De acordo com o Manual Operacional do PROINF:

A Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), operacionalizada pela SDT/MDA, tem contribuído para a qualificação de processos produtivos e econômicos da AF nos Territórios Rurais. Parcerias com estados e municípios têm apoiado a aquisição de equipamentos e a construção de infraestrutura para a produção, beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos da AF. Estes resultados posicionam o PROINF como importante instrumento indutor dos processos de inclusão produtiva, de geração de trabalho e renda e de autonomia econômica de famílias e empreendimentos da AF nos Territórios Rurais (SDT, MDA, 2014, p.02).

Em 2014, conforme citado pelo também entrevistado **AA – MDA (Delegacia Cuiabá)**, foi aprovada uma proposta²¹, elaborada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (SEDRAF)²², direcionada aos municípios de Acorizal, Jangada e Nossa Senhora do Livramento.

Esta proposta tinha como objetivo estruturar as Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente dos municípios de Acorizal, Jangada e Nossa Senhora do Livramento, por meio da aquisição de veículos utilitários (caminhões) e caixas plásticas, visando ao fortalecimento dos agricultores familiares, em atendimento às organizações e grupos produtivos de mulheres rurais.

Assim, a proposta visava ao atendimento a 1.110 agricultores familiares de modo direto e, aproximadamente 6.525 beneficiários indiretos. Em seu resumo executivo, a proposta enfatizava que uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares do Território Baixada Cuiabana era a comercialização de seus produtos, limitada principalmente pela falta de logística de transporte

²¹ Esta proposta foi disponibilizada à pesquisadora deste estudo, durante entrevista realizada no MDA – Delegacia de Cuiabá.

²² Em 2014, a Secretaria estadual que tratava dos assuntos relacionados ao setor de AF denominava-se SEDRAF - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e AF. Em 2015, a partir da nova Gestão Governamental Estadual, a secretaria passou a se chamar SEAF – Secretaria de AF e Assuntos Fundiários.

disponível em seus municípios (SEDRAF, 2014).

A ativação da Central de Comercialização da AF em 2014 (PRONAT 2005, 2007, 2008), no município de Várzea Grande, representou uma grande oportunidade para o apoio da comercialização dos produtos da AF neste Território, tendo sido um consenso, a necessidade de aquisição de caminhões e materiais para garantir, com o apoio das prefeituras, o transporte adequado de produtos (SEDRAF, 2014).

O intuito maior da proposta era que os agricultores familiares dos municípios de Acorizal, Jangada e Nossa Senhora do Livramento pudessem ser apoiados não somente para a comercialização de produtos na referida Central, como também com o intuito de que os mesmos se organizassem para atender os mercados institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (SEDRAF, 2014).

Posteriormente, na entrevista com o AE - Acorizal, foram citados os principais entraves na AF do município:

Devido à situação em que nos encontramos, não estamos conseguindo fazer muita coisa [...]. Isso não é nem 10% do que poderíamos estar realizando no município, infelizmente [...] Falta investimento, estamos sem estrutura mínima para realizar os trabalhos e os equipamentos que são destinados à Secretaria, acabam sendo desviados para outros setores, ficando a mesma desestruturada para realizar seu trabalho [...].

Pelo exposto, percebe-se a fragilidade na estrutura de apoio governamental ao setor de AF do município. Pela fala do AE – Acorizal, evidenciou-se que:

*[...] A percepção que temos é que o futuro da AF está muito incerto, pois ela não é o destaque de **nenhuma** administração pública, infelizmente [...].*

Nesse caso, corrobora-se com Llorens (2001), sobre a necessidade de mudanças institucionais na administração pública e o acordo com outros agentes, os quais fazem parte a sociedade organizada, instituições privadas, organizações do terceiro setor, universidades, dentre outros, visando ao apoio ao setor de AF no território.

Conforme dados do último Censo Agropecuário (IBGE, 2006), o Município de Acorizal possuía 574 agricultores familiares em 2006, que correspondiam a 84% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam 24% da área, ocupavam 79% da mão-de-obra do setor e participavam com 47% do valor da produção agropecuária municipal. Em 2010, em Acorizal, 46,94% da população ainda vivia em comunidades rurais.

fato de que o principal motivo da existência das políticas é a conciliação de interesses divergentes locais, visando ao bem-estar e a sobrevivência da comunidade, conforme apresentado por Matias-Pereira (2010). Ou seja, há de se pensar melhor acerca da união de esforços em favor da AF local. O AE – Barão de Melgaço citou outros entraves:

*O pessoal da AF do município ainda não vende para escolas os 30% que teria de ser vendido. Atualmente alguns agricultores esporadicamente vendem o excedente da produção para algumas pessoas de Cuiabá/MT, enquanto os demais plantam para subsistência. Entre os que vendem o excedente da produção, têm se sobressaído aqueles que plantam **mandioca**.*

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) prevê a aquisição mínima de 30% de alimentos da AF para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino com o intuito de valorizar os produtos regionais, gerar renda para os agricultores familiares e dinamizar a economia do município (SAF, MDA, 2015). O AE – Barão de Melgaço informou à época, que não havia produção suficiente no município para atingir este mínimo de 30% previsto pelo PNAE. Sobre o Futuro da AF o AE observou que:

A pouca terra que temos, que é na beira do morro, é de qualidade fabulosa [...] então as terras são boas. Se fazer essas políticas organizadas nós vamos ter uma AF fabulosa.

Pelo exposto, verifica-se que a “organização”, seja por parte dos agricultores (as) e gestores locais, bem como a continuidade e acompanhamento de políticas, é essencial para a sustentabilidade da AF no município, fato este que converge com os achados nas demais entrevistas realizadas com agentes governamentais do território Baixada Cuiabana.

c) Resultado da entrevista com AE – Campo Verde

A partir do conteúdo da entrevista realizada na Secretaria de Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente, com **AE – Campo Verde**, obteve-se os seguintes termos em evidência:

Figura 27 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AE- Campo Verde.



Fonte: Resultados da pesquisa

Em Campo Verde, a predominância de pequenos empreendimentos rurais de AF está concentrada nas comunidades rurais oriundas de Programas de Reforma Agrária (assentamentos). Por ser um município relativamente novo, emancipado em 1988 (IBGE, 2015), se comparado aos municípios pertencentes ao Território Rural Baixada Cuiabana, observa-se a quase inexistência de comunidades “tradicionais” como aquelas existentes nos demais.

Sobre as políticas/ações desenvolvidas no município, foi citado o apoio à Feira do Produtor Rural; Programa de Apicultura²³; Programa de Piscicultura; Projeto de Abatedouro de Frangos; Incentivo à produção de Hortifrutigranjeiros; Projeto de Apoio com Patrulhas Agrícolas (máquinas e equipamentos); Programa de melhoramento Genético de Gado Leiteiro; Programa de Distribuição de Resfriadores de Leite Comunitários. Durante a entrevista, foi citado que:

²³ Negócio que envolve a Criação de Abelhas visando à produção de mel e derivados.

A feira que a gente construiu que é uma feira dentro dos padrões e é uma das melhores do estado de Mato Grosso [...] temos um programa de apicultura que estamos distribuindo caixas de abelha para fomentar a apicultura porque nós temos indústria de mel. Nós temos também o programa de piscicultura onde a prefeitura fura os tanques sem custo para o produtor rural[...] a equipe técnica analisa a propriedade se tem água adequada, se a liberação ambiental é possível e se está dentro da legislação, e aí a gente faz o tanque. É um tanque por pessoa. É um tanque de 20m x 50m que dá 1.000 m² e toda a propriedade que tiver condição de receber o benefício e tiver água e der condição de licenciamento ambiental, receberá o benefício [...] Lá em Santo Antônio da Fartura produz de tudo: cebola, batatinha, cenoura, beterraba e etc.

Em Campo Verde, observou-se que o destaque da produção de alimentos concentra-se na cadeia dos FLV (Frutas, Legumes e Hortaliças) e do leite. De acordo com dados obtidos na EMPAER (2015), nos municípios pertencentes à Baixada Cuiabana, existe o destaque na produção agrícola dos alimentos da cadeia FLV –carro-chefe da produção familiar no território. Os produtos FLV têm grande potencial de mercado na capital (Cuiabá) e região metropolitana (EMPAER, 2015), contribuindo para atender mercados locais e regionais (LLORENS, 2001).

*Aqui o forte é o **hortifruti**, o qual nós incentivamos [...]. Tem um assentamento o 14 de agosto que se destaca. Tem uma produção boa, muito leite [...] Patrulhas agrícolas nós temos em todos os nossos assentamentos. Elas são compostas de trator, grade de aragem, niveladora, carreta e ciladeira. Nós temos também um **programa de melhoramento genético do gado leiteiro** com distribuição de resfriadores de leite comunitários [...].*

Notou-se, pelas entrevistas com os Agentes Executores dos municípios, especialmente em Campo Verde, Barão de Melgaço, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé e Santo Antônio do Leverger, que há uma tentativa mais insistente em alavancar os negócios em torno da pecuária de leite nos pequenos empreendimentos rurais de AF.

O AE – Campo Verde citou também os principais entraves na AF do município:

[...] uma coisa que dificulta muito a AF em Campo Verde é a burocracia das leis. Por exemplo, nós temos assentamento aqui com oito anos e até hoje não liberou fomento, PRONAF [...] e a falta da titulação, dos documentos né? Então fica o pessoal ali emperrado [...] E a burocracia do Governo Federal é muito grande. Tem a questão das agroindústrias, que poderia organizar mais a cadeia e rever isso aí da legislação das liberações sanitárias. Só para você ter ideia, nós temos o documento da vigilância sanitária que saiu, mas só pode comercializar nosso produto só aqui dentro de Campo Verde [...] e a população de Cuiabá? Não pode consumir? Então é uma coisa que não dá! Você me entende? [...].

Observa-se que há uma grande dificuldade, por parte dos produtores rurais

da AF, na fase de comercialização de seus produtos/alimentos em mercados locais e regionais. Ressaltou-se, pelo AE – Campo Verde, bem como pelos demais AE dos municípios do território e AA de Instituições, que existem muitas falhas quanto ao atendimento às especificações e legislações no processo de comercialização na AF, o que vai ao encontro de citações feitas no Referencial Conceitual deste estudo (BUAINAIN ET AL.,2007; NEUMANN, 2007; SCHWANTES, BASSO E LIMA, 2011 e CUNHA, 2011).

Em especial, a fala do AE – Campo Verde, corrobora com a afirmação de Neumann (2007) apud Nichele e Waquil (2011), sobre o fato de que os gargalos existentes no setor da AF estão ligados aos processos de comercialização e acesso aos mercados, inadequação de embalagens, instalações e tecnologia de produção e, principalmente, no que diz respeito à legislação sanitária e à qualidade destes produtos. A garantia da qualidade destes produtos produzidos está diretamente ligada à padronização dos processos que requer investimentos altos, o que traz dificuldades para os produtores rurais da AF, que não podem adequar-se às normas de padronização determinadas pelas instituições governamentais que regulam esses processos.

Quando indagado sobre o Futuro da AF no município, o AE – Campo Verde enfatizou o seguinte:

[...] aqui a gente ajuda e pretende continuar ajudando a nossa AF. Temos uma visão de que é preciso montar agroindústria e dar o máximo possível de apoio. É essa a orientação que nós temos na gestão municipal e é o que nós entendemos que a AF precisa. Então a gente pretende continuar ajudando e viabilizar a agroindústria para beneficiar os produtos deles, ajudar na comercialização [...] é um grande incentivo ao pequeno produtor e para nós, pois o comércio nosso movimenta muito com a AF de Campo Verde [...].

Pelo exposto, nota-se a preocupação do governo municipal e do agente com o beneficiamento dos produtos agrícolas e a geração de renda por meio da criação e apoio à agroindústria, como alternativa para a continuidade do desenvolvimento e o futuro da AF no município.

d) Resultado da entrevista com AE – Nobres

A partir do conteúdo da entrevista realizada na Secretaria Meio Ambiente e Mineração, com **AE – Nobres**, obteve-se os seguintes termos em evidência:

Figura 28 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AE – Nobres.



Fonte: Resultados da pesquisa

Sobre as políticas/ações desenvolvidas no município, foi citado pelo AE – Nobres que, nos últimos cinco anos, têm-se buscado apoiar a estrutura de produção e comercialização de produtos da AF em comunidades rurais do município. Entretanto, o AE deixou claro que já ocorreram muitas tentativas de apoio às AF nos últimos 30 anos, mas que existe o problema da implantação inadequada de políticas e ações, bem como a falta de acompanhamento destas, o que também foi mencionado pelos AE de Barão de Melgaço, AE – Nossa Senhora do Livramento, AE – Planalto da Serra e AE – Nova Brasilândia.

Em Nobres, o AE destacou uma ação que até então vinha sendo priorizada: a Feira do Produtor de AF. Entretanto, declarou que:

Aqui já houve muitas tentativas de políticas e ações, inclusive, sem recurso nenhum, conseguimos levantar essa feira (do produtor rural) que o pessoal até estava satisfeito, ganhando seu dinheirinho. Dinheiro que gira aqui no município [...]. Precisa de um local adequado para comercialização dos produtos... tinha que estruturar melhor a feira... já chegamos a ter mais de 100 produtores rurais. Nós temos até fotos. E hoje deve ter uns dez, vinte, se tiver isso. Acho que nem isso não tem. Antes essa feira era acompanhada. Era dado apoio, assistência. Daí isso acabou tudo. E a gente fica sentido por esta falta de apoio agora.

Ou seja, verificou-se que não há mais o apoio que se tinha, tanto em relação à estrutura quanto no acompanhamento desse espaço para comercialização de produtos da AF. Ainda nessa questão de políticas e ações, o AE citou que desde que ele chegou no município – “*Eu estou desde 1974 em Nobres...*” – as diversas tentativas de implantação de programas/políticas direcionadas à AF no município não têm sido eficazes. Citou o seguinte:

Aqui nós tentamos buscar um mini laticínio, um mini abatedor de aves, de suínos, mas as estruturas delas são muito caras [...]. Esse tipo de investimento... industrialização... estrutura...custa alto para o pequeno produtor rural [...] Para você ver. Uma região como a nossa, terra boa, tem água, tem tudo, agora não tem um incentivo, não tem um apoio. Os governos que passaram por aqui nem olharam para isso.

Indagado sobre os principais entraves na AF do município, o AE – Nobres citou a questão da falta de apoio governamental, especialmente em termos de políticas inadequadas ao território local, que é algo proveniente do passado, de pelo menos 20 anos:

[...] O que arreventou aqui foi o seguinte: veio muitos projetos de cima para baixo [...]. Não teve acompanhamento, não teve nada [...] e a grande dificuldade é da porteira para fora. O agricultor sabe produzir, mas vender para quem? Como? Por qual preço? [...]. Temos muitos gargalos como a questão da falta de titulação das propriedades e se o produtor rural não tem os documentos da terra ele não tem acesso a crédito e não tem nada. E tem muita burocracia na questão do crédito [...] a vigilância sanitária, como a questão do SIM (Serviço de Inspeção Municipal). Teve uns projetos que vieram de cima para baixo, como o programa do côco da Bahia. Como é que vai dar côco sem irrigação? Veio uma promessa de uma fábrica de caju [...]. Nós temos 52 hectares de caju plantado na região, mas quero ver quem compra o caju. Nem castanha, nem caju, nem nada. Então são investimentos... veio a tal de mamona, algodão, veio tanque de peixe. Era pecuária de leite. Outros tantos aí [...].

Estes projetos de cima para baixo, citados pelo AE – Nobres, eram provenientes do governo estadual e federal, o que remete, portanto, aos projetos ou programas direcionados ao município, que têm sido, ao longo dos anos, apenas tentativas “forçadas” de apoio à sobrevivência ou permanência dos AF no campo, remetendo a um fenômeno supracitado no Referencial Conceitual, o *path dependence* ou dependência de caminhos (NORTH,1990; BUAINAIN *et al*, 2007; FAVARETO, 2010). Assim, verifica-se que os entraves econômicos, sociais, políticos, dentre outros, enfrentados pelos produtores rurais da AF no passado, ainda não foram superados.

O AE – Nobres ainda citou a existência de entraves que podem ser os maiores gargalos na AF do município, como: falta de apoio em serviços públicos e

políticas públicas; a cultura local da população rural, que não se organiza, seja em termos de associativismo ou cooperativismo, a fim de adequar a produção à demanda e conseguir comercializar os produtos; a situação demográfica da população, pois os dados apontam envelhecimento populacional nas comunidades rurais; a baixa permanência de jovens que desejam permanecer no negócio e no meio rural; o endividamento e a consequente descapitalização de AF locais, devido à financiamentos/investimentos realizados no passado, conforme cita o AE:

Aqui (em Nobres) já teve gestores que terminaram com as secretarias de agricultura porque acharam que elas não eram fundamentais, não eram de interesse [...] e aí tudo vem através do governo, seja Federal, Estadual e prefeitura ... e assim por diante. Então se não é prioridade, não se tem nada [...]. Hoje certos assentamentos aqui são uma favela rural. Não tem atendimento, não tem assistência, não tem saúde, educação [...]. Sobre associativismo, cooperativismo, o pessoal não entende. É os costumes deles [...]. Com essas dificuldades, se cria um grande êxodo rural porque não tem como o filho ficar junto com o pai e mãe [...]. Tem que ter estrutura, tem que ter apoio do governo. Se não tiver não fica aquela agricultura minguada. Daí o pessoal descapitalizado também...muitos desistem e vendem as propriedades [...]

Apesar de todos os entraves mencionados, o AE – Nobres acredita que é possível que ocorra mudanças, e citou, em especial, a proposta da nova gestão do Governo Estadual, que visa diagnosticar problemas que a AF de MT está enfrentando e, em conjunto, desenvolver as políticas existentes bem como criar programas específicos direcionados aos AF do território Baixada Cuiabana. O AE – Nobres finalizou ressaltando que, para o futuro, espera-se “mudanças das ações políticas” porque o modelo existente não funciona:

*[...] estamos na perspectiva de novas ações. Porque o povo dá terra, mas não dão a estrutura, não dão condição, não dão assistência, não dão nada. Como é que o produtor rural vai sobreviver? Não tem condições de ficar. E quem ainda está lá é um grande herói. [...]. Agora, o que é que tem que fazer para trazer esse pessoal de volta? **(referindo-se aos jovens que saíram ou que estão saindo do meio rural)** [...] tem que colocar um incentivo para o jovem [...]. Fazer um investimento lá para que ele consiga ter uma boa renda. Aí ele volta. Senão ele não volta nunca mais para trás. Só para visitar de ano em ano. Vir para fazer o quê ali? Mas se tiver uma organização, uma agricultura familiar forte [...] ele pode voltar, ou senão vai só estourar esses negócios grandes aí que você está vendo [...] de mineração, agropecuária de grande porte [...]*

Assim, o conteúdo extraído a partir da entrevista com o AE – Nobres nos remete ao que foi citado por Green (2009), em que a melhor resposta à pobreza rural e à desigualdade não está calcada em abrir mão da participação do Estado, pois a assistência governamental constitui o “pontapé inicial” do processo de

transformação local.

d) Resultado da entrevista com AE – Nossa Senhora do Livramento

A partir do conteúdo da entrevista realizada na Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, com **AE – Nossa Senhora do Livramento**, evidenciaram-se os seguintes termos:

Figura 29 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AE – Nossa Senhora do Livramento.



Fonte: Resultados da pesquisa

Em Nossa Senhora do Livramento, as políticas/ações desenvolvidas no município visam ao aspecto da capacitação técnica dos AF das comunidades rurais, para melhorar a produção e comercialização de seus produtos. Assim, o AE entrevistado citou:

*Aqui nós estamos realizando alguns trabalhos em conjunto com o Sebrae, no sentido de aprimorar e acompanhar o desenvolvimento dos produtores da AF e com isso acreditamos que num futuro bem próximo os nossos produtores rurais estarão preparados, não só para produzir, mas também, preparados para comercializar os seus produtos, eliminando assim uns dos maiores fardos, que são **os atravessadores**.*

Pelo exposto, o AE entrevistado cita que um dos principais entraves para os

produtores rurais da AF do município encontra-se na fase de comercialização dos produtos: nos atravessadores (intermediários) presentes na AF.

A afirmação vai ao encontro do estudo de Santos e Mitja (2012) e Oliveira (2014), que citam estes agentes intermediários como um dos principais gargalos nos canais de comercialização do setor, ressaltando que eles adquirem os produtos do produtor rural por um preço mais baixo que o mercado, remunerando-os mal. Entretanto, observou-se que apesar desta baixa remuneração, o atravessador pode contribuir com o produtor rural de duas maneiras:

1. Para que ele não perca sua produção (safra), pois em muitos casos este produtor rural não dispõe de infraestrutura logística necessária – transporte, armazenagem – para levar esta produção até o mercado consumidor;
2. Para que o tempo dedicado pelo produtor rural, em ir ao mercado local para comercializar o produto, seja revertido e/ou aproveitado na etapa de plantio/colheita, porque em grande parte dos empreendimentos de AF visitados durante a pesquisa, ficou evidente que o produtor rural não tem condições de deixar o empreendimento e ir até o mercado, pois existem fatores que o impedem nesse processo (falta de mão de obra para dar continuidade na atividade diária; desconhecimento sobre gestão; excesso de burocracia (papéis) necessários no processo, dentre outros).

Questionado sobre o que a Instituição pensa sobre o Futuro da AF no município, o AE – Nossa Senhora do Livramento afirmou:

O município vem desenvolvendo atividades no sentido de capacitar os nossos produtores, para que estes possam enxergar de dentro de suas propriedades, ou seja, analisar o que, de fato, é o potencial da sua propriedade, qual é o produto de melhor comercialização na sua região. Com estas políticas, esperamos que os produtores tenham mais capacidade de compreender as melhores maneiras de produzir, interferindo o menos possível nas degradações ambientais, criando uma cultura do trabalho em conjunto melhorando assim, a situação social e econômica da AF.

Percebe-se a preocupação do AE – Nossa Senhora do Livramento com a conscientização dos agricultores em relação à sustentabilidade e ao associativismo/cooperativismo, como formas de melhorar as perspectivas do futuro da AF no município.

e) Resultado da entrevista com AE – Nova Brasilândia

A partir do conteúdo da entrevista realizada na Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, com **AE – Nova Brasilândia**, evidenciaram-se os seguintes termos:

Figura 30 – Termos em evidência no conteúdo da Entrevista com AE – Nova Brasilândia.



Fonte: Resultados da pesquisa

O AE - Nova Brasilândia, indagado sobre as políticas/ações desenvolvidas no município, fez mais considerações sobre o passado e a ligação deste com a situação atual da AF do município:

Eu estou aqui desde 1980 [...] O “Boom” do agronegócio não nos atingiu. Senão nós seríamos igual Campo Verde hoje (referindo-se à potencialidade de produção em escala de soja, algodão e milho de Campo Verde). Eu acho que se tem produção, chega a tecnologia, chega asfalto, chega toda a logística. Chega as grandes empresas. E não tem jeito. Tudo está ligado ao dinheiro. Se o município produz dinheiro, ele recebe dinheiro, ele consegue evoluir, senão não vai ter nem asfalto. Então como aqui tem outras prioridades...

O AE mencionou que a topografia da região (tipo de solo), em conjunto com o clima favorável (fator ambiental), poderiam contribuir com a produção em escala de produtos como hortaliças, verduras, frutas. Para o AE do município:

*[...] se houvesse a vocação e apoio do governo para produzir tomate, cenoura e beterraba, não seria necessário comprar produção do Paraná. Muito do que a população consome aqui vem do Paraná. Com essas estradas aí **(referindo-se às deficiências nas estradas e consequentemente ao preço que os produtos chegam para o consumidor de Nova Brasilândia)** porque não produzir? [...]. Imagina o preço que isso chegaria aqui. Imagina o produtor rural com essa vocação. Ele vai ganhar dinheiro. E a população compraria essas coisas por um valor menor. Todos ganham. A nossa topografia é bem inclinada [...] para criação de gado [...] E também aqui seria uma boa região para a AF, alimentos [...]. Com uma produção pequena, tipo dois ou três hectares em cada propriedade [...] você teria condição de produzir muita coisa.*

Sobre as políticas/ações desenvolvidas no município:

Nós temos técnicos para dar assistência técnica aos produtores pequenos, mas não temos a estrutura de carros para esse pessoal fazer visita. Em 2009 nós fizemos um diagnóstico completo para ter noção de tudo que tem no município. Não teve ações. No caso do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), nós observamos que aqui não se consegue produção em escala por causa da sazonalidade. O produtor rural não tem o produto para entregar o ano todo. Mesma coisa a questão do PNAE, da merenda escolar [...]. Para atender as comunidades rurais nós temos alguns maquinários. Dois tratores e alguns implementos, teve apoio do MDA. Temos também um caminhão baú para buscar produto da AF e levar para a cidade, mas não está tendo produção, então está parado. Apoiamos a feira, mas hoje ela está com apenas oito produtores comercializando folhas, hortifruti, banana, mandioca, frango caipira. Já teve aqui um projeto do governo do Estado (MT), apoiando na abertura de tanques para piscicultura, em 2010. Mas aí imaginaram que seria fácil manter um tanque e não é. E não teve capacitação [...]. Temos uma associação dos apicultores que apoiamos. Produzem uma média de cinco toneladas de mel de excelente qualidade. [...] o mel é terapêutico. É vendido com rótulo e tudo.

Evidenciam-se várias frentes de atuação entre as políticas citadas. Contudo, também ficaram evidentes os entraves atrelados a essas políticas. Em consulta às finanças do município, pôde-se perceber, conforme exposto no item 4.1.2 deste estudo, que em geral as finanças dos municípios não são suficientes para cobrir todas as suas despesas. Dessa maneira, quando a gestão pública municipal não prioriza a AF, esta pode chegar ao ponto de se tornar insustentável, pois depende do apoio do governo, conforme citado nas demais entrevistas.

Em Nova Brasilândia, as despesas na gestão municipal são compostas por: Administração (28%), Saúde (25%), Educação (20%), Urbanismo (8%), Assistência Social (6%) e restam apenas 13% do orçamento municipal para ser dividido com

todas as demais despesas não citadas acima, o que pode inviabilizar inúmeros projetos, incluindo os direcionados à AF. Quanto aos principais entraves na AF do município:

Não tem como deixar de citar a infraestrutura, isso é o que praticamente inviabiliza a agricultura no município. A questão das estradas, transporte, tecnologia e também capacitação [...]. Porque se você tem um gestor que tem a vocação para aquela coisa, ele vai fazer acontecer. Se você não tem a vocação voltada para a agricultura, como vai fazer? Então um dos grandes gargalos não é só a questão de crédito. Aqui muitos já tiveram PRONAF. Talvez não tenham aplicado adequadamente, mas acho que o fator determinante para que isso possa ser solucionado é trabalhar a vocação e a capacitação do produtor rural. Hoje, nossa AF não tem volume de produção, não se tem escala... E nossa maior movimentação financeira é feita pelo pessoal que trabalha com AF nos assentamentos. Os comércios daqui da cidade sobrevivem graças aos assentamentos. Sobre essa questão de gestão, por parte do produtor rural da AF, acho que aqui não há isso [...].

Muitos foram os entraves citados e em sua maioria problemas recorrentes, relatados por outros AE dos municípios estudados.

Sobre o Futuro da AF, o AE observou:

Nós tínhamos, na década de oitenta, 17 mil habitantes. Hoje nós só temos 4,5 mil. E a tendência é diminuir. Isso tem ligação com emprego, geração de renda. A AF tradicional está envelhecendo [...] tem que potencializar isso daí. E se a gente mostrar que isso é economicamente viável, talvez desperte essa condição de produção. Eu acho que essa parte de capacitação do produtor rural é a chave. Primeiro até mesmo para descobrir a vocação dele. Porque aí você desperta ou não o interesse nele [...]

Em termos de futuro da AF, novamente surge nos relatos dos AE, a preocupação com os jovens que deixam o campo para procurar emprego nas cidades e a urgência em se criar políticas, recursos e incentivos para manter o jovem no campo, como visto nas demais entrevistas.

f) Resultado da entrevista com AE – Planalto da Serra

Os resultados da entrevista realizada na Secretaria de Agricultura, com **AE – Planalto da Serra** evidenciaram o foco das ações do município.

Figura 31 – Termos em evidência no conteúdo da Entrevista com AE – Planalto da Serra.



Fonte: Resultados da pesquisa

Sobre as políticas/ações desenvolvidas no município, foi citado o apoio à produção de queijo, tendo em vista o grande incentivo do PRONAF, destinado ao gado leiteiro e ao projeto do governo municipal na criação de uma cooperativa para este tipo de produto. Além destas, outras políticas e ações foram citadas:

Para auxiliar o pessoal da agricultura, especialmente dos assentamentos, a secretaria criou a feira municipal para vender os produtos. Colocamos máquina para trabalhar a terra, atendendo esse povo com gradeamento, nivelamento, algumas mudas e sementes de plantas. Estamos incentivando o plantio de rama de mandioca para atender a uma farinheira que vai funcionar [...] estamos também tentando ajudar na renegociação de dívidas daquele povo que está inadimplente. Pretendemos ainda correr atrás de mais recursos do programa de habitação rural (PNHR) [...]. Nossa maior ação atualmente é fazer com que esse povo permaneça lá com melhores condições, mas aqui teve uma promessa de implantar um projeto de piscicultura [...] Chegaram a furar 8 tanques com maquinário do governo do Estado, mas esses tanques estão parados porque não teve a assistência técnica". Mas tem criador de peixe que furou por conta própria e está produzindo [...].

O AE – Planalto da Serra citou que os principais entraves na AF do município estão relacionados com a questão logística, à infraestrutura:

Mas a questão aqui é que não tem como escoar a produção daqui. É longe dos grandes centros das cidades e a gente tem de pegar mais naquilo que o povo está acostumado fazer, que tem condições de atuar. Tem pessoas aqui que produz abacaxi e muito. Quarenta mil pés. Tem pessoas que produzem mandioca, tem outras que criam galinha, tem outras que cria até vaca. Só lá falta para nós, eu acho assim parte de verdura essas coisas, não porque eles têm culpa, porque não adianta plantar. É longe demais e aí perde na hora de trazer. É um problema logístico de infraestrutura...estradas. Eu tenho visto que os produtores rurais que permanecem estão lá trabalhando em trabalhos manuais e que, sem o apoio do Poder Público, eles não têm condições de permanecer por lá. Então a vida deles é uma parceria com o Poder Público. Aqui o produtor rural que vai crescendo vai atrás do gado.

Frente ao problema citado, os AF perdem sua produção e estão buscando nos trabalhos manuais uma alternativa para geração de renda e permanência no empreendimento/propriedade. Novamente, o apoio do Poder Público faz-se necessário para manutenção da AF também neste município. E, sobre o Futuro da AF o AE relatou:

A nossa perspectiva para o futuro é que a AF possa dar sustentação suficiente para as famílias que hoje ocupam essa função de produtor rural da AF. Principalmente nos assentamentos daqui, que foram criados sem dar o apoio necessário às famílias. [...] acreditamos que no futuro a AF aqui possa funcionar melhor.

Esta parte da entrevista com o AE – Planalto da Serra evidenciou sua preocupação com o futuro (próximo) de alguns dos produtores rurais familiares, especialmente de comunidades rurais mais distantes deste município. Uma das preocupações é que este produtor abandone ou venda as áreas (de terras) em busca de novas oportunidades, renda, emprego para sobreviver com sua família.

g) Resultado da entrevista com AE – Poconé

No conteúdo da entrevista realizada na Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário Rural e Urbano, com **AE – Poconé**, evidenciou-se os seguintes termos:

Figura 32 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AE – Poconé.



Fonte: Resultados da pesquisa

Em Poconé, indagado sobre as políticas/ações desenvolvidas no município, o AE informou:

[...] Temos aqui o projeto “Cuia Cheia”, que consiste no melhoramento genético do bovino de leite do município de Poconé. Temos um laticínio aqui. Outro projeto é a “Onda Verde”, visando o apoio às comunidades tradicionais e assentamentos, na produção de alimentos, em especial os hortifrutigranjeiros. Já tivemos incentivo do governo na construção de tanques para piscicultura. Temos uns vinte tanques escavados que já estão produzindo os peixes. Tem o projeto da “Semente Crioula” que visa a distribuição de sementes e é feito em parceria com a prefeitura do município de Livramento [...] Tem tratores, que vieram do PROINF do MDA e que são utilizados para fazer o gradeamento nos pequenos empreendimentos. A gente faz esse trabalho para todos os produtores rurais [...]. É uma parceria [...] Estamos, neste momento, organizando um seminário sobre o PAA e o PNAE [...] porque é uma questão de geração de renda e tem produtor rural que ainda não sabe disso, que não conhece os programas. E as escolas precisam desses alimentos da AF.

Além dos projetos de iniciativa do Poder Municipal, notou-se entre as políticas/ações desenvolvidas, a necessidade de divulgação e massificação das políticas federais já existentes PAA e PNAE, desconhecidas pelo AF. O AE também

citou os principais entraves na AF do município:

Tem a questão da falta de estrutura da própria Secretaria, que está funcionando dentro de outra Secretaria, a de Infraestrutura [...] Tem a questão dos veículos precários para visitar as comunidades rurais [...] Temos o nosso trator que fica nas comunidades, mas não é suficiente para atender os cronogramas devido à distância das comunidades [...] Tem a questão de que alguns produtores ainda não conseguem fazer uma produção em escala e o mercado não quer nem saber... Ele quer o produto na prateleira. Então como esse produtor rural não tem condições de estar no mercado o tempo todo, ele entrega do jeito que dá, geralmente sem contrato, para o atravessador [...]. Tem a questão da falta de organização por parte dos produtores, o apoio para financiamento e uma assistência técnica efetiva. [...] Bom, e também aqui no município de Poconé a gente encontrou nessa gestão da prefeitura, muita dívida e a arrecadação aqui é muito baixa.

Acerca dos entraves relatados pelo AE, o que chama a atenção é como a falta de produção em escala, neste caso exigida pelo mercado em período integral, posiciona o atravessador como figura chave para que o agricultor sem essa característica de produção possa entregar seus produtos mesmo sem garantias/contrato para o intermediário, como citado também em Nossa Senhora do Livramento. Sobre o Futuro da AF, o AE – Poconé observou:

Estamos com dificuldade de o jovem ficar no campo [...]. Hoje tem muito filho de produtor rural que foi morar na cidade [...]. Então tem que se pensar no que fazer para o jovem permanecer [...]. Pro futuro temos que pensar nisso, E também em novos negócios como o pessoal que tem uma visão legal sobre a produção orgânica, voltado à questão agroecológica. Mas é difícil porque a gente está se deparando aí com uma questão muito complicada, que é a soja avançando no município de Poconé [...]. E tem uns lados aí que tem garimpo aumentando [...]. Isso pode ser um grande problema porque o pequeno produtor rural se vê acuado no meio desses negócios e vende a área (terra).

Um fato preocupante citado pelo AE é o êxodo dos jovens, em direção às cidades. Esta questão ocorre, segundo o AE, devido à falta de estrutura e incentivos para sua permanência no campo, a fim de dar continuidade aos negócios da família nos empreendimentos de AF da localidade.

Outros dois fatos agravantes citados, para o futuro da AF, é o rápido aumento das áreas de latifúndios para produção em grande em escala (soja e algodão), destinada à exportação e também a exploração de minérios (ouro), no entorno dos empreendimentos de AF, o que pode causar impactos ambientais e sociais na localidade.

h) Resultado da entrevista com AE – Rosário Oeste

O conteúdo resultante da entrevista feita na Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, com **AE – Rosário Oeste**, evidenciaram os seguintes termos:

Figura 33 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AE – Rosário Oeste.



Fonte: Resultados da pesquisa

Sobre as políticas/ações desenvolvidas no município:

Temos aqui as políticas de Implantação do serviço de inspeção municipal (SIM), para legalização de pequenas agroindústrias; tem parceria com o produtor rural para incentivo da piscicultura, com a escavação de tanques [...]. Temos parceria entre prefeitura/estado/produtor rural, incentivando-os na fruticultura e olericultura, com distribuição de equipamentos de irrigação, calcário, sementes e mudas [...]. Temos apoiado na manutenção de estradas rurais e pontes [...] A implantação de projetos do PAA e PNAE [...]. As nossas ações estão mais relacionadas aos programas do governo federal e também visando o abastecimento da central de comercialização lá em Várzea Grande, o abastecimento dos mercados e feiras aqui da região [...]. Também a geração de emprego e renda na zona rural.

O AE relatou que os principais entraves na AF do município:

Podemos elencar como os principais vilões: a) infraestrutura inadequada (estradas, pontes e etc.); b) falta de assistência técnica; c) mau uso dos recursos do PRONAF (resultando no endividamento, consequentemente

suspensão do crédito; d) Falta de acesso à saúde, educação de qualidade e ao lazer, não permitem que o jovem vislumbre um futuro promissor na zona rural; e) Falta de certificação sanitária e ambiental dos produtos.

E sobre o futuro da AF, o AE afirmou:

A AF nessa região vem sendo enfraquecida devido à falta de sucessão nas propriedades, ou seja, os nossos jovens não têm permanecido nas propriedades preferem tentar a sorte em grandes centros (Cuiabá/Várzea Grande) e nas fronteiras do agronegócio. Apesar do nosso imenso potencial para produção agropecuária e a nossa localização estratégica, as políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável não estão trazendo os retornos esperados e, muitas vezes não temos produção suficiente nem mesmo para o abastecimento local.

Pelo exposto, o déficit na sucessão familiar nos empreendimentos de AF do município, bem como inexpressiva produtividade na AF local, são as maiores preocupações do AE – Rosário Oeste.

i) Resultado da entrevista com AE – Santo Antônio do Leverger

O conteúdo resultante da entrevista feita na Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável, com **AE – Santo Antônio do Leverger**, evidenciou os seguintes termos:

Figura 34 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AE – Santo Antônio do Leverger.



Fonte: Resultados da pesquisa

Sobre as políticas/ações desenvolvidas no município, foi citado o apoio à

[...] ações que visam os programas de piscicultura, fruticultura, feirinha do produtor rural para comercialização dos produtos da AF e manutenção de estradas. Nesse programa da fruticultura, fizemos a distribuição de quase 20 mil mudas de maracujá sem custo para o produtor rural, com capacitação pelo SENAR [...]. Na questão da piscicultura, estamos exigindo curso de capacitação na área [...] a gente criou o projeto da feirinha que hoje já está com 1 ano e 6 meses de funcionamento, com 40 feirantes frequentes e estamos tornando isso uma rotina na cidade. [...] a região onde a gente tem o produto mais perto está a 70 ou mais de 100 km daqui e as estradas não são das melhores. [...]. Nós não temos carro para buscar. Então a forma que encontramos foi subsidiar o combustível para que esse produtor rural viesse. Então todas as sextas-feiras eles são subsidiados com 20 litros de combustível para cada agricultor para trazer a produção.

A fala do AE demonstra a preocupação com o apoio à diversidade de negócios e produtos na AF do município e comunidades próximas. Acerca disso, Llorens (2001) enfatiza que o desenvolvimento dos territórios rurais não pode ser visto apenas sobre o prisma do desenvolvimento agrário. Além disso, sugere a promoção de outras iniciativas vinculadas ao artesanato, turismo rural, desenvolvimento de serviços, dentre outros, poderiam iniciar a criação de um entorno inovador no local e, neste caso, no território como um todo, já que é neste espaço que as potencialidades e os recursos são aproveitados visando à organização do território e às políticas adequadas de desenvolvimento (MORAES e SCHNEIDER, 2010).

Na sequência, o AE citou os principais entraves na AF do município:

Temos aqui a questão de falta de equipamento e tecnologia na parte da produção [...]. E a comercialização é a principal dificuldade para o produtor rural. Existem programas como a venda da produção para a merenda escolar. Mas a burocracia que se tem para vender nessas modalidades é muito grande. O produtor rural não vai parar 2, 3 ou 5 dias para correr atrás de documentação. A lista de documentos que o produtor rural precisa ter é imensa, ele não consegue. E estamos falando de pessoas humildes, com pouca instrução [...]. E tem também a falta de documentação da terra, de regularização fundiária [...].

Ainda neste quesito, o AE – Santo Antônio do Leverger observou que há o entrave na falta de regulamentação para que os produtores rurais possam comercializar os produtos de origem animal. Trata-se do selo de inspeção, exigido pela legislação e que também foi citado durante a entrevista com AA – EMPAER, o qual detalhou esta questão com maior clareza.

O AE do município disse que a prefeitura, ou as pessoas que fazem a gestão do município, estavam, à época, em um “trabalho político”, em conjunto com outros

secretários de municípios vizinhos e os representantes de o Consórcio Vale do Rio Cuiabá, a fim de buscar a regulamentação para o livre comércio dos produtos de origem animal, produzidos em empreendimentos de AF, entre as cidades da Baixada Cuiabana.

Em seguida, sobre o Futuro da AF, o AE observou:

Estamos observando que os produtores rurais da AF dos assentamentos trabalham de uma forma diferenciada, com a cabeça voltada a tornar aquilo produtivo, enquanto que nas comunidades tradicionais, os filhos já estão buscando mais as cidades, outros empregos [...] estão deixando os pais na propriedade [...] a mão-de-obra está ficando escassa e essa propriedade acaba se tornando um sítio de refúgio para os fins de semana. [...] os assentamentos realmente são a parte mais produtiva que nós temos no município e temos como exemplo da Agrovila das Palmeiras, um assentamento antigo onde o pessoal se organiza [...] E, no futuro, eu vejo que as comunidades tradicionais vão acabar se voltando mais para a subsistência mesmo e não para comercialização [...]. Aquela cultura cuiabana da farinha, da rapadura [...] nós não vamos ter mais. Porque não é fácil. Que jovem que quer acordar às duas da manhã para moer cana, para ficar lá na beira do tacho e fazer a rapadura? Muito difícil. São poucos os que querem. Então estamos tentando fazer um trabalho de resgate, envolvendo as comunidades tradicionais para ver se reacendemos essa vontade de permanecer na AF.

Nesta etapa da entrevista, o AE aborda um fator importante para o futuro da AF, e que foi observado noutros municípios do Território Baixada Cuiabana. Trata-se da diferença existente na produção e produtividade dos empreendimentos rurais provenientes de Programas de Reforma Agrária (recentes) em comparação com a produção e produtividade de empreendimentos rurais tradicionais.

O AE destacou que nos assentamentos existe maior profissionalização do agricultor/ produtor rural familiar. Há um maior entusiasmo na busca pelo crescimento do negócio rural, enquanto que nos empreendimentos rurais familiares tradicionais observa-se o retorno gradativo à produção apenas para a subsistência dos moradores do domicílio rural. Tal fato é agravado, dentre outros fatores, pelo baixo nível de sucessão familiar na AF e a migração do jovem agricultor para grandes centros urbanos, em busca de maiores oportunidades.

j) Resultado da entrevista com AA – Banco do Brasil

A partir do conteúdo resultante da entrevista feita com o representante da Gerência de Mercado, Desenvolvimento Sustentável e AF, da Superintendência do Banco do Brasil no Estado de Mato Grosso, evidenciou-se os seguintes termos:

Figura 35 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AA – Banco do Brasil.



Fonte: Resultados da pesquisa

Sobre as políticas/ações desenvolvidas:

Aqui nós trabalhamos com o Programa Nacional de Fortalecimento da AF, o PRONAF. Estamos elevando o volume de crédito na AF. E estamos atuando em outras frentes, como a estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável, o DRS. O banco faz parcerias com governo federal, estadual, municipal, com cooperativas, associações, entidades de classe, enfim, atores envolvidos na AF. A bovinocultura de leite, por exemplo, é a principal atividade fomentada pelo DRS em MT. Trabalhamos em parceria com o Programa de Nacional Habitação Rural, o PNHR. [...] Então, além de colocar dinheiro no campo, queremos ver aumentar a produção, a produtividade, dar uma garantia de qualidade de vida a estes trabalhadores e evitar o êxodo rural, fixar o homem lá no campo, para que ele tenha condição de produzir com qualidade de vida para ele e para sua família [...] porque o produtor rural familiar movimenta o dinheiro dele dentro do próprio município. Ou seja, dinamiza o sistema econômico local [...].

O AE declarou os principais entraves na AF:

[...] O primeiro entrave é a questão da inadimplência. Alguns produtores rurais que pegaram empréstimos no passado, deixaram de pagar as parcelas e foram excluídos do sistema de crédito rural. Aí não conseguem pegar PRONAF [...] O segundo entrave é a falta de regularização fundiária e falta de documentos básicos. Outro problema é a falta de regularização ambiental [...] e a falta de assistência técnica efetiva. Então produtor familiar, diferentemente patronal, carece de uma assistência técnica mais

efetiva.

Sobre o Futuro da AF, o AE observou:

Bom, a instituição financeira tem muito recurso disponível, tem crédito, mas para aquelas pessoas que apresentarem bons projetos, projetos tecnicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente corretos. Tem que ser projeto que realmente visa melhorias na atividade produtiva e condição de vida a médio e longo prazo [...].

k) Resultado da entrevista com AA – EMPAER

A partir do conteúdo resultante da entrevista feita com os Representantes da **Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER)**, em Cuiabá, foram evidenciados os seguintes termos:

Figura 36 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AA – EMPAER.



Fonte: Resultados da pesquisa

Sobre as políticas/ações desenvolvidas no Território Baixada Cuiabana, foi citado o seguinte:

Temos trabalhado a questão das políticas públicas do governo federal. Em especial a questão da merenda escolar, o PNAE [...] nossa preocupação é que não se atingiu o mínimo de 30% de aquisição de alimentos da AF nos

municípios do território Baixada Cuiabana [...]. Temos trabalhado com o PAA também, que oferece ao produtor rural familiar uma opção de auxílio para a comercialização de sua produção e junto à SEJUDH (Secretaria de Justiça e Direitos Humanos), estamos trabalhando no programa que inserirá a produção do produtor rural familiar na alimentação dos presídios [...]. Temos ainda a responsabilidade de ajudar o produtor rural a conseguir a DAP (Declaração de Aptidão do Produtor). Nossa Instituição está com uma ação no sentido de fazer reuniões com o pessoal da AF da Baixada Cuiabana, levando palestras para levantar as demandas e falar das políticas públicas existentes. É uma parceria com os governos locais. Eles fazem o chamamento, a mobilização, para nós entrarmos com as orientações sobre a organização da cadeia FLV (de Frutas, verduras e Legumes).

No território Baixada Cuiabana, há uma visão especial sob o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, que faz parte do programa Brasil Sem Miséria – trata-se de uma ferramenta de inclusão produtiva que tem dois beneficiários: o produtor rural que está produzindo e a população em situação com insegurança alimentar que receberá os alimentos. O PAA pode garantir a produção de alimentos/empreendedorismo e, desde 2003, tem aumentado o orçamento alternativo de comercialização de quem está isolado e não consegue vender a produção. O AA citou os principais entraves na AF do Território Baixada Cuiabana:

Existem dificuldades em termos de logística, desde a infraestrutura de estradas, pontes; dificuldade com as notas fiscais obrigatórias para o transporte e comercialização da produção e a questão da falta de conhecimento do produtor rural [...] tem a questão da falha na assistência técnica também, porque são poucos técnicos que temos para atender toda demanda e somado a isto pouco recurso, carro [...]

Foi mencionado, ainda, a existência de problemas relacionados às ações individuais no território. Assim, ocorre que em determinadas prefeituras, dependendo do gestor, é dado mais atenção ao setor de AF do que nos demais municípios. Não há um pensamento coletivo em fortalecer o setor em todo território:

Em determinados municípios tem ações mais positivas e em outros as coisas são mais lentas. Não dá para dizer que todos são alinhados. É uma coisa que tem nos chocado bastante, é que temos observado a pouca participação dos vereadores e prefeitos nessas reuniões. E os que têm participado, se assustam quando ficam sabendo o montante de recurso que o município deixa de receber para adquirir pelo menos os 30% de alimentos da AF (no caso da Política PNAE). Por exemplo, neste momento estamos fazendo um levantamento de dados do PAA e constatamos que, em alguns municípios, o governo local nem sabe que tem produtor rural vendendo para o PAA. E a falha dessas informações entre os órgãos tem atrapalhado bastante. Ajudaria muito se o poder municipal tivesse conhecimento dessas informações [...].

Segundo os representantes da EMPAER, é comum de ser visualizado um dos

entraves em todo território Baixada Cuiabana. Trata-se do baixo nível de conhecimento em gestão do empreendimento rural, o que pode atrapalhar ou mesmo acabar inviabilizando o negócio, seja no elo inicial da cadeia produtiva (na aquisição de insumos), ou no processo de produção/transformação (em que implica o quesito falha na assistência técnica), ou mesmo na comercialização do produto, que é o elo de maior dificuldade na gestão destes empreendimentos, especialmente quando se trata do conhecimento em adequação do produto conforme as exigências da legislação e do mercado. Na entrevista foi citado que:

Existe produtor rural que, na parte econômica, está bem capitalizado. Tem mais acesso a informação, mas muitas vezes é uma informação que não contribui de maneira eficaz no negócio [...]. E tem uns que estão completamente sem informação, sem acesso às políticas, sem acesso a nada. E tem ainda os intermediários. Então, o que vemos é que o produtor rural trabalha sozinho, desorganizado e com desconhecimento das políticas públicas favoráveis a ele. Eles têm baixo nível de conhecimento em gestão [...]. E não só na parte econômica, mas também na parte ambiental [...]. Na produção de FLV, por exemplo, o pessoal usa muito insumo e defensivo com baixa informação, de forma errada [...]. A parte de preservação ambiental está ligada com a questão cultural. Ainda tem a cultura de achar que “se passar o fogo” eliminará todas as pragas, e não é bem assim [...] estão preocupados muito com o imediato e não com o futuro.

Esta “forma errada” de utilização de insumos e defensivos por parte dos agricultores, evidenciada na fala acima, ocorre, provavelmente, devido à falta de recursos financeiros para aquisição do insumo correto, indicado para cada cultura. A falta deste recurso faz com que o produtor rural adquira um insumo similar, mais barato ou até mesmo indicado para outra cultura, na esperança de eliminar as pragas/insetos/doenças que atingem a produção/criação.

Entretanto, o que foi observado durante a pesquisa de campo, em visitas às lavouras e criações, é que este procedimento executado pelo agricultor causa o efeito contrário e muitas vezes a produção é totalmente perdida. O principal agravante neste fato é que esta “troca” malfeita ocorre, até mesmo, com a indicação de alguns profissionais do comércio local, que visa somente o lucro com a venda do produto. Sobre o futuro da AF no território, foi destacado que:

Um dos principais problemas nesta região é a questão da sucessão familiar [...]. Estão conseguindo fazer a sucessão familiar para garantir uma continuidade no setor. Temos discutido com o Governo Estadual isso [...] temos que criar alternativas para o campo [...]. Temos visto que as políticas do Governo começam a concentrar todas as atividades de educação e saúde nos grandes centros. Então correu todo mundo para os grandes centros, ou seja, as regiões rurais produtoras ficaram sem ninguém e também não tem estrutura nenhuma de apoio [...]. Para que as pessoas voltem para o campo tem que inverter essa política [...] e começar a investir

em infraestrutura como: estradas, escolas, postos locais de saúde, porque aí as pessoas começam a voltar, a criar núcleos rurais, as agrovilas [...]. Se o produtor rural tiver um mínimo de condições para produzir e comercializar [...] e o dinheiro entrar no negócio, pode ser que isso seja revertido [...]. Atualmente, nem os índios querem mais plantar usando enxadas. Eles querem gradear, eles querem a mecanização, eles querem colheitadeira. Então, com o pequeno produtor rural e seus filhos, não é diferente [...]

A preocupação dos entrevistados (AA – EMPAER) em relação ao futuro da AF no Território Baixada Cuiabana é evidente, quando citam a questão da sucessão familiar, que vai ao encontro da preocupação dos AE entrevistados durante a pesquisa de campo.

I) Resultado da entrevista com AA – MDA (Delegacia Cuiabá)

A partir do conteúdo resultante da entrevista feita com o Representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Delegacia do MDA em Cuiabá, foram evidenciados os seguintes termos:

Figura 37 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AA – MDA Cuiabá.



Fonte: Resultados da pesquisa

Sobre as políticas/ações desenvolvidas na Baixada Cuiabana, o AA – MDA destacou:

Nós temos várias ofertas de possibilidades para o produtor rural. Nós temos

o Plano Safra, que é o plano que direciona recursos para o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). [...]. Temos a política territorial para a baixada cuiabana que é a Política do Território da Cidadania e Territórios Rurais, que é uma política voltada para a melhoria da qualidade de vida não só dos produtores, mas da população como um todo, mas com um recorte mais forte para o setor rural.

Nesse sentido, é válido ressaltar que em 2008 foi lançado pelo Governo Federal o Programa Territórios da Cidadania que visa promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Trata-se de um suporte importante com parcerias entre Governo Federal, do Estado e municípios, com o objetivo de consolidar a política de desenvolvimento territorial. O AA – MDA, acrescentou:

Nós temos o Plano de Desenvolvimento Territorial. Temos o colegiado territorial, que tem a representação de diferentes municípios. Então eu acredito que a aliança entre o que é disponibilizado pelo MDA, através do Plano Safra, através do Pronaf e das diversas linhas de financiamento do Pronaf, em conjunto com a Política de Desenvolvimento Territorial, é uma forma de garantir um desenvolvimento que seja calcado na realidade específica do território da baixada cuiabana. É necessário consolidar uma política diferenciada de desenvolvimento, que tenha participação efetiva e ativa dos produtores rurais. Eles participam diretamente na discussão e na elaboração de perspectivas da política pública para o desenvolvimento. Um fato concreto que nós temos é a central de comercialização da baixada cuiabana, que é uma central que se originou da política territorial do território da Baixada Cuiabana, que inclusive, necessita maior suporte do Governo do Estado e também de uma política de organização da produção, para que essa central possa se desenvolver.

A citação feita pelo AA – MDA Cuiabá, vai ao encontro dos programas da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, especificamente do Programa de Desenvolvimento dos Territórios Rurais e de Dinamização Econômica dos Territórios Rurais, visando à melhoria da qualidade e à agregação de valor aos produtos locais, bem como o alcance de melhorias significativas na eficiência e na competitividade sistêmica territorial (SDT, MDA, 2015). O agente não citou entraves, mas destacou os desafios no presente e futuro, para os envolvidos na AF do território:

Nós percebemos que para existir uma mudança para melhor na AF do território, é necessário quebrar alguns paradigmas que existem na gestão dos municípios, fazendo com que seus representantes pensem numa política do território e não apenas do seu município. A política territorial envolve relações na área econômica e no arranjo produtivo do território como um todo. O desafio é pensar em projetos como maior viabilidade econômica para todo o território da Baixada Cuiabana e não visar o benefício de um ou outro [...]. Por exemplo, a política do território rural e da cidadania, coloca a população rural como elemento positivo e de fortalecimento para a gestão social e a questão econômica local [...]. Nesse meio, tem também a questão ambiental, que é fundamental também. Então

quando se fala em buscar apoio através da nossa instituição, deve existir uma preocupação com o desenvolvimento rural sustentável e solidário, que já começou a ser valorizado em todos os projetos que são enviados os à nossa Instituição [...]. Então, geralmente os projetos que não são aprovados, é porque talvez não tenha sido considerada a questão da viabilidade econômica, social e ambiental.

m) Resultado da entrevista com AA – SEAF.

A partir do conteúdo resultante da entrevista feita com um agente Representante da Secretaria de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários de Mato Grosso (SEAF), em Cuiabá, foram evidenciados os seguintes termos:

Figura 38 – Termos em evidência no conteúdo da entrevista com AA – SEAF.



Fonte: Resultados da pesquisa

Sobre as políticas/ações desenvolvidas pela Instituição na Baixada Cuiabana, o AA citou:

Recentemente tivemos a entrega de motos niveladores, retroescavadeiras e caminhões que são destinados à construção de tanques para piscicultura

[...] e melhoria da estrutura para acessibilidade às comunidades rurais, como a construção de pontes, pavimentação de estradas [...] e nessa questão aí da piscicultura, contribuiu para uma nova oportunidade de geração de renda para o pequeno produtor rural da Baixada Cuiabana [...]. Outra questão importante é a melhoria na prestação do serviço de assistência técnica ao produtor através dos programas de ATER que está mais ligado à EMPAER [...]. Tem outra ação importante do Governo Federal que são as chamadas públicas para projetos que visam o desenvolvimento de cooperativas, pequenas agroindústrias, equipamentos, máquinas [...] e também é importante falar aqui que hoje, através dos nossos consórcios regionais, nós estamos montando equipes multidisciplinares para elaborar os projetos de regularização ambiental nos municípios e também a regularização da DAP (Declaração de Aptidão do Produtor) também, que é o passaporte do produtor rural para obtenção do crédito [...].

O AE falou sobre a questão do avanço da Agricultura tecnificada em Mato Grosso, que em muitos estudos é chamado “Agronegócio”. Citou que as tecnologias de campo acabaram por “expulsar” alguns pequenos produtores rurais de suas terras, para dar lugar à produção em escala. Posteriormente iniciou a fala sobre os entraves à AF no Território Baixada Cuiabana:

Hoje nós temos problemas graves que vem do passado, como a falta de regularização fundiária e as falhas da distribuição inadequada de terras na Baixada Cuiabana. Essas questões são um grande gargalo, porque implicam lá na frente, na hora do produtor pleitear o crédito para produzir [...] e também algumas questões tem origem em como era feita essa seleção das pessoas para entrar nesses assentamentos [...]. Na Baixada Cuiabana existe municípios bem antigos e então você se pergunta porque que eles não se desenvolvem? [...] é um conjunto de coisas [...].

Nesse ponto da entrevista, o AA – SEAF apresentou explicou os motivos que poderiam ter causado o “não desenvolvimento” no território a que se referiu:

Na Baixada foram “colocadas” pessoas que não tinham perfil. Aí chegaram lá, cada um fez sua casinha na medida que conseguiu fazer e aí ficou lá [...] entre lá e a cidade. Arrumavam um emprego na cidade [...] e o pior é que muitos que começaram a produzir coisas de agricultura ou de criação mesmo, não tiveram nenhuma capacitação [...]. E hoje essa população está lá envelhecida, sem conhecimento, aposentada, vendendo pouca coisa do que produz. [...]. A grande maioria não sabe o que está acontecendo e que há políticas de apoio à agroindústria, aquisição de equipamento, apoio para jovens, mulheres, quilombolas [...].

O AA – SEAF mencionou um dos principais entraves dos agricultores que vivem no território:

[...] muitos produtores rurais, da Baixada Cuiabana, estão endividados, com os nomes bloqueados. Isso porque lá no passado criaram umas políticas, de cima para baixo [...] uns projetos incoerentes [...]. O pessoal plantou mamão e não produziu nada. Aí não tiveram como pagar o banco. Aí hoje estão pagando por algo que ocorreu de cima para baixo, lá no passado [...] e outra coisa é que nós não atingimos ainda nem os 30% de oferta de produção para o programa da merenda escolar (PNAE).

Sobre as expectativas para o futuro da AF na Baixada Cuiabana, o AA concluiu:

[...] Apesar destes entraves, acredito que dentro de cinco anos nós vamos avançar. Hoje nós dependemos muito dos produtos, legumes, frutas, verduras, que vem de fora, de outros Estados. Temos aí a nossa Central de Comercialização. Temos pela frente um novo governo que parece que está pensando no setor. Acredito que em cinco anos nossa AF pode se reestruturar nessa parte organização para produção, comercialização, com tecnologia, com preço, com informação, inclusive mandando produtos para fora [...]. Acredito também nessa questão da agroecologia. É necessário investir nisso aí, na produção limpa [...] ir reduzindo os agrotóxicos e dali a pouco o produtor vai comercializar o orgânico, porque tem mercado entendeu? [...].

Pelo exposto, retoma-se uma discussão apresentada na etapa da contextualização do problema de pesquisa, em que o estudo de Zambra, Trigueiro e Pereira (2014) verificou a necessidade de envolver associações de produtores da AF e diversos atores (instituições privadas, governo, terceiro setor) visando a um incentivo maior, por parte de programas e políticas públicas governamentais, à produção de alimentos orgânicos, tendo em vista o aumento na demanda por estes alimentos.

Encerrada a fase de organização, apresentação e análise das entrevistas da fase qualitativa da pesquisa, passa-se, neste momento, à apresentação e análise dos dados quantitativos da pesquisa.

4.5 Análise dos dados resultantes da aplicação do instrumento de pesquisa aos agricultores (as) familiares do território Baixada Cuiabana

Este item visa apresentar o perfil sócio demográfico dos agricultores familiares da Baixada Cuiabana, bem como as características e especificidades de seus empreendimentos rurais e principalmente, identificar fatores que interferem de modo mais crítico na gestão dos pequenos empreendimentos rurais no território investigado, considerando as dimensões do Desenvolvimento Sustentável

Na etapa quantitativa, a coleta de dados foi realizada por meio de instrumentos de pesquisa composto por 50 questões, o qual pode ser encontrado no Apêndice II. Este instrumento foi elaborado e validado conforme descrito na etapa de Procedimentos Metodológicos.

Com o intuito de organizar a apresentação dos resultados desta etapa, as tabelas resultantes desta fase da coleta de dados, serão denominadas Tabelas-Resultados. Inicialmente, destaca-se que os questionários foram aplicados aos

agricultores (as) (produtores rurais) que possuíam pequenos empreendimentos de AF, residentes nos municípios pertencentes ao Território Baixada Cuiabana. Do total de respondentes, 56,7% eram do gênero masculino e 43,3% do gênero feminino.

Tabela-Resultado 1: Gênero dos respondentes.

Município do entrevistado	Gênero				Total	
	Masculino		Feminino			
Campo Verde	6	46,2%	7	53,8%	13	9,7%
Cuiabá	4	66,7%	2	33,3%	6	4,5%
Nossa Senhora do Livramento	3	42,9%	4	57,1%	7	5,2%
Várzea Grande	5	71,4%	2	28,6%	7	5,2%
Rosário Oeste	2	22,2%	7	77,8%	9	6,7%
Nobres	6	60,0%	4	40,0%	10	7,5%
Nova Brasilândia	5	50,0%	5	50,0%	10	7,5%
Planalto da Serra	5	71,4%	2	28,6%	7	5,2%
Chapada dos Guimarães	11	57,9%	8	42,1%	19	14,2%
Acorizal	7	63,6%	4	36,4%	11	8,2%
Jangada	3	50,0%	3	50,0%	6	4,5%
Barão de Melgaço	5	55,6%	4	44,4%	9	6,7%
Santo Antônio do Leverger	9	100,0%	0	0,0%	9	6,7%
Poconé	5	45,5%	6	54,5%	11	8,2%
Total	76	56,7%	58	43,3%	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

No que se refere à idade dos entrevistados, 22,4% dos respondentes declararam, durante a pesquisa de campo, ter idade entre 20 e 40 anos; 48,5% disseram ter entre 41 e 60 anos e; 27,6% respondentes informaram ter idade acima dos 61 anos (Tabela-Resultado 2).

Tabela-Resultado 2 – Idade dos respondentes.

Anos	Nº Respondentes	
Até 20	1	0,7%
21 a 30	9	6,7%
31 a 40	21	15,7%
41 a 50	30	22,4%
51 a 60	35	26,1%
61 a 70	30	22,4%
Mais de 70	7	5,2%
Não informado	1	0,7%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Verifica-se que dentro da amostra de 134 respondentes, há de fato relevância no fator idade quando da composição do perfil destes agricultores (as) familiares. A

questão do “envelhecimento populacional” e a não sucessão nos negócios dos pequenos empreendimentos rurais da Baixada Cuiabana, pode ser um dos principais entraves para a sustentabilidade da AF no território. As falas de agentes entrevistados na fase qualitativa convergem com este fato, assim como a afirmação de Grenn (2009), sobre o futuro de migrações e envelhecimento populacional.

Ainda em se tratando do perfil dos respondentes, estes foram indagados sobre o estado civil. Dentre os respondentes, a maioria (76,9%) declarou-se casado ou que vivendo junto (Tabela-Resultado 3).

Tabela-Resultado 3 – Estado Civil dos respondentes.

Estado Civil	Nº Respondentes	
Casado(a) / vive junto	103	76,9%
Solteiro(a)	16	11,9%
Separado(a)	9	6,7%
Viúvo(a)	6	4,5%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Sobre a questão “cor da pele”, 9% dos entrevistados não quiseram declarar, enquanto que 72,4% dos respondentes se declararam pardos e negros e 18,7% respondentes declararam-se brancos (Tabela-Resultado 4).

Tabela-Resultado 4 – Cor da pele declarada pelos respondentes.

Cor	Nº Respondentes	
Pardo	62	46,3%
Negro	35	26,1%
Branco	25	18,7%
Não informado	12	9,0%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

No cruzamento entre os dados referentes a cor da pele e grau de instrução dos entrevistados, pôde-se perceber que independentemente da cor da pele declarada pelo respondente, poucos são os produtores (as) rurais que concluíram seus estudos nos níveis médio ou superior (Tabela-Resultado 5).

Tabela-Resultado 5 – Cruzamento entre cor da pele declarada e grau de instrução.

Grau de instrução	Cor declarada									
	Pardo		Negro		Branco		Não informado		Total	
Nunca estudou	11	42,3%	8	30,8%	5	19,2%	2	7,7%	26	19,4%
Fundamental incompleto	23	46,9%	14	28,6%	5	10,2%	7	14,3%	49	36,6%
Fundamental completo	8	47,1%	5	29,4%	4	23,5%	0	0,0%	17	12,7%
Médio incompleto	10	62,5%	2	12,5%	4	25,0%	0	0,0%	16	11,9%
Médio completo	7	46,7%	2	13,3%	3	20,0%	3	20,0%	15	11,2%
Superior incompleto	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	1	0,7%
Superior completo	1	20,0%	2	40,0%	2	40,0%	0	0,0%	5	3,7%
Pós graduação	2	50,0%	1	25,0%	1	25,0%	0	0,0%	4	3,0%
Não informado	0	0,0%	1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,7%
Total	62	46,3%	35	26,1%	25	18,7%	12	9,0%	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Mesmo em menor número, os respondentes que se declararam brancos apresentaram uma distribuição mais homogênea em todos os níveis de instrução avaliados, enquanto houve maior concentração dos entrevistados autodeclarados pardos e negros nos primeiros anos escolares. A Tabela-Resultado 6 apresenta as informações sobre o tempo (em anos) que o entrevistado trabalha no setor de AF, bem como o tempo que ele reside no seu empreendimento rural de AF. Os dados apontam que, pelo menos 11 entrevistados trabalham com AF (ou “na roça” como eles declararam) desde crianças ou jovens.

É válido citar que, no meio rural, os filhos dos agricultores (as) começam a trabalhar desde cedo. É uma atividade que passa de geração para geração. Dificilmente há uma formação especial para estes jovens trabalharem com determinado cultivo ou criação dentro dos empreendimentos rurais. Este fato carrega consigo tanto oportunidades quanto ameaças à AF do território, pois a necessidade de maior capacitação ou assistência técnica para desenvolver determinado negócio ou atividade produtiva rural pode, em alguns momentos, ser superada pelo conhecimento endógeno das famílias de agricultores que vivem na localidade.

Tabela-Resultado 6 – Tempo que os entrevistados trabalham no setor de AF e tempo residem em seus empreendimentos de AF.

Tempo que o entrevistado trabalha na AF	Nº Respondentes		Tempo que reside no empreendimento de AF	Nº Respondentes	
Menos de 1 ano	2	1,5%	Menos de 1 ano	6	4,5%
1 a 10 anos	17	12,7%	1 a 10 anos	53	39,6%
11 a 20 anos	26	19,4%	11 a 20 anos	24	17,9%
21 a 30 anos	13	9,7%	21 a 30 anos	16	11,9%
31 a 40 anos	15	11,2%	31 a 40 anos	12	9,0%
41 a 50 anos	22	16,4%	41 a 50 anos	5	3,7%
51 a 60 anos	28	20,9%	51 a 60 anos	8	6,0%
Mais de 60 anos	11	8,2%	Acima de 60 anos	4	3,0%
Não informado	0	0%	Não informado	6	4,5%
Total	134	100%	Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Percebe-se que 67% dos respondentes trabalham como agricultores (as) na AF há mais de 20 anos. E, 33,6% dos respondentes residem no empreendimento há mais de 20 anos. Portanto, boa parte dos respondentes fazem parte de uma AF tradicional em seus municípios. A próxima questão trata da condição do empreendimento destes agricultores (as). Estes dados são apresentados na Tabela-Resultado 7:

Tabela-Resultado 7 – Condição do empreendimento dos agricultores (as).

Condição	Nº Respondentes	
Própria	122	91,0%
Arrendada/alugada	7	5,2%
Não informado	5	3,7%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Indagados sobre a condição (posse) de seus empreendimentos rurais, os respondentes, quase que em sua totalidade, declararam que suas áreas destinadas ao cultivo ou criação são próprias, enquanto que somente 5,2% declararam ter arrendado ou alugado o empreendimento.

Constatou-se que 67,2% dos 134 agricultores entrevistados, tem na AF sua única fonte de renda. E que 31,3% precisam trabalhar noutras atividades para complementar a renda familiar (Tabela-Resultado 8).

Tabela-Resultado 8 – Realização de outra atividade que não seja na AF.

Respostas	Nº Respondentes	
Não realizam	90	67,2%
Realizam	42	31,3%
Não informado	2	1,5%
Total	134	100%



Dentre as atividades em que os respondentes declararam trabalhar, fora do setor de AF, destacaram-se: Empreitadas; Professor (a); Pescador; Agente de Saúde.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Os resultados da Tabela-Resultado 8 vão ao encontro do disposto no inciso III, do Art. 3º, da Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Anexo I). Na redação anterior do inciso III, a lei considerava como agricultor familiar, aquele que tivesse a renda familiar predominantemente originada no empreendimento rural. Após revogada, passou-se à seguinte redação: III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo.

Desta forma, percebe-se uma coerência maior por parte da legislação, já que, em muitos casos, a população rural que trabalha no setor de AF não consegue gerar renda suficiente no empreendimento. E isso pode estar relacionado aos fatores do micro e macroambiente, tais como: falta de crédito para produzir, baixo nível tecnológico, baixo conhecimento técnico sobre a cultura ou criação, desconhecimento em gestão, dentre outros. Por este motivo é que o agricultor e sua família acabam buscando a complementaridade da renda nos demais setores da economia. É o que ocorre no Território Baixada Cuiabana.

A partir da Tabela-Resultado 9, verificou-se que em 31,3% dos domicílios dos empreendimentos rurais de AF, existiam somente dois residentes, normalmente correspondendo pelo agricultor e sua companheira (esposa). Em 9% dos domicílios, residiam, à época, somente uma pessoa. Em 46,3% dos domicílios residiam de três a cinco pessoas, ou seja, não havia um grande número de residentes por domicílio nas localidades visitadas, o que pode confirmar o processo de esvaziamento de

população no meio rural do território investigado.

Tabela-Resultado 9 – Quantidade de pessoas que residem nos domicílios.

Nº de residentes	Nº de propriedades	
1 pessoa	12	9,0%
2 pessoas	42	31,3%
3 pessoas	24	17,9%
4 pessoas	26	19,4%
5 pessoas	12	9,0%
6 pessoas	5	3,7%
7 pessoas	3	2,2%
8 pessoas	3	2,2%
10 pessoas	2	1,5%
A partir de 11 pessoas	2	1,5%
Não informado	3	2,2%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Continuando nesta linha de análise, sobre a redução da população no meio rural, a Tabela-Resultado 10 apresenta os dados sobre quantas pessoas, residentes no domicílio, contribuem nos trabalhos de plantio e criação, já que os empreendimentos visitados eram de AF.

Tabela-Resultado 10 – Quantidade de pessoas do domicílio que trabalham no cultivo/criação no empreendimento rural familiar.

Nº de ajudantes	Nº de propriedades	
1 pessoa	22	16,4%
2 pessoas	64	47,8%
3 pessoas	24	17,9%
4 pessoas	9	6,7%
5 pessoas	5	3,7%
6 pessoas	2	1,5%
7 pessoas	1	0,7%
8 pessoas	2	1,5%
10 pessoas	1	0,7%
Não informado	4	3,0%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Os dados apontam que, dos 134 respondentes, 82% declararam que no máximo três pessoas contribuem nos trabalhos da produção rural no

empreendimento.

Sendo assim, ao se pensar no que foi mencionado pelos agentes governamentais e representantes de instituições (AA e AE), verifica-se que organizar uma produção em escala na AF do Território exigirá que mais pessoas sejam inseridas no meio rural, seja pelo retorno dos jovens, seja pelo apoio em políticas de reforma agrária ou ainda pela contratação da força de trabalho (mão de obra) proveniente de outros setores e/ou localidades.

Este fato pode remeter ao que já foi mencionado na Introdução deste estudo. A inserção ou maior participação do agricultor familiar nos mercados, estará condicionada à existência (ou não) de recursos produtivos (terra, capital, mão de obra, infraestrutura), bem como ao acesso aos bens, serviços e políticas públicas do setor.

No caso do território Baixada Cuiabana, verifica-se mais um agravante que diz respeito à situação do seu entorno, que vem presenciando a cada dia o predomínio da agricultura e pecuária tecnificada. Conforme sinaliza Green (2009), o uso de tecnologias aumenta a vantagem comercial e estas têm se direcionado mais para os grandes estabelecimentos rurais.

Nesse aspecto, durante a aplicação dos instrumentos quantitativos, os agricultores/produtores rurais responderam se contratam (ou não) pessoas, que não sejam da família, para auxiliar na atividade rural.

A Tabela-Resultado 11 mostra que dos 134 respondentes, 51,5% informaram que não contam com nenhum tipo de auxílio de mão de obra e 41% contam com o auxílio, por meio de diaristas ou mesmo a organização de mutirões entre as famílias.

Tabela-Resultado 11 – Sobre a contratação (ou não) de pessoas para auxílio no processo produtivo.

Respostas	Nº Respondentes	
Não	69	51,5%
Sim	55	41,0%
Não informado	10	7,5%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Estas contratações ou ajudas ocorrem nas épocas de plantio de verduras, legumes e demais vegetais; durante a fase de colheita e também em momentos de preparação da produção para comercialização em feiras do produtor, especialmente

porque, devido à perecibilidade dos alimentos, não há tempo suficiente para estes trabalhos em empreendimentos com baixo número de ajudantes na família. A Figura 39 (mosaico de fotos), evidencia exemplos deste fato.

Figura 39 – Mosaico de Fotos da pesquisa de Campo em Campo Verde, Rosário Oeste e Santo Antônio do Leverger.



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

A próxima questão abordada no instrumento de pesquisa teve o intuito de identificar qual a forma de aquisição da área (terra) do empreendimento. Observe-se, por meio da Tabela-Resultado 12, que dos 134 respondentes, 42,5% disseram que compraram o imóvel e 23% obtiveram-no como resultado de herança de família, ou seja, são agricultores (as) tradicionais na localidade.

Tabela-Resultado 12 – Forma de Aquisição da área (terra) do empreendimento.

Forma de Aquisição	Nº Respondentes	
Comprou	57	42,5%
Assentamento	37	27,6%
Herança	31	23,1%
Arrendada	7	5,2%
Não informado	2	1,5%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Além disso, observou-se que, do total de entrevistados, 27,6% declararam que a área (terra) em que hoje desenvolvem suas atividades rurais, são

provenientes de Programas de Reforma Agrária (Assentamentos). Apenas 5,2% dos respondentes utilizam a área de cultivo ou criação de forma arrendada (alugada), ou seja, pagam arrendamento (aluguel) aos proprietários da área para poder desenvolver o negócio (a produção rural). Durante a pesquisa, os respondentes foram indagados sobre o tamanho, em hectares, da área destinada ao cultivo (de espécies vegetais) ou criação (rebanhos de animais) (Tabela-Resultado 13).

Tabela-Resultado 13 – Tamanho da área (em hectares) destinada à produção rural no empreendimento.

Hectares	Nº Respondentes	
1 a 5	40	29,9%
6 a 10	28	20,9%
11 a 20	27	20,1%
21 a 30	8	6,0%
31 a 40	11	8,2%
41 a 50	5	3,7%
51 até 300	15	11,2%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Identificou-se que 89% dos empreendimentos rurais possuem área menor que 50 hectares, ou seja, possuem uma quantidade inferior a um (1) módulo fiscal. Entretanto, apesar de a maioria possuir uma pequena área (terras) para produzir, estes empreendimentos possuem grande diversificação produtiva, especialmente em termos de alimentos (vegetais e/ou animais). Deste modo, os agricultores (as) familiares foram indagados sobre quais os itens eram ou estavam sendo cultivados (produzidos), à época, em seus empreendimentos rurais.

Para facilitar o entendimento sobre a caracterização da produção rural do território Baixada Cuiabana, cada item mencionado pelos respondentes foi alocado em uma categoria de produto:

- 1. Categoria Animal (Produtos identificados como sendo de origem animal):** ovos, leite, nata, porcos, frango caipira, gado de corte, peixes, pato, marreco, pavão e peru.
- 2. Categoria FLV (Produtos identificados como sendo de origem vegetal, especialmente Folhas, Legumes e Verduras):** mandioca, banana, milho, melancia, abóbora, maxixe, cana de açúcar, alface, feijão, cará, abacaxi, limão, pimenta, quiabo, cebolinha, salsa, couve flor, brócolis, coentro, rabanete, tomate,

pimentão, vagem, pepino, abobrinha, laranja, mexerica, goiaba, caju, legumes, coco, frutas, manga, cenoura, beterraba, alho, berinjela, soja, melão, amendoim, mamão, maracujá, jiló, jaca, cebola, rúcula, milho, pequi, batata, almeirão, batata doce.

3. Categoria Beneficiados (Produtos identificados, os quais receberam algum tipo de agregação de valor ou que foram processados/industrializados no domicílio/empreendimento): farinha de mandioca, rapadura, caldo de cana, melado, doces tipo compotas (caju, figo, laranja, mamão, abóbora), queijos, broinha, salgados (bolo de queijo, bolo de arroz, bolo de mandioca, quibe, escaldado), iogurte, requeijão, manteiga.

4. Categoria Diversos (Atividades diversas identificadas): Arrendamento para plantio de pastagem visando alimentação de gado de corte.

Essa categorização permite evidenciar que, em diferentes combinações, os agricultores (as) familiares produzem mais itens na cadeia FLV, seguido dos produtos de origem Animal; Beneficiados e Diversos (Tabela-Resultado 14).

Tabela-Resultado 14 – Cultivo/Produção (por categoria) identificadas no Território Baixada Cuiabana.

Categorias	Nº Itens	
Animal	189	24,8%
FLV	531	69,8%
Beneficiado	40	5,3%
Diversos	1	0,1%
Total	761	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Do mesmo modo, os respondentes foram indagados sobre quais produtos, dentre os cultivados/produzidos (de acordo com as categorias estabelecidas), que estavam sendo destinados à venda (comercialização) pelos agricultores (as) familiares (Tabela-Resultado 15).

Tabela-Resultado 15 - Cultivo/Produção (por categoria) identificadas, no Território Baixada Cuiabana, destinada à comercialização.

Categorias	Nº Itens	
Animal	163	23,9%
FLV	455	66,8%
Beneficiados	61	9,0%
Não comercializa	2	0,3%
Total	681	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Pelo exposto, verificou-se que os produtos comercializados são, em sua maioria, pertencentes à categoria de FLV, seguido dos produtos de origem Animal. Este resultado evidencia o grande potencial produtivo do Território frente aos mercados consumidores dos Hortifrutigranjeiros e corrobora com os resultados de falas de agentes governamentais, durante as entrevistas.

Os respondentes foram indagados sobre as dificuldades que encontravam, à época, em comercializar seus produtos. Do total de respondentes, 65,7% disseram que enfrentam algum tipo de dificuldade na hora de comercializar seus produtos e 33,6% afirmaram que, no momento, não estavam tendo dificuldades (Tabela-Resultado 16).

Tabela-Resultado 16 – Enfrenta (ou não) dificuldades em comercializar a produção.

Enfrenta Dificuldade?	Nº Respondentes	
Não	45	33,6%
Sim	88	65,7%
Não Informado	1	0,7%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Sobre as dificuldades apontadas pelos entrevistados (Tabela-Resultado 17):

Tabela-Resultado 17 – Principais dificuldades em comercializar a produção, conforme citações dos respondentes.

Que Dificuldade?	Nº citações	
Dificuldades para transportar o produto até o comércio (devido às condições de acesso às da localidade do empreendimento).	31	20,8%
Dificuldades para transportar o produto até o comércio (porque não possui um veículo que possibilite levar a produção até o mercado)	28	18,8%
Os atravessadores dificultam a lucratividade	10	6,7%
Falta de assistência do governo (técnica)	9	6,0%
A sazonalidade da Produção (não produz em escala ou perde produto devido a fatores climáticos – muita ou pouca chuva ou sol - ataques de pragas, doenças, etc).	8	5,4%
Falta comprador (poucos clientes)	6	4,0%
Falta de Mão de Obra para ajudar nas principais fases do processo produtivo	4	2,7%
Baixo preço pago pelo produto	4	2,7%
Outros	49	32,9%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Dentre as dificuldades citadas, as que mais se destacaram foram:

- a) Dificuldades em fazer o transporte da produção até o comércio;
- b) Interferência dos atravessadores nas negociações com mercado consumidor;
- c) Sazonalidade devido às peculiaridades da produção agrícola/rural;
- d) Falta de assistência técnica e baixo nível de apoio do governo local neste tipo de assistência.

Os demais itens citados pelos respondentes (correspondentes ao item “Outros”), dizem respeito à:

- e) A falta de condições e infraestrutura adequada desde o processo de preparação para o plantio ou início da criação, como: falta de crédito, alta do preço dos insumos, dificuldades na obtenção de água suficiente para produzir em época de seca, falta de máquinas e equipamentos para agilizar o processo de plantio (tecnologia);
- f) Dificuldades em comercializar a produção: falta de um local para o

- armazenamento de produtos agrícolas; exigência quanto à legislação (selo e inscrição estadual); não ter um espaço para todos na Feira do Produtor;
- g) Dificuldades relacionadas ao conhecimento técnico de cultivo (falta cursos e assistência técnica);
- h) Dificuldades em controlar pragas e doenças que atacam a plantação, bem como o ataque de animais selvagens antes mesmo da colheita da produção.

O último item foi citado em Nova Brasilândia, onde os agricultores informaram que antas, capivaras, porcos selvagens e macacos “*comem tudo o que é plantado*” e “*às vezes não sobra nem para a família comer*” (falas de agricultores de Nova Brasilândia, Comunidade Serra Azul, 2014).

É importante destacar ainda que, conforme Dowbor (2003), é necessário que se estimule o desenvolvimento da agricultura familiar a partir da criação de cinturões verdes nos municípios, com o intuito de prover, às populações locais, a produção de gêneros alimentícios a preços inferiores, dada a redução de custos de transporte e armazenamento, além da oferta de produtos com qualidade superior (redução de agrotóxicos, formas econômicas de irrigação).

Outro quesito abordado na pesquisa quantitativa foi no sentido de identificar o direcionamento dos produtos comercializados, ou seja, os respondentes informaram quem é “o mercado consumidor da AF local” (Tabela-Resultado 18).

Tabela-Resultado 18 – Direcionamento da produção comercializada pelo agricultor/ produtor rural familiar.

Respostas	Nº Citações	
Direto para o cliente	111	55,5%
Atravessador	40	20,0%
Comércio da cidade	34	17,0%
Governo	6	3,0%
Cooperativas/associações	6	3,0%
Não informado	3	1,5%
Total	200	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Neste questionamento, é importante frisar que alguns agricultores citaram mais de um (1) mercado consumidor. A “venda direta ao cliente” obteve 55,5% das citações e a venda para os “atravessadores” obteve 20%.

Sobre a venda para os atravessadores, verificou-se congruência entre os resultados das entrevistas com os AE dos municípios e os AA das Instituições

Apoiadoras, o que corrobora com a citação de Oliveira (2014) e Santos e Mitja (2012), quando citam que aqueles que não dispõem de contratos com grandes grupos varejistas ficam à mercê de atravessadores para atingir os canais de comercialização. Diante da situação logística, especialmente com relação às condições de transporte dos produtos, parece que o papel do atravessador é essencial, já que esta pode ser a única alternativa de venda pelo agricultor, a fim de evitar a perda parcial ou total da produção, devido à perecibilidade dos alimentos produzidos pela AF destas localidades (no caso dos produtos FLV e os de origem Animal).

Esta constatação é coerente com a citação de Santos e Mitja (2012, p. 44): “o agricultor familiar [...] dispõe para a venda o excedente de sua produção, mas, como não possui uma estrutura de armazenamento capaz de conservar seus produtos, precisa vender na primeira oportunidade para não perder a produção”.

Em Nobres – MT, por exemplo, em um pequeno empreendimento rural visitado pela pesquisadora, estava ocorrendo perdas na safra de tomates cereja. Segundo os proprietários – um casal de agricultores familiares aposentados – os fatores ligados a esta perda eram: o excesso de chuvas na época da colheita, a falta de mão de obra local (diaristas) para auxiliar no processo de colheita (já que se tratava de pessoas idosas, sem condições físicas para fazer a colheita de toda produção) e a dificuldade enfrentada para transportar a produção até o comércio local (atoleiros, estradas em condições ruins, etc).

Figura 40 – Mosaico de Fotos da pesquisa de Campo em Nobres – Perdas na produção de tomates-cereja.



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

Ainda em se tratando da Tabela–Resultado 18, observou-se que, em 17% das citações os respondentes direcionavam a produção ao “comércio da cidade”, geralmente referindo-se à “Feira do Produtor”. As Feiras do Produtor ocorrem nos municípios da Baixada Cuiabana (Figura 44), normalmente uma vez na semana. Em Cuiabá e Várzea Grande foram identificadas a ocorrência de feiras em mais dias da semana.

Figura 41 - Mosaico de Fotos da pesquisa de Campo – Feiras do Produtor em municípios do Território Baixada Cuiabana



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

Importante apontar a convergência entre as falas dos AE e AA com as respostas dos agricultores, acerca do direcionamento da produção de AF ao governo ou cooperativas/associações.

Especialmente durante a entrevista realizada com AA - EMPAER, foi enfatizado o fato de que a AF do território Baixada Cuiabana “não estava atingindo o mínimo de 30% de venda de produção para Programa PNAE, de alimentação escolar” (AA-EMPAER, 2015). Deste modo, as respostas presentes na Tabela-Resultado 18 convergem para esta afirmação, pois observou-se que o direcionamento da produção rural/agrícola para o governo ou Programas Governamentais, foi citado em apenas 3% das respostas, bem como o direcionamento da venda da produção às associações e cooperativas, também citada em 3%.

Questionado, os agricultores (as) responderam se esta a produção ou o excedente, era ou não comercializada em outros municípios, regiões, estados ou fora do Brasil. A Tabela-Resultado 19 apresenta as informações acerca desta questão:

Tabela-Resultado 19 – Vende a produção para outros municípios, regiões, estados ou fora do Brasil.

Respostas	Nº Respondentes	
Não	81	60,4%
Sim	53	39,6%
Não informado	0	0,0%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Dos 134 entrevistados, 60,4% afirmaram que não comercializam a produção para outras localidades (apenas no município ou comunidade rural em que reside). Os outros 39,6% afirmaram que comercializam a produção em outros municípios (do próprio Território Baixada Cuiabana) e de outros municípios de Mato Grosso, como: Rondonópolis, Jaciara, Primavera do Leste e Dom Aquino. Nenhum dos respondentes comercializa a produção em outro estado ou fora do Brasil.

Portanto, cabe citar novamente que os dados da Tabela-Resultado 19, estão de acordo com os achados do estudo de Zambra, Trigueiro e Pereira (2014), que mostra boa parte da produção de hortifrutigranjeiros abastecendo os mercados de Cuiabá (capital do estado) e Várzea Grande. Essa produção, conforme os autores, é proveniente de pequenos empreendimentos da agricultura familiar, localizados em comunidades rurais da região Vale do Rio Cuiabá, especialmente das comunidades rurais pertencentes ao entorno desta região: Santo Antônio do Leverger, Poconé, Nossa Senhora do Livramento.

Os agricultores (as) responderam se ainda, se faziam ou não o transporte da produção rural/agrícola para os locais de comercialização (mercados consumidores). E, caso dissessem que sim, que modo faziam este transporte. A Tabela-Resultado 20, mostra os dados obtidos.

Tabela-Resultado 20 – Se faz o transporte da produção até o comércio e como faz este transporte.

Resposta	Nº Respondentes	
Faz o transporte?	Nº de respondentes	
Não	32	23,9%
Sim	99	73,9%
Não Informado	3	2,2%
Total	134	100%
Dos que disseram sim (99), como fazem o transporte?	Nº de respondentes	
De carro comum ou utilitário próprio	58	58,6%
Com apoio do atravessador	17	17,2%
Paga frete para levar ao comércio	10	10,1%
Leva de motocicleta	6	6,1%
Leva no ônibus de linha	4	4,0%
Depende da carona do vizinho	2	2,0%
O caminhão da prefeitura leva até o comércio	1	1,0%
De Bicicleta	1	1,0%
Total	99	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Observou-se que 73,9% responderam “sim”, que fazem o transporte da sua produção até o comércio (mercado consumidor) e 23,9% não transportam porque, segundo eles, o cliente “busca o produto na lavoura”. Dos 73,9% de agricultores que transportam a produção até o comércio local (feiras ou mesmo de porta a porta), 58,6% disseram que fazem isto com carro próprio (comum ou utilitário).

Durante este questionamento, alguns dos agricultores citaram que ainda estão pagando a aquisição que fizeram: o carro. Dos entrevistados que disseram que levam a produção até o comércio, 17,2% o fazem por intermédio dos atravessadores e 10,1% disseram que precisam “pagar frete para levar a produção toda vez que tem a feira” (fala de um agricultor de Jangada, da Comunidade Ribeirão das Pedras, em visita à Feira do Produtor, 2014).

Na sequência, os respondentes informaram sobre as “tecnologias” utilizadas para desenvolver a atividade rural no território. Observou-se a presença de grande quantidade de objetos manuais (rudimentares) e poucas máquinas e equipamentos com tecnologia adequada para o processo produtivo. Dentre os principais itens existentes nos empreendimentos, destacaram-se: enxada, foice, facão, aplicador de defensivo costal, plantadeira manual, equipamentos de tração animal; máquina trituradora de mandioca, ordenhadeira, semeadeira.

Indagados na questão 24, sobre que que tipo de máquina, equipamentos, ferramentas poderiam contribuir para melhorar a produção/produtividade no empreendimento, os respondentes foram unânimes em informar: um trator próprio, seguido dos equipamentos: plantadeira, pulverizador, roçadeira, entre outros.

Após identificar o baixo nível de tecnologia utilizado para produzir no setor de AF do Território Baixada Cuiabana, indagamos os respondentes sobre questões econômicas. Pela Tabela-Resultado 21, é possível visualizar a renda média familiar, por faixas, declarada.

Tabela-Resultado 21 – Renda Familiar Declarada pelo Respondente.

Renda Declarada (\$)	Faixa	Nº Respondentes	
Faixa 1	00,00 a 500,00	3	2,2%
Faixa 2	501,00 a 1.000,00	37	27,6%
Faixa 3	1.001,00 a 1.500,00	27	20,1%
Faixa 4	1.501,00 a 2.000,00	21	15,7%
Faixa 5	2.001,00 a 2.500,00	8	6,0%
Faixa 6	2.501,00 a 3.000,00	20	14,9%
Faixa 7	3.001,00 a 3.500,00	3	2,2%
Faixa 8	3.501,00 a 4.000,00	6	4,5%
Faixa 9	4.001,00 a 4.500,00	1	0,7%
Faixa 10	Acima de 4.500,00	6	4,5%
Faixa 99	Não informado	2	1,5%
Total		134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Nota-se que 63,4% dos respondentes declararam, à época, uma renda familiar na faixa de R\$ 501,00 a R\$ 2.000,00. É importante ressaltar que, durante o questionamento, foi explicado que, para responder o questionamento sobre a renda, o respondente deveria somar a renda obtida por todos os integrantes da família, considerando todos os proventos (lucro com a venda da produção, benefícios/auxílio do governo, aposentadorias, aluguéis e outros benefícios).

Em seguida, os respondentes eram indagados sobre a procedência da renda familiar. Pela Tabela-Resultado 22, têm-se as respostas obtidas.

Tabela-Resultado 22 – Procedência da renda familiar.

Origem	Nº de Respostas	
Da venda da produção/criação	106	57,9%
De auxílio do governo (bolsa-família, BPC)	11	6,0%
De aposentadoria ou Pensões	42	23,0%
De trabalho assalariado (na cidade)	12	6,6%
De empreitadas em outras propriedades	7	3,8%
Outros (Aluguéis, Arrendamento)	5	2,7%
Total	183	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

É importante informar que alguns respondentes citaram mais de um item e, apesar das dificuldades enfrentadas para produzir na AF do território, a maior parte da renda familiar, indicada em 57,9% das citações, é proveniente da venda da produção rural/agrícola.

Outro dado relevante é que, das 183 respostas, 23% das citações indicam que a composição da renda familiar é proveniente de aposentadorias/pensões; 6,6% indicam que a renda procede de trabalho assalariado (desenvolvido na cidade) e 6% das citações indicam que a renda é proveniente ou composta pelo auxílio do governo (e neste caso foi citado somente o Bolsa-Família).

A pesquisadora questionou os respondentes sobre quem administrava, à época, a renda familiar declarada. Diante disso, verificou-se que dos 134 respondentes, 45,5% afirmaram ser o agricultor/proprietário do empreendimento (homem) quem administra esta renda, sendo que um dos respondentes citou: *“essa renda tem que dar para pagar as contas do mês, adquirir insumos para produção, pagar a parcela do PRONAF e muita coisa ainda, por isso eu que fico no controle”* (Fala de um agricultor de Campo Verde, Comunidade Santo Antônio da Fatura, 2015).

Dos 134 respondentes, 39,6% disseram que a renda familiar é administrada pelo casal (homem e mulher) de agricultores que reside no domicílio; 4,5% dos respondentes disseram que é a agricultora (mulher) quem administra a renda da família; 2,2% disseram que a renda é administrada pelos seus filhos (as); 3% disseram que “toda a família administra” a renda (referindo-se ao marido, esposa e filhos) e (5,2%) não quiseram informar.

Os agricultores (as) familiares foram indagados sobre a existência (ou não) de

mais pessoas, além da família, que dependia da renda familiar declarada. Deste modo, 43,3% dos respondentes, do total de 134, disseram que esta renda é usufruída somente pelas pessoas que residem no domicílio do empreendimento rural.

Entretanto, 5,2% dos respondentes disseram que, além de prover as despesas da família do domicílio, mais uma (1) pessoa depende desta renda; 5,2% afirmaram que mais duas (2) pessoas dependem desta renda e 8,2% dos respondentes declararam que mais de três (3) pessoas, além das que já vivem no domicílio, dependem da renda declarada. O interessante é que, neste questionamento, 35,1% dos respondentes não quiseram informar sobre esta questão.

Na questão 29, os respondentes declararam a localidade em que “gastam” a maior parte da renda familiar (Tabela-Resultado 23).

Tabela-Resultado 23 – Localidade em que os agricultores e familiares gastam a maior parte da renda.

Localidade	Respostas	
Na cidade que pertence a propriedade	110	72,4%
Nas cidades vizinhas	13	8,6%
Na capital (Cuiabá)	26	17,1%
Várzea Grande	1	0,7%
Não sabe / Não informou	2	1,3%
Total	152	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Nesta questão, corre mais de um quesito citado pelos respondentes, sendo que a maioria (72,4%) citou que gastam a maior parte da renda familiar na própria localidade em que residem, exatamente como indicam relatórios oficiais: “agricultores e agricultoras familiares estão inseridos em redes territoriais, com culturas locais e impulsionam a dinâmica econômica, gastando sua renda principalmente em mercados locais e regionais” (ONU, FAO, 2014).

Das 152 respostas, 17% delas indica que gastam a maior parte de sua renda em Cuiabá (capital), especialmente nas redes de Supermercados Atacadistas, a fim de: *“gastar menos com a parte de alimentação que não temos aqui na roça e também nessa parte de higiene, limpeza, roupas e os produtos que falta”* (Fala de

uma agricultora de Poconé, Comunidade Chumbo, 2014).

Os agricultores (as) responderam à questão 30, sobre qual a forma utilizada por eles para adquirir os insumos necessários ao processo produtivo (agrícola/rural), seja cultivo de vegetais ou animais (criação). A Tabela-Resultado 24 evidencia os dados obtidos:

Tabela-Resultado 24 - Forma de aquisição de insumos/recursos para cultivar.

Respostas	Nº Respondentes	
Recurso próprio	130	97,0%
Empréstimo no banco	3	2,2%
Financia (PRONAF)	1	0,7%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Quase que em sua totalidade, os agricultores (as) afirmaram que adquirem insumos para iniciar o processo produtivo ou a nova safra com Recursos Próprios (97% dos respondentes). E posteriormente, foram indagados se já haviam feito algum tipo de financiamento durante o tempo que trabalham na AF (Tabela-Resultado 25).

Tabela-Resultado 25 – Sobre financiamento agrícola na AF.

Sobre já ter feito algum financiamento agrícola	Respondentes	
Não	81	60,4%
Sim	50	37,3%
Não informado	3	2,2%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Pelo exposto, observou-se que a maioria (60,4%) dos respondentes nunca adquiriu nenhum tipo de financiamento agrícola e que, 37,3% haviam adquirido algum tipo de financiamento.

Além disso, os respondentes foram indagados se tinham interesse em fazer novamente ou pela primeira vez um financiamento e, caso contrário, quais os

motivos do desinteresse em fazer o empréstimo. A Tabela-Resultado 26 mostra o que se obteve com o questionamento.

Tabela-Resultado 26 - Interesse em realizar algum tipo de financiamento e os motivos do desinteresse em fazer empréstimo.

Interesse em realizar financiamento agrícola	Nº de Respondentes	
Não	28	20,9%
Sim	94	70,1%
Não informaram	12	9,0%
Total	134	100%
Os motivos do desinteresse em financiamentos		
MOTIVOS	Nº de Respostas	
Medo de dívidas/dificuldade para quitá-las	10	37,0%
Idoso(a)/Aposentado (a)	8	29,6%
Já está Inadimplente/Endividado	5	18,5%
Tem muita Burocracia	2	7,4%
Acha que possui recursos próprios suficientes	2	7,4%
Total	27	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Acerca do interesse dos entrevistados em adquirir um financiamento agrícola (seja pela primeira ou segunda vez), a Tabela-Resultado 26 mostra que 70% deles têm interesse em fazê-lo e 20,9% não o tem. Entre os principais motivos citados por essa parcela para não contrair o referido financiamento agrícola estão: “medo das dívidas e dificuldades de quitá-las”, que foi citado por 37% dos respondentes e o fato de que “já são idosos ou aposentados”, citado por 29,6% dos respondentes. Outro motivo, citado por 18,5% dos respondentes, foi o fato de já serem “inadimplentes/endividados”.

A questão 33 do instrumento quantitativo, teve o objetivo de identificar o conhecimento (ou desconhecimento), por parte dos agricultores, sobre alguns Programas Governamentais Federais, os quais são direcionados aos AF e territórios rurais. A Tabela-Resultado 27 evidencia as respostas dos agricultores (as):

Tabela-Resultado 27 - Nível de conhecimento dos programas governamentais voltados para agricultura familiar.

Programas	Não conhece		Conhece		Não sabe / Não informou		Total	
PRONAF	20	14,9%	114	85,1%	0	0,0%	134	100%
PNHR	88	65,7%	44	32,8%	2	1,5%	134	100%
PAA	105	78,4%	27	20,1%	2	1,5%	134	100%
PNAE	91	67,9%	41	30,6%	2	1,5%	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Dos quatro principais programas governamentais criados para auxiliar o agricultor familiar/ produtor rural, quais sejam o PRONAF, PNHR, PAA e o PNAE, o mais conhecido, 85% dos entrevistados, é o PRONAF e o menos conhecido, por 78,4% produtores, é o PAA.

Alguns dados importantes podem ser observados a partir da Tabela-Resultado 28, que diz respeito à participação dos agricultores (as) familiares em organizações sociais e/ou grupos de interesse na comunidade em que vivem.

Tabela-Resultado 28 – Participação em organizações e/ou grupos de interesse.

Participação em Associação e/ou cooperativa	Nº de Respostas	
Não participa	42	26,1%
Associação/cooperativa de produtores/agricultores	50	31,1%
Sindicato rural/trabalhadores rurais	49	30,4%
Associação ligada à igreja (pastoral, festeiros)	14	8,7%
Clubes de esportes e lazer da comunidade	2	1,2%
Associação dos Pescadores	1	0,6%
Não informado	3	1,9%
Total	161	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Alguns dos respondentes citaram sua participação em mais de um quesito. Entretanto, 26% dos respondentes declararam não fazer parte de nenhum tipo de organização citada ou grupo de interesse. A participação em associações/cooperativas de agricultores foi citada por 31% dos respondentes; 30,4% citaram a participação em sindicatos rurais; e 8,7% fazem parte de organizações ligadas à determinadas Igrejas e Festeiros.

No Território Baixada Cuiabana é comum (e cultural) que as comunidades

rurais se organizem para realizar, anualmente, grandes festas religiosas. Os “festeiros” são as pessoas escolhidas pela própria comunidade para liderarem dias intensos de festividades, com eventos, religiosos e culturais. É de se esperar que estes festeiros tenham grande influência social nestas comunidades.

Os agricultores foram solicitados a avaliar alguns quesitos, os quais poderiam representar maior ou menor qualidade de vida no meio rural em que vivem. Dentre os quesitos abordados, evidenciados pela Tabela-Resultado 29, o mais bem avaliado foi a questão da alimentação diária (80,6%), tendo em vista que muitos deles produzem o próprio alimento. Em segundo lugar, como quesito melhor avaliado, foi a questão do trabalho que desenvolvem (68,7%).

Tabela-Resultado 29 – Avaliação, pelo agricultor (a), sobre quesitos que se referem à qualidade de vida no meio rural.

Itens Abordados	Bom	Regular	Ruim	Não sabe / não informado	Total
Alimentação diária	108 80,6%	23 17,2%	3 2,2%	0 0,0%	134 100%
Escolas	69 51,5%	45 33,6%	18 13,4%	2 1,5%	134 100%
Estrutura (estradas, pontes)	30 22,4%	32 23,9%	72 53,7%	0 0,0%	134 100%
Saúde	35 26,1%	51 38,1%	48 35,8%	0 0,0%	134 100%
Lazer/divertimento /festas	33 24,6%	51 38,1%	44 32,8%	6 4,5%	134 100%
Renda familiar	50 37,3%	61 45,5%	22 16,4%	1 0,7%	134 100%
Segurança	51 38,1%	30 22,4%	52 38,8%	1 0,7%	134 100%
Moradia	78 58,2%	46 34,3%	9 6,7%	1 0,7%	134 100%
Trabalho	92 68,7%	33 24,6%	6 4,5%	3 2,2%	134 100%
Governo local	17 12,7%	51 38,1%	62 46,3%	4 3,0%	134 100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Dentre os quesitos com mais baixa avaliação estiveram presentes: estrutura (estradas, pontes e etc.), seguido pelo quesito Governo, o que confirma a situação já apresentada através das análises anteriores a este item. Entre os quesitos avaliados como regulares, figurou como principal a questão da Renda familiar.

Os agricultores também foram solicitados a avaliar itens que poderiam representar maior ou menor qualidade do meio ambiente em que estão inseridos (Tabela-Resultado 30).

Tabela-Resultado 30 - Avaliação, pelo agricultor (a), sobre quesitos que se referem à qualidade do meio ambiente em que estão inseridos.

Itens abordados	Bom		Regular		Ruim		Não sabe / não informado		Total	
Preservação da natureza na localidade	80	59,7%	34	25,4%	18	13,4%	2	1,5%	134	100%
Água suficiente para produzir/criar	70	52,2%	32	23,9%	31	23,1%	1	0,7%	134	100%
Pragas/insetos/doenças	27	20,1%	53	39,6%	52	38,8%	2	1,5%	134	100%
Aduto orgânico produzido na localidade	52	38,8%	39	29,1%	39	29,1%	4	3,0%	134	100%
Proteção do solo (contra erosões/contaminação)	84	62,7%	31	23,1%	16	11,9%	3	2,2%	134	100%
Quantidade de terra que tem para produzir/criar	85	63,4%	33	24,6%	14	10,4%	2	1,5%	134	100%
Local Adequado para colocar o Lixo	26	19,4%	20	14,9%	84	62,7%	4	3,0%	134	100%
Clima da localidade nos últimos (excesso/falta de chuva, secas, temper.)	56	41,8%	48	35,8%	29	21,6%	1	0,7%	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Os itens mais bem avaliados pelos agricultores (as), conforme apresentado na Tabela-Resultado 30, foram a “Quantidade de Terra que tem para produzir/criar”; a questão de Proteção do solo (contra erosões/contaminação), o quesito Preservação da natureza e o quesito “Água suficiente para Produzir”.

Entre as avaliações, observou-se que a escala “ruim” foi citada mais vezes pelos agricultores (as) no quesito “Local Adequado para colocar o Lixo”. Este item contradiz os dados secundários, coletados a partir do Boletim de Informações Sociais do MDS (2015), que por sua vez extraiu as informações do Censo Demográfico de 2010, apresentados no item 4.1.2.

A informação incongruente é que, na questão que trata do saneamento ambiental da área rural do município, para os 14 municípios do Território Baixada Cuiabana, são identificadas “coleta de lixo” em áreas rurais atendendo um percentual acima de 90% dos domicílios. O que se pretende informar aqui é que a realidade registrada a partir da pesquisa de campo é diferente, pois os agricultores (as) disseram que o lixo doméstico geralmente é “queimado” nas localidades rurais. O registro fotográfico, apresentado pela Figura 45 evidencia que podem estar sendo queimados outros materiais, especialmente aqueles utilizados no processo

produtivo, que podem ser contaminantes.

Figura 42 – Registro Fotográfico sobre a “queima de lixo” em uma localidade rural do território Baixada Cuiabana.



Fonte: Registros fotográficos da pesquisa de campo.

Das avaliações feitas pelos agricultores (as) (Tabela-Resultado 30), o quesito que trata da incidência de Pragas/Insetos/Doenças na produção rural foi avaliado como regular/ruim. O fator controle de pragas e doenças mostrou-se preocupante em muitos empreendimentos de AF visitados. Alguns produtores rurais já perderam muito de suas produções devido a este fator, que pode estar relacionado não somente ao aumento de incidência de pragas/doenças, mas também ao desconhecimento técnico em como reduzir as infestações nas plantações/criações.

Na etapa final dos questionamentos, tratou-se da Dimensão “Gestão”. Nesta parte, os respondentes inicialmente apresentaram informações acerca de suas participações (ou não) em capacitações para atuar no setor de AF, já que este é um quesito fundamental para a continuidade do negócio rural nos seus empreendimentos (Tabela-Resultado 31).

Tabela-Resultado 31 - Identificação do nível de capacitação dos agricultores (as).

Questionamentos sobre capacitação do agricultor (a) familiar	Não		Sim		Não informado		Total	
Faz ou já fez cursos sobre técnicas de plantio e/ou criação?	80	59,7%	51	38,1%	3	2,2%	134	100%
Faz ou já fez cursos sobre organização/controlado do negócio rural?	104	77,6%	26	19,4%	4	3,0%	134	100%
Faz ou já fez cursos que ensinam sobre formação de preços, vendas e outros?	108	80,6%	22	16,4%	4	3,0%	134	100%
Faz ou já fez curso de informática ou para utilização de internet?	114	85,1%	16	11,9%	4	3,0%	134	100%
Faz ou já fez cursos que ensinam a agregar valor aos produtos como farinha, doces, artesanato, outros?	104	77,6%	25	18,7%	5	3,7%	134	100%
Participa ou já participou de Feiras Agropecuárias, Dias de campo ou encontros para tratar de questões rurais, promovidos no município ou região próxima?	86	64,2%	44	32,8%	4	3,0%	134	100%
Participa ou já participou de Palestras, Debates, Reuniões tratam de temas sobre Agricultura Familiar?	61	45,5%	69	51,5%	4	3,0%	134	100%
Assiste ou ouve Programas de rádio e/ou televisão que tratam de técnicas rurais e de gestão em empreendimentos rurais?	38	28,4%	93	69,4%	3	2,2%	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Entre 59,7% e 85,1% dos entrevistados responderam que não fazem (não fizeram) qualquer curso de capacitação para melhorar as técnicas de plantio/criação; controle do negócio; formação de preço e vendas; nem mesmo cursos básicos de informática, confecção de doces e ainda não participam (ou nunca participaram) de Feiras Agropecuárias ou dias de campo e encontros promovidos no município ou em regiões próximas ao município. Porém, um alto índice de respondentes (entre 51,5% e 69,4%) afirmaram que participam ou já participaram de Palestras, Debates e Reuniões que tratam de temas sobre Agricultura Familiar e que assistem ou ouvem programas de rádio e/ou televisão que tratam assuntos relacionados a técnicas rurais e gestão em empreendimentos rurais.

Nesse sentido, retoma-se uma citação de Buainain (2007), sobre as particularidades inerentes à gestão dos empreendimentos da agricultura familiar, onde destaca que é necessário priorizar, na AF, as tecnologias de gestão, além do processo e produto no empreendimento rural

Para ser competitivo e permanecer no setor, o agricultor familiar precisa

desenvolver sua capacidade para gerir o negócio, o que poderia ser feito com o apoio de Políticas de capacitação no território. Entretanto, para que isto ocorra, cabe ao agricultor e sua família a decisão de “querer se capacitar” para melhorar seus conhecimentos, visando maior sustentabilidade no segmento em que está inserido.

Deste modo, em continuidade aos questionamentos sobre a Dimensão Gestão nos empreendimentos rurais de AF no território, foi identificado se os agricultores/produtores rurais familiares faziam o registro e controle de custos/despesas do negócio rural; como faziam os registros e com qual periodicidade (Tabela-Resultado 32).

Tabela-Resultado 32 – Informações sobre registros/controles.

Se faz Registro/controle	Nº de Respondentes	
Não	90	67,2%
Sim	44	32,8%
Total	134	100%
Entre os que disseram que faziam registro/controle, como faziam?		
Modo como é feito o registro/controle	Nº de Respostas	
No caderno/caderneta	36	81,8%
Na Planilha eletrônica computador	7	15,9%
Não informado	1	2,3%
Entre os que fazem registro/controle, com qual periodicidade o fazem?		
	Nº de Respostas	
Mensalmente	15	34,1%
Semanalmente	7	15,9%
Não informado	5	11,4%
Ocasionalmente	4	9,1%
Diariamente	4	9,1%
Trienal	1	2,3%
Apenas quando vende a produção	3	6,8%
Anualmente	2	4,5%
A cada dois meses	1	2,3%
A cada três meses	1	2,3%
Em cada saída de \$ do caixa	1	2,3%
Total	44	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Pelo exposto, observou-se que 67,2%, dos 134 agricultores (as) entrevistados, não realizam qualquer tipo de registro ou controle de despesas e/ou

lucros da propriedade. Em muitas respostas, é acrescentado que “fazem isso de cabeça”, o que coincide com a contextualização presente no estudo de Batalha, Buainain e Souza Filho (2009), pois as práticas de gestão adotadas pelos proprietários/gerentes, na agricultura familiar, são dotadas de imperícia e informalidade.

Ainda sobre os dados da Tabela-Resultado 32, verificou-se que, dentre os 32,8% que realizam alguma forma de controle, 81,8% o fazem em cadernos/cadernetas e apenas 15,9% o fazem em planilhas eletrônicas em computador. Evidenciou-se ainda que, dos 32,8% entrevistados que fazem os registros, 34,1% o fazem mensalmente, e 15,9% semanalmente.

A próxima questão objetivou a identificação de mais uma características relacionada à prática da gestão pelos agricultores (as) do Território Baixada Cuiabana. Foi perguntado aos respondentes se estes faziam o “planejamento da produção” (Tabela-Resultado 33).

Tabela-Resultado 33 – Identificação de Planejamento da Produção.

Faz Planejamento da Produção?	Nº Respondentes	
Não	69	51,5%
Sim	49	36,6%
Não sabe / Não informado	16	11,9%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Do total de 134 respondentes, apenas 36,6% realizam o processo de “Planejamento da produção”, enquanto que 51,5% não realizam. Dentre os agricultores que disseram sim, 17 informaram que o fazem nas reuniões com a família, geralmente antes de começar uma nova safra; 5 informaram que fazem o planejamento quando começa o período de chuvas na localidade, momento este que coincide com o início de uma nova safra.

Outros modos de fazer o planejamento também foram citados como: planeja conforme os produtos que se deseja produzir; de acordo com a demanda; de acordo com o que têm obtido de renda nas últimas safras; conforme as fases da lua. Este último modo evidenciou um forte traço cultural (e talvez rudimentar) na maneira de

se gerir o empreendimento rural pelo agricultor (a).

Os respondentes informaram, ainda, se conseguem (ou não) fazer algum tipo de previsão de resultados para o próximo período ou safra (Tabela-Resultado 34).

Tabela-Resultado 34 - Identificação de Previsão de Resultados para o próximo período/safra.

Consegue fazer Previsão para o próximo período?	Nº Respondentes	
Não	80	59,7%
Sim	21	15,7%
Não Informaram (Por Desconhecimento)	33	24,6%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Como resultado, 59,7% dos 134 respondentes informaram que não conseguem fazer previsões para o próximo período/safra, ou seja, trabalham em condição de total incerteza no negócio. Outro dado obtido foi que 24,6% dos respondentes não informaram sobre esta questão porque simplesmente desconhecem o que significa “Fazer Previsão de Resultados”. É importante ressaltar que durante o questionamento, a questão foi explicada mais de uma vez e, mesmo assim, alguns agricultores (as) não quiseram informar acerca deste item. Apenas 15,7% dos 134 respondentes declararam que sim, que “fazem Previsão de Resultados”.

Na questão 43 do instrumento quantitativo, solicitou-se que os agricultores informassem se eles calculavam (ou não) os custos de produção e, em caso positivo, de que modo o faziam. A Tabela-Resultado 35 mostra as respostas obtidas:

Tabela-Resultado 35 - Identificação se o agricultor (a) calcula (ou não) os Custos de Produção.

Se calcula (ou não) os custos de produção	Nº Respondentes	
Não	77	57,5%
Sim	55	41,0%
Não informado	2	1,5%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Dos 134 respondentes, 57,5% não realizam nenhum cálculo e 41% realizam. Dentre os 41% que calculam os custos de produção, os modos mais citados foram:

revedo as anotações feitas no caderno de registros; listando todas as tarefas e custos de cada uma delas e usando a experiência de safras passadas.

As questões 44 e 45 do instrumento de pesquisa aplicado aos agricultores, visava apenas confirmar os “achados” sobre a Dimensão Gestão. Os respondentes informaram se tinham conhecimento exato sobre a quantidade de recursos/dinheiro necessário para cada poder realizar a safra/o cultivo no período e se sabiam como calcular esta quantidade de recursos. Deste modo, dos 134 respondentes, 50,7% disseram não saber a quantidade de recursos necessária, 14,9% disseram que sabem e 34,3% não informaram.

Os 14,9% dos respondentes que disseram saber exatamente a quantidade de recursos necessária para produzir no próximo período, informaram o modo como fazem os cálculos, ou o que consideram para fazê-lo, como por exemplo: listam todos os produtos (insumos necessários); verificam o custo da hora/máquina; analisam o mercado; fazem uma média de custos com base no período/safra anterior; avaliam pela quantidade de recursos que dispõem, entre outros.

A questão 45 foi feita visando identificar a situação econômica em que se encontram os agricultores (as) em seus empreendimentos. Foram indagados se a renda/lucros do empreendimento rural estão sendo suficientes para honrar todos os compromissos financeiros e, caso contrário, qual seria o valor (em \$) necessário para encerrar as dívidas (Tabela-Resultado 36).

Tabela-Resultado 36 - Identificação se a renda/lucros obtida no empreendimento está sendo suficientes para honrar compromissos e quanto (R\$) seria necessário para liquidar dívidas.

Renda e Lucro são suficientes?	Nº Respondentes	
Não	62	46,3%
Sim	63	47,0%
Não Informado	9	6,7%
Total	134	100%
Para os que informaram que a Renda/lucro não está sendo suficiente, qual o valor necessário para liquidar a dívida?		
Respostas	Nº Respondentes	
Não sabe a quantidade necessária	46	74,2%
R\$ 10.000,00	4	6,5%
R\$ 5.000,00	3	4,8%
R\$ 20.000,00	2	3,2%
R\$ 1.500,00	2	3,2%
R\$ 50.000,00	1	1,6%
R\$ 12.000,00	1	1,6%
R\$ 3.000,00	1	1,6%
R\$ 2.000,00	1	1,6%
R\$ 1.000,00	1	1,6%
Total	62	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Seguindo para o final da aplicação do instrumento aos agricultores, as perguntas 46 e 47 embasaram as análises sobre os planos dos agricultores para os próximos anos, bem como na identificação de incentivo (ou não) à sucessão familiar nos negócios (Tabela-Resultado 37).

Tabela-Resultado 37 – Identificação da pretensão do agricultor (a) em continuar investindo no empreendimento rural.

Pretende investir no empreendimento nos próximos cinco anos	Nº respondentes	
Não	16	11,9%
Sim	114	85,1%
Não informado (não sabia)	4	3,0%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Dos 134 respondentes, 85,1% afirmaram que, apesar das dificuldades enfrentadas, têm planos de continuar investindo nos negócios do empreendimento rural nos próximos cinco anos. Entretanto, 11,9% afirmaram que não tem esse mesmo plano (devido às dificuldades enfrentadas) e 3% dos respondentes não responderam pois “não sabiam do futuro”.

A Tabela-Resultado 38 apresenta os dados sobre o desejo de que os filhos permaneçam na atividade, conseqüentemente, evidencia a questão da sucessão (ou não) do empreendimento rural.

Tabela-Resultado 38 – Se o agricultor(a) incentiva os filhos (as) a permanecerem na atividade rural.

Respostas	Nº Respondentes	
Não	52	38,8%
Sim	81	60,4%
Não informado	1	0,7%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Nesta questão, 60,4% dos respondentes disseram que sim, que incentivavam seus filhos (as) e familiares a permanecerem e dar seqüência nas atividades que estavam sendo desenvolvidas do empreendimento rural. Entretanto, 38,8% dos respondentes disseram que não incentivavam, tendo apresentado motivos como:

“Quero que eles estudem”; “A vida aqui no campo é muito sofrida e não desejo isso para meus filhos”; “Quem tem que decidir se quer continuar aqui são eles”; “Não quero que continuem aqui porque é financeiramente difícil viver aqui na comunidade”; “Não há oportunidades na roça” (Falas de agricultores (as) familiares dos municípios do Território Baixada Cuiabana, 2014 e 2015).

Na parte final, os respondentes foram questionados acerca das contribuições das atuais políticas/ações dos governos federal, estadual e municipal para o desenvolvimento dos empreendimentos de agricultura familiar no território Baixada Cuiabana (Tabela-Resultado 39).

Tabela-Resultado 39 – Contribuição das políticas governamentais para os empreendimentos de AF no Território”.

Se está havendo contribuição através das políticas	Nº Respondentes	
Não	69	51,5%
Sim	54	40,3%
Não informaram	11	8,2%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Dos 134 respondentes, 51,5% afirmaram que as políticas direcionadas à AF não estão contribuindo para o desenvolvimento ou a melhoria da situação dos empreendimentos de AF da localidade em que estão inseridos, enquanto 40,3% dos respondentes disseram que estas políticas contribuem. Do total, 8,2% não informaram. Além disso, os respondentes que opinaram negativamente, apresentaram alguns motivos para justificar a resposta:

“Nada acontece... De todas estas políticas que falam, não chega nada para o pequeno produtor... fica tudo na conversa”; “Existe a política, mas é tudo muito burocrático”; “As políticas federais até que chegam aqui, mas param no governo estadual e no município”; “É muita corrupção”; “Precisa de política mais específica”; “Essas políticas não beneficiam todos não” [...] (Falas de agricultores (as) familiares dos municípios do Território Baixada Cuiabana, 2014 e 2015).

Foi solicitado que os agricultores opinassem ou indicassem qual seria, naquele momento, o quesito mais importante para melhorar a vida dele e de seus familiares, ou seja, a questão que mais pesa na decisão sobre a permanência no setor de Agricultura Familiar (Tabela-Resultado 40).

Tabela-Resultado 40 – Opinião do respondente sobre o quesito que mais contribuiria para permanência dele e de seus familiares no setor de AF.

O que mais contribuiria para a permanência/sustentabilidade no setor	Nº Respondentes	
Apoio do governo	68	50,7%
Crédito/dinheiro	26	19,4%
Assistência técnica	19	14,2%
Apoio do Governo, Crédito e Assistência técnica	12	9,0%
Mais clientes p/comprar os produtos da AF	7	5,2%
Mais tecnologia	2	1,5%
Total	134	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Quanto ao 44º questionamento, observou-se que 50,7% disseram que o mais importante é ter mais “Apoio do Governo”, pois que para estes, o apoio englobaria todos os outros itens. Dos respondentes, 19,4% afirmaram que o principal quesito é ter “Mais crédito”; 14,2% citaram “Mais Assistência técnica”; 9% não conseguiram informar somente um dos itens e citaram, “Mais Apoio do Governo, Mais Crédito e Mais Assistência Técnica”; 5,2% disseram “Mais clientes para comprar os produtos da AF” e apenas 1,5% afirmaram que o quesito mais importante é “Mais Tecnologia”.

Estes resultados apontam grande dependência, por parte dos agricultores (as) familiares do Território Baixada Cuiabana, do apoio governamental para permanecerem ou se sustentarem no setor. Conforme Green (2009), os agricultores familiares precisarão angariar o apoio do Estado para superarem sua relativa exclusão tecnológica. Se não fizerem isso, correm o risco de serem forçados a abandonar a atividade agrícola.

A 50ª questão do instrumento quantitativo teve o objetivo de identificar a expectativa dos respondentes, para o futuro da Agricultura Familiar na localidade em que residiam. Ao todo, foram contabilizadas 263 respostas diferentes. Durante a tabulação, foram alinhadas as opiniões mais representativas, a fim de facilitar a visualização das respostas ao questionamento.

Tabela-Resultado 41 – Agrupamentos das respostas sobre as principais expectativas para o futuro da AF.

- ✓ Mais qualidade de vida no campo: atendimento na saúde pública, transporte, infraestrutura de estradas, implantação de posto policial para melhorar a questão da segurança na comunidade rural, já que o policiamento urbano enfrenta dificuldades no acesso a estas localidades.
- ✓ Construção de estruturas novas ou melhorias nos pontos de comercialização da produção, como por exemplo as feiras dos produtos.
- ✓ Maior divulgação, por parte das Instituições de apoio (governamentais e não governamentais), dos produtos produzido pela AF no território investigado.
- ✓ Maior fiscalização, por parte do governo, na questão do “atravessador”, para que este pague um preço justo durante a fase de comercialização da produção rural.
- ✓ Facilitação no acesso ao crédito rural, para que possa aumentar a produção e continuar no negócio.
- ✓ Aguarda oportunidades de cursos e capacitação.
- ✓ Espera que o poder público impeça que o garimpo, latifúndios e usinas “tomem conta” da localidade.
- ✓ Maior fiscalização para que as políticas cheguem para os pequenos e. principalmente menos “corrupção” dentro dos programas e políticas direcionados à AF.
- ✓ Espera que ocorra a Regularização Fundiária na área.
- ✓ Maior estímulo para que se tenha mais mão de obra disponível para trabalhos no meio rural.
- ✓ Que haja maior união entre a classe de trabalhadores rurais da AF para que exista maior valorização dos agricultores (as) familiares da localidade.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Pelo exposto, parece existir, por parte dos respondentes, uma “espera” contínua de soluções ligadas a fatores do Ambiente Externo (Macroambiente) dos empreendimentos rurais de AF, já que a maior parte das expectativas citadas dependem mais de decisões na gestão das políticas provenientes das Instituições governamentais do que, propriamente, do desempenho dos agricultores familiares na gestão do ambiente interno destes empreendimentos (Microambiente). Deste modo, passa-se ao item 4.5, que apresenta maiores evidências da pesquisa empírica, a partir da síntese do processo de triangulação dos dados.

4.6 Síntese dos dados triangulados durante o processo de análise

Conforme apresentado no Referencial Conceitual, o ambiente de constructos que embasaram a elaboração do roteiro de entrevista e questionário, instrumentos utilizados na coleta dos dados primários da pesquisa, foram “os cinco pilares do desenvolvimento sustentável: social, ambiental, territorial, econômico e político”, conforme Sachs (2004, p. 14), e os fatores influenciadores e/ou interferentes no ambiente das organizações, identificados por meio das leituras Megginson, Mosley e Pietri Jr. (1998) e Daft (2010), quais sejam:

- ✓ No Macroambiente ou ambiente externo: fatores políticos/legais; econômicos, tecnológicos; sociais e internacionais (onde se enfatizou a questão ambiental, conforme Quadro 3);
- ✓ No Ambiente de Tarefas ou operacional: fatores ligados aos fornecedores, clientes, concorrentes, agências reguladoras e grupos de interesse;
- ✓ No Microambiente ou ambiente interno: fatores ligados a gestão da organização (tecnologia, pessoal, cultura, diretrizes, estrutura).

Para tanto, a começar pelos resultados da fase qualitativa, com agentes executores (AE) e AA (agentes apoiadores) da AF no território Baixada Cuiabana, foram contempladas as cinco dimensões: política, econômica, social, ambiental e de gestão no roteiro de entrevistas. Estas dimensões referem-se aos Pilares do Desenvolvimento Sustentável (SACHS, 2004).

Após a transcrição destas entrevistas e feita a organização dos textos, foram identificadas referências, ao longo destes, que tratavam das cinco dimensões citadas, tendo sido codificadas em nós e sub-nós, ou categorias e subcategorias a estas pertencentes (Tabela 48).

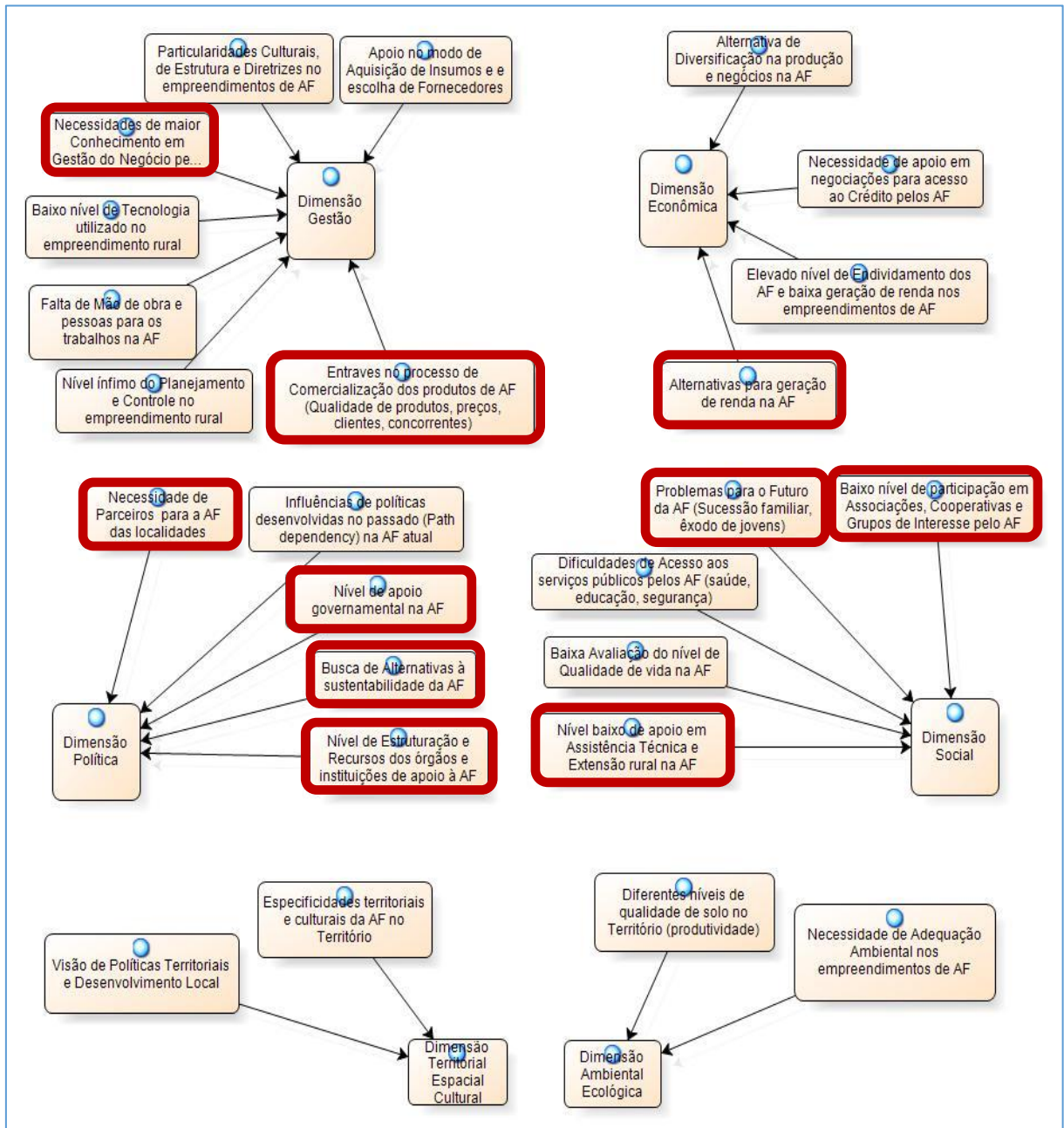
Tabela 47 – Resultados dos achados em Dimensões e Categorias de análise.

Nome das categorias e subcategorias	Quantidade de fontes (entrevistas dos AA e AE) em que a categoria é identificada	Quantidade de vezes que a categoria é referenciada
Ambiental Ecológica	7	8
Preservação/Adequação Ambiental	4	9
Condições do solo	2	3
Econômica	3	3
Alternativas para geração de renda	13	22
Descapitalização, Endividamento	5	8
Crédito	4	7
Alternativa de Diversificação na produção e negócios na AF	2	3
Social	2	2
Assistência Técnica e Extensão rural (Política Social)	10	13
Sucessão familiar	8	19
Participação em Associações, Cooperativas, Grupos de Interesse	6	14
Acesso a serviços públicos	4	4
Qualidade de vida	3	5
Política	0	0
Alternativas de Apoio	13	39
Apoio governamental atual	12	48
Parceiros	10	21
Estruturação e Recursos dos órgão e instituições de apoio	5	12
Histórico das políticas implementadas	3	3
Territorial Espacial Cultural	0	0
Especificidades territoriais e culturais	6	6
Políticas Territoriais e Desenvolvimento Local	3	7
Gestão	0	0
Comercialização dos produtos	10	24
Tecnologia do empreendimento rural	6	9
Conhecimento em Gestão no empreendimento rural	6	13
Planejamento e Controle no empreendimento rural	5	7
Culturais, Estrutura e Diretrizes no empreendimento rural	2	2
Aquisição de Insumos e Fornecedores	2	3
Capacidade de Pessoas e Mão de obra e Pessoal	1	3

Fonte: Resultados da Pesquisa.

O modelo final de análise ressalta as Dimensões analisadas, bem como os fatores críticos destacados em cada Dimensão. Deste modo, por meio dos resultados obtidos na fase qualitativa da pesquisa, são evidenciados os fatores de maior criticidade na AF, os quais estão associados às Dimensões, Política, Social, de Gestão e Econômica, conforme destacado no Modelo Dinâmico desenvolvido e na Figura 43.

Figura 43 – Evidências de fatores críticos presentes na Gestão de empreendimentos rurais no Território Baixada Cuiabana, segundo os AE e AA. .



Fonte: Dados da pesquisa de campo (entrevistas).

Deste modo, fatores ligados à **Dimensão Política** foram citados em maior quantidade de trechos nas transcrições. Acredita-se que o resultado é coerente, já que as entrevistas foram feitas com agentes governamentais dos municípios e com representantes de Instituições Apoiadoras do setor de AF na Baixada Cuiabana.

Nesta Dimensão, foram evidenciados os seguintes fatores críticos na AF do território: a **necessidade de mais Parceiros na AF** das localidades (governo,

sociedade organizada, terceiro setor, universidades, dentre outros); A **necessidade de melhorar o nível de apoio por parte da Gestão do município e Estado**, visando à implantação e acompanhamento de políticas direcionadas à AF e territórios Rurais; a necessidade de uma melhor estruturação dos Recursos destinados às Secretarias Municipais ligadas diretamente à AF, com o intuito da maior visibilidade e importância deste setor dentro da Gestão Pública e; **a busca de alternativas à sustentabilidade da AF no território.**

No quesito de busca de alternativas à sustentabilidade da AF, foram citadas pela maior parte dos AE e AA, a questão crítica que envolve o ciclo das políticas no Território, ou seja, há de se enfatizar mais a continuidade no processo de Gestão Pública, através da implantação/acompanhamentos/monitoramento/avaliação de programas/políticas.

Foram relacionados a este fator (alternativas à sustentabilidade da AF) alguns exemplos de itens que deveriam ser priorizados, como: adequações constantes na infraestrutura de estradas/pontes para facilitar o acesso e transporte da produção rural até o comércio; a organização das feiras do produtor; o apoio em capacitações para os agricultores (as) a fim de que estes possam se organizar em associações e/ou cooperativas para comercializar seus produtos para o governo (PAA e PNAE).

Na Figura 43, a **Dimensão Social** abarca fatores críticos ao futuro dos empreendimentos de AF nos municípios do território, já que foram identificadas três evidências de fatores críticos: o **baixo nível de apoio à assistência técnica e extensão rural** oferecidos à população rural investigada, que é um fator associado também à Dimensão Política); o **baixo nível de participação dos Agricultores (as) em Associações, Cooperativas e Grupos de Interesse**, o que pode reduzir a possibilidade de fortalecimento do setor frente aos órgãos e instituições; e o **desinteresse da população jovem** em permanecer no meio rural (êxodo rural) ou baixa perspectiva de sucessão familiar nos empreendimentos de AF no Território Baixada Cuiabana.

Os fatores críticos inerentes à **Dimensão Gestão** mostraram-se associados ao processo produtivo, ou à produção rural do empreendimento, especialmente no que se refere à fase de comercialização de produtos.

Ao citar o termo produção, percebe-se pela leitura das transcrições das falas que os entrevistados (agentes) acabavam direcionando suas falas ao ponto final do processo produtivo, tratando dos **entaves no processo de comercialização da**

produção (qualidade dos produtos ou perecibilidade, preços baixos devido à concorrência de atravessadores, nível de exigência ou atendimento ao clientes e legislação).

Além disso, evidenciou-se nesta Dimensão (Gestão), a **necessidade de maior conhecimento e capacidade em gerir o negócio rural** por parte dos agricultores (as), o que pode ser considerado também um fator crítico à sustentabilidade do negócio.

Outro fator crítico destacado pelos agentes, categorizado como pertencente à **Dimensão Econômica**, associou-se às **Alternativas de Geração de Renda nos empreendimentos de AF** do Território Baixada Cuiabana. De acordo com os achados nas transcrições, ao longo dos anos, estão ocorrendo, por parte das administrações públicas municipais, tentativas de apoio aos AF do território, com o intuito maior de garantir a permanência dos agricultores (as) e de seus familiares nas localidades rurais em que se encontram, dado aos problemas ocasionados pelo êxodo da população rural que se direciona, sem o mínimo de condições econômicas e sociais, em busca de novas oportunidades de emprego e moradia, em grandes centros urbanos.

Entretanto, pelo que se pôde compreender acerca da abordagem do Desenvolvimento Sustentável (DS) na AF, em muitos casos, o pilar do DS que mais impacta nos empreendimentos de AF é o econômico. Assim, se não existir garantia de renda na comunidade rural, é provável que o agricultor (a) e seus familiares tenham que buscar renda em outros setores que não o de AF o que poderá impactar negativamente na AF do Território Baixada Cuiabana.

Cabe ressaltar que os fatores críticos categorizados e associados nas Dimensões Territorial-Espacial-Cultural e Ambiental-Ecológica também são achados importantes para a pesquisa empírica. Entretanto, por terem sido menos citados durante as entrevistas com os AE e AA, tais fatores serão considerados, para fins deste estudo, como os de criticidade (ou urgência) menor, o que não significa menor importância, apenas uma decisão de destacar, neste momento, as prioridades frente aos demais fatores críticos identificados pela pesquisa.

Assim, considerando que este estudo visava a identificação de fatores críticos presentes no microambiente (ambiente interno e operacional) e macroambiente de empreendimentos rurais de AF no território investigado, executou-se também a identificação destes fatores nos resultados obtidos na fase quantitativa da pesquisa.

Deste modo, recorda-se que, a fase quantitativa resultou na coleta de dados provenientes de um instrumento de pesquisa aplicado a 134 agricultores (as) familiares do território Baixada Cuiabana, com o propósito de evidenciar: o **perfil destes agricultores (as)** - empreendedores (as) rurais de AF; as **características de seus empreendimentos** rurais de AF e; os **aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos e de Gestão** associados **ao ambiente** (Macroambiente, ambiente operacional e microambiente) **destes empreendimentos rurais**. Em síntese, os resultados da pesquisa quantitativa evidenciaram:

a) O perfil dos agricultores (as) familiares respondentes:

- Dos 134 agricultores (as) familiares que responderam ao instrumento de pesquisa, 57% são homens e 43% mulheres, sendo 71%, deste total, com idade na faixa dos 41 a 70 anos; 77% declararam-se casados/vivem junto; 72% declararam-se pardos ou negros; aproximadamente 69% declararam que possuíam nível de escolaridade fundamental completo, incompleto ou que nunca estudaram.

b) As características dos seus empreendimentos rurais de AF:

- Dos 134 respondentes, aproximadamente 57% afirmaram que trabalham no setor de AF há mais de 30 anos; 62% residem no empreendimento rural a menos de a menos de 20 anos; 91% declararam que a área (terra) que cultivam é própria; 67% dos respondentes afirmaram que não desenvolvem nenhum outro tipo de trabalho que não seja na AF; aproximadamente 69% afirmaram que no domicílio rural residem de duas a quatro pessoas; aproximadamente 66% afirmaram que, no empreendimento, de 02 a 03 pessoas da família ajudam nos trabalhos de cultivo/criação; 51% dos respondentes não contam com nenhum tipo de auxílio de mão de obra para ajudar em épocas de plantio/colheita ou quando há maior quantidade de trabalho nos empreendimentos rurais; 66% afirmaram que suas áreas são provenientes de “compra ou herança” e 28%, de Programas de Reforma Agrária; 71% dos entrevistados afirmaram possuir menos de 20 hectares de área para desenvolver o negócio rural, seja o cultivo vegetal ou animal.

c) Fatores ligados às Dimensões Econômica, Social, Ambiental, Política e de Gestão, presentes no micro e macroambiente dos empreendimentos de AF:

- A produção de FLV destacou-se das demais categorias e produtos produzidos no Território Baixada Cuiabana, tendo apresentado 531 tipos de combinações diferentes de produtos em seus estabelecimentos. Seguido dos FLV, aparecem os produtos de origem animal, tendo sido citada 189 combinações de produtos; dos produtos produzidos que são comercializados, novamente destacou-se os FLV (455 combinações) e Categoria Animal (163 combinações);

- Foram 66% dos respondentes que afirmaram estar enfrentando dificuldades para comercializar a produção, sendo que 58% afirmaram que os motivos estão ligados ao fator “baixo nível na infraestrutura em estradas/pontes”; “veículo inadequado para transportar seus produtos até o comércio”; “atravessadores no processo” e “baixo nível de apoio em assistência técnica durante o processo produtivo”, o que pode acarretar baixa produtividade e conseqüentemente, baixa quantidade e qualidade dos produtos para comercializar; 83% dos agricultores afirmaram que comercializam diretamente com clientes, seja por meio da Feira do Produtor, entrega porta a porta ou o cliente busca na localidade rural; 60% dos respondentes não estavam comercializando seus produtos em outros municípios, regiões, estados ou fora do Brasil (abastecem apenas mercados locais); 73% declararam que faziam, por conta própria, o transporte da produção rural até o comércio, sendo que 43% faziam este transporte com carro comum ou utilitário;

- Dos 134 respondentes, 63% declararam renda média familiar na faixa que vai de R\$ 501,00 a R\$ 2000,00 reais; 58% das respostas indicam que a maior parte da renda era proveniente do lucro obtido com a venda da produção rural do empreendimento; 72% das respostas apontam que os entrevistados gastavam, à época da pesquisa, a maior parte da renda familiar no comércio local (município); 97% dos respondentes declararam que utilizavam recursos próprios para dar início à nova safra ou novo período de produção; 60% afirmaram que nunca fizeram nenhum tipo de financiamento agrícola; 70% afirmaram que têm interesse de fazer um financiamento agrícola; dos Programas Governamentais de apoio ao agricultor familiar (PRONAF, PNHR, PAA e PNAE) o mais

desconhecido foi o PAA (78% desconhecem) e o mais conhecido o PRONAF (85% conhecem); 61% das respostas indicaram que os entrevistados participam de Associações, Cooperativas e Sindicatos;

- Em termos de qualidade de vida, os três itens mais bem avaliados pelos respondentes foram alimentação diária, trabalho e moradia e os piores, governo local, estrutura de estradas/pontes e segurança. Em termos de avaliação do meio ambiente em que vivem, os três itens mais bem avaliados foram a quantidade de terra que o agricultor tem para produzir/criar, a questão dos cuidados/proteção do solo e a preservação da natureza local. Os três piores avaliados foram: o local para colocar o lixo, ataque das pragas/insetos/doenças e a falta de água para produzir;

- Em média, 65% dos respondentes afirmaram que não participam de cursos de capacitação ou eventos do setor de AF em seus municípios. Em contrapartida, 70% afirmaram que se mantêm informados, ouvindo ou vendo programas de Rádio/TV que tratam de questões do meio rural; 67% afirmaram que não fazem nenhum tipo de registro/controle na parte de gestão do empreendimento rural e dos 33% que fazem, 82% realizam-no por meio de anotações em caderno/cadernetas, mensalmente e/ou semanalmente; 51% dos agricultores não fazem o planejamento da produção no empreendimento; 60% não conseguem fazer nenhum tipo de previsão sobre o próximo período/safra; 57% não calculam o custo de produção, especialmente porque não sabem como fazer; houve praticamente um empate entre aqueles que afirmaram que estão conseguindo honrar seus compromissos (contas, despesas) com os lucros obtidos a partir da venda da produção (Sim 47%) e os que não estão (Não 46%); desses, 74% afirmaram que não sabem a quantia exata necessária para liquidar suas dívidas;

- Dos 134 respondentes, 85% afirmaram que, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas no setor de AF do território, querem continuar “investindo” no empreendimento rural nos próximos cinco anos; 60% responderam que incentivam os filhos a permanecer na atividade e querem que estes deem seguimento ao negócio; 51% afirmaram que as políticas governamentais não têm

contribuído da maneira como deveriam para o desenvolvimento da AF na localidade em que residem/trabalham; e, finalmente, na opinião dos entrevistados, os itens que mais poderiam contribuir para a permanência deles e de seus familiares no setor de AF seriam (nesta ordem): “apoio governamental, crédito e assistência técnica”.

Deste modo, por meio dos dados coletados e resultados obtidos na pesquisa empírica, foi possível identificar pelo menos, **sete fatores de maior criticidade na AF do Território Baixada Cuiabana** (Figura 44).

Figura 44 – Sete fatores de maior criticidade na AF do Território Baixada Cuiabana



Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa.

Pelo exposto, confirma-se o pressuposto apresentado na fase introdutória deste trabalho, de que o desempenho na gestão de pequenos empreendimentos rurais de AF no território Baixada Cuiabana pode estar condicionado a fatores críticos presentes no macroambiente, ambiente operacional e ambiente interno destas organizações, o que de fato é evidenciado pelos resultados deste estudo.

As discussões sobre a Teoria dos Sistemas ou o enfoque sistêmico, bem como sobre as Dimensões do Desenvolvimento Sustentável, permitiram o desenvolvimento de constructos essenciais à pesquisa empírica, tendo possibilitado a identificação dos fatores de maior criticidade no ambiente organizacional dos empreendimentos rurais de AF da Baixada Cuiabana, os quais se associaram às

Dimensões política, social, econômica e de gestão.

No entanto, o pressuposto de que “um processo de intervenção governamental efetivo pode ser fundamental para a revitalização das dinâmicas locais e para o Desenvolvimento Sustentável da AF no território investigado, não pode ser confirmado integralmente, já que os resultados da pesquisa apontaram uma ínfima capacitação ou profissionalização dos agricultores entrevistados, bem como um baixo nível de organização em cooperativas e associações (que poderia ser uma alternativa ao fortalecimento do setor).

Assim, não se pode afirmar que a intervenção governamental, por si só, garantirá a melhoria no desempenho da gestão, nem mesmo a sustentabilidade dos empreendimentos de AF do território investigado.

Entretanto, retoma-se algumas afirmações convergentes com os “achados” da pesquisa empírica, como por exemplo Sachs (2001), ao afirmar que a permanência da população no meio rural só será economicamente viável a partir das políticas direcionadas ao setor, e Llorens (1998, p. 53), que aponta para a necessidade de uma intervenção governamental que considere o desenvolvimento socioeconômico territorialmente equilibrado e ambientalmente sustentável, o que é desejável no território Baixada Cuiabana.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este item tem o propósito de apresentar a Tese defendida, a síntese dos caminhos percorridos para elaboração deste estudo, desde a sua contextualização até os resultados alcançados, bem como a indicação de contribuições teóricas e práticas, limitações e sugestões de pesquisas futuras.

Inicialmente, é importante ressaltar que, após a aprovação do projeto de pesquisa, pelo órgão de Fomento CNPQ, vislumbrou-se um grande entusiasmo em desenvolver o mesmo, afim de que este pudesse contribuir com a academia em sua originalidade e despertar novas reflexões científicas nas Ciências Sociais Aplicadas, especialmente na área de Gestão e Regionalidade.

A tese aqui defendida, diz respeito ao processo de intervenção governamental efetiva, direcionado à revitalização das dinâmicas locais e ao Desenvolvimento Sustentável da AF na “Baixada Cuiabana”, especialmente em comunidades rurais em que os agricultores (as) familiares ainda sobrevivem (ou resistem) à dualidade existente entre os grandes empreendimentos rurais patronais, do setor agroexportador de Mato Grosso e seus pequenos empreendimentos de agricultura familiar.

Por isso, dentre as maiores perspectivas, este estudo vislumbrou-se a possibilidade de trazer mais do que contribuições e discussões teóricas à comunidade acadêmica, mas a elaboração de um subsídio às decisões de Gestão e Políticas Públicas para o setor de AF, particularmente aquelas associadas aos municípios pertencentes ao Território Rural Baixada Cuiabana.

Por isso, dentre as maiores perspectivas esperadas, este estudo vislumbrou a possibilidade de trazer mais do que contribuições e discussões teóricas à comunidade acadêmica, mas a elaboração de um subsídio às decisões de Gestão e Políticas Públicas para o setor de AF, particularmente aquelas associadas aos municípios pertencentes ao Território Rural Baixada Cuiabana.

Visando atender com êxito, os objetivos pré-definidos no projeto, bem como atender as perspectivas do CNPQ, da academia, dos atores e agentes envolvidos no setor de AF do território investigado e ainda, atender à perspectiva pessoal da autora, no seu processo de Doutorado, o desenvolvimento deste estudo foi rigorosamente distribuído e executado em três grandes fases: Planejamento da pesquisa, Execução e Análise/Discussão de Resultados.

A fase de Planejamento contou com a revisão das questões de investigação, quais sejam: Como as políticas públicas estão sendo direcionadas aos agricultores familiares da Baixada Cuiabana? Qual é o perfil destes agricultores? Quais as características de seus empreendimentos rurais? Quais os fatores críticos à sustentabilidade dos empreendimentos de AF no Território Baixada Cuiabana? As quais foram respondidas, tendo em vista os resultados apresentados no Capítulo 4.

Além disso, foram definidos os objetivos do estudo, em consonância com os pressupostos da pesquisa, sendo que o objetivo principal era “analisar os fatores críticos de interferência na gestão de empreendimentos rurais de AF no território rural “Baixada Cuiabana” (MT), sob a perspectiva das dimensões do Desenvolvimento Sustentável”.

A etapa de Revisão de Literatura contou com a seleção de obras pertinentes, que abarcavam discussões sobre desenvolvimento regional, territorial e sustentável; políticas direcionadas ao setor de AF; Teoria dos Sistemas ou abordagem sistêmica, entre outros, sendo que todas as obras selecionadas, compuseram um acervo bibliográfico específico, composto de livros, teses, dissertações e artigos científicos, publicados nos principais periódicos e anais de eventos nacionais/internacionais, classificados na área ACT (Administração, Ciências Contábeis e Turismo), no Qualis/CAPES. Em complemento, elaborou-se um banco de dados do tipo documental, composto principalmente por dados secundários, que permitiram elaborar a caracterização e análise socioeconômica e demográfica dos municípios e do território investigado.

A partir da revisão teórica dos temas citados anteriormente, pôde-se identificar os constructos que serviram de base para a elaboração dos instrumentos necessários à coleta de dados primários. Assim, era de se esperar que se os instrumentos de pesquisa aplicados estivessem adequados a estes constructos e ao público-alvo, os resultados da coleta de dados atenderiam plenamente os objetivos deste estudo e contribuiriam para a defesa desta Tese, o que ocorreu de fato.

Ainda na fase de Planejamento, foram estruturados os procedimentos metodológicos utilizados na coleta e análise dos dados. Nesta etapa optou-se pela abordagem de Métodos Mistos, com a união de fases quantitativa e qualitativa, a partir da estratégia de projeto convergente paralelo (CRESWELL, 2013). Foram definidos ainda: questões norteadoras do roteiro de entrevistas e do questionário quantitativo, público-alvo e amostra de entrevistados e respondentes (da fase

qualitativa e quantitativa) e técnicas para análise e triangulação de dados.

É importante ressaltar que o Exame de Qualificação de Tese, que ocorreu ao final da Fase de Planejamento da Pesquisa, em outubro de 2014. Após as devidas correções e inserções sugeridas na Qualificação, partiu-se para a fase de Execução da Pesquisa, onde o passo inicial foi a aplicação dos instrumentos de pesquisa e validação, em consonância aos constructos pré-estabelecidos e coerentes com o público-alvo investigado.

Durante a etapa de coleta de dados primários, houve a participação em eventos, a convite de agentes governamentais ligados ao setor de AF no Estado, os quais serviram de complemento à obtenção de conhecimentos sobre os entraves e perspectivas do setor de AF, especialmente no que se refere às políticas direcionadas aos agricultores familiares do Território Baixada Cuiabana.

Após encerramento da coleta de dados em campo, partiu-se para a etapa de transcrição/codificação das entrevistas e tabulação dos dados quantitativos, a fim de se organizar os dados para a última fase da pesquisa: a Análise/Discussão de Resultados.

Considera-se que os objetivos específicos deste estudo foram atingidos plenamente, pois a partir da coleta e análise de dados secundários, foi possível apresentar as características socioeconômicas e demográficas dos municípios pertencentes ao território Baixada Cuiabana; Apresentar um panorama de programas e políticas governamentais direcionadas à Agricultura Familiar e Territórios Rurais e investigar seu acesso por parte dos agricultores familiares da Baixada Cuiabana; Apresentar o perfil sócio demográfico dos agricultores familiares da Baixada Cuiabana, bem como as características e especificidades de seus empreendimentos rurais e Identificar fatores que interferem de modo mais crítico na gestão dos pequenos empreendimentos rurais no território investigado, considerando as dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

Portanto, todo o trabalho e pesquisa desenvolvidos para atingir os objetivos específicos do estudo, somados ao processo de triangulação de métodos, dados e revisão teórica, permitiram que se atingisse inteiramente o objetivo geral proposto neste estudo, que era analisar os fatores críticos de interferência na gestão de empreendimentos rurais de AF no território rural “Baixada Cuiabana” (MT), sob a perspectiva do Desenvolvimento Sustentável.

As principais contribuições teóricas presentes neste estudo referem-se à sua abordagem inovadora e original, onde, num processo de triangulação, os dados primários da pesquisa foram analisados frente aos fatores influenciadores e/ou interferentes no ambiente das organizações (Megginson, Mosley e Pietri Jr., 1998 e Daft, 2010), associados à abordagem ou Teoria Sistêmica das Organizações, bem como aos cinco pilares do Desenvolvimento Sustentável: social, ambiental, territorial, econômico e político”, proposto por Sachs (2004, p. 14).

Assim, os fatores de maior criticidade, identificados na pesquisa empírica, são associados às Dimensões do Desenvolvimento Sustentável, que, por sua vez, estão presentes no ambiente organizacional (microambiente, ambiente operacional e macroambiente) dos pequenos empreendimentos rurais da AF do Baixada Cuiabana, quais sejam:

A falta de alternativas viáveis para a geração de renda no meio rural; o baixo nível de apoio no processo de aquisição do crédito rural; as dificuldades na inserção em mercados e entraves no processo de comercialização da produção rural; o baixo nível de abrangência e continuidade na prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para os agricultores (as) familiares do território investigado; a necessidade urgente em capacitação e profissionalização dos agricultores familiares, especialmente na área de gestão rural; a ausência de alternativas para a permanência do jovem no meio rural, bem como à baixa propensão à sucessão familiar nos empreendimentos de AF; a baixa efetividade no monitoramento, controle e avaliação de políticas públicas e programas direcionados à AF no território Baixada Cuiabana.

O método ou os caminhos percorridos desde a aprovação do fomento pelo órgão CNPQ até a etapa de fechamento desta pesquisa, fizeram toda a diferença para o processo de construção do conhecimento, aprendizagem e crescimento profissional e pessoal. Apesar das dificuldades enfrentadas durante a pesquisa, especialmente na etapa de coleta de dados primários, todos os resultados obtidos neste estudo contribuíram para fortalecer a Tese defendida e servirão, futuramente, para subsidiar novas pesquisas, além do ensino e extensão em cursos de graduação e pós-graduação em que a autora deste estudo atua.

No entanto, houve alguns fatores limitantes do estudo, por exemplo: o não atingimento da totalidade de entrevistados de agentes governamentais dos municípios pertencentes ao território, em razão de impossibilidade de agenda

compatível; as dificuldades em aplicar instrumento de pesquisa quantitativo mais elaborado (com escalas) devido, essencialmente, às dificuldades de compreensão por parte do público-alvo (agricultores), comprovada durante a realização do pré-teste do instrumento quantitativo; as dificuldades enfrentadas no acesso às comunidades rurais e o curto espaço de tempo para elaboração de maior quantidade de inferências estatísticas nos dados, já que o prazo de encerramento do fomento CNPQ, era dezembro de 2015.

Quanto à recomendação para novos estudos, destaca-se a necessidade de um aprofundamento em cada um dos fatores de maior criticidade deste estudo, quais sejam: alternativas para geração de renda na AF; o crédito e microcrédito na AF; o processo de comercialização de produtos da AF; análise da efetividades das políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural; Capacitação e profissionalização no setor rural; Sucessão em empreendimentos rurais de AF; e estudos sobre a Gestão de pequenos empreendimentos rurais em outras regiões de Mato Grosso, bem como do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura Familiar e Reforma Agrária. **Estudo da dimensão territorial do PPA**. Brasília: CGEE, 2006.

_____, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. Cassiolato, JE Lastres, HM M., **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília, IBICT/MCT, 1999.

ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável**. In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 3ª ed. 2009. p. 33-55. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/645.pdf>>. Acesso em: 12 ago 2014.

AMARAL Filho, Jair do. **Celso Furtado e a economia regional**. In: Celso Furtado e o Século XXI. (org). SABÓIA, J.; CARVALHO, F. Rio de Janeiro, IE-UFRJ, 2007.

ASSAD, Maria Leonor Lopes; ALMEIDA, Jalcione. Agricultura e Sustentabilidade: contexto, desafios e cenários. **Revista Ciência & Ambiente**, n. 29, 2004. p.15-30. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/427.pdf>>. Acesso em: 11 mai 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6023:2002 e Manual de Normas de Produções Acadêmicas da Universidade Municipal de São Caetano – USCS, 2015.

BACELAR, Tânia. **A “questão regional” e a “questão nordestina”**. In: Celso Furtado e Brasil. Maria da Conceição Tavares (Organizadora). 1ª ed. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006 (1977).

BERTALANFFY, Ludwig von, 1968. **Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. 1ª versão 1968 – 6ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BERTERO, Carlos Osmar. Os desafios da produção de conhecimento em administração no Brasil. **Cadernos EBAPE FGV**. Vol. 11, nº 1, opinião I, Rio de

Janeiro, mar 2013.

BERTOLINI, Geysler Flor; BRANDALISE, Loreni Terezinha; NAZZARI, Rosana Kátia. **Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no Oeste do Paraná**. 2ª ed. – Cascavel: EDUNIOESTE, 2010.

BOCCHI, João Ildebrando; GARGIULO, Felipe Freitas. **Desenvolvimentismo e a CEPAL: da industrialização por substituição de importações à transformação produtiva com equidade**. 2013. Disponível em <http://www.pucsp.br/iniciacaocientifica/21encontro/artigos-premiados-20ed/FELIPE_FREITAS_GARGIULO.pdf>. Acesso em: 17 jun 2014.

BOISIER, Sergio et al. **Sociedad Civil, Actores Sociales y desarrollo regional**. Santiago do Chile. Ilpes/CEPAL, 1995.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agricultura Familiar: primeiros resultados: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 10 abr 2013.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 abr 2013.

BRASIL. INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **O que é Módulo fiscal?** Disponível em <<http://www.incra.gov.br/index.php/perguntas-frequentes?view=category&id=18>>. Acesso em: 29 mar 2014.

BRASIL. INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural. **Índices Básicos De 2013**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 12 set 2015.

BRASIL. Lei nº. 11.326 de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 10 set 2015.

BRASIL. MDA. Ministério Do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013**. 2012. Disponível em <<http://portal.mda.gov.br/plano->

safra/arquivos/view/Cartilha_Plano_Safra.pdf>. Acesso em: 14 mar 2013.

BRASIL. MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. **Apoio à Estruturação da Produção Familiar**. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan). Disponível em < <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/fomento-a-producao-e-a-estruturacao-produtiva-1/apoio-a-estruturacao-da-producao-familiar>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

BRASIL. MI. Ministério da Integração. Documento de Referência. Secretaria de Desenvolvimento Regional. I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília DF, 2003. Disponível em < http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=54bce099-503a-4076-8613-d90dd6107c79&groupId=10157>. Acesso em: 19 jun. 2014.

BRITO, Thiago Macedo Alves de. **Região**: leituras possíveis de Milton Santos. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2007. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-76LJJS/vers_o_final_adobe_dis._thiago.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 jun. 2014.

BUAINAIN, Antônio Márcio (Coord.). **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil**: características, desafios e obstáculos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Peculiaridades regionais da agricultura familiar brasileira**. In: Gestão Integrada da Agricultura Familiar. (org) Hildo Meirelles de Souza Filho, Mário Otávio Batalha. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 10, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222003000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2013.

CARAVANTES, Geraldo R., PANNO, Cláudia C., KLOECKNER, Mônica C., **Administração**: teorias e processos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista brasileira de estudos regionais e urbanos**, v. 2, n. 1, p. 9-32, 2008.

CELLA, Daltro. **Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso de um empreendedor rural**. 2002. Dissertação de Mestrado em Ciências. Esalq - Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-23072002-162811/en.php>>. Acesso em: 04 ago. 2014.

CHILETTO, Rita de Cássia Oliveira; LIMA, Diogo Marcelo Delben Ferreira de; BORGES, Flavyane Rosa. **Governança na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá**: o funcionamento dos arranjos de gestão e o desenvolvimento das funções públicas de interesse comum – transporte e mobilidade urbana. In: 40 anos de regiões metropolitanas no Brasil (org) Marco Aurélio Costa, Isadora Tami Lemos Tsukumo - Brasília: Ipea, 2013. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/temasrelevantes/livro_40_anos_de_regioes_metropolitanas_v.1_web.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2014.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2ª ed. Ed. Bookman, São Paulo, 2005.

CRESWELL, John W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa - Escolhendo Entre Cinco Abordagens** - 2ª Ed. 2013.

CRESWELL, John. H. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **A dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste Brasileiro**: o caso de Mato Grosso / José Marcos Pinto da Cunha - Campinas: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2011.

DAFT, Richard L. **Administração**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

DALLABRIDA, Valdir Roque. BECKER, Dinizar F. **Dinâmica territorial do desenvolvimento**. In: BECKER, D.; WITTMANN, M. Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2011.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento e governança territorial: um ensaio preliminar sobre a necessidade da regulação no processo de gestão do

desenvolvimento. **Redes**, v. 15, n. 3, p. 165-186, 2010. Disponível em <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1029>>. Acesso em: 01 jul 2014.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

DE ALMEIDA SILVA, Marcela; NEVES, Ronaldo José. Políticas públicas para a agricultura familiar na região Sudoeste mato-grossense: realidade e perspectivas. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 36, n. 2, p. 125-135, 2014.

DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

DINIZ, Clélio Campolina. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Belo Horizonte. **Texto para discussão**, nº 159, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001. Disponível em <<http://econpapers.repec.org/paper/cdptexdis/td159.htm>>. Acesso em: 29 mar 2014.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova economia**, v. 19, n. 2, p. 227-249, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-63512009000200001&script=sci_arttext&tlng=ES>. Acesso em: 12 jun 2014.

DONAIRE, Dênis. **Gestão Ambiental na Empresa**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DOS SANTOS, Alessio Moreira; MITJA, Danielle. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 13, n. 1, p. 39, 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v13n1/a03v13n1>>. Acesso em: 27 abr 2014.

DOWBOR, Ladislav. **A reprodução social**. Editora Vozes, 2003.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. **Boletín de Agricultura Familiar para América Latina y el Caribe, Enero - Marzo 2013**. Disponível em <<http://www.fao.org/docrep/019/as189s/as189s.pdf>>. Acesso em: 12 abr 2013.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. **Marco estratégico de mediano plazo de cooperación de la FAO em Agricultura Familiar en América Latina y el Caribe 2012 - 2015**. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/019/as169s/as169s.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Carlos Guanziroli (coord.). Segunda versão. março/1995.

FAVARETO, Arilson et al. Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. **Documento de Trabajo**, n. 26, 2009. Disponível em <http://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1366377844N26_2009_Favareto_catastropoliticasdesenvolvimentoterritorialBrasil_PORT.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

FAVARETO, Arilson. A Abordagem territorial do Desenvolvimento rural - Mudança institucional ou "Inovação por adição"? **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 set. 2013.

FAVARETO, Arilson. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva – uma década de experimentações. **Desenvolvimento em Debate**.v.1, n.2, p.47 63, janeiro–abril e maio–agosto 2010. Disponível em <http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_arilson.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

FIALHO, Marco Antônio Verardi; WAQUIL, Paulo Dabdab. Desenvolvimento rural: concepções e referências para a proposição de políticas públicas de desenvolvimento nos territórios rurais. **Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR** – UFSM, Ano XV, Jan – Jun. de 2008. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/extensaorural/art6ed15.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: Reflexões sobre a formação econômica do Brasil**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

GARCIA, Sandro Ruduit. **Global e Local: o novo pólo automobilístico de Gravataí e suas implicações sociais e políticas**. UFRGS, 2006. Tese de Doutorado. Disponível em < <http://hdl.handle.net/10183/7446>>. Acesso em: 25 fev 2015.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**: coleção pesquisa qualitativa. Bookman Editora, 2009.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo : UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos.; KLINK, Joroen; SANTOS, Roberto. *Gestão para o desenvolvimento da regionalidade*. **I seminário**, Rio Claro, UNESP, 2004.

GORENSTEIN, Sílvia. Da Região ao Território: uma análise estilizada sobre abordagens, debates e novos desafios do desenvolvimento urbano-regional. **Revista Política e Planejamento Regional** (PPR), Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 22-38, jan./jun. 2014.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia, Campinas, v. 2, n. 3, 2012 [1975]. Disponível em: < http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/viewFile/86/2012v2n3_Gottmann>. Acesso em: 10 maio 2014.

GREEN, Duncan. **Da pobreza ao poder**: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo. São Paulo: Cortez; Oxford: *Oxfam International*, 2009

GUALDA, Neio Lucio Peres. Agricultura familiar versus modelo agroexportador: o falso dilema da não coexistência. In: Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina-PR: 2007.

GUILHOTO, Joaquim JM et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. **Brasília: NEAD**, 2007. Disponível em < <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>>. Acesso em: 16 jul 2013.

HAIR JÚNIOR, Joseph F et al. **Fundamentos de Métodos de pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

IFAD, PNUMA. **Relatório**. Smallholders, Food Security and the Environment, 2013. Disponível em < http://www.unep.org/pdf/SmallholderReport_WEB.pdf>. Acesso em: 05 de mar 2014.

LIMA, Dalmo de Albuquerque e WILKINSON, John (orgs). Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília: **CNPq/Paralelo 15**, 2002.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico**: uma resposta às exigências do ajuste estrutural. Traduzido por Antônio Rubens Pompeu Braga. Fortaleza: BNB, 1998, 151p. Disponível em <<http://www.agenciasudoeste.org.br/upload/downloads/25.pdf>>. Acesso em: 24 mar 2015.

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento Econômico Local-Caminhos e desafios para a Construção de uma Nova Agenda Política**. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, 2001. Disponível em < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Questoes_Sociais/200110_1.html>. Acesso em: 14 ago 2014.

LOURENZANI, Wagner Luiz; SOUZA FILHO, HILDO MEIRELLES. **Gestão Integrada para a Agricultura Familiar**. In: Gestão Integrada da Agricultura Familiar. (org): Hildo Meirelles de Souza Filho e Mário Otávio Batalha. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

MACHADO, Melise Dantas; SILVA, Andrea Lago da. **Canais de Distribuição para produtos da Agricultura Familiar**. In Gestão Integrada da Agricultura Familiar. (org) Hildo Meirelles de Souza Filho e Mário Otávio Batalha. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

MAIA, Alexandre Gori. **O esvaziamento demográfico rural**. In: O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola / Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em < https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf>. Acesso em: 22 jun 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. **Governança no setor público**/José Matias-Pereira. – São Paulo: Atlas, 2010.

MEGGINSON, Leon C.; MOSLEY, Donald C.; PIETRI JR., Paul H. **Administração: conceitos e aplicações**. 4ª ed. Harba, 1998.

MELO, Andrea Sales Soares de Azevedo. **A Estimação de um Índice de Agricultura Sustentável: o Caso da Agricultura Irrigada do Vale do Submédio São Francisco**. Tese de Doutorado. 1999. PIMES/UFPE.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de; SCHNEIDER, Sérgio. Perspectiva territorial e abordagem dos sistemas produtivos localizados rurais: novas referências para o estudo do Desenvolvimento Rural. **Gestão & Desenvolvimento Regional**. v. 6, n. 2, p. 287-320, mai-ago/2010, Taubaté, SP, Brasil.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1957.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: OS Limites fazer Passado e Os Caminhos do Futuro. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, dezembro de 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 set. 2014.

NEUMANN, Pedro Selvino et al. **A agroindústria familiar de vinho na região da quarta colônia do Rio Grande do Sul**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7, 2007, Fortaleza. Anais. Fortaleza: Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Inclusão Social, 2007.

NICHELE, Fernanda Severo; WAQUIL, Paulo Dabdab. Agroindústria familiar rural qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das Convenções. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.41, n.12, dez, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v41n12/a20211cr4682.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NUNES, Emanuel Márcio *et al.* O Índice de Capacidades Institucionais (ICI) como Mecanismo da Gestão Social e da Governança nos Territórios Rurais. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 42, 2014.

OLALDE, Alicia Ruiz; PORTUGAL, Cadjá Araújo. Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil. **SOBER, 2009**. ANAIS Sober.

Disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/12/11O480.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

OLIVEIRA, Andréa Leda Ramos de. **A logística do agronegócio Para além do “apagão logístico”**. In: O mundo rural no Brasil do século 21 : a formação de um novo padrão agrário e agrícola / Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. – Brasília, DF : Embrapa, 2014. Disponível em <https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Teoria Geral da Administração: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2008.

ONU. Organização das Nações Unidas. **FAO anuncia que 2014 será o ano internacional da agricultura familiar**. 25 de março de 2013. Disponível em <<http://www.onu.org.br/fao-anuncia-que-2014-sera-o-ano-internacional-da-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 04 maio 2013.

PEREIRA, Benedito Dias et al. Especialização e vantagens competitivas do estado de Mato Grosso no mercado internacional: um estudo de indicadores de comércio exterior no período 1996-2007. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3, 2009. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/view/16707>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

PEREIRA, Raquel da Silva Pereira; ZAMBRA, Elisandra Marisa; SOUZA, Paulo Augusto Ramalho de. **O Processo de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos em um Município do Estado de São Paulo**. In: Anais do XVII Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais - Simpoi, São Paulo.

PEREIRA, Raquel da Silva. **Desenvolvimento sustentável como responsabilidade social das Empresas** – Um enfoque ambiental. São Paulo: Lorosae, 2002.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2011.

PIRES, Elson Luciano Silva et al. Governança territorial: Conceito, fatos e modalidades. **Rio Claro: Editora: Pós-Graduação em Geografia/IGCE/UNESP**, 2011. Disponível em <http://gen2011urc.files.wordpress.com/2012/06/livro-governanca-territorial_pires_fuini_mancini_piccoli.pdf>. Acesso em: 21 mai 2014.

PITTERI, Sirlei; SAES, Maria Sylvia Macchione; BRESCIANI, Luis Paulo. Competências Territoriais e Desenvolvimento Regional: Uma proposta teórico-metodológica para pesquisas interdisciplinares. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 31, p. 6-38, 2015. Disponível em <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3015>>. Acesso em: 14 fev 2015.

RAMBO, Anelise Graciele; COSTA, Genivalda Cordeiro da. **Capital social, empoderamento e governança na agricultura familiar: experiências de biocombustíveis enquanto sementes e brotos da transição para o desenvolvimento territorial**. In: II Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ROMEIRO, Vanda Marques Burjaili. **Gestão da pequena unidade de produção familiar de Citros**. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18140/tde-07012003-102744/en.php>>. Acesso em: 04 ago. 2014.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Políticas territoriais, crise europeia e fronteiras. Perspectivas comparadas entre a União Europeia e o Brasil. **GEOUSP: espaço e tempo (online)** 35 (2013): 55-69. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/75438>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, M. Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro, Garamond/Sebrae, 2004.

_____, Ignacy. Inclusão Social Pelo Trabalho Decente: Oportunidades, Obstáculos, Políticas Públicas. **Estudos Avançados (USP)**, 2004.

_____, Ignacy. **Rumo à Ecosocioeconomia**. Teoria e Prática do Desenvolvimento. Paulo Freire Vieira (org). São Paulo: Cortez, 2007.

_____, Ignacy. Brasil rural: Da redescoberta à Invenção. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.15, n. 43, dezembro de 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun 2014.

SAMPIERI, Roberto Hernández. **Metodologia de Pesquisa**. 3ª edição, São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Alessio Moreira dos; MITJA, Danielle. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 13, n. 1, p. 39-48, June 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122012000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 nov 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 25-94.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-31, jul./set. 2010. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/773.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, a agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 51, fevereiro de 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 15 ago 2013.

SCHWANTES, Vanderlei Airton; BASSO, David; LIMA, Arlindo Jesus Prestes de. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar como Estratégia de Desenvolvimento Rural. **Desenvolvimento em Questão**, 2011, Vol.9(17), p. 61.

Disponível em: <
<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/50/10>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEPÚLVEDA, Sergio. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local**. Brasília: IICA, 2005. Disponível em <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Desenvolvimento-Sustentavel-Microrregional.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2015.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. **A gestão do desenvolvimento: ações e estratégias entre a realidade e a utopia**. In: *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares* (org) BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2008.

SILVA FILHO, Guerino E. da. As novas estratégias de desenvolvimento econômico regional". **Revista Econômica do Nordeste**, v. 30, n. 2, p. 212-233, 1999. Disponível em <
http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=114>. Acesso em: 22 nov. 2014.

SOTO BAQUERO, Fernando; RODRÍGUEZ FAZZONE, Marcos; FALCONI, César. **Políticas para la agricultura familiar en América Latina y el Caribe**. Santiago [CH]. FAO. 2007. Disponível em < <http://www.fao.org/3/a-a1244s.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2015.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles et al. Agricultura Familiar e Tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: **Congresso da Sober**. 2004. p. 1-20.

SOUZA, E. B. C.; GEMELLI, Vanderléia. Território, região e fronteira: análise geográfica integrada da fronteira Brasil/Paraguai. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 13, p. 101/120412-116, 2011. Disponível em <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/397/373>. Acesso em: 12 fev 2016.

TACHIZAWA, Takeshy; DE ANDRADE, Rui Otávio Bernardes. **Gestão**

socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade. Elsevier, 2012.

VEIGA, José Eli da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, 2ª. Ed.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade:** a legitimação de um novo valor. São Paulo. Editora Senac São Paulo, 2010.

VERGARA Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

WAQUIL. Paulo Dabdab; SCHNEIDER, Sérgio; FILIPPI, Eduardo Ernesto; CONTERATO, Marcelo Antonio; SPECHT, Suzimary. Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais no Brasil. **Redes**, v. 15, n. 1, p. 104-127, 2010. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/508.pdf>>. Acesso em: 24 jul 2015.

WCED. **Our common Future.** Oxford: Oxford University Press, 1987.

ZAMBRA, Elisandra Marisa; TRIGUEIRO, Francisco Mirialdo Chaves; PEREIRA, Raquel da Silva. Produção e comercialização de produtos da agricultura familiar sob a ótica do Desenvolvimento Sustentável: um estudo no Mercado do Porto em Cuiabá-MT. In: **XVI ENGEMA** - Inovação e sustentabilidade, 2014, São Paulo – SP.

APÊNDICE I



UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL - USCS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO



ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS AGENTES GOVERNAMENTAIS E DEMAIS ATORES
ENVOLVIDOS NA AF DA BAIXADA CUIABANA

A) Agentes/atores entrevistados e Contato/Fone/E-Mail

- a) Fale-me sobre as políticas/ações direcionadas à Agricultura Familiar, que estão sendo apoiadas/executadas pela sua Instituição no município/território;
- b) Fale-me sobre a visão da sua Instituição frente à atual situação econômica, social, ambiental e de gestão em dos empreendimentos de Agricultura Familiar no município/território;
- c) Fale-me sobre a visão da Instituição sobre o “futuro” da agricultura familiar no município/território.

APÊNDICE II



UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL - USCS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOCTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

Bloco I: Identificação Agricultor Município: ____	
____ Data Entrevista ____ / ____ / ____	
Nome: _____	Fone: (65)-.....
Q1. Gênero: 1. Masc[<input type="checkbox"/>] 2. Fem[<input type="checkbox"/>]	
Q2. Idade: [<input type="text"/>] anos	
Q3. Município/Estado que nasceu? [<input type="text"/>]/[<input type="text"/>] sigla	
Q4. Estado civil: 1. Solteiro[<input type="checkbox"/>] 2. Separado[<input type="checkbox"/>] 3. Viúvo[<input type="checkbox"/>] 4. Casado/vive junto[<input type="checkbox"/>] 5. Outros [<input type="checkbox"/>]	
Q5. Considera-se: 1. Branco[<input type="checkbox"/>] 2. Negro[<input type="checkbox"/>] 3. Pardo[<input type="checkbox"/>] 4. Amarelo(oriental) [<input type="checkbox"/>] 5. Indígena[<input type="checkbox"/>] não informou	
Q6. Escolaridade: 1. Nunca Estudou [<input type="checkbox"/>] 2. Fundamental Incompleto [<input type="checkbox"/>] 3. Fundamental Completo 4. Médio Incompleto[<input type="checkbox"/>] 5. Médio Completo[<input type="checkbox"/>] 6. Superior Incompleto [<input type="checkbox"/>] 7. Superior Completo[<input type="checkbox"/>] 8. Pós-graduação[<input type="checkbox"/>]	
Q7. Há quanto tempo trabalha com agricultura? [<input type="text"/>] anos/meses	
Bloco II: Características da Propriedade	
Q8. A propriedade rural é: 1. Própria [<input type="checkbox"/>] 2. Arrendada/alugada [<input type="checkbox"/>]	
Q9. Trabalha em outra atividade 1. Não [<input type="checkbox"/>] 2. Sim [<input type="checkbox"/>] Se sim, QUAL?	
Q10. Quantas pessoas moram na propriedade [<input type="text"/>]	
Q11. Quantos ajudam no plantio/criação [<input type="text"/>]	
Q12. O Sr (a) contrata pessoas que não sejam da família para auxiliar na atividade rural? 1. Não 2. Sim [<input type="checkbox"/>] Se 2. Sim, contrata: 1. Diarista [<input type="checkbox"/>] 2. Por empreitada [<input type="checkbox"/>] 3. Fixo [<input type="checkbox"/>] 4. Outros. Quais?	
Q13. Mora na propriedade há quanto tempo? [<input type="text"/>] anos/meses	
Q14. Como adquiriu a propriedade? 1. Herança[<input type="checkbox"/>] 3. Assentamento [<input type="checkbox"/>] 2. Comprou[<input type="checkbox"/>] 4. Como?	
Q15. Qual o tamanho da propriedade para cultivo e/ou criação [<input type="text"/>] hectares	
Q16. O que o Sr (a) planta ou cria na sua propriedade? (listar frutas, verduras, rebanho, galináceos...):	
Q17. Dos produtos que o Sr (a) citou que produz/cria, quais destes SÃO VENDIDOS? (Comercializados) (listar)	
Q18. O Sr (a) enfrenta alguma dificuldade para vender a produção/criação? 1. Não [<input type="checkbox"/>] 2. Sim [<input type="checkbox"/>] Se 2. Sim, Quais dificuldades?	
Q19. Para quem o Sr (a) vende esses produtos/criação? 1. Direto p/cliente [<input type="checkbox"/>] 2. Governo [<input type="checkbox"/>] 3. Cooperativas/associações [<input type="checkbox"/>] 4. Atravessador [<input type="checkbox"/>] 5. Comércio da cidade [<input type="checkbox"/>]	
Q20. O Sr (a) vende seus produtos para/em outros municípios, regiões, estados ou fora do Brasil ? 1. Não [<input type="checkbox"/>] 2. Sim [<input type="checkbox"/>] Para onde?	
Q21. O Sr (a) que faz o transporte dos produtos cultivados e/ou criados até o comércio? 1. Não [<input type="checkbox"/>] 2. Sim [<input type="checkbox"/>] Se 2. Sim, Como faz? (Ex: Leva com carro, caminhão...)	
Q22. Na sua propriedade é feito (a): (assinalar x se algum destes é produzido, se é pra consumo próprio ou se vende)	
1. Farinha mandioca [<input type="checkbox"/>]	consumo próprio [<input type="checkbox"/>] Vende p/ clientes [<input type="checkbox"/>] Se 6. Outros, quais?
2. Doces de frutas [<input type="checkbox"/>]	consumo próprio [<input type="checkbox"/>] Vende p/ clientes [<input type="checkbox"/>]
3. Pães, bolos, biscoitos [<input type="checkbox"/>]	consumo próprio [<input type="checkbox"/>] Vende p/ clientes [<input type="checkbox"/>]
4. Artesanato [<input type="checkbox"/>]	consumo próprio [<input type="checkbox"/>] Vende p/ clientes [<input type="checkbox"/>]
5. Pesca [<input type="checkbox"/>]	consumo próprio [<input type="checkbox"/>] Vende p/ clientes [<input type="checkbox"/>]
6. Outros [<input type="checkbox"/>]	consumo próprio [<input type="checkbox"/>] Vende p/ clientes [<input type="checkbox"/>]
Q23. Que Máquinas/equipamentos/ferramentas/tecnologias/veículos são utilizados para desenvolver atividades do dia a dia na propriedade (...para produzir, colher...carro, moto, trator, roçadeira...). Pedir ao respondente para listar.	

<p>Q.24. Na sua opinião, que tipo de MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS/TECNOLOGIAS que o Sr (a) <u>NÃO POSSUI</u>, que poderiam contribuir para melhorar a produção/produktividade no seu empreendimento (do plantio à venda)? (listar)</p>	
<p>Bloco III: Características Econômicas/Sociais/Ambientais/Políticas</p>	
<p>Q.25. O Sr (a) poderia nos informar quanto a família consegue obter de RENDA (por mês) “total”, ou seja, fazendo uma média, dá para tirar quanto \$ por mês R\$ [] Obs: Somar renda de todos os integrantes da família. Todos proventos: venda da produção, benefícios/auxílio do governo, aposentadorias, etc.</p>	
<p>Q.26. Quem administra (cuida) desta RENDA? 1. [] Proprietário 2,[] Esposa 3,[] filhos 4. Outros _____</p>	
<p>Q.27. Mais alguém, além das pessoas da sua família, vivem com ESTA RENDA? 1.Não 2. Sim [] Se 2. Sim, quantas pessoas? []</p>	
<p>Q.28. De onde vem esta RENDA total?</p> <p>1. Da venda da produção/criação []</p> <p>2. De auxílio do governo (bolsa-família, BPC) []</p> <p>3. De aposentadoria ou Pensões []</p> <p>4. De trabalho assalariado (na cidade) []</p> <p>5. De empreitadas em outras propriedades []</p> <p>6. Outros? []</p> <p>Quais?</p>	<p>Q.29. Em que local o Sr e sua família gastam “a maior parte” desta RENDA?</p> <p>1. Na cidade/local que mora []</p> <p>2. Nas cidades vizinhas []</p> <p>3. Na capital (Cuiabá) []</p> <p>4. Em outro Estado []</p> <p>5. Outros. []</p> <p>Quais?</p>
<p>Q.30. Para comprar semente, adubo, defensivos, rações, vacinas... (recursos para produção), o Sr (a) utiliza:</p> <p>1.Recurso próprio []</p> <p>2.Empréstimo no banco []</p> <p>3.Empréstimo de terceiros[]</p> <p>4. Financia pelo PRONAF[]</p> <p>5.Outros. Quais?</p>	<p>Q.31. O Sr (a) alguma vez já fez algum financiamento agrícola (pegou crédito do PRONAF, cooperativa...)? 1.Não [] 2. Sim []</p> <p>Q.32. Se 1. Não, tem interesse de pegar? 1.Não [] 2. Sim [] Se 1. Não, porque?</p>
<p>Q.33. O Sr (a) conhece/já ouviu falar de algum destes programas do governo?</p> <p>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF 1.Não [] 2.Sim []</p> <p>b) Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR 1.Não [] 2. Sim []</p> <p>c) Programa de aquisição de alimentos – PAA 1.Não [] 2. Sim []</p> <p>d) Programa Nacional de Alimentação Escolar 1.Não [] 2. Sim []</p>	<p>Q.34. Atualmente o Sr (a) faz parte de alguma destas organizações:</p> <p>a) Associação/cooperativa de produtores/agricultores []</p> <p>b) Sindicato rural/trabalhadores rurais []</p> <p>c) Associação ligada à igreja (pastoral, festeiros) []</p> <p>d) Clubes de esportes e lazer da comunidade []</p> <p>e) Outros []</p> <p>Quais?</p>
<p>Q.35. Sobre “Qualidade de vida do Sr (a) e da família”... Gostaríamos que o Sr (a) avaliasse como está a situação cada um dos quesitos:</p> <p>a) Alimentação diária Bom [] Regular [] Ruim []</p>	

b) Renda/\$ familiar	Bom []	Regular []	Ruim []
c) Escolas	Bom []	Regular []	Ruim []
d) Segurança	Bom []	Regular []	Ruim []
e) Estrutura (estradas, pontes)	Bom []	Regular []	Ruim []
f) Moradia	Bom []	Regular []	Ruim []
g) Saúde	Bom []	Regular []	Ruim []
h) Trabalho	Bom []	Regular []	Ruim []
i) Lazer/divertimento/festas	Bom []	Regular []	Ruim []
j) Governo local	Bom []	Regular []	Ruim []

Q.36. Sobre “Meio Ambiente”... Gostaríamos que o Sr (a) avaliasse como está a situação cada um dos quesitos:

a) Preservação da natureza	Bom []	Regular []	Ruim []
b) Proteção do solo (erosões/contaminação)	Bom []	Regular []	Ruim []
c) Água para produzir/criar	Bom []	Regular []	Ruim []
d) Terra suficiente para produzir/criar	Bom []	Regular []	Ruim []
e) Pragas/insetos/doenças	Bom []	Regular []	Ruim []
f) Local para colocar o Lixo doméstico	Bom []	Regular []	Ruim []
g) Adubo orgânico/natural	Bom []	Regular []	Ruim []
h) Clima (excesso/falta de chuva, secas, temper.)	Bom []	Regular []	Ruim []

Bloco IV: Características de GESTÃO

Q.37. O Sr(a) ou alguém da família que trabalha na propriedade	Sim	Não
Faz cursos sobre técnicas de plantio e/ou criação?		
Faz cursos sobre organização/controle do negócio rural?		
Faz cursos que ensinam sobre formação de preços, vendas e outros?		
Faz ou já fez curso de informática ou para utilização de internet?		
Faz ou já fez cursos que ensinam a agregar valor aos produtos como farinha, doces, artesanato, outros?		
Participa de Feiras, Dias de campo ou encontros para tratar de questões rurais, promovidos no município?		
Participa de Palestras, Debates, Reuniões tratam de temas sobre Agricultura Familiar?		
Assiste ou ouve Programas de rádio e/ou televisão que tratam de técnicas rurais e de gestão em empreendimentos rurais?		

Q.38. O Sr (a) faz o registro/controle de despesas e lucros da propriedade? 1.Não[] 2.Sim[] **Se 1.Não, pule para Q.41.**

Q.39. Como faz os registros? (caderneta, planilha, pc...)?

Q.40. De quanto em quanto tempo essas anotações são feitas (diariamente, mensalmente...)?

Q.41. O Sr (a) faz planejamento do que irá produzir/criar na propriedade em cada período/safra? 1.Não[] 2.Sim[]
Se 2. Sim, Como faz o planejamento?

Q.42. O Sr (a) consegue fazer previsões de quais poderão ser os resultados no próximo plantio/colheita? 1.Não[] 2.Sim[]
Se 2. Sim, Como faz a previsão?

Q.43. O Sr (a) calcula os custos para produzir em cada período/safra 1.Não[] 2.Sim[] **Se 2. Sim, Como calcula?**

Q.44. O Sr (a) sabe a quantidade de RECURSO/DINHEIRO necessário para fazer o plantio? 1.Não[] 2.Sim[] **Se 2. Sim, Como calcula?**

Q.45. E este RECURSO/DINHEIRO está sendo suficiente para pagar todos os compromissos (custos, empréstimos...)? 1.Não[] 2.Sim[] **Se 1. Não, Quanto seria suficiente e como poderia honrar seus compromissos? \$ []**

<p>Q.46. O Sr (a) tem planos de continuar investindo na PROPRIEDADE nos próximos cinco anos? 1.Não[<input type="checkbox"/>] 2.Sim[<input type="checkbox"/>] Se 1. Não, Porque?</p>
<p>Q.47. O Sr (a) incentiva seus familiares a permanecer nesta ATIVIDADE/PROPRIEDADE (agricultura familiar)? 1.Não[<input type="checkbox"/>] 2.Sim[<input type="checkbox"/>] Se 1. Não, Porque?</p>
<p>Q.48. Na sua opinião, as atuais políticas/ações do governo (federal/estadual/municipal) estão contribuindo com o desenvolvimento dos empreendimentos da Agricultura familiar aqui na região? 1.Não[<input type="checkbox"/>] 2.Sim[<input type="checkbox"/>] Se 1. Não, Porque?</p>
<p>Q.49. Na sua opinião, dentre os quesitos abaixo, o que o Sr considera “MAIS” importante neste momento, para melhorar as condições do empreendimento e da vida do Sr e de seus familiares na agricultura familiar? a) Crédito/dinheiro [<input type="checkbox"/>] b)Assistência técnica [<input type="checkbox"/>] c) Mais clientes p/comprar [<input type="checkbox"/>] d) Tecnologia [<input type="checkbox"/>] e)Apoio do governo [<input type="checkbox"/>]</p>
<p>Q.50. O que o Sr (a) espera para o Futuro da Agricultura Familiar aqui na região? (a vida no campo... o empreendimento...).</p>

ANEXO I

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- ~~III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;~~
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; [\(Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

- I - descentralização;
- II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;
- IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

- I - crédito e fundo de aval;
- II - infra-estrutura e serviços;
- III - assistência técnica e extensão rural;
- IV - pesquisa;
- V - comercialização;
- VI - seguro;
- VII - habitação;
- VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;
- IX - cooperativismo e associativismo;
- X - educação, capacitação e profissionalização;
- XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;
- XII - agroindustrialização.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guilherme Cassel